



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC**  
**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-**  
**BRASILEIRA - UNILAB**  
**INSTITUTO DE HUMANIDADES**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**PROGRAMA ASSOCIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA**

**BRUNO DE CASTRO BRITO**

**TUDO O QUE NÓIZ TEM É NÓIZ: UM ESTUDO SOBRE NARRATIVAS**  
**NEGRAS DO JORNALISMO BRASILEIRO**

**FORTALEZA**

**2022**

BRUNO DE CASTRO BRITO

TUDO O QUE NÓIZ TEM É NÓIZ: UM ESTUDO SOBRE NARRATIVAS  
NEGRAS DO JORNALISMO BRASILEIRO

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Antropologia no curso de Mestrado em Antropologia do Programa Associado de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Ceará (UFC) e Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab).

Área de concentração: Diferença, poder e epistemologias.

Orientadora: Professora Dra. Vera Regina Rodrigues da Silva.

FORTALEZA

2022

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Sistema de Bibliotecas da UNILAB  
Catalogação de Publicação na Fonte.

---

Brito, Bruno de Castro.

B875t

Tudo o que nós tem é nós: um estudo sobre narrativas negras do jornalismo brasileiro / Bruno de Castro Brito. - Redenção, 2022.  
206f: il.

Dissertação - Curso de Mestrado Acadêmico em Antropologia,  
Mestrado em Antropologia, Universidade da Integração Internacional  
da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2022.

Orientador: Profª Drª Vera Regina Rodrigues da Silva.

1. Racismo. 2. Comunicações digitais. 3. Jornalismo. 4.  
Relações raciais. I. Título

CE/UF/BSP

CDD 305.896081

---

BRUNO DE CASTRO BRITO

TUDO O QUE NÓIZ TEM É NÓIZ: UM ESTUDO SOBRE NARRATIVAS  
NEGRAS DO JORNALISMO BRASILEIRO

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Antropologia no curso de Mestrado em Antropologia do Programa Associado de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Ceará (UFC) e Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab).

Orientadora: Professora Dra. Vera Regina Rodrigues da Silva.

Aprovada em: 02/12/2022.

BANCA EXAMINADORA

---

Profa. Dra. Vera Regina Rodrigues da Silva (Orientadora)

PPGA Universidade Federal do Ceará (UFC)/ Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)

---

Profa. Dra. Denise Ferreira da Costa Cruz (Membra Interna)

PPGA Universidade Federal do Ceará (UFC)/ Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)

---

Profa. Dra. Sátira Pereira Machado (Membra Externa)

Universidade Federal do Pampa (Unipampa)

A Roberto Jorge de Castro Brito, o Rogê. Meu  
café bem forte com creme de chantilly.

## AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Tereza de Castro Brito, o amor mais incondicional que senti desde a primeira vez que as bilas dos nossos olhos se cruzaram. A senhora é minha fonte de fortaleza! Sinto um orgulho imenso do que a vida nos permitiu construir. Aprendi o quão valoroso é o silêncio. O quanto ele causa estrondos dentro e fora da gente. E sei de tudo isso graças a ti, que me veio no princípio pra depois, no tempo certo, eu ir ao teu encontro.

Ao meu pai, Manoel Brito Junior, o primeiro intelectual que conheci e alguém sempre tão incondicional quando se trata das minhas escolhas e sonhos. De um jeito muito próprio, é o meu maior entusiasta e nunca desiste de me dizer o quanto sou capaz. É em quem eu mais sinto os reflexos do debate racial que proponho. Não há como não ser bonito ver um homem de 65 anos disposto a ouvir, a aprender e a mudar quando até bem pouco tempo atrás seria cena das mais inimagináveis vê-lo desafiando a ousadia de outro branco que se disse contra as cotas. É essa transformação que persigo.

Ao meu avô, Manuel Brito, por toda a devoção a mim. Nossa última conversa é o bem mais precioso que tenho de nós. “A vida é isso mesmo, meu filho. Tem altos e baixos. Há dias em que você está bem e há dias em que você não está tão bem. O ruim não existe. Saiba viver. E lembre sempre que você é bom”. Sigo tentando, vô.

Ao tio Roberto, a primeira bicha preta que conheci, por me presentear com a mais genuína das sabedorias: a do chão da vida. Cada livro, cada troca foi um aprendizado. Sou o sonho que ele sonhou pra ele mesmo. E acabei me tornando o futuro que ele não alcançou.

À professora doutora Vera Regina Rodrigues da Silva, orientadora e parceira de caminhada acadêmica, pelas palavras de carinho. Foram dois anos de muito aprendizado, especialmente nos momentos compartilhados na Unilab. Dividir a sala de aula com alguém tão devota ao Magistério me deu a certeza de ser esse o caminho a trilhar. Vê-la empenhada em fazer uma aluna negra não desistir da própria carreira por causa dos efeitos cruéis do racismo, como testemunhei, é algo da ordem do bonito. Como também o foi ouvi-la me chamar de professor pela primeira vez. Aconteceu em 3 de outubro de 2022. Guardo a data porque poucos são aqueles com a capacidade de unir numa só trajetória a teoria, o afeto e a atuação política. Sou grato pelo acolhimento, sobretudo quando pensei em parar por não me sentir capaz e a senhora disse: “descanse a cabeça.”

Às interlocutoras e aos interlocutores desta pesquisa, pela disposição para conversas francas, longas e, muitas vezes, dolorosas. Algumas memórias constantes nesse estudo foram acessadas em depoimentos tomados pela emoção e marcados por lágrimas, o que me faz ter a

certeza de que somente o elo criado pela negritude foi capaz de criar um ambiente favorável à realização das entrevistas. Por compreenderem a proposta desta pesquisa e depositarem nela a confiança de algo relevante à comunidade negra e jornalística do Brasil, o meu mais sincero e profundo obrigado. Preciso aqui enaltecer a imensa contribuição de Vera Daisy Barcellos. Sem ela, praticamente nenhum contato teria sido possível. O fato de não nos conhecermos foi amenizado pela negritude que nos une. A isso, sou grato.

Aos alunos da Unilab, pelo refúgio que significaram para mim nos dois semestres de estágio docente cumpridos em disciplinas de Antropologia. Além do já citado dia 3/10, duas datas me marcam neste processo. Uma delas é 6 de abril de 2022, quando, pela primeira vez, visitei a instituição. O Palmares. Cheguei três horas antes do início da aula, no desejo de sentir o lugar. Andei pelo campus, conversei com servidores, conheci instalações e, sentado na calçada do bloco 2, senti talvez a maior emoção da minha vida acadêmica ao ver descer do ônibus intercampi algumas dezenas de alunos como eu. Negros. Neste dia, me atravessou um tipo muito específico de esperança. E ela tinha cor. A minha. A outra data é 26 de agosto de 2022, quando, no intervalo das aulas, um estudante aproximou-se e, timidamente, me disse: “professor, o senhor...”. Foi quando tive a certeza do que quero ser e de como esse mestrado fazia sentido neste caminho.

Às cuidadoras Socorro e Neide Dantas, que amam minha mãe de forma tão genuína. Mais do que me permitir viver o mestrado, essa devoção é o que mantém a nossa Terezinha viva. Ainda não inventaram palavra, em nenhuma língua, que alcance o tamanho da gratidão que tenho. Se há algum afeto nos últimos dias dela, boa parte dele vem de vocês.

Às professoras doutoras Sátira Machado (Unipampa/RS), Jacqueline Britto Pólvora (Unilab/CE) e Denise Ferreira da Costa Cruz (Unilab/CE), pelas valorosas contribuições ao meu trabalho, mas principalmente pelo respeito na condução de todo o processo avaliativo, seja na qualificação ou na defesa. Ouvi tantas vezes que bancas eram experiências traumáticas e humilhantes, mas acabei presenteado com três educadoras empenhadas, cada uma na sua expertise, em contribuir com o aperfeiçoamento desta pesquisa.

Aos colegas de sala, pela parceria nos 24 meses de curso. Somos uma turma que me enche de orgulho. Porque somos negros/as, LGBTQs ou indígenas pesquisando minorias. Voltando os olhos do ambiente acadêmico para nós mesmos/as.

À Dediane Souza, minha maior parceira desta pós-graduação. Com quem comunguei medos, livros, cervejas, viagens, churrascos e teorias. Amo você, minha irmã. A gente vai pra vida. Juntas, assim, no feminino, porque o mundo é imenso e seu. Voe, que

vou/voo junto. Contigo, aprendo a ser água, a ocupar todos os lugares. Principalmente às quintas-feiras, que elegemos como nosso dia para as felicidades.

À Taiane Alves, pela escuta atenta, pelas sugestões, mas, em especial, pelo desejo de ser (e não só estar) presente em todas as etapas desta caminhada, inclusive naquelas que nada tinham relação com o mestrado. Você foi uma grata surpresa. Aprendi muito contigo, minha amiga. Continuo aprendendo.

Ao professor Rafael Antunes e ao professor Kleyton Ratts, pela presteza como coordenadores do PPGA UFC-Unilab, bem como pelo respeito em todas as tratativas. A postura de ambos facilitou uma vivência por si difícil e delicada de viver a universidade em meio a um isolamento social.

À Marina Solon, por enxergar meu sonho e dizer da possibilidade de eu caber nele. A pessoa que, convencida da minha capacidade mais até do que eu, nem por um segundo duvidou da minha aprovação e do meu bom desempenho. “Sua presença nesse mestrado, amigo, é uma revolução”. Emociono sempre que lembro. Sou grato, minha amiga.

À Dahiana Araújo, por, numa conversa despreziosa no CH 2 da UFC, após uma atividade nossa com alunos da Comunicação, me mostrar a imensidão de espaços possíveis de serem ocupados por mim no universo acadêmico. E por me sentenciar a não desistir. Foi quando me convenci a, num futuro breve, tentar ser mestre. Esse futuro chegou mais rápido do que imaginei. Muito graças ao que você me disse.

À amiga Cely Fraga, companheira de graduação e afilhada de formatura. Aquele “e tá faltando o quê?” foi o estopim para, dias depois, com o edital em mãos e um prazo exíguo, eu, enfim, juntar toda a papelada, elaborar projeto e efetuar inscrição. Afinal, a gente só sai do canto dando o primeiro passo. Ou não é? Pois bem. Não paro mais.

À Amanda Vidal e ao Lucas Diniz, dois dos maiores amigos que tenho, por serem tão entusiastas desta titulação quanto eu. Tudo fica mais leve quando a gente sabe que alguém, de fato, se alegra com a nossa alegria. E vocês, em inúmeros momentos, mesmo sem terem ideia disso, foram fundamentais tanto para meus processos criativos quanto para eu entender que a pausa, o descanso, também é movimento de resistência. É respeito.

À Jéssica Carneiro e ao Rafael Ayala, por manterem vivo o Ceará Criolo e assumirem as minhas responsabilidades quando eu precisava voltar as atenções para a minha dissertação ou para a saúde de minha mãe. Tenho muito orgulho do que fizemos nesses quatro anos de projeto! Dificuldade nenhuma é capaz de se sobrepôr às inúmeras conquistas que marcam a trajetória deste coletivo.

Ao professor Luís Tomás Domingos, por encher meu peito de esperança. Iniciar a caminhada deste mestrado assistindo à aula de um homem negro justo em uma disciplina sobre conhecimentos, poder e epistemologias do Sul me mostrou o quanto é possível eu estar, um dia, em breve, espero, neste lugar da docência sendo para meus alunos a referência que não tive enquanto jovem. Saiba, professor, que todas as vezes nas quais nos foi dito pelo senhor o ditado de sua terra “quem tem ouvidos que ouça”, eu ouvi. Atentamente.

A todos/as/es que fazem a Defensoria Pública do Ceará, meu local de trabalho durante os anos do mestrado, por compreenderem o quanto essa formação era/é importante para mim e me cobrirem nas agendas oficiais quando, por tantas vezes, precisei me ausentar.

E, por fim, agradeço aos negros e às negras que me antecederam, na Comunicação e na vida. É graças à luta secular dessas pessoas que pude cursar mestrado, mesmo tendo ele sido quase todo de casa, em meio a uma pandemia e nos submetendo a perdas inimagináveis.

Citei todas essas pessoas - e corro o risco de ter esquecido alguma e, por isso, peço desculpas - para concluir dizendo que 15 anos separam a conclusão do meu bacharelado em Jornalismo, em 2007.2, na então Faculdade Integrada da Grande Fortaleza (FGF), do fim do mestrado em Antropologia, em 2022.2, na Unilab/UFC. Até ingressar no PPGA, permaneci, portanto, mais de um terço da vida paralisado pela ideia de não ser capaz de elaborar uma boa pesquisa, escrever um bom memorial ou me sair bem numa entrevista.

Conquistar aprovação numa seleção de universidade pública federal era impensável pra mim até no mais otimista dos sonhos, tamanha a afetação pela síndrome do impostor. Mas eu, um homem negro, gay, afeminado e periférico, tudo isso num corpo só, consegui. Me foi dada a oportunidade, eu tive condições de agarrá-la e, agora, desejo que outros/as comunicólogos/as negros/as, muitos/as, também o façam, ocupando cursos de pós-graduação para, juntos/as, enegrecermos espaços a nós historicamente negados.

Desejo que o façam mesmo com as dificuldades. Porque elas sempre vão aparecer. E porque o “momento ideal” não existe. É um mito. Um mito cruel, diga-se. Que aprisiona. O momento ideal é agora. Foi com isso em mente que sobrevivi a uma pandemia tendo de conciliar todo o medo e toda a insegurança dela resultantes, com amigos e amores morrendo em decorrência dessa doença, às incontáveis obrigações dessa pesquisa, às disciplinas do curso, a um trabalho em tempo integral e, o mais desafiador, às obrigações de uma mãe que se tornou minha filha. Não foi fácil. Para nós, negros e negras, nunca foi.

Por isso, agradeço: aos orixás, pelos caminhos para que minhas palavras passem. A André Salgado, um ser de luz morador de mim. Ao tempo, que aprendi a cultivar.

À vida.

“A cor da pele atravessa nosso corpo.”  
(Jefferson Tenório, escritor e professor brasileiro)

“Ser branco é ser humano, ser branco é universal. Eu só sei disso porque não sou.”  
(Reni Eddo-Lodge, jornalista e escritora britânica)

“Ser negro e relativamente consciente é estar quase sempre com raiva.”  
(James Baldwin, romancista ancestral estadunidense)

“Você pode me fuzilar com suas palavras, você pode me cortar com os seus olhos, você pode me matar com seu ódio, mas ainda, como o ar, eu vou me levantar.”  
(Maya Angelou, escritora e poetisa ancestral estadunidense)

“Até que os leões tenham suas histórias, os contos de caça glorificarão o caçador.”  
(Provérbio Africano)

## RESUMO

Esta pesquisa reflete sobre a atuação de mídias negras brasileiras a partir do entendimento de que elas são compostas por pessoas negras e escrevem para pessoas negras. O estudo busca compreender por que essas plataformas de conteúdo existem, como atuam articulam-se no correr dos anos, de que maneira lidam com demandas sociais e em qual perspectiva as trajetórias interseccionam-se e são atravessadas também pelas narrativas de vida das pessoas que delas fazem parte. Utilizando-se da técnica "bola de neve", 12 pessoas negras de três recortes temporais diferentes foram selecionadas para entrevistas semiestruturadas abertas. As/os interlocutoras/es são dispostos de forma equânime quanto ao gênero e falam de seis estados em quatro regiões distintas, quais sejam: São Paulo e Rio de Janeiro, no Sudeste (6 pessoas); Ceará e Bahia, no Nordeste (4 pessoas); Rio Grande do Sul, no Sul (1 pessoa); e Amazonas, no Norte (1 pessoa). Ao referencial teórico, são evocados/as exclusivamente intelectuais negros/as da Antropologia, da Comunicação e de áreas afins das Ciências Sociais e Humanas. Trata-se, portanto, de engendrar a discussão com o vivido pelas personagens da pesquisa a partir de uma hermenêutica negra, de conceitos básicos de consciência negra, identidade, negritude, racismo estrutural e etnomídias, e do entendimento de que afeto, teoria e política, o tripé fundamental à existência humana, estão interligados.

**Palavras-chave:** mídia negra; racismo; comunicação; jornalismo; relações raciais.

## **ABSTRACT**

*This research reflects on black Brazilian media performance based on the understanding that they are composed by black people that are also writing for black people. The survey pursues an understanding of the reason why these kind of platforms exist, how they work and how they have been articulated over the years, how they deal with social demands and in which perspective these trajectories intersect and are also affected by all the life narratives of those who make part of it. Using the “snowball” technique, 12 black people from three different time frames were selected for an open semi-structured interview. The interlocutors are equally set in terms of gender and speak from six states from four different regions: São Paulo and Rio de Janeiro, in the Southeast (6 people); Ceará and Bahia, in the Northeast (4 people); Rio Grande do Sul, in the South (1 person); and Amazonas, in the North (1 person). When it comes to the theoretical framework, exclusively black intellectuals from Anthropology, Communication and related areas of Social and Human Sciences are evoked. It is, therefore, about engendering the matter with these research individuals’ experiences from a black hermeneutic, black consciousness basic concepts, identity, blackness, structural racism and ethnomedia, and the understanding that affection, theory and politics, the fundamental tripod to human existence, are interconnected.*

**Keywords:** *black media; racism; communication; journalism; race relations.*

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b> – Cartografia da pesquisa.....	<b>27</b>
<b>Figura 2</b> – Capa do caderno <i>Afro-Latino-América</i> , do jornal Verso.....	<b>43</b>
<b>Figura 3</b> – Capa do jornal <i>Árvore das Palavras</i> .....	<b>53</b>
<b>Figura 4</b> – Capa de uma das edições dos Cadernos Negros.....	<b>54</b>
<b>Figura 5</b> – Capa de uma das edições do JorNegro.....	<b>62</b>
<b>Figura 6</b> – Capa de uma das edições do jornal <i>Maioria Falante</i> .....	<b>66</b>
<b>Figura 7</b> – Reprodução de quem teria sido Anastácia.....	<b>68</b>
<b>Figura 8</b> – Capa da edição de estreia da Revista <i>Tição</i> .....	<b>78</b>
<b>Figura 9</b> – Ideograma africano que simboliza Sankofa.....	<b>82</b>
<b>Figura 10</b> – Capa de uma das edições do jornal <i>O Progresso</i> .....	<b>84</b>
<b>Figura 11</b> – Capa de uma das edições do jornal “ <i>O Clarim da Alvorada</i> ” .....	<b>85</b>
<b>Figura 12</b> – Capa de uma das edições do jornal “ <i>O Menelick</i> ” .....	<b>86</b>
<b>Figura 13</b> – Capa do jornal <i>Quilombo</i> .....	<b>91</b>
<b>Figura 14</b> – Evolução das mídias negras brasileiras.....	<b>92</b>
<b>Figura 15</b> – Quantidade de colunistas por gênero e raça/cor.....	<b>94</b>
<b>Figura 16</b> – Porcentagem de editores não-brancos por país.....	<b>95</b>
<b>Figura 17</b> – Deserto de Notícias.....	<b>97</b>
<b>Figura 18</b> – Quase deserto de notícias.....	<b>97</b>
<b>Figura 19</b> – Cenários de não-desertos.....	<b>98</b>
<b>Figura 20</b> – Reprodução de postagem na rede social <i>Twitter</i> .....	<b>107</b>
<b>Figura 21</b> – Reprodução de reportagem de cunho racista.....	<b>108</b>
<b>Figura 22</b> – Reprodução da mídia negra virtual <i>Correio Nagô</i> .....	<b>110</b>
<b>Figura 23</b> – Reprodução da mídia negra virtual <i>Notícia Preta</i> .....	<b>110</b>
<b>Figura 24</b> – Capa da primeira edição da Revista <i>Raça</i> .....	<b>114</b>
<b>Figura 25</b> – Capa de um dos números do jornal <i>Malemba</i> .....	<b>121</b>
<b>Figura 26</b> – Capa da edição 19 do <i>Jornal do MNU</i> , veiculada em 1991.....	<b>123</b>
<b>Figura 27</b> – Reprodução da página principal do site <i>Mundo Negro</i> .....	<b>130</b>
<b>Figura 28</b> – Capa do jornal <i>A Tarde</i> com manchete sobre a reportagem produzida por Cleidiana.....	<b>138</b>
<b>Figura 29</b> – Reprodução da página principal do portal mantido por Cleidiana.....	<b>142</b>

<b>Figura 30</b> – Reprodução de reportagem veiculada pelo Diário do Nordeste.....	<b>156</b>
<b>Figura 31</b> – Capa da primeira edição da Afirmativa.....	<b>163</b>
<b>Figura 32</b> – Capa da segunda edição da Afirmativa.....	<b>164</b>
<b>Figura 33</b> – Capa da edição 3 da Afirmativa.....	<b>167</b>
<b>Figura 34</b> – Reprodução da página principal do site da Revista.....	<b>167</b>
<b>Figura 35</b> – Reprodução da página principal do Portal Alma Preta.....	<b>176</b>
<b>Figura 36</b> – Reprodução da página principal do Favela em Pauta.....	<b>184</b>
<b>Figura 37</b> – Reprodução de uma das páginas do Ceará Criolo.....	<b>188</b>

## LISTA DE SIGLAS

<b>ABPN</b>	Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as
<b>ANB</b>	Associação dos Negros Brasileiros
<b>ANTRA</b>	Associação de Travestis e Transexuais
<b>CAPES</b>	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
<b>CNV</b>	Comissão Nacional da Verdade
<b>DIEESE</b>	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
<b>DOPS</b>	Departamento de Ordem Política e Social
<b>DUDH</b>	Declaração Universal dos Direitos Humanos
<b>FNB</b>	Frente Nacional Negra
<b>FOPIR</b>	Fórum Permanente pela Igualdade Racial
<b>GEMAA</b>	Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>IPEAFRO</b>	Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-brasileiros
<b>LGBT</b>	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
<b>MAN</b>	Museu de Arte Negra
<b>MNU</b>	Movimento Negro Unificado
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>PROJOR</b>	Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo
<b>PPGA</b>	Programa Associado de Pós-Graduação em Antropologia UFC-Unilab
<b>SEPPIR</b>	Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
<b>SINDJORCE</b>	Sindicato dos Jornalistas no Ceará
<b>TEN</b>	Teatro Experimental do Negro
<b>UNEGRO</b>	União de Negras e Negros pela Igualdade
<b>UNILAB</b>	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira
<b>USP</b>	Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>1. INSURGÊNCIA</b> .....	<b>18</b>
1.1 Eu, Negro: Motivações Introdutórias .....	18
1.2 Teoria, Afeto e Política .....	22
1.3 Escurecendo a Pesquisa: Eu com os nossos .....	25
1.4. Jornalismo e Antropologia se encontram .....	34
<b>2. 1970-1980: O PESO DA DITADURA</b> .....	<b>39</b>
2.1. “Colocamos nossa revolta na rua” .....	40
2.2. “A gente significava o oposto da Democracia Racial” .....	52
2.3. “O branco brasileiro tem pavor da Ascensão Do Negro” .....	62
2.4. “A gente sabia que queria Combater O Racismo” .....	71
<b>3. SANKOFA</b> .....	<b>82</b>
3.1. Um Direito pretenso a Universal .....	83
3.2 Cenários de deserto .....	96
3.3 Poder da linguagem: perspectivas dialógicas .....	99
3.4 Etnomídias, discursos e etnocomunicação .....	103
<b>4. 1990-2000: NOVOS VELHOS ARES DEMOCRÁTICOS</b> .....	<b>111</b>
4.1 “Nossa Luta é Coletiva e Mundial” .....	111
4.2 “Fortaleza é uma Cidade Negra” .....	120
4.3 “O Mundo trabalha pra fazer a Gente se detestar” .....	128
4.4 “Não teve Levante Negro sem o dedo dos Comunicadores” .....	134
<b>5. COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES RACIAIS</b> .....	<b>144</b>
5.1 Desdobramentos coletivos .....	144
5.2 Identidades e consciências .....	148
5.3 Negritude e branquitude: estigmas .....	153
5.4 Ceará e o fetiche <i>viking</i> .....	155
<b>6. 2010-HOJE: ERA INTERNÉTICA</b> .....	<b>160</b>
6.1. “O Jornalismo é Branco” .....	162
6.2. “Nosso Povo não tem outra saída. Tem que Lutar!” .....	171
6.3. “A gente leva a raça pro texto” .....	179
6.4. “A Construção da Pauta Racial não acontece só no Sudeste” .....	187
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>196</b>

<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>201</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>211</b>

## 1. INSURGÊNCIA

Preta é a minha pele. Preto é o lugar onde eu moro.”

(Carolina de Jesus)<sup>1</sup>

Este capítulo apresenta o percurso de definição do tema e da metodologia desta pesquisa, que se propõe a ser local de ressonância de vozes negras em um pesquisador negro cujo desejo é aproximar áreas do conhecimento para preservar memória, demarcar territórios e colaborar com o debate interdisciplinar da decolonialidade. Serão propostas reflexões sobre relações raciais, comunicação e identidades.

### 1.1 Eu, Negro: Motivações Introdutórias

Quando a negritude aflorou em mim, eu já havia caminhado 32 anos no tempo. Antes disso, eu embranqueci. Ou “desenegreci”, se tenho a permissão aqui para um neologismo. Fui toda sorte de eufemismos para disfarçar uma cor de pele cuja verdade é um pertencimento. Um modo de estar e permanecer no mundo. Uma condição humana. Césaire (2020)<sup>2</sup> me ensinou isso. Até compreender a dimensão do que ele e tantos outros/as intelectuais pretos/as defendiam, porém, eu fui tudo: moreno, mulato, cor de jambo, bronzeado. Menos negro. E isso tem ligação direta com a motivação desta pesquisa.

As identidades eram diversas e também uma só: a negação. Porque ser negro não era bom. Nunca foi. E o mundo dizia isso a todo momento: nas novelas, gente como eu ocupava papéis de subserviência e/ou ameaça, nunca de poder e ascensão; no jornal, a ideologia do colorismo (DEVULSKY<sup>3</sup>, 2021) expunha brancos como “empresários” e “estudantes”, enquanto negros eram “traficantes” e “bandidos”, embora tivessem todos (supostamente) cometido o mesmo crime; na literatura, os protagonistas eram brancos, as histórias eram

---

<sup>1</sup> Carolina Maria de Jesus. Poetisa, compositora e uma das primeiras escritoras negras brasileiras. É hoje tida como uma das mais importantes do país, sendo reconhecida até internacionalmente, mas durante décadas teve o trabalho criticado pela elite intelectual (branca), que se recusava a reconhecer os textos de Carolina como literatura. Morou boa parte da vida em favela, sustentando os filhos com o que arrecadava catando papel. Morreu em 1977, aos 62 anos.

<sup>2</sup> Aimé Fernand David Césaire. Poeta, dramaturgo, ensaísta e militante político martinicano. É um dos criadores do termo “negritude”, cunhado na década de 1930 e que, em essência, é um movimento de defesa das raízes africanas. Foi um dos grandes críticos do discurso colonial. Morreu em 2008, aos 94 anos.

<sup>3</sup> Alessandra Devulsky da Silva Tisescu. Doutora em Direito pela Universidade de São Paulo (USP), Mestre em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, e uma das fundadoras do Instituto Luiz Gama, no qual é diretora jurídica. Atua como professora no programa de mestrado em Direito no Departamento de Ciências Jurídicas na Universidade de Quebec, no Canadá. É advogada e pesquisadora.

contadas por pessoas brancas, notadamente por homens brancos, e até os autores eram brancos<sup>4</sup>, mesmo os negros<sup>5</sup>. Na divisão invisível das funções sociais, havia um lugar predeterminado para o meu povo. Para mim. E não era o de uma vida com sonhos. Justo o contrário. Era o de ser um problema. Algo a ser solucionado.

Havia ainda o componente regional da invisibilidade. Mesmo que ser negro fosse algo bom, eu não poderia sê-lo. O Ceará, meu nascedouro e lugar onde está localizado o município no qual escravizados conquistaram a liberdade quatro anos antes do resto do país<sup>6</sup>, é também palco de uma narrativa que refuta a existência do povo negro. Não é que negros foram desimportantes para o contexto socioeconômico e para a realidade sociopolítica locais. Eles não existiram. Essa é a construção há séculos perpetuada até pelo Estado, cuja maior comenda e sede administrativa, por exemplo, têm o nome de “Abolição”, em alusão ao pioneirismo da libertação de negros, mas quase exclusivamente são os homens brancos tanto quem ocupam o alto escalão do palácio quanto quem recebem medalhas de reconhecimento “por terem ajudado a construir a história do Ceará”, como define o Governo a honraria.

Na escola, nenhuma referência negra. Lidei com professores brancos reproduzindo perspectivas brancas. Nem mesmo a Lei nº 10.639/1996, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileiras nos ensinos Fundamental e Médio, me permitiu acesso a informações honestas sobre meu povo. Os livros didáticos abordavam os “registros oficiais”. E deles fazia parte apenas o discurso do colonizador. O negro, como avalia Fanon<sup>7</sup> (2020), é desprezado e odiado nesses relatos, que apenas reforçam o imaginário de negros serem raça inferior ou extinta. Afinal, só existe quem tem história.

Pensar na máxima “no Ceará não tem negro” me leva a outra importante instituição: a família. Em casa, o debate racial não existia. Sobre sexualidades, sim; raça, não. Era como se não houvesse o que falar, muito embora vivêssemos num estado com população em maioria

---

<sup>4</sup> Pesquisa publicada pela Universidade de Brasília (UnB) indica que perfil de quem escreve livro no Brasil é: 70% masculino e 90% brancos. Estudo pode ser acessado na íntegra em: <https://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/9077/8085>

<sup>5</sup> Tido por especialistas como o maior nome da literatura nacional, Joaquim Maria Machado de Assis foi historicamente tomado pela elite intelectual como um homem branco. Diversas pesquisas, no entanto, reúnem evidências de que o carioca era negro. A discussão sobre o embranquecimento do escritor suscitou a campanha “Machado de Assis Real”, promovida pela Faculdade Zumbi dos Palmares e na qual fotografias do autor são expostas em cores reais (com ele como um homem de pele escura e características negróides).

<sup>6</sup> Redenção, distante 55 quilômetros da capital, Fortaleza, teve os escravizados libertos em 1884. É onde fica uma das sedes da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (Unilab), instituição criada por lei em 2010 e fruto da articulação histórica dos movimentos negros.

<sup>7</sup> Frantz Omar Fanon. Também conhecido como Ibrahim Frantz Fanon. Foi um médico psiquiatra e filósofo martinicano. Projetou-se como pan-africanista e mostrou-se preocupado com a psicopatologia da colonização e como isso tinha consequências socioculturais. É uma importante referência dos estudos pós-coloniais. Morreu em 1961, aos 36 anos.

autodeclarada preta ou parda<sup>8</sup>, tivéssemos conhecimento de diversas relações intrafamiliares interracialis e eu tenha sido alvo de incontáveis comentários nos quais minha cor era conflito e piada, como prática de um racismo recreativo (MOREIRA<sup>9</sup>, 2019), antes até de minha orientação sexual. Mas nem esses embates racializaram os ensinamentos.

É preciso considerar ainda o quanto eu transitava por espaços frequentados só por pessoas brancas. O entendimento de meu pai sobre os processos educacionais serem decisivos no traçado do meu destino profissional me fez estudar em escolas particulares durante toda a vida. Isso me blindou de acessar realidades de mais pessoas negras. Em contrapartida, me expôs a outras vulnerabilidades. De 60 alunos da sala, eu e mais dois estudantes éramos negros. Todos os demais eram brancos. Eu, de periferia; eles, de classe A ou AA.

Em busca de aceitação, eu, um negro de trejeitos afeminados, gay e de pele não tão escura, me clareava ainda mais. Roupas, vocabulários, hábitos, tudo o que aquele universo (branco) me demandava, eu buscava. Me embranqueci. Mas também fui embranquecido. Eu não era negro. “É aquele moreno. É até bonito, ele”. Moreno sim; negro, não. E olhe que moreno nem cor é. Essa sentença de “morenização” solapava minha negritude, exposta e apontada apenas em momentos de tensão. No sumiço de algo na cantina, por exemplo, não havia presunção de inocência. “Foi o escurinho ali”. Na suspeita de uma agressão, também não. “Foi o negrinho acolá”. Ainda assim, mesmo diante de componentes tão explícitos de racismo, eu atribuía todas essas assimetrias a questões de classe, não de raça. Me faltava letramento racial<sup>10</sup>.

Entender que esses e outros episódios tiveram a raça como motivação só ocorreu em agosto de 2018. Reagir ao racismo, nos moldes de algo próximo à proposta de Lorde<sup>11</sup> (2020) para mulheres negras e os usos da raiva decorrente do preconceito, até então dava-se pelo furor generalista diante da constatação das desigualdades. A fúria era filha da percepção de quantas oportunidades eu não teria por vir de uma família distante do poder econômico de todas com as quais convivi. Eu sequer dispunha de ferramentas teórico-metodológicas para dimensionar a influência secular da minha própria área de atuação profissional na formação de um imaginário coletivo desfavorável à população a qual eu pertencia.

---

<sup>8</sup> Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Ceará tem 5,29% de pretos e 65,71% de pardos, o que implica em 71% da população total considerada negra, conforme o sistema de classificação atual, que, de acordo com Pinto (2010), tem raízes de 1822 (200 anos, portanto).

<sup>9</sup> Adilson José Moreira. Doutor em Ciências Jurídicas pela Universidade de Harvard, doutor em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e mestre em Direito pela UFMG. Principal referência brasileira no conceito de racismo recreativo, cuja aplicação tem embasado inclusive sentenças judiciais.

<sup>10</sup> Conceito será detalhado no decorrer da pesquisa e aprofundado na seção 5.1.

<sup>11</sup> Audrey Geraldine Lorde. Foi uma escritora feminista norte-americana de origem caribenha. Negra e lésbica, atuou como ativista dos direitos civis e homossexuais, produzindo textos sobre temas como racismo, machismo, feminismo e opressão. Morreu em 1992, aos 58 anos.

Os tradicionais veículos de comunicação não querem que as mulheres, especialmente as brancas, reajam ao racismo. Querem que o racismo seja aceito como fato imutável da estrutura da nossa existência, como o anoitecer ou um resfriado comum. Estamos trabalhando, portanto, em um contexto de oposição e ameaça, cuja causa certamente não é a raiva que há entre nós, mas sim o ódio virulento direcionado contra todas as mulheres, contra pessoas de cor, lésbicas e gays, contra pessoas pobres - contra todas nós que procuramos examinar as particularidades de nossas vidas ao mesmo tempo que resistimos às opressões e avançamos em direção a uma coalização e a mudanças concretas. [...] O ódio é a fúria daqueles que não compartilham os nossos objetivos, e a sua finalidade é a morte e a destruição. A raiva é um sofrimento causado pelas distorções entre semelhantes, e a sua finalidade é a mudança. (LORDE, 2020, P. 161).

A raça e a raiva na perspectiva acima conceituada tornam-se elementos norteadores de leituras sociais, compreensões de contextos e tomada de posicionamentos quando, em 2018, participei da formação “Abdias Nascimento<sup>12</sup> - Comunicação e Igualdade Racial”. Oferecida pelo Sindicato dos Jornalistas no Ceará (Sindjorce), a capacitação reuniu 45 comunicólogos profissionais e estudantes, atuantes no mercado ou não, brancos e negros, e um público em geral interessado no tema. Os nomes foram definidos após uma seleção pública com quase 200 inscritos<sup>13</sup>.

Esse grupo fez leituras e dinâmicas, debateu relações raciais a partir de experiências pessoais e relatos de intelectuais negros, vivenciou palestras ministradas por facilitadores negros e, ao fim de 11 encontros semanais noturnos, elaborou produtos de comunicação para promoção da igualdade racial. Dez projetos foram apresentados, dentre os quais o portal Ceará Criolo<sup>14</sup>, idealizado por mim, três publicitárias pretas e um jornalista branco<sup>15</sup>. Naquele ano, nossa iniciativa foi eleita o melhor projeto do gênero no Estado.

Cada experimento do curso era uma descoberta, um atravessamento de tornar-me um homem negro similar ao conceito cunhado por Souza<sup>16</sup> (2021, p. 46): “saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas”. E, mais ainda, quando a autora

---

<sup>12</sup> Abdias do Nascimento. Jornalista, ator, dramaturgo, político, ativista de direitos humanos, professor, artista plástico e político, é um dos nomes mais importantes dos movimentos negros brasileiros, tendo sido indicado ao Prêmio Nobel da Paz em 2010. Criou o Teatro Experimental do Negro (TEN), o Museu de Arte Negra (MAN) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-brasileiros (Ipeafro). Atuou em diversos movimentos nacionais e internacionais. Ocupou cargos políticos e chegou a exilar-se durante a Ditadura Militar, ficando 13 anos no exterior. Morreu em 2011, aos 97 anos.

<sup>13</sup> O curso de extensão foi fruto de parceria do Sindjorce com a Universidade Estadual do Ceará (Uece) e a Unilab, tendo sido contemplado em edital público. A formação teve 88 horas/aula e, além da autodeclaração racial, considerou como critérios de seleção: a equidade de gênero e a diversidade sexual, além de destinar 50% das vagas a profissionais da Comunicação (jornalistas, publicitários, radialistas e comunicadores populares).

<sup>14</sup> O portal segue em atividade, já tendo conquistado três prêmios de jornalismo e sido finalista de outros dois.

<sup>15</sup> Jéssica Carneiro, Tatiana Lima, Rayana Vasconcelos e Rafael Ayala.

<sup>16</sup> Neusa Santos Souza. Psiquiatra, psicanalista e escritora baiana. Mestre em Psiquiatria. Analisou sociológica e psicologicamente a negritude e o racismo, produzindo um estudo até hoje considerado marco para a psicologia preta brasileira. Morreu em 2008, aos 60 anos.

fala desse processo como uma libertação: “mas é também, e sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades.”

Foi, portanto, um caminho doloroso, muitas vezes contraditório e edificador, aquele iniciado ali, numa formação coletiva, após mais de três décadas de vida. Abri os olhos para a urgência da pauta racial tanto no âmbito privado, dos afetos e das relações interpessoais, quanto na esfera pública, o que, por consequência, me fez ter condições de voltar, enfim, a atenção para meus campos, a Comunicação e o Jornalismo, e utilizar minha matéria-prima de trabalho, as palavras, na perspectiva de ressignificar o possível. E o impensável também.

## 1.2 Teoria, Afeto e Política

Quando hooks<sup>17</sup> (2017; 2020) me apresentou o amor e a teoria enquanto práticas de cura e libertação, eu senti como se ela, hoje ancestral, validasse algo em mim. Para mim. Sobre mim. Era julho de 2019, eu, há pouco, havia despertado para a grandiosidade da minha raça e também acabado de concluir um processo intenso de escrita, um exercício pra dentro de minha inteireza pela literatura e cujo início deu-se na busca de enxergar uma possibilidade de vida a partir da dor de outra pessoa.

Eu tentava, pelos dizeres, edificar um futuro, algum futuro, qualquer futuro possível e diferente do sentenciado por três homens brancos, de jalecos brancos num quarto branco para minha mãe, uma mulher sertaneja, cerca de dois anos antes. Uma mulher dos afetos, até então eterna aos meus olhos, perdia ares de divindade. Morreria. Dali a pouco, diziam os médicos. Eu, então, escrevi: “tudo, no fim, finda”. Ainda não findou.

Ela derramou-se, transbordou em si mesma numa manhã de setembro, e inaugurou em nós, para nós, o desejo - ou a necessidade - de reconstruir(mos) o mundo no qual vivíamos. Na impossibilidade de mudar o que estava posto, me atrevi a narrar histórias. Dela. Minhas. Nossas. Arrisquei escrever palavras por dentro, as mais bonitas que pudesse. Ressignifiquei o possível. E me curei um pouco.

Se cura é ressignificação e liberdade, o Jornalismo que eu praticava no Ceará Criolo também o seria. As falas da pensadora feminista norte-americana atravessaram meu corpo e o portal ganhou em mim outra proporção. Era como se as palavras de bell hooks abraçassem o

---

<sup>17</sup> Gloria Jean Watkins. Professora, lecionou inglês e estudos étnicos em diversas universidades dos Estados Unidos. Escreveu livros de teorias feminista e racial, sendo uma das principais pensadoras sobre os temas. Apresentava-se como teórica, artista e ativista antirracista. Foi influenciada pelo educador brasileiro Paulo Freire. Escrevia o nome artístico em minúsculas como um ato político de levar o leitor a focar mais nas ideias que propunha do que nela enquanto pessoa. Morreu em 2021, aos 69 anos.

que escrevi para minha mãe logo após todas aquelas nossas histórias me levarem ao principal prêmio de literatura do país<sup>18</sup> e, assim, eu compreendesse a importância de ocupar quantos espaços fossem necessários para falar sobre o que me move.

Entendi que era preciso discutir negritudes como uma prática de afeto, uma forma de assegurar a mim e ao outro, também negro, representatividades. Mas tratava-se, sobretudo, também de um posicionamento político. De contribuir com uma causa coletiva e garantir a quem ainda vem uma vida melhor do que a minha, propiciada pela luta dos tantos que já foram. E, considerando a trajetória que trilhei, isso passava necessariamente pelo Jornalismo.

Observei o entorno, me percebi sozinho nas equipes brancas das quais fazia parte e iniciei tensionamentos e movimentos de ocupação, o que me levou de volta à academia, ambiente no qual já havia estado em outras quatro oportunidades e, em todas elas, tive apenas professores brancos sem qualquer compromisso com questões raciais. O desejo da docência e a consciência de, enfim, enxergar a intelectualidade como um lugar para mim resultaram em dois anseios: pesquisar mídias negras em um programa de pós-graduação de universidade pública com políticas afirmativas para pessoas negras e ser orientado por uma mulher negra.

O primeiro desejo era fruto de um engajamento político. De perceber o quão elitizado é o espaço acadêmico, cujo corpo docente em instituições federais é apenas 15% negro<sup>19</sup> e cujos currículos insistem em ignorar a questão racial, a despeito de desde 2018 mais de 50% dos alunos de graduação dessas mesmas universidades federais serem pretos ou pardos<sup>20</sup>. Eu queria, portanto, enegrecer espaços, simbólica e fisicamente, numa tentativa de ser mais um instrumento a colaborar com a qualificação e aperfeiçoamento de uma política afirmativa tão fundamental à reparação ao povo negro e, ao mesmo tempo, tão tardia e ameaçada por ondas de ultraconservadorismo, negacionismo, anticiência e contra qualquer demanda de direitos humanos que envolvam minorias<sup>21</sup>.

Meu desejo era ser parte do aumento da quantidade, ainda irrisória, de pretos e pardos cursando mestrados e doutorados. Estudo da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) indica que, em 2019, apenas 29% dos estudantes de pós-

---

<sup>18</sup> Prêmio Jabuti, na edição de 2020. O livro “E, no princípio, ela veio: crônicas de memória e amor”, meu primeiro e escrito em homenagem à minha mãe, foi finalista do concurso, sendo considerado um dos dez melhores livros do gênero no Brasil naquele ano. Minha mãe me pariu na vida e na literatura.

<sup>19</sup> De acordo com o Censo do Ensino Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

<sup>20</sup> Conforme levantamento feito pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes).

<sup>21</sup> Considera-se aqui a população negra brasileira uma minoria sociológica, já que o IBGE aponta o país como numericamente de maioria negra (56% autodeclarados pretos ou pardos).

graduação no Brasil eram negros. Um atestado, portanto, do quão necessária ainda é a vigência das cotas raciais no país.

Já ter uma mulher negra como orientadora implicava em algo determinante para mim, enquanto homem negro estudando mídias negras, e à pesquisa em si. Pelos posicionamentos em pautas relacionadas às negritudes, pelo envolvimento em bancas de heteroidentificação, pela dinâmica aplicada em sala de aula, no tocante às epistemologias, inclusive, privilegiando intelectuais negros, e tantos outros qualificadores, eu tinha certeza de que a professora Vera Rodrigues<sup>22</sup> compreenderia a proposta de metodologia deste estudo. E assim o fez, ao aceitar meu convite à orientação, dizendo no primeiro e-mail que trocamos: “o seu interesse em fazer uma dissertação comprometida me parece sincero, assim como o reconhecimento pelo trabalho que desenvolvo dentro e fora da universidade. Isso me leva a acreditar que possamos construir uma parceria afetiva, teórica e política.”

Ingressei, pois, no Programa Associado de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA/ UFC-Unilab) em edital específico para pessoas negras e, de pronto, passei a contar como companheira de caminhada com uma mulher negra cuja tonalidade escura da pele<sup>23</sup> incidiu diretamente na percepção e vivência dos mundos.

Ao referir-se a um episódio da infância, Rodrigues (2021, p. 18) sintetiza desta forma a experiência: “eu era negra. Não havia lugar para dúvida ou mesmo um entrelugar, um limbo social. E ser negra implicava em pele preta. E, portanto, em rejeição. Em solidão. Em não ser bem-vinda em diferentes espaços de socialização”. Ela reúne, portanto, três dos principais marcadores sociais: é mulher, é negra e é de origem pobre. Opressões que se encontram, se interseccionam, gerando diversos e complexos eixos de subordinação, como primeiro definiu Crenshaw<sup>24</sup> (2020) e, depois, popularizou Collins<sup>25</sup> (2021).

Ter como orientadora uma mulher negra, consciente de si e posicionada em defesa da desconstrução dos históricos arquétipos negativos do povo negro me absteve de experienciar

---

<sup>22</sup> Vera Regina Rodrigues da Silva. Doutora em Ciência Social (Antropologia Social) pela USP e mestra em Antropologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora adjunta do Instituto de Humanidades da Unilab e professora efetiva do PPGA UFC-Unilab.

<sup>23</sup> Neste estudo, evitaremos o uso de “retinto” por entendermos que a aplicação do termo no contexto do agronegócio favorece uma prática racista, já que se refere a uma raça de gado introduzida no mercado brasileiro há cerca de uma década.

<sup>24</sup> Kimberlé William Crenshaw. Uma das principais estudiosas da teoria crítica da raça, discutindo a sobreposição de sistemas de opressão e discriminação aos quais mulheres são submetidas devido à etnia, sexualidade e bens financeiros/econômicos. É afro-americana e professora da Universidade da Califórnia. Doutora e mestra em Direito.

<sup>25</sup> Patricia Hill Collins. Norte-americana, professora universitária de Sociologia. Estuda principalmente feminismo e gênero. É também filósofa e notabilizou-se por incorporar às análises que faz elementos da ficção, poesia, música e história oral.

a máxima “o racismo nos faz perder um tempo vital explicando o óbvio”, atribuída a Toni Morrison<sup>26</sup>. A proposta de elaborar uma pesquisa afrorreferenciada<sup>27</sup> estava posta. E eu não precisaria listar os porquês. Pelo fato de ser quem é, a professora Vera Rodrigues alcançou a dimensão dessa decisão metodológica. Era adepta dela, pagando um preço alto por isso, ao ser demandada - às vezes, de modo discreto, mas nem sempre - a citar os cânones.

Retorno, então, a hooks (2017; 2020) para dizer o quanto as palavras que moram nestas páginas são tentativa de cura. Um desejo de utilizá-las para desdobramentos coletivos, mesmo sendo a produção um trabalho individual. Entendo cada expressão deitada no papel com uma razão de ser. Escolha. Afetiva, teórica e política. Mas, sobretudo, de perpetuação. Para contribuir com a preservação de uma memória muito específica do meu povo, o negro. Uma memória pelos dizeres. Um jeito de resistir.

### 1.3 Escurecendo a Pesquisa: Eu com os nossos

Falo nesta pesquisa não só a respeito dos meus, mas através dos meus. Não apenas sobre eles, mas ao lado deles. Com eles. Sou eu com os nossos. Ancestrais e ainda vivos. De negro para negro. Por isso, a espinha dorsal deste estudo é o traço metodológico “*study up*”, trazido por Kilomba<sup>28</sup> (2019) para detalhar aquele/a pesquisador/a que analisa o grupo social ao qual pertence.

Para a realidade desta investigação, isto aplica-se em múltiplas perspectivas, visto que sou negro, comunicólogo, integrante de uma mídia negra e pesquiso mídias negras a partir do relato de outras pessoas negras, em sua maioria comunicólogos que, por sua vez, são majoritariamente jornalistas, que atuaram ou ainda atuam em alguma mídia negra brasileira. Trata-se de um pressuposto tal qual sintetiza Kilomba (2020, p. 12): “como é que se pode escrever sobre a negritude num espaço onde não há um único livro escrito por autorxs negrxs<sup>29</sup>?”.

---

<sup>26</sup> Chloe Ardelia Wofford. Escritora, professora e editora norte-americana. A primeira mulher negra a ganhar um Prêmio Nobel de Literatura. Produziu textos fortes sobre experiências de mulheres negras nos Estados Unidos dos séculos XIX e XX. Autora de textos de ficção, romances e estudos sobre raça, gênero e beleza. Morreu em 2019, aos 88 anos.

<sup>27</sup> Pesquisa cujos/as intelectuais são todos/as negros/as em diáspora.

<sup>28</sup> Grada Kilomba. É psicóloga, escritora e teórica antirracista. De Portugal, com raízes em São Tomé e Príncipe e Angola. É conhecida por criar trabalhos multidisciplinares nos quais implica questões raciais e de identidade de gênero. Tem 54 anos.

<sup>29</sup> Reproduzo aqui os termos utilizados pela autora para ser fiel à aplicação original, mas compreendendo a complexidade do debate acerca da linguagem neutra, reivindicada por pessoas que não se identificam com a lógica binarista dos artigos masculino/feminino, e a discussão crítica que se faz do uso do elemento “x”, avaliado por

Faço este movimento por hoje discernir que antes de ser comunicólogo, jornalista, escritor, pesquisador, militante dos direitos humanos, membro de um programa de mestrado e homem-cis-periférico-antirracista, sou negro. Sou um corpo negro repleto de atravessamentos de/em um mundo embranquecido. Há, antes da titulação, qualquer que seja ela, o que sou. Fazer disso uma determinante da pesquisa é criar conexões opostas ao modelo ocidental. É estabelecer elos para uma prática da continuidade da palavra, como quem vive dela/nela (RAMOSE<sup>30</sup>, 1999). Ecoar vozes de autores negros e autoras negras nestas páginas torna-se conduta decolonial - outra característica deste trabalho. Porque minha decolonialidade vem do que eu significo.

A construção da discussão desta pesquisa é feita toda a partir de teorias e reflexões de intelectuais negros/as da Antropologia, da Sociologia e da Comunicação, em especial do Jornalismo, assim como também são negros todos os interlocutores/as. Logo, este trabalho se propõe a uma abordagem interdisciplinar de caráter qualitativo e composto de entrevistas semiestruturadas abertas. Foram, ao todo, mais de 17 horas de diálogos transcritos e usados como matéria-prima para a tessitura de histórias negras de quem fez/faz da palavra instrumento de resistência e tecnologia de sobrevivência.

Aconteceram 12 entrevistas com produtores/as de mídias negras que se autodefinem negros/as. Tudo de maneira remota, dado o contexto de pandemia, utilizando-se a plataforma *Google Meet* e captando-se apenas o áudio das conversas para consulta posterior. A definição dos nomes deu-se a partir de nove dimensões, nesta ordem de importância: raça, idade, período histórico de existência da mídia negra em questão, relevância dessa mídia negra, região do Brasil na qual essa mídia foi/é produzida, tipo de conteúdo produzido por essa mídia, gênero, função exercida na mídia e formação profissional. O ponto de partida para análise dos nomes foram indicações feitas por colegas de profissão de Fortaleza e de vários estados brasileiros integrantes da Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial (Cojira), após provocação nossa.

Foi essa rede de contatos, acionada, em primeira instância e tentativa, a partir de uma referência familiar, que me levou a uma liderança jornalística e sindical negra do Sul. Vera Daisy Barcellos não só tornou-se uma das interlocutoras da pesquisa, como intermediou processos junto à Cojira e me apresentou a membros daquele grupo que foram essenciais para

---

muitos como “capacitista” por inviabilizar a leitura por softwares para pessoas cegas das palavras nas quais ele é aplicado. O ideal, segundo apontam os movimentos, seria o uso do “e.”

<sup>30</sup> Mogobe Bernard Ramose. Filósofo sul-africano tido como um dos pensadores-chave da popularização da filosofia africana, sobretudo da filosofia Ubuntu [pronuncia-se Ubúntu], que defende a interconexão entre todos os seres do planeta. É professor universitário.

que a rede de contatos se transformasse em uma rede de apoio, na qual sempre fui acolhido quando precisei de suporte, que me levou a outros interlocutores. O estabelecimento desses vínculos se consolidou na evolução da pesquisa e foi primordial para a captação de credenciais dos possíveis entrevistados e feitura de pesquisas prévias às entrevistas. Ou seja: definiu os rumos deste estudo e colaborou sobremaneira para a consolidação da metodologia aplicada. A técnica “bola de neve” marca, portanto, a maneira como foram identificados esses profissionais para a construção da amostra desta pesquisa.

Considerando a sobrevida de cada mídia negra, em especial o ano de criação delas, os 12 participantes/meios de comunicação foram distribuídos em grupos, por recortes temporais. Isso foi necessário para melhor localização e contextualização geopolítica de cada narrativa e por crermos essencial o destaque de três marcos históricos e suas vicissitudes, determinantes ao exercício da Comunicação: a Ditadura Militar, a vigência da Constituição Federal de 1988 e a Internet como principal plataforma de produção noticiosa do mundo.

Desse modo, temos uma cartografia formada por três grupos de quatro interlocutores cada, sendo seis homens e seis mulheres, todos/as negros/as, de três gerações distintas e oriundos de seis estados de quatro regiões diferentes do Brasil.

**Figura 1** – Cartografia da pesquisa.



Fonte: Bruno de Castro Brito (2022).

Cinco dessas pessoas falam a partir de São Paulo (41% do total). Trata-se de uma escolha consciente, justificada pelo fato de a maior cidade do país ser, historicamente, local de criação e atuação da maior quantidade de mídias negras brasileiras. Temos, então, este cenário

**Tabela 1** – Interlocutoras e interlocutores.

<b>NOME</b>	<b>MÍDIA NEGRA</b>	<b>PERÍODO DE EXISTÊNCIA DA MÍDIA</b>	<b>CIDADE SEDE DA MÍDIA</b>
Neusa Maria Pereira (jornalista)	Caderno Afro-Latino-América, do jornal Versus	1977-1979	São Paulo (SP)
Jamu Minka (jornalista)	Jornal Árvore das Palavras	1974-indefinido	São Paulo (SP)
Éle Semog (poeta)	Jornal Maioria Falante	1987-indefinido	Rio de Janeiro (RJ)
Vera Daisy Barcellos (jornalista)	Revista Tição	1978-1982	Porto Alegre (RS)
Oswaldo Faustino (jornalista)	Revista Raça Brasil	1996-hoje	São Paulo (SP)
Alex Ratts (antropólogo)	Jornal Malemba	1992-1995	Fortaleza (CE)
Silvia Nascimento (jornalista)	Site Mundo Negro	2001-hoje	São Paulo (SP)
Cleidiana Ramos (jornalista)	Cadernos especiais de 20 de Novembro do jornal A Tarde	2003-2015	Salvador (BA)
Jonas Pinheiro (jornalista)	Revista/site Afirmativa	2014-hoje	Cachoeira (BA)
Pedro Borges (jornalista)	Agência Alma Preta Jornalismo	2015-hoje	São Paulo (SP)
Ariel Bentes (jornalista)	Site Favela em Pauta	2017-hoje	Manaus (AM)
Jéssica de Souza (publicitária)	Portal Ceará Criolo	2018-hoje	Fortaleza (CE)

Fonte: Produção do autor.

O primeiro grupo de interlocução é formado por quatro jornalistas atuantes no fim dos anos 1970 e a toda a década de 1980, período no qual a liberdade da imprensa foi cerceada e a censura, corporificada pelos fiscais do Departamento de Ordem Política e Social<sup>31</sup> (Dops), incidia sem descanso sobre as mídias negras até pelo menos 1985, quando o Regime Militar teve fim e o país iniciou o percurso rumo ao Estado Democrático de Direito, que vige até hoje.

Essa primeira representação é composta por duas mulheres e dois homens com idade média de 70 anos. Um homem e uma mulher falam de experiências vividas em jornais impressos publicados na capital paulista, enquanto outra mulher apresenta o contexto de uma revista elaborada em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, e outro homem traz relatos de um jornal rodado no município do Rio de Janeiro.

O segundo grupo de interlocutores retrata o período compreendido entre todos os anos 1990 e a primeira década de 2000. Nesta época, o Brasil respira ares de democracia por conta da promulgação da Constituição de 1988, chamada de Constituição Cidadã pela garantia de paradigmas inclusivos e de respeito à dignidade humana após 21 anos de uma Ditadura que rifou centenas de vidas daqueles que se opunham a ela, inclusive de jornalistas<sup>32</sup>.

As/os entrevistadas/os falam das realidades nordestina e sudestina, sendo um homem de Fortaleza, no Ceará, uma mulher de Salvador, na Bahia, e um homem e uma mulher da cidade de São Paulo. São pontos de vista de quem era criador/membro de uma mídia negra, seja ela jornal ou revista, ou de uma mídia negra que erigiu de/em um contexto hegemônico, maior, de uma empresa de comunicação de grande porte (e, por isso, lida com uma dinâmica muito particular das forças internas da corporação e dos processos noticiosos).

O terceiro e último grupo de interlocutores contempla todos os anos a partir de 2010 até hoje, 2022, cujos principais marcos são: num contexto macro, o advento da *Internet* e das mídias sociais digitais como ponto de inflexão a um novo modo de expressão e Comunicação; e, num contexto endógeno às mídias negras, o aumento nunca antes registrado do surgimento de plataformas do gênero, favorecidas exatamente por esse cenário digital.

Essa é a geração mais jovem de entrevistadas(os). Os dois homens e as duas mulheres têm entre 24 e 36 anos. Elas e eles atuam em portais de notícias cujas pautas são

---

<sup>31</sup> Criado em 1928 pelo governo brasileiro para disciplinar a ordem militar no país. Funcionava como polícia nos estados fazendo repressão a comunistas, anarquistas, sindicatos e movimentos sociais. São Paulo e Rio de Janeiro eram as Unidades da Federação com mais aparato.

<sup>32</sup> Em 2011, no governo da então presidenta Dilma Rousseff, foi instituída a Comissão Nacional da Verdade (CNV), um colegiado cuja missão era investigar violações de direitos humanos cometidas pelo Estado brasileiro durante o Regime Militar. Foi analisado o período compreendido entre os anos de 1946 e 1988, sobretudo de 1964 a 1985, enquanto durou a Ditadura. A CNV reconheceu 434 mortes e desaparecimentos políticos, e indicou 377 agentes públicos como autores de crimes de diversas naturezas.

racializadas desde a concepção até a composição visual. O representante de São Paulo fala sobre a maior mídia negra brasileira da atualidade. Um jornalista de Salvador (BA) revela as formulações de uma revista que virou portal. E as duas demais interlocutoras, encerrando o rol de entrevistas, detalham o trabalho desenvolvido por elas em mídias negras de Manaus (AM) e Fortaleza (CE), sendo o produto da capital cearense o primeiro da história do estado em caráter virtual e composto exclusivamente por comunicólogos e comunicólogas.

De forma a proporcionar uma melhor experiência de leitura, optamos pela distribuição intercalada das entrevistas e do construto do referencial teórico desta pesquisa. Assim, quem dedicar algum tempo às próximas páginas será sempre apresentado a narrativas de vida sobre mídias negras brasileiras e, em seguida, às discussões sócio-históricas de temáticas sensíveis à existência dessas mídias, questões que as atravessam, determinam posicionamentos e são ponto nevrálgico para a repercussão dos conteúdos que produziram/produzem.

Para consolidar a discussão feita no segundo capítulo pelo grupo de interlocutores(as) atuantes em mídias negras brasileiras na Ditadura Militar, o momento seguinte deste trabalho, intitulado Sankofa, se propõe a um exercício de olhar para trás, nos termos de Lopes<sup>33</sup> (2011). Assim, exporemos o quanto a articulação do povo negro pelo Jornalismo deu-se na história nacional não de forma episódica e sim como resistência programática (ARAÚJO<sup>34</sup>, 2021; PINTO<sup>35</sup>, 2010) e alcance continental (DOMINGUES<sup>36</sup>, 2007), sendo a comunicação um direito também do povo preto e não privilégio de um grupo.

O capítulo põe em diálogo Mullings (2005), Ramos<sup>37</sup> (1995) e Nascimento (2016). Os autores falam sobre a relação entre meios de comunicação, negros e hegemônicos, e questões sociais, tais como a construção de significados e simbolismos que afetam sobremaneira a vida de populações marginalizadas/negras. Além disso, a seção debate etnocomunicação

---

<sup>33</sup> Nei Braz Lopes. Bacharel em Direito e em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É estudioso das culturas africanas e na temática afro-originada. Escritor, compositor e sambista.

<sup>34</sup> Valmir Teixeira de Araújo. Doutor em Comunicação Social com ênfase em Jornalismo e imprensa negra. Nasceu em Paracatu (MG), atuou profissionalmente em Tocantins (GO) e São Paulo (SP) e hoje pesquisa mídias negras no contexto norte-americano.

<sup>35</sup> Ana Flávia Magalhães Pinto. Graduada em Comunicação Social/ Jornalismo, mestre e doutora em História. Natural de Planaltina (DF).

<sup>36</sup> Petrônio José Domingues. Graduado, mestre e doutor em História. Professor de graduação e pós-graduação.

<sup>37</sup> Alberto Guerreiro Ramos. Foi um sociólogo e político negro brasileiro. Nasceu em Santo Amaro da Purificação, na Bahia, e morreu nos Estados Unidos.

(BORGES<sup>38</sup>, 2019) e poder da linguagem (NASCIMENTO<sup>39</sup>, 2019; KI-ZERBO<sup>40</sup>, 2010; FANON, 2020; E KILOMBA, 2019). Há ainda uma demonstração do quão desértico é até hoje o território brasileiro (ATLAS DA NOTÍCIA/PROJOR, 2021) para as mídias negras.

Em seguida ao momento dedicado aos/às interlocutores(as) do período pós-Ditadura, esta pesquisa se deterá no binômio Comunicação/relações raciais. Pretende-se aqui focar em desdobramentos tensionados pelas mídias hegemônicas (CARNEIRO<sup>41</sup>, 2011), que cumprem papel estratégico na manutenção do racismo estrutural (ALMEIDA<sup>42</sup>, 2019) dentro de uma lógica de desigualdade racial midiática (SANTOS<sup>43</sup>, 2018) e necropolítica (MBEMBE<sup>44</sup>, 2018). Assim, vamos explorar o cenário maniqueísta da negritude (CÉSAIRE, 2022) e branquitude (CARDOSO<sup>45</sup> & MÜLLER<sup>46</sup>, 2017), cuja base é o pacto narcísico da branquitude (BENTO<sup>47</sup>, 2014), que está na centralidade da vivência desses corpos e que em um estado como o Ceará, no qual o apagamento da história negra é recorrente, desperta certo fetiche por um sangue nórdico (FERREIRA<sup>48</sup>, 2020).

---

<sup>38</sup> Rosane da Silva Borges. Graduada em Comunicação Social, especialista em Comunicação e Educação, mestra e doutora em Jornalismo. É professora colaboradora do Centro de Estudos Latino-Americanos em Comunicação e Cultura (Celacc).

<sup>39</sup> Gabriel Nascimento dos Santos. Graduado em Letras, mestre em Linguística Aplicada e doutor em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês. É professor da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) e foi *visiting scholar* na *University of Pennsylvania*.

<sup>40</sup> Joseph Ki-Zerbo. Historiador, escritor e político natural de Burkina Faso. Foi membro do Conselho Consultivo da Unesco, instituição na qual também atuou como conselheiro científico para a elaboração de coletânea de livros sobre a História da África. Também atuou como professor da *Université d'Ouagadougou* (instituição pública que hoje leva o seu nome). Morreu em 2006, aos 84 anos.

<sup>41</sup> Aparecida Sueli Carneiro Jacoel. Filósofa e doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Fundadora e coordenadora executiva do Geledés Instituto da Mulher Negra, é ativista do Movimento Feminista e do Movimento Negro do Brasil.

<sup>42</sup> Silvio Luiz de Almeida. Graduado em Filosofia e Direito, mestre em Direito Político e Econômico e doutor em Direito. É também escritor, professor em universidades norte-americanas e atualmente é ministro dos Direitos Humanos e Cidadania do Brasil.

<sup>43</sup> Tiago Vinícius André dos Santos. Graduado em Direito, mestre em Direitos Humanos e doutor em Direitos Humanos. Pesquisa a partir de referenciais do Direito Antidiscriminatório e da Teoria Crítica Racial.

<sup>44</sup> Joseph-Achille Mbembe. É um filósofo, ensaísta e historiador nascido em Camarões. Atua como professor e é também teórico político, o que o faz escrever recorrentemente sobre política e histórica africana. Tem residência em Joanesburgo, na África do Sul.

<sup>45</sup> Lourenço da Conceição Cardoso. Graduado em História, especialista em Pós-colonialismos e Cidadania Global, mestre e doutor em Sociologia. É professor da Unilab, no Ceará. Foi o primeiro a escrever uma dissertação de mestrado e uma tese de doutorado sobre o tema branquitude a respeito da realidade brasileira.

<sup>46</sup> Tânia Mara Pedroso Müller. Graduada em Pedagogia, especialista em Educação e Saúde, mestra e doutora em Educação e pós-doutora em Antropologia. É professora da Universidade Federal Fluminense (UFF) e coordena o Grupo de Pesquisa e Estudos em Relações Étnico-raciais, Educação e Formação Docente (Gerer/UFF).

<sup>47</sup> Maria Aparecida Silva Bento. Graduada em Psicologia, mestra em Psicologia Social e doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano. Cunhou a expressão e o conceito de pacto narcísico da branquitude, aplicado nesta pesquisa.

<sup>48</sup> José Hilário Ferreira Sobrinho. Graduado em Ciências Sociais e mestre em História. É professor universitário e tem pautado debates sobre pardalização e morenização no Ceará, de onde é natural. Na década de 1990, tocou o jornal "Malemba", também foco desta pesquisa.

No decorrer do estudo, discutiremos a emancipação pelo jornalismo (OLIVEIRA<sup>49</sup>, 2017); uma comunicação atravessada pelo “pretuguês” de Gonzalez<sup>50</sup> (1988) e que contribui sobremaneira para a construção de identidades (MUNANGA<sup>51</sup>, 2020; BARROS<sup>52</sup>, 2019). Numa analogia a Du Bois<sup>53</sup> (2021), a mídia hegemônica funcionaria como um véu que impede quem está de um lado enxergar o outro. Iniciativas negras, então, seriam o romper deste véu?

Muito embora saibamos das limitações da escrita, pois nenhuma, por mais extensa e bem estruturada que seja, abrange a pluralidade e a grandiosidade das vidas e experiências humanas, ainda mais aquelas racializadas, esta pesquisa é uma forma de contribuir com a construção de uma nova geografia acadêmica para o meu povo. Por isso, cada nome negro aqui citado terá resgatado em notas um pouco da história que trilhou e da contribuição que deu/dá às negritudes.

Além de uma metodologia, esse é um ato político de nomear correta e honestamente quem os “registros oficiais” invisibilizam ou mesmo negam a relevância. É um modo de ir contra o silenciamento de vozes às quais foi imposta a lógica das empresas de comunicação que, como indica Bonilla-Silva<sup>54</sup> (2020), são parte de uma estrutura racial em funcionamento pleno para tão somente manter o privilégio branco. Ademais, a ancestralidade ensina: se não nos nomeamos, o racismo o faz.

Todas essas estratégias são postas em prática no sentido de compreender o que levou à criação das mídias negras citadas neste estudo e como as histórias delas e de quem as compôs/compõe encontram-se, mesmo estando separadas no tempo em mais de 44 anos e no espaço em mais de 3.200 quilômetros. O que une essas trajetórias? O que exatamente essas

---

<sup>49</sup> Dennis de Oliveira. Graduado em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo, mestre e doutor em Ciências da Comunicação. É coordenador do Centro de Estudos Latino Americanos de Cultura e Comunicação (Celacc), vice-líder do Grupo de Pesquisa de Jornalismo Alternativo e Popular (Alterjor) e membro do Núcleo de Estudos Interdisciplinares do Negro Brasileiro (Neinb), todos da Universidade de São Paulo (USP).

<sup>50</sup> Lélia Gonzalez. Foi uma antropóloga brasileira pioneira nos estudos sobre cultura negra nacional. Uma das fundadoras do Movimento Negro Unificado e co-fundadora do Instituto de Pesquisas das Culturas Negras do Rio de Janeiro. Trabalhou como empregada doméstica e babá antes de tornar-se uma intelectual de projeção, atuando como autora, filósofa, ativista e professora. É citada por outras grandes lideranças como uma importante referência pro mundo negro. Morreu em 1994, aos 59 anos.

<sup>51</sup> Kabengele Munanga. Graduado em Antropologia Cultural e doutor em Ciência Social (Antropologia Social). Natural da República Federativa do Congo, em África, é naturalizado brasileiro desde 1985 e o principal nome dos estudos sobre relações raciais do país. É professor universitário e escritor.

<sup>52</sup> Douglas Rodrigues Barros. Graduado, mestre e doutor em Filosofia. É professor filiado ao Laboratório de experiências coloniais comparadas, ligado ao Instituto de História da UFF.

<sup>53</sup> William Edward Burghardt Du Bois. Foi um sociólogo e historiador norte-americano. Ativista dos direitos civis, era defensor do pan-africanismo. É, até hoje, um dos principais intelectuais antirracistas do mundo. Morreu em 1963, aos 95 anos.

<sup>54</sup> Eduardo Bonilla-Silva. É sociólogo e professor universitário. Afro-porto-riquenho, tem 60 anos e foi criado numa família de intelectuais: o pai foi um conferencista universitário e a mãe também foi socióloga. Já presidiu a Associação Americana de Sociologia. Pesquisa o papel da raça na vida pública e tem livro sobre a temática publicado no Brasil.

peças e esses meios de comunicação reivindicavam e ainda reivindicam? As discussões são similares ou novos atores sociais invariavelmente suscitam outras causas? Os olhares e escritos estavam associados a movimentos sociais e deles decorriam ou eram constituições próprias dos indivíduos?

É preciso ressaltar que, das 12 pessoas entrevistadas, duas não são comunicólogas. Apesar de, como já exposto, a formação profissional ter sido um dos critérios de escolha, optamos pela manutenção desses nomes por razões justificáveis. A primeira delas exige uma digressão: o fato de a atuação jornalística ter sido regulamentada no Brasil somente em 1969, mais de um século e meio depois da criação do primeiro jornal local<sup>55</sup> e apenas 81 anos após o fim do sistema escravagista - que, como sabemos, não foi sucedido de políticas de inclusão do negro na sociedade. Isso empurrou os libertos para as periferias dos grandes centros urbanos, ocasionou a formação de bolsões de pobreza e prejudicou o acesso da negritude à educação formal<sup>56</sup>.

Some a isso o fato de o Jornalismo no Brasil ser, desde a sua fundação, uma área de atuação de pessoas brancas. Cabe pontuar o quão elitista sempre foi o exercício da profissão, cujo primeiro curso superior data de 1947, criado por um empresário que hoje dá nome a uma das principais faculdades de Comunicação do setor privado, localizada em São Paulo. Ressalte-se que somente a partir de 2012, com a instituição das cotas raciais nas universidades públicas, os cursos de Jornalismo começam a receber alguma parcela de estudantes negros/as. Tempo esse ainda não possível de reverter a composição racial das redações hegemônicas.

Elaborado por 13 instituições jornalísticas e acadêmicas<sup>57</sup> no fim de 2021, o estudo “Perfil Racial da Imprensa Brasileira” expõe que só 20,1% dos jornalistas em atividade nas redações são negros, enquanto 77,6% são brancos, 2,1% são amarelos e 0,2% são indígenas. Diante disso, consideramos não ser prudente, portanto, abdicar das considerações a respeito dos jornais *Majoria Falante* (Rio de Janeiro) e *Malemba* (Fortaleza).

Foi determinante também considerar o fato de um dos interlocutores ser doutor em Antropologia e atualmente pesquisar a imprensa, o que agrega valor às considerações feitas

---

<sup>55</sup> A imprensa chega ao Brasil em 1808, junto com a Família Real Portuguesa, como será exposto no capítulo 3 deste trabalho. A profissão de jornalista é, portanto, regulamentada 161 anos depois.

<sup>56</sup> Anteriormente já impedida por lei. Em 1837, quando da vigência da primeira lei de educação do Brasil, ainda no Império, negros, mesmo os nascidos libertos ou cuja liberdade havia sido comprada, eram proibidos de frequentar ambientes escolares. Por serem negros, eram considerados doentes contagiosos.

<sup>57</sup> A saber: Jornalistas & Cia (Portal dos Jornalistas), Instituto Corda - Rede de Projetos, Pesquisas I'Max, Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Associação de Jornalismo Digital (AJor), Associação Nacional de Jornais (ANJ), Associação Nacional de Editores de Revistas (Aner), Associação Profissão Jornalista (APJor), Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj/Conajira), Associação de Jornalistas de Educação (Jeduca), Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo (Projor), Universidade Metodista e Universidade Zumbi dos Palmares.

sobre a mídia negra na qual atuava, mesmo sem ser comunicólogo por formação. Ademais, é plausível o pragmatismo de ponderar que, a depender do recorte temporal ao qual nos referimos, algumas dessas mídias negras não têm mais vivos seus fundadores. Logo, uma não formação específica invalidaria o serviço prestado ao debate público? Avaliamos que não.

É preciso pontuar ainda algo que julgo imprescindível à compreensão do debate aqui proposto. Sempre que me referir à mídia hegemônica (ou seja: aos grandes conglomerados brasileiros de Jornalismo), poderei utilizar a expressão “empresas de comunicação” como sinônimo. Ao falar em “meios de comunicação”, apresentarei questões alusivas às mídias negras (historicamente posicionadas fora de conglomerados e, muitas vezes, apagadas dos “registros oficiais”).

#### **1.4. Jornalismo e Antropologia se encontram**

A costura de todas essas narrativas me mostrou o quão próximo é o Jornalismo, minha formação base, da Antropologia, esse terreno novo no qual ousar caminhar. Há, por óbvio, saberes muito particulares em ambos os campos do conhecimento. Mas há também técnicas e fazeres que se interseccionam quando minha trajetória de comunicólogo negro antirracista e integrante de um coletivo antirracista faz parte do *ethos* que analiso - do Jornalismo, no caso -, como acontece neste estudo.

Em dada medida, considero que esta pesquisa me projeta como um *outsider within*, considerando uma adaptação livre do conceito de Collins (2016) à realidade de mulheres negras, já que pertenço ao universo jornalístico e, ao mesmo tempo, estou fora dele por também atuar numa mídia negra com hábitos, diretrizes e ideologias conflitantes com tudo o que molda a mídia hegemônica.

Ao mesmo tempo, este estudo pode ter alguma característica autoetnográfica, pois, em dada medida, demanda de mim a minha própria implicação de saber que ser comunicólogo com um perfil como o meu condiciona os referenciais e encaminhamentos deste experimento. A autoetnografia não é, porém, o método que conduz este trabalho.

Neste sentido, a Antropologia tem muito a oferecer à Comunicação, que insiste em ignorar a discussão racial no ambiente acadêmico, há décadas reproduzindo epistemologias brancas e praticando epistemicídio negro (CARNEIRO, 2011), e no mercado, que tem todo dia a chance de contribuir com a descolonização de saberes e poderes, e, em vez disso, via de regra,

íntegra, como ponta de lança, um sistema de opressões desumanizador das pessoas negras, impondo às negritudes estereótipos quase atávicos, como defeitos de cor<sup>58</sup>.

Enquanto as diversas terminologias das Ciências Sociais alimentam há décadas o debate e têm consistente produção científica sobre decolonialidade, a Comunicação dispõe de apenas de cinco dos 209 grupos de pesquisa<sup>59</sup> que estudam o assunto em todo o país e têm registro no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Nenhum deles pertence às duas instituições associadas do PPGA/UFC-Unilab, programa de pós-graduação para o qual produzo este trabalho.

Só agora, em 2022<sup>60</sup>, a UFC, maior e principal universidade federal do Ceará, ensaia a criação do Retomada, um núcleo de estudos em decolonialidade e comunicação insurgente. Isso após 67 anos<sup>61</sup> de existência enquanto estabelecimento de ensino e 57 anos<sup>62</sup> de curso de Jornalismo. E, ainda assim, o grupo surge em caráter embrionário e experimental, catalisado por alunos do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCom).

Como vê-se, há muito ainda a discutir. E é esta imensa lacuna no debate acadêmico sobre comunicação e decolonialidade que me move a pesquisar narrativas de mídias negras e, assim, contribuir com a agenda antirracista para, como defende Hurston<sup>63</sup> (2019), deixarmos de ser retratados “na literatura e outras artes”, onde está localizado o Jornalismo (e mais: a mídia hegemônica), como “excepcionais” e “pitorescos”, de forma fragmentada e pejorada. Enquanto isso persistir, diz a antropóloga (*idem*, p. 111), “uma imagem verdadeira da vida dos negros não pode surgir”. Eis a relevância deste estudo.

A proposta aqui não é pautar a discussão sobre as narrativas dessas pessoas e das mídias negras nas quais elas atuaram ou ainda atuam a partir de referenciais da Comunicação

---

<sup>58</sup> Referência à obra “Um defeito de cor”, de Ana Maria Gonçalves (2020), escritora brasileira nascida em Minas Gerais e que no referido romance conta a história de uma garota de oito anos do Reino de Daomé capturada como escravizada e que, anos depois, retorna à terra natal como liberta. A narrativa é inspirada na vida de Luísa Mahin, heroína da Revolta dos Malês, ocorrida em Salvador, na Bahia, em 1835. O livro é considerado por alguns críticos literários o mais importante da literatura brasileira do século XXI.

<sup>59</sup> Busca feita no dia 6 de março de 2022, no endereço eletrônico [lattes.cnpq.br/web/dgp](http://lattes.cnpq.br/web/dgp).

<sup>60</sup> A primeira reunião ocorreu em 23 de fevereiro de 2022, em modalidade remota.

<sup>61</sup> UFC foi fundada em 16 de dezembro de 1954.

<sup>62</sup> O curso existe desde 1965.

<sup>63</sup> Zora Neale Hurston. Antropóloga norte-americana que também atuou como escritora, roteirista, folclorista e cineasta, e colaborou com jornais. Foi figura central de movimentos em prol dos direitos civis nos Estados Unidos, especialmente no Harlem, bairro negro de Manhattan, na cidade de Nova Iorque. Escreveu sobre a luta diária do negro norte-americano, sobretudo a respeito das mulheres negras. Morreu em 1960, aos 69 anos.

como as teorias do espelho<sup>64</sup>, do *gatekeeper*<sup>65</sup> e do agendamento<sup>66</sup>, por exemplo, todas de prevalência euroamericana (branca). O objetivo desta pesquisa é instituir o negro e as mídias negras enquanto categorias históricas na centralidade do debate sobre si mesmos, viabilizando uma “pedagogia da negritude” no que hooks (2017) chama de “pedagogia engajada.”

Isso é o oposto do que tipificamos neste trabalho de “Jornalismo de efeméride”, prática das empresas de comunicação de produzir referenciais positivos sobre a população negra apenas em datas específicas do ano, sobretudo no 13 de maio e 20 de novembro, em alusão ao Dia da Abolição da Escravatura no Brasil<sup>67</sup> e ao Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra<sup>68</sup>, respectivamente (e, no caso do Ceará, também em 25 de março, Data Magna do Estado<sup>69</sup>).

É por entender o racismo como experiência exclusiva de indivíduos não brancos que se faz aqui uma busca pela desconstrução de sentidos secularmente construídos em razão de uma lógica racista, e por ela deturpados, a começar pelo protagonismo de um povo que, em verdade, é a razão pela qual nosso país existe. Sem o suor e o sangue negro derramados desde a chegada do primeiro escravizado, o Brasil não seria Brasil nem *Brazil*. Entendemos que não basta apontar as violências da História, e elas são inúmeras. Ao bem e à justiça do povo negro, é preciso reescrevê-la. Tal qual fazem as mídias negras há quase 200 anos, damos aqui um passo adiante, para um futuro específico. Um afrofuturo. É um caminho sem volta.

É imperioso, porém, estabelecer parâmetros conceituais sobre questões que, de forma recorrente, serão abordadas nesta pesquisa ou mesmo são o cerne dela. A começar pelo que se entende como imprensa negra (ou mídia negra). Para os fins deste estudo, que contempla desde produtos impressos até versões digitais, adaptaremos à definição elaborada por Pinto

---

<sup>64</sup> O jornalista reproduz nenhum tipo de ideologia nem emite opinião pessoal na reportagem, que deve buscar somente relatar os fatos de forma imparcial e objetiva.

<sup>65</sup> Em inglês, significa “guardião do portão”. O “portão” seria uma triagem por onde as notícias passam e chegam ao leitor após o jornalista (o guardião do portão) definir como tratá-la a partir de critérios de noticiabilidade, linha editorial etc.

<sup>66</sup> A mídia define o que as pessoas vão falar e tem o poder de influenciar até em relacionamentos, visto que é ela quem confere importância aos fatos que ela própria veicula.

<sup>67</sup> Acontece em decorrência da assinatura da Lei Áurea, composta por apenas dois artigos - “É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brasil” e “Revogam-se as disposições em contrário” -, o que expõe a total falta de preocupação do Estado com a implementação de políticas de acolhimento e inclusão dessas populações na sociedade.

<sup>68</sup> Instituído em homenagem a Zumbi dos Palmares, o maior líder abolicionista do país, assassinado aos 40 anos após fugir da escravidão e viver 25 anos em luta pela emancipação do povo negro. Fundou o Quilombo dos Palmares, o maior dos ajuntamentos negros do Brasil Colônia e apontado por estudiosos como a primeira sociedade socialista do país. O Dia da Consciência Negra existe para enaltecer as potencialidades das pessoas negras e não as resumir ao racismo.

<sup>69</sup> Dia no qual os escravizados do Ceará conquistaram liberdade quatro anos antes do restante do Brasil, que foi o último país do ocidente a fazê-lo. O marco integra o calendário oficial do Estado desde 2011 e é feriado local.

(2010, p. 19 e 20) de serem “jornais feitos por negros; para negros; veiculando assuntos de interesse das populações negras”. Assim, nosso entendimento é de que mídias negras são plataformas feitas por pessoas negras para pessoas negras e cujo teor do conteúdo produzido é de valia para as populações negras.

Interessante também ter como referência as discussões propostas por Araújo (2021), que dialoga sobre comunicação e negritude no Brasil. O autor agrupa as mídias negras como “meios de comunicação voltados para as discussões étnico-raciais”. Alerta, porém, que aqui a atuação dessas plataformas acontece em contexto diferente dos Estados Unidos, país sempre apontado como referência no debate racial. Enquanto lá a chamada *black media* tem caráter comercial, nós as concebemos como alternativas, “ainda que nem todos os canais negros da atualidade possam ser classificados como alternativos, no sentido de contra-hegemônicos à imprensa tradicional” (ARAÚJO, 2021, p. 140 e 141).

Com igual relevância, trazemos à apreciação o conceito de um regime político cuja existência é secular, datada de tempos coloniais, e que opera até os dias de hoje sem qualquer previsão de encerramento de ciclo. Para Ture<sup>70</sup> & Hamilton<sup>71</sup> (2021, p. 33), o racismo é “o estabelecimento de um padrão de decisões e políticas relacionadas à raça com o objetivo de subordinar um grupo racial e manter o controle sobre esse grupo.”

Em horizonte semelhante, Almeida (2019, p. 32) afirma que

[...] o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam.

Para ele, racismo é ideologia. É convicção. É sistema.

Por isso, somente intelectuais negros são citados nesta pesquisa. Compreendemos que apenas eles conseguem dimensionar os efeitos perversos do racismo. Porque sentem-no na pele, o que nenhum pesquisador branco, por mais aliado que seja, terá condição de mensurar. Essa é uma decisão tomada não para fomentar o caráter dicotômico, oposicionista, historicamente construído entre o branco e o negro. Muito menos é sinal de desprezo às contribuições dadas por estudiosos brancos à causa antirracista e ao debate das relações raciais. É uma posição deliberada para reconhecer pensadoras/es negras/os como legítimas/os que são,

---

<sup>70</sup> Stokoley Standiford Churchill Carmichael (Kwame Ture a partir de 1978). Foi um importante ativista negro do movimento em defesa dos direitos civis dos Estados Unidos. Natural de Trinidad e Tobago, atuou como liderança do partido Panteras Negras. Morreu em 1998, aos 57 anos.

<sup>71</sup> Charles Vernon Hamilton. É um cientista político natural dos Estados Unidos. Tem 94 anos, permanece no ativismo em defesa dos direitos civis da população negra e é professor emérito da *Columbia University*.

assim como são intelectuais e produtores de conhecimento os interlocutores e as interlocutoras desta pesquisa, a quem abrimos espaço já a partir do próximo capítulo.

## 2. 1970-1980: O PESO DA DITADURA

“Eu te digo o que a liberdade significa pra mim: não ter medo.”

(Nina Simone)<sup>72</sup>

Este capítulo é dedicado às narrativas de duas mulheres e dois homens cuja atuação em mídias negras aconteceu na Ditadura Militar, período mais sensível da história recente do Brasil. Época, conforme relatório da Comissão da Verdade, marcada pela repressão daqueles que insurgiam contra o regime autoritário em curso.

Além da restrição de direitos e perseguição dos opositores, com uso liberal de tortura em determinados períodos, os militares também cerceavam a liberdade de imprensa. Em anos anteriores ao recorte temporal desta pesquisa, alguns veículos deixaram de ser publicados, tamanha a truculência dos agentes de segurança, que tinham amparo legislativo para isso com atos editados pelo governo central.

Atuar neste período era considerado impatriótico, conforme Hanchard<sup>73</sup> (2001). Era ser perseguido por apologia ao comunismo “e, em última análise, uma ameaça ao patrimônio nacional”. O autor afirma que os movimentos negros buscaram corrigir desigualdades raciais derivadas de “um processo de hegemonia racial que contribuiu para estruturar a desigualdade racial no país, negar sua existência dentro da complexa ideologia da democracia racial e criar as condições de sua perpetuação” (*idem*, p. 7).

Ele destaca que as denúncias dos movimentos negros quanto ao vínculo entre raça, desvalia social e negação de direitos humanos catapultaram a população afro-brasileira ao posto de opositora ao militarismo, o que fez esses indivíduos serem “fortemente censurados, em termos formais ou informais, por elites que viam tais acusações como uma afronta ao caráter nacional” (*idem*, p. 8).

Enquanto exercício de luta por cidadania, as mídias negras eram uma possibilidade de expressão de um povo saído há menos de um século de uma dinâmica escravocrata cujos murmúrios ainda ecoam. No curso da história, “as práticas culturais (religião, música, dança e

---

<sup>72</sup> Eunice Kathleen Waymon. Ativista pelos direitos civis da população negra dos Estados Unidos. Utilizou a fama da carreira artística para racializar debates. Foi cantora, compositora e pianista, tendo o jazz como maior sucesso, mas passeando por diversos outros estilos, como R&B, soul, pop, blues, folk e até música gospel. Morreu em 2003, aos 70 anos.

<sup>73</sup> Michael George Hanchard é um cientista político dos Estados Unidos que estudou os movimentos sociais negros contemporâneos do Brasil, com foco no Rio de Janeiro e São Paulo, como tese de doutorado. A produção resultou no livro “Orfeu e o poder”. Ele é professor de estudos africanos na Universidade da Pensilvânia, onde dirige um projeto sobre populações marginalizadas.

outras formas)”, conforme Hanchard (2001), “têm sido um dos poucos veículos de expressão relativamente acessíveis aos negros” no enfrentamento ao *status quo*. Ele diz:

A política cultural, como veículo primário de contestação política, é invariavelmente a política dos relativamente impotentes, e não dos mais poderosos. [...] Quando muito, o Brasil representa uma prova de que a miscigenação, a despeito das afirmações freyreanas e neofreyreanas, não foi um antídoto contra o racismo. No caso das trajetórias marxistas da transformação social, a luta de classes também não erradicou o racismo (HANCHARD, 2001, p. 08 e 09).

Essa contestação deu-se, como o autor destaca e atestam os interlocutores do capítulo agora apresentado, muitas vezes de forma manufaturada, quase clandestina ou propriamente clandestina, tanto na lógica de sobrevivência (no sentido literal do termo) quanto na estratégia de circulação de ideias.

As narrativas estão assim dispostas: Neusa Maria Pereira (editora/repórter do caderno Afro-Latino-América, do jornal Versus, em São Paulo, capital), Jamu Minka (editor do jornal Árvore das Palavras, em São Paulo, capital), Éle Semog (editor do jornal Maioria Falante, no Rio de Janeiro, capital) e Vera Daisy Barcellos (editora da revista Tição, produzida em Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul).

## 2.1. “Colocamos nossa revolta na rua”

Uma conjunção de opressões fez nascer em Neusa Maria Pereira, agora aos 73 anos, o desejo de, na juventude, ser “jornalista de verdade”, como explica, muito embora já o fosse. Assim, em 1977, com um quarto de século, ela experienciou violências múltiplas em ambientes laborais por ter uma identidade interseccional (CRENSHAW, 2020). Era mulher, negra e vivente na periferia de São Paulo. O perfil preferencial para sofrer ataques de toda ordem. Dentro e fora das empresas de comunicação.

Neusa avalia que, por concentrar essas três características (de raça, de gênero e classe) foi preterida nos locais de trabalho e até tolhida de exercer a profissão em grandes mercados. “Era sempre a que recebia salário mais baixo. A que ficava com as piores pautas. Eu mostrava pros meus colegas e eles ficavam horrorizados. Eu demorava pra conseguir vaga (em redações hegemônicas) e logo era demitida. Passei por coisas horríveis”, recorda.

O que acadêmicas, ativistas e intelectuais feministas negras têm há décadas chamado de marcadores sociais que excluem mulheres de cor de determinados espaços e processos, a comunicóloga sintetiza dizendo serem “estereótipos negativos que compunham a

ideia do empresário dono do jornal sobre negros, porque pra ele a gente era uma vergonha, e ficava muito difícil estar no jornalismo hegemônico.”

A respeito da interação desses marcadores, a chamada interseccionalidade, Crenshaw (2002) afirma tratar

[...] da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, as opressões de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (CRENSHAW, 2002, p. 177).

O vivido por Neusa e a teoria da autora, que estende a tríplice virulência relatada pela interlocutora (de raça, classe e gênero) à realidade da mulher negra, pois essa está situada “de maneira desigual no mundo econômico, social e político” (CRENSHAW, 2020), permitem compreender como a vida a partir da conjunção desses elementos molda-se de forma distinta dos demais atores sociais, especialmente do homem branco. Como descreve Akotirene<sup>74</sup> (2020, p. 62), “as mulheres negras se veem diante dos expedientes racistas e sexistas das instituições públicas e privadas por lhes negarem, primeiro, o trabalho e, depois, o direito humano de serem reclamantes das discriminações sofridas.”

Na tentativa, então, de contribuir com a desconstrução desses estereótipos negativos sobre a negritude, os mesmos que a prejudicaram e tantos outros, a jornalista partiu em busca de um espaço fora do grande mercado da comunicação no qual pudesse fazer do exercício da escrita revolução. Encontrou em uma mídia alternativa, uma mídia negra, uma iniciativa “de esquerda”<sup>75</sup>, a chance de fazê-lo ao lado de outras pessoas negras com ideal semelhante e em meio a um período da história brasileira marcado pelo discurso de haver no país uma harmonia racial. Essa era a narrativa disseminada pelo próprio Estado, ancorado em preceitos socioantropológicos que reduziam as raças a questões biológicas, e respaldado pelos grandes conglomerados de Jornalismo.

Contudo, Santos<sup>76</sup> (2022, p. 249) explicita que, na verdade, o regime era autoritário, violento e programado para silenciar “uma parcela da população, majoritariamente negra e indígena, que insistia em apontar e denunciar o racismo que ordenava as relações sociais, econômicas e políticas”. Eram essas pessoas, segundo autora e interlocutora, que contribuíam

<sup>74</sup> Carla Akotirene. Bacharela em Serviço Social, e mestra e doutora em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo. Baiana, coordena o Opará Saberes. Atua no Sistema Único de Saúde (SUS) atendendo mulheres vítimas de violências domésticas.

<sup>75</sup> Expressão utilizada pela entrevistada.

<sup>76</sup> Ynaê Lopes dos Santos. Graduada em História, e mestra e doutora em História Social. Professora Adjunta no Instituto de História da UFF. É natural de São Paulo.

sobremaneira com a desconstrução do mito de ser o Brasil um paraíso racial, ideia essa que Santos (*idem*) tipifica como “falaciosa.”

Àquela época, o “Versus” era um jornal publicamente posicionado em São Paulo contra a Ditadura. Atuava de forma frontal no combate a ela, existia há dois anos<sup>77</sup> e prospectava a possibilidade de ter uma seção fixa destinada às pautas da população negra, cuja mobilização social intensificava-se e culminaria em 1978, em ato público em frente ao Theatro Municipal de São Paulo. Faltavam, no entanto, jornalistas negros para esse espaço.

A redação era branca. E masculina. E, via de regra, Neusa pontua, oriunda da classe média alta. Um perfil diametralmente oposto ao dela. Mas foi lá que a comunicóloga, uma jovem negra periférica, pensou as diferenças como um modo de conectar lutas a partir do socialismo no qual acreditava. Ela e os outros dois jornalistas negros<sup>78</sup> inauguraram a era do caderno “Afro-Latino-América”.

Eram quatro páginas nas quais cabiam um mundo até então desconhecido para muita gente (branca) e, ao mesmo tempo, o retrato da realidade cotidiana de milhões de pessoas (negras). Havia, então, um território a ser explorado editorialmente, já que as empresas de comunicação, segundo a comunicóloga, negligenciavam e criminalizavam o universo negro. Mas o que acontecia no dia a dia do caderno, antes de ele efetivamente existir e ir para as bancas, não era “só” uma nova maneira de fazer Jornalismo. Não se resumia a um espaço aberto na mídia hegemônica para negros e negras produzirem textos sobre a própria realidade e denunciarem o racismo. Neusa Pereira classifica o que acontecia na redação como “um caldeirão de gente pensando uma nova sociedade.”

Por “uma nova sociedade”, ela compreendia o rompimento com a ordem de opressão daquele período, cujas raízes são coloniais e até hoje vigentes, porque “o Estado - em todas as suas dimensões, tanto da Sociedade Política como da Sociedade Civil - continuou branco mesmo com a presença de negros e negras” (OLIVEIRA, 2021, p. 15). A defesa de Neusa Pereira e dos jornalistas negros do caderno era a de um projeto político anticapitalista.

O grupo que fazia o “Afro-Latino-América” entendia ser impossível eliminar o racismo, em qualquer dimensão de manifestação dele, enquanto o país estivesse - como ainda está - fincado na lógica do acúmulo de riquezas, do lucro e da propriedade privada decorrentes da exploração da mão de obra. Trata-se de uma perspectiva sustentada ainda agora, mais de 40 anos depois de o caderno ter sido veiculado em São Paulo, pelos movimentos negros e por

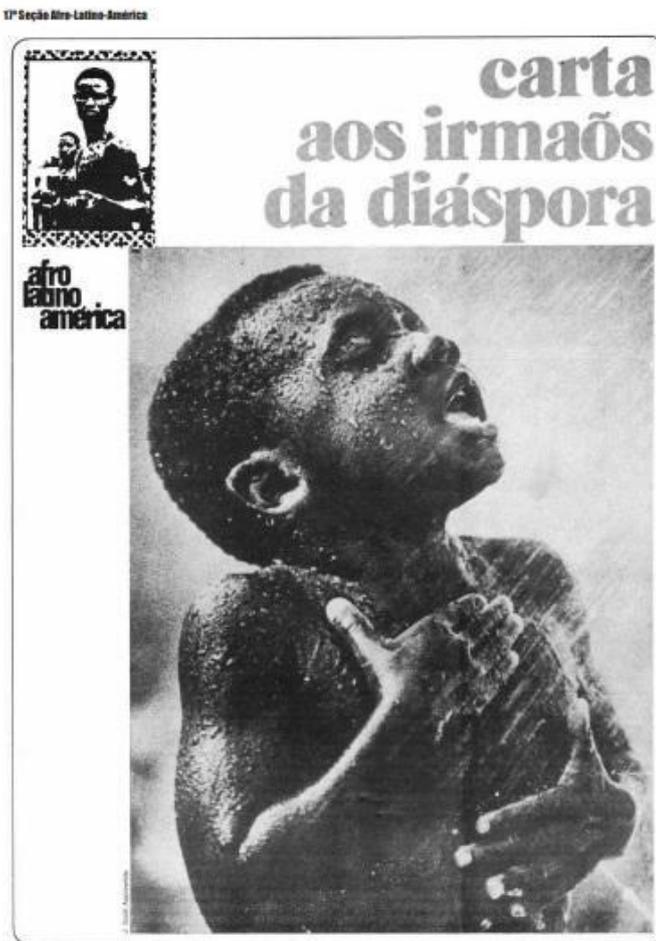
---

<sup>77</sup> Foi criado em 1975.

<sup>78</sup> Hamilton Cardoso, já falecido, e Jamu Minka, próximo entrevistado deste capítulo.

teóricos das relações raciais, que alertam para a simbiose anticapitalismo-antirracismo, no sentido de informarem uma condicionalidade mútua entre essas dimensões.

**Figura 2** – Capa do caderno *Afro-Latino-América*, do jornal Verso.



Fonte: Neusa Maria Pereira.

Oliveira (2021) reflete sobre a questão quando diz que

A construção da classe trabalhadora no Brasil se deu pela *racialização*, isto é, foi com base na constituição de um padrão classificatório racial feito durante a colonização que se estabeleceu quem trabalhava (negros) e não trabalhava (brancos). E a divisão internacional do trabalho na qual se baseia o mercado mundial e constitui a totalidade do capitalismo global também é racializada - as nações do capitalismo dependente são de população não branca e o capitalismo central, brancos. (OLIVEIRA, 2021, p. 16).

Ao localizar geopoliticamente o centro do capitalismo em países de maioria branca e a base exploratória dos insumos e das matérias-primas, que sustentam esse mesmo sistema, em nações não brancas, o que, via de regra, revela também uma perspectiva histórica da relação colonizador-colonizado entre esses - hoje - estados-nação, o autor racializa o debate para denunciar o quanto é a raça - e não qualquer outro marcador - o elemento fundante do sistema

socioeconômico em curso. E, exatamente por isso, está nela - na raça - a diretriz para se pensar “uma nova sociedade”, como Neusa há quatro décadas advertia.

Nós éramos negros de esquerda! E a mídia hegemônica é uma mídia de direita. Iniciativa privada não quer saber de diversidade. É tudo conversa pra boi dormir. Quem tá lá em cima é tudo um pessoal branco, burguês. Então, eles não querem modificar. Você acha que partiria da mídia hegemônica a questão das cotas? Partiu de quem sofria a discriminação. Grita quem apanha! Pra mídia hegemônica, tudo tem que continuar como está. Cada um no seu lugar. E o lugar do negro é o da subserviência. Pra eles, nós somos um povo menor, subalternizado. Quem pensa é a elite branca, que faz no mínimo três refeições por dia e tem condições de pensar. O negro sequer tem direito à individualidade. Ainda é assim, por mais progressos que tenhamos feito. Tanto que toda a nossa cultura, música, comida, religiosidade, dança, tudo é negro e a mídia branca nem fala nisso. Nós falávamos! (Neusa Maria Pereira, 73 anos. Jornalista. Entrevista concedida em 29 de janeiro de 2022).

A partir da afirmação acima e do exposto até aqui, é possível perceber o quanto as pautas do “Afro-Latino-América” estavam para além do simples ajuntamento de palavras de ordem, apesar de materializarem-se por elas. Um ideal existia. Pulsava. E não era a lógica do lucro. Ao contrário. Era o combate a ele enquanto mecanismo hierarquizador e racista. Além disso, um ponto de partida da produção noticiosa estava bem estabelecido: era a existência negra, não o referencial branco. Porque produzir Jornalismo pela experiência social de pessoas brancas, sobretudo do homem branco, que, como citado, está no topo da estrutura sociopolítica<sup>79</sup>, seria repetir a fórmula de clivagem sociorracial secularmente praticada pela imprensa hegemônica.

Diante da truculência de um Regime Militar cujo discurso de simetria era um sofisma, a avaliação de Neusa Pereira e dos colegas do caderno era a de que a tal “nova sociedade” por ela/eles idealizada não teria como ser edificada dentro de escritórios, gabinetes ou redações. Seria preciso fazer pressão. Na rua. No embate. No enfrentamento direto. Nessa conjuntura, o “Afro-Latino-América” amplificava vozes e intelectualidades negras diversas, e colaborava com a arregimentação de forças para protestos populares.

O bom do caderno é que a gente era de esquerda. Eram tantos problemas na nossa comunidade que o cara chegava propondo falar de estética, de filme, da questão presidiária etc e escrevia. A gente tinha total liberdade. E os brancos deram a mão à palmatória. Eles não sabiam de nada da nossa comunidade. Os editores nos diziam que aprendiam muita coisa com a gente. Que o Movimento Negro ensinou muita coisa pra eles. Então, o que a gente levava pro jornal era notícia pra eles também. E a gente podia contestar todo o sistema político, porque eles também estavam contestando. Eles também queriam derrubar a Ditadura. Nós, mais do que eles, queríamos derrubar a Ditadura. Porque a Ditadura dizia a falácia de que nós vivíamos numa democracia racial e quem discordasse era preso ou morto. Foi lá a primeira vez que eu me senti jornalista. Foi dentro do *Versus*, com o “Afro-Latino-América”, que eu descobri qual

---

<sup>79</sup> Grada Kilomba reflete a respeito quando afirma: “uma mulher negra diz que é uma mulher negra. Uma mulher branca diz que é uma mulher. Um homem branco diz que é uma pessoa.”

a minha missão dentro do Jornalismo. E minha missão era denunciar o racismo brasileiro através da ferramenta que eu tinha em mãos. E a ferramenta que eu tinha em mãos era a minha escrita. A força que eu descobri que ela tinha. Eu tinha uma potência, uma arma na mão, que era a escrita. Dessa escrita, eu fui pra rua. (Neusa Maria Pereira, 73 anos. Jornalista. Entrevista concedida em 29 de janeiro de 2022).

E foi exatamente a partir dessa tomada da rua, de perceber os acontecimentos fazendo parte deles, que Neusa e os demais jornalistas do caderno começaram a debater, por exemplo, aspectos do sistema prisional brasileiro, um universo que, de acordo com a interlocutora, já naquela época era fortemente marcado pela assimetria racial - tal qual é ainda hoje - e tinha custodiados retirados de circulação por terem cometido o “delito de ser negro”<sup>80</sup>.

A denúncia era feita apesar do rigor militar e do risco iminente de um revide violento. Ou exatamente por isso, na intencionalidade de racializar um regime que negava o racismo mesmo sendo a discriminação antinegro um projeto de Estado em pleno curso. Nesse sentido, a discussão penitenciária suscitada pelo caderno “Afro-Latino-América” com o viés da raça era relevante porque, como explica Borges<sup>81</sup> (2020, p. 44), “mais do que perpassado pelo racismo, o sistema criminal é construído e ressignificado historicamente, reconfigurando e mantendo essa opressão que tem na hierarquia racial um dos pilares de sustentação.”

Neusa recorda que as mídias negras daquela época, no fim da década de 1970 e começo dos anos 1980, incluindo o “Afro-Latino-América”, apontavam as contradições de um Brasil propagandeado pelo Estado, pela mídia hegemônica e por intelectuais da elite branca como uma nação racialmente democrática e, ao mesmo tempo, ser um país militarizado por forças armadas comandadas por homens - brancos - de altas patentes e ter uma população carcerária majoritariamente negra. Realidade essa que ainda existe.

De acordo com a edição de 2022 do Anuário Brasileiro de Segurança Pública<sup>82</sup>, pretos e pardos representavam 67,5% da população carcerária em 2021. Brancos eram 29%. A cada três presos(as), portanto, dois eram negros(as). Uma década atrás, em 2011, os índices eram de 60% e 36,6% para negros e brancos, respectivamente, o que reforça o argumento noticiado por Neusa mais de quatro décadas atrás de ser a raça um marcador social preponderante à lógica policial-prisional.

<sup>80</sup> Analogia a fala atribuída a Abdias do Nascimento.

<sup>81</sup> Juliana Borges da Silva. Escritora e pesquisadora em Antropologia. Cursa Sociologia e Política na Fundação Escola de Sociologia e Política. Consultora no projeto Reconexão Periferias, da Fundação Perseu Abramo e Coordenadora-Pedagógica da plataforma Feminismos Plurais.

<sup>82</sup> Publicação feita anualmente desde 2007 pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). São consideradas informações fornecidas pelas secretarias de segurança pública estaduais, polícias civis, militares e federal, entre outras fontes oficiais da Segurança Pública. Conforme o FBSP, “trata-se do mais amplo retrato da segurança pública brasileira”. Mais informações: <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica>

O encarceramento da população negra é mais um modo de manifestação do racismo. Trata-se de uma maneira de monitorar e disciplinar esses corpos. Um mecanismo de controle que se dá de forma similar ao que ocorre nos Estados Unidos, qual seja: segundo Alexander<sup>83</sup> (2017), da década de 1980 até hoje, o discurso oficial de “guerra às drogas” tem tido o apoio irrestrito e sensacionalista das empresas de comunicação, apesar de, conforme a autora, esse combate aos entorpecentes ser performático e comprovadamente ineficaz, pois o aumento de prisões não implica na diminuição da criminalidade de modo significativo.

[...] o encarceramento em massa opera como um sistema firmemente amarrado de leis, políticas, costumes e instituições que operam coletivamente para assegurar a condição subordinada de um grupo definido em grande medida pela raça. [...] Enquanto um grande número de afro-americanos continuar a ser preso e rotulado como “criminoso de drogas”, eles continuarão a ser relegados a uma condição permanente de pessoas de segunda classe após a sua libertação [...]. (ALEXANDER, 2017, p. 51 e 52).

Se esse encarceramento definido por Alexander (2017) tinha amplo apoio popular em decorrência de uma espetacularização da mídia hegemônica sobre a imprescindibilidade das operações que perseguem corpos negros, tendo o sistema de justiça criminal o papel de perpetuar uma hierarquia racial, cabia, então, às mídias negras, na opinião de Neusa, a tarefa de expor o marcador racial desta lógica. Com isso, o “Afro-Latino-América” tentava apresentar ao leitor a possibilidade de uma ordem social existir sem serem as prisões o local mais previsível para quem do sistema divergia.

Alinhada ao entendimento emancipatório de lideranças norte-americanas ligadas aos movimentos pela garantia dos direitos civis, Neusa Pereira tinha um futuro imaginado para o povo negro longe das cadeias e da repressão imposta pelo Estado às minorias, cuja *práxis* era combater o regime mesmo que a resposta a essa resistência fosse o uso da força (e a prisão dela decorrente) elemento natural e permanente da vida social.

Angela Davis<sup>84</sup> era uma das principais militantes estadunidenses com a qual a jornalista identificava-se e a partir de quem norteava a elaboração de textos a serem publicados por ela no “Afro-Latino-América”. Alguém que até hoje sustenta o argumento econômico como pilar da razão da existência das penitenciárias, dada a grandiosidade do que chama de “complexos industriais-prisionais”. E, principalmente, que entende a obsolescência das prisões como fenômeno insuperável.

---

<sup>83</sup> Michelle Alexander. É advogada, professora de Direito e jurista na área de direitos civis. Uma das principais pesquisadoras sobre segregação racial no sistema carcerário. É natural dos Estados Unidos. Tem 55 anos.

<sup>84</sup> Angela Yvonne Davis. É filósofa, professora e escritora norte-americana. Tem 78 anos e é uma das principais ativistas pelos direitos civis das populações negras em todo o mundo. Integrou o Partido Comunista dos Estados Unidos, chegou a ser presa e foi candidata à Vice-presidência dos EUA. Defende o abolicionismo penal.

Assim, pensamos na prisão como um destino reservado a outros, um destino reservado aos “malfeitores”. Devido ao poder persistente do racismo, “criminosos” e “malfeitores” são, no imaginário coletivo, idealizados como pessoas de cor. A prisão, dessa forma, funciona ideologicamente como um local abstrato no qual os indesejáveis são depositados, livrando-nos da responsabilidade de pensar sobre as verdadeiras questões que afligem essas comunidades das quais os prisioneiros são oriundos em números tão desproporcionais. (...) A prisão se tornou um buraco negro no qual são depositados os detritos do capitalismo contemporâneo. O encarceramento em massa gera lucros enquanto devora a riqueza social, tendendo, dessa forma, a reproduzir justamente as condições que levam as pessoas à prisão. (DAVIS, 2021, p. 16 e 17).

As comunidades às quais a autora refere-se são as negras, cujas práticas socioculturais foram tão historicamente criminalizadas e perseguidas pelo racismo regente do Estado quanto enaltecidas por mídias negras e pelo caderno “Afro-Latino-América”. Assédio esse que ocorria em dimensões continentais e históricas, datado de bem antes até da Ditadura Militar e por ela sistematicamente perpetuado (SANTOS, 2022).

Inserida nesse contexto de combate a estigmas seculares sobre o povo negro, a equipe do “Afro-Latino-América” envolveu-se em muitos protestos contra o regime. Neusa recorda de atos terem sido apoiados (ou mesmo propostos) pelo “Versus”, ao ponto de ser ela própria uma das fundadoras do Movimento Negro Unificado (MNU), que nasce em ato político de 1978. Ato esse ocorrido em diálogo direto com as publicações do caderno do qual ela fazia parte e que, já naquele período, levantava a bandeira da implementação, dentre diversas outras pautas, das políticas afirmativas e cotas raciais em vigor hoje, mais de 40 anos depois<sup>85</sup>, no Brasil, para ingresso em universidades e concursos públicos.

O caderno sofria influência de duas vertentes ideológicas: a de Neusa, ombreada aos movimentos de defesa dos direitos civis nos Estados Unidos, que se inspirava no partido político “Panteras Negras”<sup>86</sup>; e outra, cuja base teórica vinha de países africanos em processo de independência das colônias europeias<sup>87</sup>, trazida por Hamilton Cardoso e Jamu Minka. “Cada um seguia a sua linha. Mas não tinha embate entre a gente porque, no fim, a gente estava falando contra o racismo. Todo mundo era muito livre para escrever sobre o que quisesse”, assegura a jornalista.

---

<sup>85</sup> A destinação de vagas em universidades e concursos públicos só virou lei no Brasil em 2012 e 2014, com as leis nº 12.711 e 12.990, respectivamente. Ambas vêm sendo aprimoradas desde então e em 2022, conforme previsto no projeto inicial, passam por avaliação do Congresso Nacional e sociedade.

<sup>86</sup> Partido dos Panteras Negras ou Partido Pantera Negra para Autodefesa. Organização socialista e revolucionária fundada em 1966, nos Estados Unidos.

<sup>87</sup> Apenas dois países africanos (Etiópia e Libéria) não foram colonizados por nações europeias. Em alguns, como a Namíbia, no sudoeste do continente, a exploração foi severa ao ponto de a independência (da Alemanha e do Reino Unido, no caso) ocorrer apenas em 1990, mais de 100 anos depois da ocupação. França, Itália, Portugal, Bélgica, Espanha e Holanda também invadiram territórios de África.

No entanto, ela admite que defender ideais de emancipação negra em plena Ditadura Militar era assumir o risco da perseguição, do confronto e até da morte iminente. Ao revisitar sentimentos, Neusa Pereira sintetiza: “naquela época, ser de movimento negro era perigoso. Ser de esquerda era perigoso. Você ficava fichado. Colocavam na nossa testa um registro de perturbadora da paz. Porque negro não era pra se revoltar; era pra se inserir.”

Nesse contexto, ela explica que “se inserir” significava “embranquecer”. Ou, então, “desenegrecer” ao ponto de “abdicar” da própria identidade e não se contrapor a um Governo autoritário e racista. E o que Neusa e os colegas propunham era justamente perturbar a paz de um sistema do qual não só eram discordantes como queriam derrubar a todo custo e o quanto antes.

Logo, ser alvo de ataques “misteriosos”, virulentos e intimidatórios tornou-se uma constante na redação do “Versus”. A comunicóloga recorda de episódios nos quais o Comando de Caça aos Comunistas, uma organização paramilitar brasileira de extrema-direita, valia-se de artefatos incendiários para atacar o jornal, o que colocava a integridade física das equipes em constante risco.

A redação virou um *bunker*<sup>88</sup>. Porque os negros jovens tinham necessidade do tipo de informação que o Afro-Latino-América produzia. E nós propusemos muitos atos: com estudantes, com a Igreja, com advogados, com os sindicalistas, com os operários, que eram um movimento fortíssimo... Nós tínhamos que nos articular! Se éramos o setor mais discriminado e se todos estavam indo pra rua contra a Ditadura, nós tínhamos que ir também! Precisávamos mostrar que fazíamos parte dessa sociedade! A gente tinha que ir pra rua e fazer um escarcéu! Colocamos nossa revolta na rua e mostramos que não estávamos dormindo. Que nós queríamos que a história do país fosse revista. Que nós não temos a Princesa Isabel como grande libertadora. Naquele tempo, nós já sabíamos que era preciso colocar Zumbi como nosso herói<sup>89</sup>. Que precisávamos criar mais oportunidades políticas pra nós. Isso fez a redação do *Versus* sofrer frequentemente atentados do Comando de Caça aos Comunistas. Botavam fogo, jogavam bomba... A gente era perseguido porque a nossa postura no jornal era pra inserir o negro na sociedade. Eu mesma sou fichada no Dops. Estava a um passo de ser presa. Foram os orixás que me ajudaram. Porque se eu tivesse sido presa, não estaria aqui falando com você. Uma mulher negra, de periferia, levantando o discurso de que o Brasil não é uma democracia racial e escrevendo num jornal de esquerda? Eu certamente não estaria aqui. (Neusa Maria Pereira, 73 anos. Jornalista. Entrevista concedida em 29 de janeiro de 2022).

Apesar de ataques como o relatado acima e de uma relação de tensão com o Dops, órgão do Regime Militar aos quais muitos textos da imprensa brasileira, hegemônica ou não, eram submetidos antes da publicação, Neusa Pereira e os companheiros jornalistas atuantes no

<sup>88</sup> Analogia à estrutura subterrânea que normalmente é construída em tempos de guerra para proteger seres humanos de projéteis.

<sup>89</sup> Esse reconhecimento só veio décadas depois, em 1997, com a inserção de Zumbi dos Palmares no Livro de Heróis e Heroínas Nacionais. Segundo a Fundação Palmares, 62 “personalidades consideradas fundamentais na construção histórica do Brasil” têm os nomes inscritos no chamado “livro de aço”, localizado na Praça dos Três Poderes, em Brasília.

caderno “Afro-Latino-América” mantiveram a proposta de “inserir o negro na sociedade”. Para eles, essa era a principal consequência da luta contra o racismo. E isso implicava em dar espaço no jornal para vozes contraditórias à Ditadura e com posicionamento público contra uma subalternidade pré-estabelecida (por brancos) para pessoas negras.

Dessa forma, a comunicóloga acredita que o teor do caderno diferenciava-se da mídia hegemônica da época (e até mesmo das existentes hoje) pelo produto final entregue ao leitor ter como prioridade a perspectiva negra e o protagonismo negro. Mas, sobretudo, por disseminar a ideia de um socialismo reivindicatório de um novo lugar social a ser ocupado por uma população que não gozava de plenos direitos e não se via representada em espaços de poder ou simbólicos, como ainda ocorre.

De acordo com Neusa, havia preocupação da equipe com os problemas de África, em especial uma importante parcela das influências ideológicas da produção do caderno vir de lá, mas o “Afro-Latino-América” também voltava-se os olhos para questões latinas, “porque tem negro sim na América Latina”, sem esquecer das causas dos negros norte-americanos. Eram essas as justificativas para a publicação ter o nome que tinha. E todas essas articulações eram o contradiscurso daquilo que empresas de comunicação e Ditadura pregavam.

Na avaliação da jornalista, há uma distinção ideológica evidente entre o pensamento negro e o da grande mídia. Para ela, “a mídia hegemônica não quer mudar o sistema porque vive da exploração e de discriminar o negro, o indígena, o pobre, os LGBTQs, e não de discutir racismo ou cota”. Trata-se, portanto, na opinião da jornalista, de um *modus operandi* articulado e cujo resultado imediato é o lucro, com dividendos subjetivos e pejorativos à população negra incalculáveis.

O contraste entre o discurso das empresas de comunicação e a narrativa das mídias negras, em especial a estruturada no “Versus” e no “Afro-Latino-América”, era/é tamanha que faz Neusa acreditar que “a libertação dos escravos (*sic*) aqui ainda está por ser feita”. As conquistas, inclusive na comunicação, aconteceram, ela não nega, mas pondera o quão longo é o caminho até o Jornalismo ser, de fato, compromissado com humanidades e não com uma raça em detrimento de todas as demais<sup>90</sup>.

Neusa analisa o dualismo mídia negra/mídia hegemônica como uma luta do branco contra o negro, tendo esse que resistir às investidas daquele cujo poder econômico é maior

---

<sup>90</sup> O termo “raça” é empregado aqui apenas por questões didáticas. Nossa compreensão é alinhada ao entendimento de Almeida (2019) quanto à inexistência de raças humanas - comprovada cientificamente pelo projeto Genoma, ainda na década de 1950 - e uso político dessas categorias como forma de classificar pessoas e hierarquizar povos para sua exploração econômica.

graças a um comportamento histórico e intercontinental de subjugação dos povos a partir do argumento da inferioridade/superioridade racial. Para ela, as empresas de comunicação não só violam direitos de pessoas negras como naturalizam essa violação por outras instituições e indivíduos que, por sua vez, beneficiam-se dessa construção simbólica.

Por isso, a jornalista enaltece a necessidade da existência dos jornais “de esquerda” durante a Ditadura, em especial aqueles cuja temática racial orientava o conteúdo, pois o que se colocava na cena pública e, muitas vezes, conforme Neusa, ecoava inclusive em segmentos progressistas, era a ideia de a luta a ser encampada ser de classe, não de raça. E que, conseqüentemente, o componente negro estar na centralidade do debate enfraqueceria a oposição ao Regime Militar.

Utilizado até os dias atuais como meio de justificar violências e a imobilidade social de pessoas não-brancas dentro de uma estrutura racista, esse argumento classista tem origem histórica bem definida. Data de meados de 1930, quando pesquisadores brancos proclamados “intérpretes do Brasil” fundaram e perpetuaram no país e no mundo o mito da democracia racial, ideologia através da qual dissemina-se a convivência harmônica entre todas as “raças” e a igualdade de oportunidades dos sujeitos, dependendo exclusivamente do esforço de cada indivíduo a conquista de uma trajetória de sucesso e qualidade de vida.

Além disso, Neusa destaca que os periódicos negros tinham o caráter pedagógico de ajudar a desconstruir um ideário coletivo no que tange à produção de conhecimento. Negros não apenas podiam escrever jornais. Eles podiam gerir jornais. Eram mais do que um grupo amorfo. Pensavam criticamente e reivindicavam que o mundo soubesse disso lendo o que eles próprios escreviam, a partir da experiência deles, e não o que os brancos relatavam sobre eles em publicações endereçadas a um sistema que tem como único fim o lucro.

Existe no inconsciente coletivo da população que o negro não escreve, que ele não pensa, ele não pode ser formador de opinião, que ele não pode estar nas páginas de opinião. E, nos anos 1970, isso era muito pior, principalmente você sendo uma mulher. Sendo uma mulher negra, como é que você escreve e pensa? Com tantos jornalistas na praça, por que o empresário ia contratar um jornalista negro ou uma jornalista negra pra representar seu jornal nos eventos? Pra ele, era uma vergonha. O empresário não fala isso, mas é assim. Qual é o entendimento que se tem do negro? O negro está sempre nas camadas mais baixas da sociedade; é criminoso; a mulher negra está sempre se prostituindo ou é doméstica. Todos esses estereótipos negativos compunham a ideia do empresário dono do jornal. (Neusa Maria Pereira, 73 anos. Jornalista. Entrevista concedida em 29 de janeiro de 2022).

Estar em veículos alternativos, sobretudo em plataformas “de esquerda”, e ainda mais em mídias negras como o “Afro-Latino-América”, no regime de exceção era, muitas vezes, questão de sobrevivência para jornalistas negros e negras. Em tempos nos quais se é

perseguido e morto porque resistiu pelas palavras, estar cercado dos seus era fortalecer a luta. Ou fortalecer-se na luta. Um jeito de aquilombar-se. Foi como Neusa Pereira sentiu-se ao ver a si própria representada nas reportagens escritas pelos colegas jornalistas para o caderno e ao notar outras pessoas negras aproximando-se em atos públicos a partir das notícias veiculadas pelo jornal, sobre aquela mobilização em questão ou assuntos outros.

Para ela, deitar palavras no papel discutindo temas tão caros à comunidade negra era uma oportunidade de identificação. Consigo e com irmãos e irmãs negras. Porque, explica, “a nossa escrita é do nosso sofrimento”, em consonância com o que diz Piedade<sup>91</sup> (2017) sobre transformar dor em potência. Uma dor, a autora detalha, cunhada por uma escravidão que deixou marcas profundas e jamais superadas; apenas escamoteadas por mitos.

Neusa trouxe para as páginas do “Afro-Latino-América” uma forma de dialogar com a pouquidade das mulheres negras sem letramento (até racial), sem formação acadêmica ou sem oportunidade para ocuparem um jornal e falarem do universo - racista, machista e classista, como já relatado - no qual estão inseridas. Piedade (2017, p. 16) chama esses relatos de “Dororidade, pois, contém as sombras, o vazio, a ausência, a fala silenciada, a dor causada pelo Racismo. E essa Dor é Preta”. A autora segue: “minha escrita, minha escuta, minha fala trazem a marca das aberrações que o Racismo nos imprime e nos empurra goela abaixo no cotidiano” (PIEADADE, 2017, p. 45).

É esse também um modo de descrição semelhante ao de Conceição Evaristo<sup>92</sup>, que fala em “escrevivência” quando refere-se à dimensão na qual cada um escreve sobre a própria vida a partir do referencial do mundo que enfrenta cotidianamente. Algo que, para a mulher negra, pode ser carregado de sofrimento. De uma dor que tem cor. Mas não só isso. Tem gênero, idade, orientação sexual, identidade de gênero, endereço...

A minha escrita foi muito influenciada pela escrita de James Baldwin<sup>93</sup>, da Carolina Maria de Jesus... Eu e a Carolina sofremos a mesma coisa. O preconceito que ela sofria era o mesmo que eu sofria, porque ninguém acreditou na escrita dela como ninguém acreditava na minha [*na mídia hegemônica em geral, mas também em alguns segmentos da imprensa alternativa*]. A gente teve que se impor enquanto pessoa que escreve. E a gente escreve a nossa verdade. É como diz o Sabotage<sup>94</sup>: “rap não é viagem, é realidade”. A nossa escrita não era viagem. A nossa escrita é do nosso sofrimento. Era um grito entalado na garganta. Alguém precisava ouvir aquilo. Era a

<sup>91</sup> Vilma Piedade. É graduada em Português-Literatura Brasileira e pós-graduada em Ciência da Literatura - Teoria Literária. Atua como professora e integra o Movimento de Mulheres Negras.

<sup>92</sup> Maria da Conceição Evaristo de Brito. É poetisa, romancista e ensaísta. Natural de Belo Horizonte (MG), pesquisou literatura comparada. É mestra e doutora em Letras, e atuou como professora.

<sup>93</sup> James Arthur Baldwin. Escritor norte-americano que se notabilizou como romancista, crítico social, dramaturgo, poeta, ativista e ensaísta. Morreu em 1987, aos 63 anos.

<sup>94</sup> Mauro Mateus dos Santos. Foi um rapper, cantor, compositor e ator brasileiro, nascido em São Paulo, cujas músicas tornaram-se hinos para jovens periféricos. Morreu em 2003, aos 29 anos.

maneira como a gente era enxergada na sociedade. Aliás, a gente não era enxergada. A gente era subenxergada. A gente não era gente, como diz Fanon. A gente era os condenados da terra<sup>95</sup>. E a gente, como mulher, era pior ainda, sabe? (Neusa Maria Pereira, 73 anos. Jornalista. Entrevista concedida em 29 de janeiro de 2022; grifos nossos).

Ao fazer referência à obra de Fanon (1979), Neusa conecta a própria trajetória de vida à reflexão proposta pelo intelectual martinicano sobre os desdobramentos do sistema colonial em negros e negras. É, portanto, uma forma de a jornalista dizer do quão ligada era a época na qual o caderno “Afro-Latino-América” existiu ao período colonial brasileiro, posto que o autor discorre a respeito de efeitos políticos, históricos, culturais e psíquicos da colonização, que imperiosamente será violenta e terá como forte marco a animalização do povo dominado (no caso do Brasil, os povos não-brancos, não-europeus) dentro de uma lógica maniqueísta que, segundo o autor, se perpetua e marca os territórios invadidos mesmo após os processos de libertação.

A conexão feita pela comunicóloga com a teoria fanoniana retrata, portanto, o modo como era ser negro, especialmente uma mulher negra, e ainda mais uma mulher negra nascida e criada na periferia da maior cidade de um Brasil ditatorial: uma experiência atravessada pela desumanização e violência de corpos dissidentes. Corpos como o dela: preto, feminino e pobre. Um perfil de mulheres que, conforme Collins (2021, p. 40), “não existiam como categoria oficialmente estabelecida”, já que, conforme a narrativa científico-midiático-estatal, o país não possuía raça - muito menos raças - e sim uma identidade nacional, a identidade “brasileiro”. Ao classificar o racismo como “uma força social” (*idem*, p.43), a autora coloca as mulheres negras, gente como Neusa Pereira, no patamar de principal frente de resistência ao racismo antinegro do Brasil.

Distante hoje do que o Jornalismo tem produzido, seja no campo hegemônico ou das mídias negras, Neusa dedica-se a conhecer mais da literatura afro “porque quero descolonizar minhas leituras”. Com este sabático, a comunicóloga ensina: “a gente tem que se cuidar, já que ninguém cuida de nós e o sistema não está preocupado com a gente. Ele quer ver a gente morto. A Polícia não nos protege. Quem nos protege são os espíritos de luz.”

## 2.2. “A gente significava o oposto da Democracia Racial”

Nem as limitações impostas pelo tempo ao corpo de um homem negro de 70 anos distanciam o Jamu Minka de hoje das memórias que as mídias negras nas quais atuou como

---

<sup>95</sup> Referência ao livro “Os condenados da Terra” (1979), de Frantz Fanon.

jornalista lhe proporcionaram. Desde o jornal “Árvore das Palavras” até os “Cadernos Negros”, passando antes pelo caderno “Afro-Latino-América”, do jornal “Versus”, e pelo “JorNegro”, ele atravessou os tempos difíceis da Ditadura Militar sendo demandado à resistência quando ainda era um jovem estudante universitário.

Figura 3 – Capa do jornal Árvore das Palavras.

# ÁRVORE DAS PALAVRAS

SET-OUT

Nº 15

## Brasil : COISAS NOSSAS

**o APARTIRRAÍDE**



Isso aí é o cartaz o símbolo de um jardim de infância-hoteleiro infantil do bairro de Pinheiros, S.P. Chama-se **Sou! na ser tem brasileiro**. Mas um sou de cara branca, para não ser confundido. Preto **vai no chinês**. Hoteliário infantil é para as louras crianças classe média.

Não adianta lei, não, Afonso Arinos. Racismo tá muito bem plantado e enraizado aqui na terra. E brota onde menos se espera.

E onde não brota, eles põem adubo pra ajudar. - (Ciga - SP) **PAGUIM Nº 373** de 20 A 26/8/76

*Escrita de uma FSP professora por ser negra 76*

**REALME** ...

... foi admitido na Faculdade de Direito ...

... de Direito ...

... em 1975.

... Sindicato dos Professores ...

... para atender a ...

... Conselho de Conciliação e ...

... Regional do Trabalho ...

... para o próximo dia 19

... Ao ser informado do ...

... documento discriminatório ...

... da Escola Nossa Senhora ...

... presidente do Sindicato ...

... citando a Lei Afonso Arinos ...

... colocou todos os recursos de ...

... disposição da professora ...

... demitida, "com o objetivo ...

... não somente de reintegrá-la ...

... na carga, como também de ...

... impedir a repetição de fatos ...

... semelhantes.

### O RACISMO DE MONSIEUR LIMA

E AGORA, COMO É QUE O MONSIEUR LIMA VAI DESMENTIR ?

CADERNO B □ JORNAL DO BRASIL □ Rio de Janeiro, terça-feira, 3 de agosto de 1976

BLACK RIO

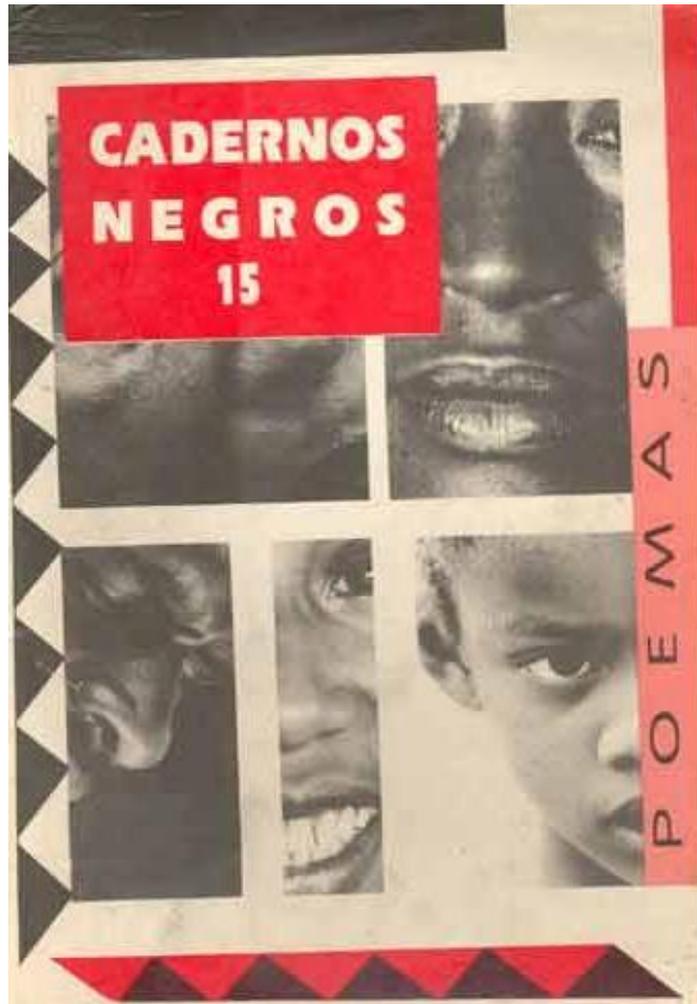
## O SOUL, DO GRITO NEGRO À CADERNETA DE POUPANÇA

Monsieur Lima vê a concentração soul de maneira pessimista: "Isso devia até ser estimulado pelo Governo. Não é fazer virar tolice, mas estimular. Porque se não houvesse os bailes, essa energia de um milhão e meio de pessoas que circula nos sidewalks e dorminaria pelo soul iria fazer o quê? Irá divertir-se como? Se não houvesse isso, eu imagino que viraria um movimento grande nos parques, nos jardins de recreio, o pessoal sem ter o que fazer, sem ter como se divertir. O Governo devia encorajar."

VOCE CONCORDA ? ELE SE ENRIQUECE ÀS NOSSAS CUSTAS E NOS AGRADECE DIZENDO QUE SOMOS ASSALTANTES. EU NÃO VOU MAIS A BAILE DE SOUL COM O MONSIEUR LIMA E VOCE ?

"LEI... NÃO JOGUE FORA, NÃO GUARDE. PASSE AO IRMÃO MAIS PRÓXIMO"

**Figura 4** – Capa de uma das edições dos Cadernos Negros.



Fonte: Jamu Minka.

O surgimento dos meios de Comunicação para os quais Jamu escreveu aconteceu em São Paulo, a maior cidade do país, em um período que, mesmo com o vigente regime de perseguição e recorrente censura, vivia uma efervescência política, cultural e intelectual que compreendia também o ambiente acadêmico e os movimentos estudantis. Lélia Gonzalez, Abdias Nascimento e Caó<sup>96</sup> eram lideranças nacionais que despontavam ou consolidavam-se como referências para jovens com perfil similar ao do interlocutor desta seção.

Esses (e tantos outros) nomes denunciavam, em diversas instâncias e em resposta ao discurso oficial do Estado, o lugar de minoria sociológica imposto por uma elite branca a uma maioria populacional de origem preta e parda no país. Eles apontavam a discriminação

<sup>96</sup> Carlos Alberto Oliveira dos Santos. Foi um jornalista e advogado brasileiro, baiano, que se notabilizou pela luta contra o racismo e quando articulou-se na política criou legislação que previa pena de reclusão de até cinco anos para quem cometesse discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia ou procedência nacional. Ou seja: tornava racismo crime, sendo conhecida como “Lei Caó”. Morreu em 2018, aos 76 anos.

racial como central à produção de desigualdades, nomeavam o genocídio negro, desvelavam o autoritarismo da sociedade brasileira e diagnosticavam a existência de uma divisão racial dos espaços e poderes na qual negros eram excluídos tal qual foram prejudicados pelo novo modelo econômico decorrente do Golpe de 1964, pautado pela repressão e pelo privilégio ao grande empresariado local e às multinacionais (GONZALEZ, 2022, p. 18).

Ao mesmo tempo em que contribuía com a criticidade de jovens como Jamu Minka, essas lideranças integravam lutas antirracistas em áreas diversas e fortaleciam a atuação das mídias negras. Ou até mesmo faziam parte delas, como é o caso de Abdias Nascimento com o jornal Quilombo, desdobramento do Teatro Experimental do Negro (TEN) e editado pelo intelectual, que pautava a vida, os problemas e as aspirações da população afro-brasileira.

Uma das referências para universitários como Jamu era, então, um homem perseguido pela Ditadura Militar por conta da oposição que fazia ao regime e, de acordo com Teixeira<sup>97</sup> (2019), “defendia a construção de um pan-africanismo baseado no respeito às diferenças entre grupos, culturas, povos, civilizações e gêneros”. Ideologia essa - o pan-africanismo - de unir todos os povos de África nasce, segundo Barbosa<sup>98</sup> (2020), “da luta de ativistas negros em prol da valorização de sua coletividade étnico-racial” e tem como característica “a construção de visões positivas e internacionalistas acerca desta identidade.”

Essa leitura de mundo, compartilhada por intelectuais negros de outros países, fazia Nascimento (2016, p. 166) sinalizar para a “continuidade do processo de libertação da raça, estabelecido no Brasil pelos primeiros africanos que pisaram o chão do país”. Isso guia, em parte, a elaboração jornalística de Jamu enquanto estudante e profissional.

A relação dessas intelectualidades para e com as mídias negras durante a Ditadura é também constatada por Gonzalez (2022), quando a autora enaltece, em texto original de 1982, manifesto publicado na primeira edição dos Cadernos Negros<sup>99</sup>, da qual Jamu participou, e também quando evidencia, referindo-se a uma mídia da qual o interlocutor também fez parte: “se a gente pega um dos números do Jornegro<sup>100</sup> e lê a entrevista da negadinha (dezoito a vinte anos), a gente vê uma coisa, e isto é essencial: ela não é alienada” (IDEM, p. 42).

Foi da autora a formulação, em reflexão original proposta em 1984, de ser o racismo “a sintomática que caracteriza a *neurose cultural brasileira*” (grifo nosso) e que “sua

<sup>97</sup> Elisa Ferreira Teixeira. Graduada e mestra em História. Produz pesquisas para compreender a África e o Brasil contemporâneos a partir do olhar de pensadores negros daquele continente e do nosso país.

<sup>98</sup> Muryatan Santana Barbosa. Graduado em História, mestre em Sociologia, doutor em História Social e pós-doutor em História da África. Foi pesquisador visitante na Universidade de Harvard e consultor da Unesco-Brasil para o Programa Brasil-África: histórias cruzadas. É professor adjunto da Universidade Federal do ABC.

<sup>99</sup> Publicada em 1978.

<sup>100</sup> A primeira publicação ocorreu em 1978.

articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular” (GONZALEZ, 2020, p. 76). Lélia também cunhou a categoria amefricanidade (*idem*, 1988), a qual demarca a necessidade de nós, negros e negras, reivindicarmos uma identidade que incorpore dinâmicas culturais, nos contemple a todos (e não apenas aos norte-americanos) e não dialogue com as práticas que estabelecem “uma hierarquia racial e cultural que opõe a “superioridade” branca ocidental à “inferioridade” negroafricana” (*ibidem*, 1988, P. 77).

Sob influência desses e outros(as) intelectuais negros(as) do Brasil e estrangeiros(as), notadamente de África, como será revelado a seguir, Jamu torna-se um homem disposto a reivindicar a ancestralidade a partir do próprio nome. Abre mão da identificação ocidental<sup>101</sup> para assumir uma denominação afropolítica. E não é o único a fazê-lo, o que sugere aqui uma discussão, mesmo breve, sobre uma coletividade negra formada por “pessoas espalhadas por muitos lugares que, no entanto, se percebem unidas por uma ascendência comum e, em particular, conectadas a um local comum de origem” (BUTLER<sup>102</sup>, 2020, p. 2).

Embora o pertencimento à comunidade afrodiáspórica<sup>103</sup> não se dê exclusivamente pela adoção de um nome de origem africana, Jamu assim o fez como início de um caminho de luta contra o racismo. E por entender a identificação não enquanto consequência de como o outro o determina e sim fruto de um processo de tomada de autoconsciência, à guisa de um sentimento, tal qual classifica Flauzina<sup>104</sup> (2017, p. 11 e 18) ao dizer que “a Diáspora Negra é, acima de tudo, uma sensação” cujo sentido está na resistência e que, ao fim e ao cabo, “nos faz ser o que nós somos: fortes, apesar da dureza dos grilhões; altivos, apesar das marcas das chibatadas; conectados, apesar das profundezas dos oceanos.”

Nessa perspectiva transoceânica, é fundamental trazer para o debate as considerações de Gilroy<sup>105</sup> (2012) sobre a existência de uma contracultura da modernidade por ele denominada Atlântico Negro. De caráter híbrido, essa contracultura tem sido historicamente

---

<sup>101</sup> Jamu foi registrado em Varginha, cidade onde nasceu, no estado de Minas Gerais, como José Carlos de Andrade.

<sup>102</sup> Kim D. Butler. Professora de história. É natural dos Estados Unidos e dirige disciplina de pós-graduação no Departamento de Estudos Afro na Universidade Estadual de Rutgers - *The State University of New Jersey*. Já presidiu a Associação Mundial de Estudos da Diáspora Africana (Aswad).

<sup>103</sup> Lopes (2011, p. 242) divide a Diáspora Africana em dois momentos principais. O primeiro foi gerado pelo comércio de escravizados e resultou na dispersão de povos africanos pelo mundo. O segundo dá-se a partir do século XX, com movimentos de emigração.

<sup>104</sup> Ana Luíza Pinheiro Flauzina. Graduada em Direito e História, especialista em Criminologia, mestra e doutora em Direito. Tem pós-doutorado pelo *African and African Diaspora Studies Department na University of Texas at Austin* e é professora adjunta da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

<sup>105</sup> Paul Gilroy. Natural do Reino Unido, é sociólogo e fundador do Centro Sarah Parker Remond para Estudo da Raça e Racismo no *University College*, em Londres. É reconhecido mundialmente pelas contribuições que deu e dá aos estudos afro-americanos a partir de olhares antropológicos, sociológicos e históricos.

formada por populações afrodiáspóricas em um sistema de comunicações globais no qual a troca cultural é constante e incidente na condição da pessoa negra.

Considerando necessário enfrentar o racismo e tornar negras e negros sujeitos dotados de intelectualidade e história, o autor reflete:

As culturas do Atlântico Negro criaram veículos de consolação através da mediação do sofrimento. Elas especificam formas estéticas e contraestéticas e uma distinta dramaturgia da recordação que caracteristicamente separam a genealogia da geografia, e o ato de lidar com o de pertencer. Tais culturas da consolação são significativas em si mesmas, mas também estão carregadas e contrapostas a uma sobre: a consciência oculta e dissidente de um mundo transfigurado que tem sido ritual e sistematicamente conjurado por pessoas que agem em conjunto e se abastecem com a energia fornecida por uma comunidade mais substantivamente democrática do que a raça jamais permitirá existir. (GILROY, 2012, p. 13).

Diante do exposto, é possível vislumbrar a atuação de Jamu (e de outros jornalistas negros) em mídias negras como exemplo de manifestação da contracultura conceituada por Gilroy. O mesmo aplicaria-se à operação desses veículos, já que “a gente significava o oposto da democracia racial”, como ressalta o interlocutor em alusão à disputa de narrativas entre a Ditadura e os veículos de comunicação. E exatamente por isso reforça a tese do sociólogo de tradições culturais não serem transmitidas de forma pura, simples e cristalizada, e sim por meio de rupturas. Mídias negras nascidas no contexto ditatorial brasileiro e atuando na queda do sistema foram essa ruptura.

Dentro e fora do ambiente acadêmico, com ligação ou não com movimentos sociais, o que ocorria naquele período era uma juventude dada às contestações. E era ela quem também estava dentro das redações dos veículos alternativos, independentes, “de esquerda”, de mídias negras que desconstruíam o discurso militar de ser o Brasil um paraíso racial.

Toda essa efervescência da sociedade brasileira, que era a coisa do combate à Ditadura, tudo isso invadia a nossa consciência, a nossa vivência. Tudo isso dava um cruzamento com as questões nossas culturais e de militância. Tudo isso fazia parte da vida da gente. Tudo era fundamental. E fazer militância pra mim não era uma brincadeira. Eu não tinha tempo a perder. Eu tinha que sobreviver e ter tempo de ir à universidade e voltar. Era uma coisa muito séria pra mim. (Jamu Minka. 70 anos. Jornalista. Entrevista concedida em 12 de fevereiro de 2022).

Todas as mídias negras nas quais Jamu atuou tinham, segundo destaca, componentes políticos e culturais muito fortes nos conteúdos. Especialmente no “JorNegro”, havia um elo consolidado entre cultura e lazer. No “*Versus*”, a definição das pautas “não tinha muito rigor; a gente propunha e desenvolvia”. Nos Cadernos Negros, a literatura negra tinha mais influência para o jornalista. Também poeta, ele viu em campos correlatos à escrita de redação uma oportunidade de estender a luta contra o racismo e por equidade racial. Porque, como avaliou Gonzalez (2022, p.33): “ao lado do teatro negro, a poesia também foi uma das

mais vigorosas expressões das elites negras daquela fase”. Isso ficou evidente já na edição de estreia da publicação, que sentenciou: “aqui se trata de legítima defesa dos valores do povo negro. A poesia como verdade, testemunha do nosso tempo.”

Essas mídias negras existiam, ele recorda, porque “escreviam coisas fundamentais pra juventude negra cuidar da sua perspectiva como cidadã, como um grupo de negros no Brasil; negros no mundo”. E o que era produzido tinha reflexo imediato no público mais previsível: esses mesmos jovens negros. Nas grandes organizações, porém, o que se dava era justo o oposto.

Pra eles, a cultura tinha que ser sem política, ainda mais na Ditadura Militar. Depois é que a gente foi saber que existia uma vigilância desses agrupamentos culturais negros que juntavam muita multidão. Era uma coisa de alta vigilância. E aí a gente tava numa contracorrente com todos os interesses econômicos. Interesses políticos que não viam com bons olhos uma juventude negra agitando. Porque pra Ditadura não existia questão racial no Brasil. Pros militares, o Brasil era uma democracia racial. E a gente era uma juventude que significava o oposto disso. Não tem democracia racial. Nunca teve, né? Nunca teve. (Jamu Minka. 70 anos. Jornalista. Entrevista concedida em 12 de fevereiro de 2022).

Essa consciência, Jamu lembra ter desenvolvido não em casa, muito embora pai e mãe fossem pardos e o pai, em particular, um membro do Partido Comunista que sediou em casa várias reuniões clandestinas com companheiros de sigla. A dimensão negra da vida ele diz ter aprendido enquanto circulou por movimentos sociais, em leituras e nas redações dos veículos de esquerda. Era essa posição de esquerda, inclusive, que despertava a atenção profissional dele e de outros jornalistas, e proporcionava também uma aproximação afetiva que resvalava para as páginas dos periódicos.

Segundo Jamu, o clima de liberdade criativa nessas mídias negras era predominante, a despeito de elas, sem exceção, estarem submetidas, como estavam todas as demais, inclusive as hegemônicas, ao crivo inquisidor dos censores da Ditadura. Havia, então, um ideal forte movendo as publicações dos veículos da contracorrente, do contradiscurso.

Lá na Biblioteca Mário de Andrade<sup>106</sup>, na seção de periódicos, eu dei de cara com uma edição da Ebony<sup>107</sup>. Tenho quase certeza de que era uma versão em língua portuguesa. E lá eu li um artigo de boicote que a revista e a comunidade negra norte-americana estava promovendo às empresas que exploravam petróleo na então colônia portuguesa de Angola<sup>108</sup>. Eu acabo descobrindo que em algumas aldeias africanas a comunidade se reunia debaixo de uma árvore que era conhecida como “árvore das palavras”. Foi de onde eu tirei o nome do jornal que criei. Um tempo depois, me disseram que o

<sup>106</sup> Fundada em 1925 a partir do acervo da Câmara de Vereadores de São Paulo. É a primeira e a principal biblioteca pública da cidade. Está localizada no Centro e é mantida pela Secretaria Municipal de Cultura.

<sup>107</sup> Revista norte-americana que circula desde 1945 e inspirou no Brasil a revista *Ébano*, também de temática negra.

<sup>108</sup> Após 200 anos de dominação, Angola deixou de ser colônia de Portugal em 1975. Foi o último país africano a libertar-se da incidência lusa.

jornal era muito cultural. Que eu precisava ser mais político. Mas olha a manchete do número 3: “Angola, o poder negro”. Como quem trabalha nessa perspectiva pode estar fazendo um jornalismo mais cultural e menos político? Era uma crítica sem sentido. (Jamu Minka. 70 anos. Jornalista. Entrevista concedida em 12 de fevereiro de 2022).

Em algumas iniciativas, como no jornal “Árvore das Palavras”, Jamu tomava decisões editoriais de forma individual, porque partia dele também a operacionalização do produto (diagramação, cópias e distribuição) e até o investimento feito para a mídia existir. Não havia financiamentos ou patrocinadores. A captação de recursos era um componente problemático e compartilhado por mais mídias negras, como evidencia-se no relato de outros interlocutores entrevistados para esta pesquisa. Ele qualifica: “era uma decisão pessoal, de militante, de uma pessoa interessada na questão racial e na questão política.”

Já em outros espaços, como no “*Versus*”, as discussões eram coletivas, o que propiciava a circulação noutros campos e a consequente troca com intelectuais que ajudavam a elaborar mais frentes de resistência à Ditadura e ao racismo decorrente dela. Jamu pondera que mesmo sendo estudante da Escola de Comunicações e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo<sup>109</sup> (USP) foi nos jornais negros, na militância, que tomou conhecimento da existência de mídias negras no Brasil, o que expõe o racismo epistêmico na precariedade do currículo jornalístico mesmo (ou principalmente por isso) em um local tão privilegiado quanto um curso superior, tema este que será aprofundado posteriormente nesta pesquisa.

Eu fui saber que tinha havido imprensa negra no Brasil conhecendo pessoas que militavam nela. Conheci militantes antigos, gente que fazia parte. Tive um amigo, o Hamilton Cardoso, que o pai dele tinha feito imprensa negra ali pelos anos de 1940 e pouco. Foi através daí que eu fui ampliando meu conhecimento sobre a existência de lideranças negras e referências de personalidades. Eu lia todo o material político e começava a mergulhar no mundo que me antecedia. E isso depois ia e voltava de alguma forma nos meus textos. Porque fazer militância pra mim, mesmo quando eu precisava tirar dinheiro do bolso pra sustentar, não era uma brincadeira ou um capricho. Era sério. (Jamu Minka. 70 anos. Jornalista. Entrevista concedida em 12 de fevereiro de 2022).

Para além das motivações pessoais, a atuação em mídias negras, ocorrida, no caso de Jamu, em paralelo ao trabalho no serviço público municipal, tinha uma razão de ser. E ela era em grupo. Coletiva. A própria existência desses meios de comunicação o jornalista coloca em perspectiva filosófica quando afirma que “eram uma consequência da consciência que fomos adquirindo enquanto pessoas negras.”

Em parte, ele recorda, esse contexto era fruto das notícias que chegavam ao Brasil sobre a militância nos Estados Unidos. Um ativismo de rua, com pautas muito bem

---

<sup>109</sup> Maior e mais importante universidade pública do Brasil, uma das maiores instituições de ensino superior da América Latina, uma das mais importantes dos países iberoamericanos e uma das mais prestigiadas entre as nações da lusofonia. Existe há 194 anos.

estabelecidas. À época, os Panteras Negras atuavam há mais de uma década em território norte-americano, desde 1966, e agitavam o cenário político local, gerando consequências noutras regiões do planeta. Esse efeito cascata, conforme lembra Jamu, era determinante para, por exemplo, evidenciar o quão atrasada estava a demanda negra brasileira.

Enquanto os americanos implementavam políticas afirmativas para a garantia do ingresso de negros e negras em espaços de poder, inclusive na política, esse debate sequer era feito por aqui. E só o seria anos adiante. O mesmo aconteceu quanto ao papel estratégico da educação para famílias negras terem condições de ascender socialmente e não terem o mesmo destino cruel dos antepassados à miséria, segregação e morte.

No Brasil, a luta por reparação histórica em prol do povo negro ainda precisava se impor. E as mídias negras seriam essenciais ao tensionamento da questão como algo urgente, a médio/longo prazo, e não de maneira pontual - mesmo porque não é o racismo algo pontual, assim como não foi pontual o tráfico negreiro transatlântico que ocasionou a diáspora. Por aqui, o sequestro e comércio de escravizados foi institucionalizado e estimulado pelo Estado por quase 400 anos.

Ademais, a despeito da Ditadura, também chegavam ao país textos de África escritos por intelectuais como Amílcar Cabral<sup>110</sup> e Steve Biko<sup>111</sup>, duas figuras centrais à discussão sobre o enfrentamento ao colonialismo. O primeiro foi um guineense defensor da educação como meio emancipatório e que teve intensa agenda diplomática mantida com as Nações Unidas. Já o segundo foi um importante ativista sul-africano contra o regime *apartheid*<sup>112</sup>, cuja relevância era reconhecida até por Nelson Mandela<sup>113</sup>, pertencente ao grupo político diferente.

Amílcar e Steve tinham ideais libertários, mas lutavam em contextos distintos. Um deles (Cabral) perseguia a emancipação de Guiné-Bissau e Cabo Verde, que à época ainda eram colônias de Portugal, alegando ser aquela luta “um fato cultural e um fator de cultura”. Já o outro vivia em um país independente - África do Sul, liberta desde 1910 - cujo regime político

---

<sup>110</sup> Amílcar Lopes Cabral. Foi um teórico marxista e político da Guiné-Bissau. Era agrônomo. Foi assassinado em 1973, aos 48 anos, por guerrilheiros do Partido Africano para a Independência de Guiné-Bissau e Cabo Verde (PAIGC), o foi cofundador.

<sup>111</sup> Stephen Bantu Biko. Foi um dos principais ativistas sul-africanos de combate ao *apartheid*. Morreu em 1977, aos 30 anos, após ser preso, torturado e espancado por policiais até entrar em coma.

<sup>112</sup> Regime político de segregação que vigorou na África do Sul de 1948 a 1994. Sustentado pelo Partido Nacional, de extrema direita, o sistema tinha como sustentação a ideologia da superioridade racial branca sobre as demais “raças.”

<sup>113</sup> Nelson Rolihlahla Mandela. Sul-africano expoente da luta contra o regime *apartheid*. Advogado, foi perseguido, preso e tornou-se a liderança mais importante da África Negra. Foi eleito presidente da África do Sul e venceu o Prêmio Nobel da Paz de 1993 pelo combate à discriminação racial.

remontava ideologias escravocratas, de supremacia branca, e segmentava o convívio interétnico proibindo a circulação de pessoas negras em determinadas regiões, espaços públicos e equipamentos, além de subjugá-las a leis racistas e limitadoras do exercício de uma cidadania plena.

Foi Biko quem cunhou a expressão “consciência negra”, que detalharemos adiante, ainda hoje em voga na pauta dos movimentos negros e que, no Brasil, nomeia uma das datas mais importantes da agenda antirracista por celebrar o orgulho negro e a percepção histórica e cultural que cada indivíduo negro deve ter de si próprio: o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, cuja origem é detalhada na seção 2.4 desta pesquisa.

Esse noticiário vindo dos Estados Unidos era muito grande. Tudo isso fermentava a nossa consciência de cidadania, da questão da existência negra ser um fator político que cabia a nós, a nova geração. A efervescência do Brasil e do mundo permitia que a gente quisesse participar dessa transformação que sobrava mundo afora, no mundo negro especialmente. Isso entusiasmava a gente, porque eu e alguns outros companheiros éramos, em grande parte, a primeira geração de nossas famílias a chegar a uma universidade pública. Eu tive quatro irmãos e só uma irmã ainda chegou a cursar universidade, mas privada. Eu, o mais velho, prestei vestibular e passei. Fui o primeiro. (Jamu Minka. 70 anos. Jornalista. Entrevista concedida em 12 de fevereiro de 2022).

Dois aspectos podem ser destacados da declaração de Jamu: a compreensão de uma dimensão política como elemento essencial à existência do povo negro e isso evidenciar o quanto as mídias negras politizam a raça e, ao mesmo tempo, racializam debates - algo que o interlocutor aponta como grande lacuna na dinâmica das redações hegemônicas.

Há também a interpretação (igualmente política) de Jamu “ser o primeiro”. No tocante ao ensino superior, perspectiva evocada pelo jornalista, Fonseca<sup>114</sup> (2009, p. 112) pontua ser nesse estágio que o indivíduo conquista alguma mobilidade social “na medida em que ocorre a troca de experiências e de conhecimentos científicos, econômicos, políticos e sociais entre aqueles que vão governar e administrar a nação.”

O impacto que o trânsito pelo ambiente universitário causou a Jamu, tanto pelo acesso a debates relevantes quanto em decorrência do contato com movimentos sociais, estudantis, negros e de juventudes, comprova o quão fundamental era - como ainda o é - a presença negra em todos os níveis educacionais. Reforça também a função das políticas afirmativas, sobretudo as cotas raciais, enquanto catalisador de transformações comunitárias.

---

<sup>114</sup> Dagoberto José Fonseca. Graduado, mestre e doutor em Ciências Sociais. Coordena o Centro de Estudo das Culturas e Línguas Africanas e da Diáspora Negra (Cladin), da Universidade Estadual Paulista (Unesp), instituição na qual é vinculado ao Departamento de Antropologia e leciona na Faculdade de Ciências e Letras.

De acordo com Fonseca (2009), a presença de pessoas negras nas instituições públicas de ensino tem consequências sociais, culturais, simbólicas e políticas. No contexto de Jamu, esses desdobramentos foram as diversas mídias negras nas quais atuou a partir do acesso que teve à existência e atuação combativa dessas plataformas na história formal do país desde 1833, quando o primeiro jornal negro foi veiculado no Brasil (PINTO, 2010).

**Figura 5** – Capa de uma das edições do JorNegro.



Fonte: Jamu Minka.

Seja no jornal “Árvore das Palavras”, no caderno “Afro-Latino-América” (do “Versus”), no “JorNegro” ou nos “Cadernos Negros”, Jamu e tantos(as) outros(as) jornalistas pretos/as deixaram um legado importante para as gerações atuais de produtores de conteúdo. E ele sabe disso. “Por onde passei, o que ficou de definitivo foi a minha produção.”

### 2.3. “O branco brasileiro tem pavor da Ascensão Do Negro”

Foi por enxergar o Jornalismo como campo de militância contra o racismo, contra as desigualdades sociais e contra os resquícios de uma Ditadura Militar recém-findada que Éle

Semog<sup>115</sup>, atualmente com 70 anos, decidiu ocupar esse espaço mesmo sem pertencer à área. Analista de sistemas por formação e poeta, ele protagonizou uma das experiências mais longevas da história da mídia negra brasileira: o jornal “Maioria Falante”, que tomou as ruas do Rio de Janeiro entre o fim da década de 1980 e a primeira metade da década de 1990.

Concebido por Togo Iorubá<sup>116</sup> “na perspectiva de alcançar a luta dos povos oprimidos”, conforme explica Semog, o periódico abraçou demandas principalmente da população negra. Mas não somente dela. Indígenas, feministas e LGBTQs também eram acolhidos/as. E, assim, o jornal subverteu, já a partir do nome, a lógica ocidental de referenciar (e reverenciar) o povo branco. “É a coisa mais louca chamar a gente de minoria. Nós somos maioria falante mesmo. O nome era um posicionamento político nosso”, delinea.

Não havia, entretanto, pertencimentos a partidos políticos entre as/os que compunham o jornal. A incidência dos textos se dava em função dos rumos do Movimento Negro, que na década de 1980 já havia rompido as fronteiras de São Paulo e articulava pautas em diversos estados brasileiros.

Uma das coisas que a gente sempre teve que lidar foi com a questão do militante dentro do partido. O cara colocava a bandeira do partido na frente da bandeira do movimento. E não era um nem dois não. Era um monte deles. Era uma dificuldade. O cara saía do partido e vinha pro movimento pra dar direção no movimento a partir do que determina o partido. Aí, nesse caso, principalmente com negros, a gente teve vários conflitos. As correntes que haviam dentro dos partidos não conseguiam se multiplicar lá dentro porque o jornal conseguia colocar em perspectiva, de fato, as nossas necessidades enquanto movimento, mesmo com as divergências que existiam entre camaradas vindos de militâncias de locais diferentes. No geral, as pessoas que vinham pra nossa proposta tinham formação política e consciência da precariedade dos processos de formação pra luta no Brasil. (Éle Semog, 70 anos. Poeta. Entrevista concedida em 3 de março de 2022).

Com a existência, atuação e composição do “Maioria Falante” intrinsecamente ligadas ao Movimento Negro, importa dizer o que vem a ser Movimento Negro. Gomes<sup>117</sup> (2017, p. 23) afirma que são as “mais diversas formas de organização e articulação das negras e dos negros politicamente posicionados na luta contra o racismo e que visam à superação desse perverso fenômeno na sociedade.”

---

<sup>115</sup> Nome afropolítico de Luiz Carlos Amaral Gomes.

<sup>116</sup> Nome afropolítico de Gerson Theodoro, bacharel em artes cênicas e renomado cartunista carioca. Mestre em Comunicação e Cultura pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e especialista em Cenografia com licenciatura em Educação Artística pela Universidade Rio de Janeiro (Unirio). Morreu em 2016.

<sup>117</sup> Nilma Lino Gomes. Graduada em Pedagogia, mestra em Educação, doutora em Ciência Social (Antropologia Social) e pós-doutora em Sociologia e em Educação. É professora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e foi reitora pró-tempore da Unilab, além de ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos.

Essa pluralidade era o alicerce primário do Conselho Editorial do jornal, que discutia o conteúdo das edições considerando as perspectivas dos mais variados estratos sociais para as pautas publicadas contribuírem com a construção de um espaço democrático dentro e fora do periódico. Ao mesmo tempo, isso permitia conhecer o olhar dos segmentos sobre temas relevantes à agenda pública, garantindo, assim, uma produção noticiosa diversa - mas com a raça enquanto principal constituinte.

Semog revela que os diálogos nem sempre resultavam em consenso, o que evidencia a não homogeneidade dos integrantes do jornal e adiava as deliberações para encontros futuros, sem nunca, no entanto, inviabilizar as questões. O Conselho Editorial balizava essas trocas, como um fórum de alinhamento das pautas propostas pelos membros do jornal ao que o Movimento Negro entendia prioritário para cada recorte histórico, considerando, inclusive, dividendos, positivos ou não, a figuras e entidades aliadas.

As discussões alcançavam até os idealizadores do “Maioria Falante”. Semog lembra da horizontalidade dos debates, ainda que o tema fosse caro e gerasse tensionamentos internos, como aconteceu com ele próprio diversas vezes. O poeta recorda:

Eu, por exemplo, escrevia uma coluna e discutia a dificuldade do homem negro de superar o machismo. Era um conflito doído, porque era um tema bastante sensível dentro do movimento e um poeta trazer aquelas questões que imperavam na comunidade masculina negra, algumas pessoas achavam um desserviço. Mas era um dedo na ferida. Porque o que eu vi de práticas machistas na minha militância dentro do Movimento Negro, se eu fosse contar, puta merda, ia dar o maior rolo. O machismo do Movimento Negro está muito distante da luta que a gente defende. Então, você defende uma coisa aqui e tem uma prática totalmente diferente ali. Isso era uma complicação. Mas eu ousei escrever. A galera reclamava, mandava carta. Mas nunca tive atritos maiores não. (Éle Semog, 70 anos. Poeta. Entrevista concedida em 3 de março de 2022).

A ousadia a qual ele se refere dialoga com os meandros dos movimentos negros, expondo um dos porquês do surgimento do feminismo protagonizado por mulheres pretas, algo já colocado por nomes como Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro, no cenário nacional, e por Angela Davis, Kimberlé Crenshaw e Patricia Hill Collins, na cena norte-americana/mundial.

Muitos dos conceitos discutidos por essas e outras intelectuais norteavam o conteúdo do jornal, que publicava artigos sobre valorização da autoestima, autorespeito, recitais, livros e concursos, artes negras, negros no sindicalismo, denúncias de racismo, análises críticas da estigmatização de corpos negros *etc.*

Semog demonstra que “isso fazia parte do nosso processo de produção e de uma formação de consciência; estava ali dentro o tempo todo”. Essas perspectivas de intervenção e formação eram ainda mais evidenciadas pelas articulações externas que o “Maioria Falante”

fazia, como a existência de um grupo interno do jornal cuja função era levar às escolas os ideais libertários do jornal. “Não era a denúncia pela denúncia. Nunca foi”, sintetiza.

O jornal cumpria, portanto, um papel educativo como braço do Movimento Negro e, enquanto mídia negra, era uma estratégia de produção de um tipo de conhecimento “que se coloca contra os processos de colonização incrustados na América Latina e no mundo; movimento e intelectualidade negra que indagam a primazia da interpretação e da produção eurocentrada de mundo e do conhecimento científico” (GOMES, 2017, p. 15).

Ao articular e vocalizar esses saberes, e por ter como base os movimentos sociais, o jornal colaborou com a ressignificação da raça. Segundo Gomes (2017, p. 21), a incidência desses movimentos “indaga a própria história do Brasil e da população negra em nosso país, constrói novos enunciados e instrumentos teóricos, ideológicos, políticos e analíticos para explicar como o racismo brasileiro opera não somente na estrutura do estado, mas também na vida cotidiana das suas próprias vidas”. O “Maioria Falante” contribuiu, portanto, assim como toda mídia negra, para a luta pela visibilidade racial. Esforço esse até hoje necessário.

Mas o caráter pedagógico do jornal não se evidenciava apenas na literalidade do uso do periódico em escolas. A essência educadora resultava de uma interação entre comunicação e educação que Calixto<sup>118</sup> (2017, p. 29) diz ser própria da constituição da sociabilidade humana: “há, portanto, uma nova dimensão, uma nova área de intervenção nas dinâmicas sociais, ao qual denominamos Educomunicação, em que comunicar exige em algum nível educar. E, sem dúvida, educar exige comunicar.”

Considerando que mecanismos de comunicação influenciam a cultura em uma lógica de trocas simbólicas, de interação, o autor considera primordial o debate sobre a centralidade das mídias em dinâmicas formativas, visto que elas agem na formação dos sujeitos e esses sujeitos, sobretudo os jovens, não devem mais ser vistos como passivos e sim como pessoas produtoras de sentido.

---

<sup>118</sup> Douglas de Oliveira Calixto. Graduado em Comunicação com habilitação em Jornalismo, mestre e doutorando em Ciências da Comunicação. Integra o grupo de pesquisa Mediações Educomunicativas. É supervisor de comunicação do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM).

Figura 6 – Capa de uma das edições do jornal *Maioria Falante*



Fonte: Internet

Para contemplar coberturas em realidades distintas, o “*Maioria Falante*” contava não somente com colaboradores no Rio de Janeiro, cidade na qual a sede do jornal funcionava. Havia informantes no Peru, Estados Unidos e em Angola (África), cuja produção era viabilizada por telefone ou fax, “o filé mignon da época”, na definição de Semog.

Com os jornalistas da capital fluminense, as reuniões de pauta aconteciam até três vezes por semana. Os encontros ocorriam sempre no período noturno, de forma a favorecer a participação do máximo de membros, que frequentemente dividiam a atuação no jornal com o expediente em mídias hegemônicas, em outros veículos alternativos ou no serviço público.

Conforme novas edições eram publicadas, o jornal passava por adaptações. Sobretudo na linguagem. Semog cita isso como reflexo positivo das reivindicações dos movimentos; conquistas simbólicas importantes.

A maioria das pessoas do *Maioria* ou era jornalista por formação ou tinha alguma formação acadêmica. Então, o linguajar, o discurso era todo de movimento social. E

aí a linguagem evolui. Uma palavra que faço questão de citar é “escravo”, que antes usávamos e hoje se fala em escravização, em escravizado, porque se trata de alguém que sofre uma força exercida por outro sujeito. A mudança para o uso do “todes” também está incorporado no texto atual, mas na época do *Maioria* o máximo que a gente conseguia era “eles e elas”. Ou levava tudo pro masculino. Ou, quando muito, botava a última palavra no feminino. Mas a gente não podia escrever o português errado, imagina! A gente não chegava ao clássico, mas era um coloquial cumprindo todas as regras, a não ser nas entrevistas, que a gente preservava as falas do sujeito. (Éle Semog, 70 anos. Poeta. Entrevista concedida em 3 de março de 2022).

O alerta de Semog sobre a adequação das palavras não se restringe à sintaxe, apesar de ser ela um estudo também essencial às interpretações. O poeta refere-se a uma dimensão semântica, política até, da construção de imaginários que dão sentido histórico à perpetuação de exclusões a partir da raça. Um debate inexistente à época do jornal e que hoje é denominado no ambiente acadêmico e nos movimentos sociais como “racismo linguístico.”

Nascimento (2019) discute a questão sob a perspectiva de serem as línguas a base do racismo. Para o autor, a linguagem tem o poder de caminhar por subterrâneos ligados às mais variadas formas de discriminação (dentre elas, a racial) e, assim, o racismo linguístico seria o responsável por manter outras formas de racismo. Isso nos leva a refletir que: se as palavras são a principal forma de manifestação da língua e da linguagem, assim como são a língua e a linguagem os instrumentos de trabalho da Comunicação e do Jornalismo, é imprescindível que os produtos midiáticos sejam postos em perspectiva como vetores de perpetuação do racismo, pois a linguagem é mecanismo de manifestação de poder tanto quanto o racismo é exercício de autoridade de um indivíduo (ou grupo) sobre outro(s) (ALMEIDA, 2019) porque “falar é absolutamente falar para um interlocutor” (NASCIMENTO, 2019, p. 12).

O preconceito racial aqui é entrelaçado com o social e o linguístico (naquilo que quero chamar aqui de racismo linguístico, e que se desenha através do linguicídio, ou seja, do extermínio do outro não branco) fica mais aparente se nos detivermos nas políticas linguísticas. (...) Ou seja, não estamos falando de um projeto neutro, mas de uma política bem localizada na própria racionalidade política do Estado brasileiro. (...) Por exemplo, a ditadura no Brasil aprofundou um projeto perverso de expansão da precarização e do racismo linguístico. (NASCIMENTO, 2019, p. 14 e 15).

No entendimento do autor, a língua é uma marca de dominação, o que potencializa o papel do discurso, das personagens enredadas nesta narrativa e da história por ela criada para a produção de fenômenos da linguagem cuja função é ligar a língua à ideia de superioridade porque, destaca Nascimento (2019), “as línguas têm sujeitos por trás delas.”

Ciente de que esta dimensão também compunha o jornal, Semog e os companheiros e companheiras de redação combatiam o racismo linguístico, embora não o nomeassem desta maneira, dando novas interpretações e significados a fatos e enunciados, históricos ou não, a respeito do povo negro.

Para o poeta, a mídia tradicional ocupa lugar diametralmente oposto ao papel exercido pelas mídias negras nesse sentido. Enquanto essas tentam edificar uma sociedade com bases fincadas em relações equânimes, ele avalia que as plataformas hegemônicas reproduzem estigmas e tratam a formação do Brasil, com suas especificidades e generalismos, sem a visão holística de inclusão dos povos negro e indígena como atores imprescindíveis que são à formação das identidades nacionais.

Daí, ele diz, a premência de os meios de comunicação reforçarem como positivas as imagens de personalidades negras, dando projeção a rostos como o de Anastácia<sup>119</sup>. Foi o que certa vez imprimiu o *Maioria Falante* ao, “involuntariamente”, Semog pondera, elevar essa mulher preta, escravizada e vítima de todo tipo de violência e violação de direitos, ao patamar de símbolo em prol de uma reivindicação, um resgate, uma reparação.

**Figura 7** – Reprodução de quem teria sido Anastácia.



Fonte: Internet.

O jornal e os leitores tensionavam também a desconstrução simbólica de instituições seculares como a Igreja, que atuou como importante braço do imperialismo europeu quando da expansão econômica e subseqüentes invasões a territórios até então não explorados, como foi o caso do Brasil, assim como respaldou os processos de dominação, escravização e tráfico aos quais os povos originários e africanos foram submetidos aqui por quase quatro séculos no modelo econômico de exploração servil.

<sup>119</sup> Um dos grandes símbolos do período escravagista brasileiro e uma das mais importantes figuras femininas negras da história. Foi obrigada a usar a máscara de flandres, equipamento utilizado por senhores brancos para impedir que negros e negras falassem ou ingerissem alimentos e água. É cultuada como “santa” desde o fim da década de 1960, apesar de a Igreja Católica não a reconhecer desta forma. Ela é uma santa popular.

Semog relembra um dos episódios mais marcantes do jornal:

As pessoas compravam o jornal porque nós imprimimos uma página inteira da Santa Anastácia. As pessoas pegaram essa página, botaram do lado da igreja e começaram a acender vela em plena Praça XV. Porra, foi uma complicação! Uma complicação não! Foi uma resposta popular a tanto sequestro dos nossos símbolos! (Ele Semog, 70 anos. Poeta. Entrevista concedida em 3 de março de 2022).

Por conta de acontecimentos como o da santa escravizada (ou escravizada santa), Semog acredita que o “Maioria Falante” foi uma mídia negra “que contribuiu pra espalhar a semente da luta” plantada por homens e mulheres ancestrais. Resistência essa que já gerou conquistas sociais importantes, mas, acima de tudo, o faz não perder o desejo de viver num mundo menos desigual. “Se a gente deixar alguma utopia pra trás, a gente se perde”, frisa.

Uma dessas utopias está em colocar o povo negro no devido lugar que ele ocupa na narrativa do Brasil. “Um lugar central, não de marginalidade”, afirma o poeta, em concepção análoga ao que Santos (2022) propõe em perspectiva histórica e ao que Spivak<sup>120</sup> (2000; 2010) discute sobre determinados sujeitos estarem impostos a uma lógica secular de subalternidade, sequer dispendo de meios que os permitam ter suas vozes ouvidas.

Spivak (2000, p. xx, tradução minha) conceitua os indivíduos subalternos como “as camadas inferiores da sociedade constituídas por modos específicos de exclusão dos mercados, da representação legal e política, e da possibilidade de total pertencimento a um estrato social dominante”<sup>121</sup>. No Brasil, o estudo “Desigualdades sociais por cor ou raça<sup>122</sup>”, do IBGE (2018), indica que mesmo diante de todos os direitos conquistados no último um século e meio as classes mais baixas têm negros como 75% dos mais pobres e brancos como 70% dos mais ricos. Logo, é possível intuir o endereçamento da subalternização a pessoas negras. Isso nos faz avaliar que mídias negras como o “Maioria Falante” atuam no sentido de assegurar um espaço dialógico e de representação de sujeitos não contemplados pela dinâmica das empresas de comunicação, na qual as falas das minorias quase sempre são intermediadas por pessoas brancas, a começar pelos(as) repórteres, que, por sua vez, também constroem narrativas embranquecidas.

Ao discutir a existência da pessoa subalterna, Spivak (2010) põe em evidência o modo inferiorizante como esse sujeito é retratado na prática discursiva intelectual pós-colonial,

<sup>120</sup> Gayatri Chakravorty Spivak. Teórica indiana referência nos estudos sobre subalternidade. Tem 80 anos e leciona na *Columbia University*. Graduada em Inglês, e mestra e doutora em Literatura Comparada.

<sup>121</sup> “the bottom layers of society constituted by specific modes of exclusion from markets, political-legal representation, and the possibility of full membership in dominant social strata.” (SPIVAK, 2000, p. xx)

<sup>122</sup> Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf). Acesso em 23 ago 2022.

no discurso ocidental, cuja produção atende a interesses econômicos, como aqui já foi discutido (OLIVEIRA, 2021), e da qual são agentes importantes as empresas de comunicação. É este o contexto, de tratar classes subalternas como aliadas de poder, no qual o Brasil está inserido.

Spivak (2010, p. 85) defende a heterogeneidade desse indivíduo subalterno, mas alerta que: “se, no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade”. A autora diz isso porque “se você é pobre, negra e mulher, está envolvida de três maneiras” (*ibidem*, p. 110) com o que ela chama de “construção contínua” dessa condição de subalternização.

Na percepção de Spivak, é preciso uma “desaprendizagem sistemática” pela crítica ao discurso pós-colonial. Exatamente o que as mídias negras propõem-se a fazer - e, neste caso específico, o jornal “Maioria Falante” fez.

Quando você combate o racismo, em algum momento você tem que ser radical. Não dá pra dizer que tá tudo bem. Porque não tá tudo bem! E as propostas do Maioria falavam o que estava acontecendo. Envolviam os responsáveis. Porque o Estado é omissor nessa questão. Aí, quando isso acontece, você nomeia o Estado. O Estado não é um ente abstrato! O Estado tem Poder Executivo, Poder Legislativo, Poder Judiciário, tem um monte de sujeito trabalhando, tem juiz que dá pena dobrada pro negro... Então, o Estado é um ente bem concreto e violento contra a população negra. E a gente falava isso no jornal. Vai ter uma hora que a droga dos jornais hegemônicos não vão mais dizer que não têm preto na direção. E o branco tem brasileiro tem pavor de qualquer tipo de ascensão do negro. Só que a gente tá num processo de ascensão que não é individual. É coletivo. Irreversível e coletivo. E eles se sentem profundamente ameaçados. (Éle Semog, 70 anos. Poeta. Entrevista concedida em 3 de março de 2022).

Por isso, Éle Semog crê que os movimentos negros estão organizados e habilitados para apropriarem-se das conquistas fruto das lutas democráticas que protagonizaram. Da vaga na Universidade à cadeira no Parlamento. Da comida na mesa ao lazer do fim de semana. Do emprego qualificado a uma vida confortável. Tal qual goza - e sempre gozou - a branquitude por ser, como evidencia o poeta no depoimento acima, o racismo uma estrutura de elementos políticos e econômicos determinantes ao sujeitamento de indivíduos dentro de regras que são institucionais, específicas e inerentes de cada sociedade.

Almeida (2019, p. 40) detalha a perspectiva apontada por Semog quando diz que “a concepção institucional do racismo trata o poder como elemento central da relação racial”. O significado disso é a manifestação dos entes - legalmente constituídos, diga-se - citados pelo interlocutor (Executivo, Legislativo e Judiciário) com o efeito de dominação, pois, de acordo com o autor (*ibidem*, p. 47), “se há instituições cujos padrões de funcionamento redundam em

regras que privilegiem determinados grupos raciais, é porque o racismo é parte da ordem social. Não é algo criado pela instituição, mas é por ela reproduzido.”

Diante de um processo de ascensão irreversível da comunidade negra, Semog acredita que “a história do branco se esgotou” e a atuação de mídias negras ganha contornos ainda mais estratégicos por amplificar os horizontes da classe trabalhadora, tal qual enaltece hooks (2017) sobre a importância desses sujeitos encontrarem a própria voz. Uma voz que já existe e, por vezes, está dispersa. Viabilizá-la é catalisar a subversão “de focar somente pensamentos, atitudes e experiências dos materialmente privilegiados” (*idem*, p. 246).

Disrupção essa que Semog acredita ser necessária de acontecer também no universo acadêmico. “E é por isso que é tão importante você estar fazendo esse trabalho, cara. Ele é uma recuperação da nossa memória, numa versão nossa”, capta o poeta.

#### **2.4. “A gente sabia que queria Combater O Racismo”**

Uma das trajetórias que leva à revista “*Tiçã*” começa na casa de uma família gaúcha rica e influente em plena Ditadura Militar e quase 30 anos antes de 1978, quando o primeiro número do periódico foi publicado. Lá, uma menina com nome vindo do latim e significante da verdade, morava e convivia com o próprio algoz. Mas não pertencia à mesma classe social. Ela, um corpo negro; ele, um homem branco. Ela, uma das filhas da empregada; ele, o patrão. Ela, uma promessa de futura criada; ele, um general do Exército. Ela, uma fácil vítima da conjuntura política da época; ele, amigo dos ditadores do alto escalão nacional.

Foi nesse contexto que Vera Daisy, hoje uma mulher cisheterossexual com 73 anos e matriarca da própria descendência, cresceu: pobre, irmã de duas mulheres e dois homens, “escandalosamente negra”, como se define, letrada tardiamente, aos oito anos de idade, e herdeira de uma linhagem feminina negra reservada ao servilismo para seguir os feitos da mãe solo<sup>123</sup>, lavadeira, passadeira, cozinheira e analfabeta. Até um conflito interno à família do militar levá-la a acessar o ensino formal básico e, posteriormente, a educação superior na maior e mais importante instituição do Rio Grande do Sul.

---

<sup>123</sup> Aplicamos aqui o conceito de Lima (2021) de rejeitar a expressão “mãe solteira” por entendermos a carga pejorativa que a sentença denota ao associar a maternagem a um estado civil, e um estado civil atrelado a uma figura masculina. Segundo a pesquisadora, utilizar o termo “mãe solo” retrata de maneira mais fidedigna a experiência dessas mulheres - sobretudo as negras, já que, de acordo com o Censo 2010 do IBGE, são elas - as negras - a maioria das mães solo brasileiras (87%) - de estarem ao mesmo tempo conectadas ao chão da vida e sozinhas, no sentido de “sentir-se só”. Trata-se, portanto, de uma visão sociológica mais holística do parir, distanciada de questões biológicas, como tradicionalmente também o debate é condicionado. Taiane Alves de Lima é natural de Fortaleza (CE). Graduada em Ciências Sociais, é mestra e doutoranda em Antropologia pesquisando mães solo e maternidades.

A criatura está sendo criada dentro de um ambiente burguês, mas não perde a condição de empregada doméstica. É um negócio bem dúbio, porque você está frequentando a universidade, mas está varrendo o chão. Está esfregando o chão com palha de aço. Eu ainda tenho os joelhos marcados [*voz embargada*]. Acho que vale se emocionar, né? (Vera Daisy Barcellos Costa, 73 anos. Jornalista. Entrevista concedida em 8 de janeiro de 2022). (grifo nosso).

A subversão do destino ao qual estava fadada - de ser a próxima empregada doméstica da mansão - deu-se a partir da própria casa do general. O lugar dispunha de uma biblioteca e ofereceu a Vera Daisy a chance, ainda que às escondidas, de ler romances e diversos outros gêneros literários, inclusive obras proibidas pelo Regime Militar do qual o dono da casa fazia parte. Assim, estimulada por um dos cinco filhos brancos do militar, o único da família a favor do letramento da jovem negra, ela ingressou na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Conciliou os três anos do curso superior com as obrigações do casarão. Varria, lavava a louça, limpava os cômodos e não tinha férias. Nem salário. Eventualmente, em datas comemorativas, recebia algum dinheiro ou presente. E só.

Esse começo da narrativa de uma das interlocutoras desta pesquisa guarda similitudes com o curso da vida de muitas mulheres negras. Milhares, milhões delas. De outrora, ainda de hoje e, ao que tudo indica, por muito tempo adiante, mesmo que em menor escala, graças a uma herança colonial, como denuncia Teixeira<sup>124</sup> (2021, p. 21) ao ilustrar essa realidade frisando: “ao longo da história, e mesmo após a abolição formal da escravatura, o trabalho doméstico tornou-se um dos principais meios de sobrevivência dessas mulheres.”

Vera Daisy foi, então, no começo da segunda metade do Século XX, o que, segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese)<sup>125</sup>, 5,7 milhões de pessoas são até hoje no Brasil. Desse total de trabalhadores domésticos, 5,2 milhões (92%) são mulheres e 65% são negras. Quatro milhões (80%) não têm carteira assinada. Em 2019, o país dispunha de 6,2 milhões de indivíduos compondo esta mão de obra, sendo 5,7 milhões de mulheres e 4,2 milhões em situação de informalidade laboral.

Dimensionar o universo do emprego doméstico a partir de estatísticas atuais nos ajuda a compreender duas questões determinantes à trajetória de Vera Daisy - e, conseqüentemente, à existência da mídia negra na qual ela atuou (a revista “*Tiçã*”). A primeira diz respeito ao fato de esses números denotarem um cenário ainda pior de servilismo doméstico

<sup>124</sup> Juliana Teixeira. Doutora em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Atua como professora da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), vinculada ao Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (Neab). É pesquisadora associada à Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN).

<sup>125</sup> O estudo toma como base dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios Contínua que compara dados de 2021 com 2019. Acesso em 16 de julho de 2022. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/infografico/2022/trabalhoDomestico.html>

no país durante a infância e a adolescência da interlocutora, notadamente as décadas de 1950 e 1960, quando, ao fim desse período, ela decide ser comunicóloga.

Próximos do fim da escravidão, ocorrida em 1888, esses anos iniciais da vida de Vera Daisy estão posicionados logo após o Estado Novo, período no qual trabalhadores domésticos foram excluídos do alcance da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), editada em 1943. O descarte aconteceu após dez anos de discussões sobre a situação jurídica da categoria, cujos marcadores eram/são de gênero, classe e raça, já que, como Carneiro<sup>126</sup> (2011) tipifica, e Dieese confirma, tem em mulheres pobres e negras componente majoritário.

Com a não regulamentação da profissão<sup>127</sup>, o trabalho doméstico brasileiro foi mantido na continuidade da exploração, nos moldes da servidão colonial, como vivenciou Vera Daisy. O que nos leva à segunda questão relevante para o entendimento da narrativa da interlocutora e da existência da “*Tiçã*”: a precarização do trabalho doméstico - e de tantas outras funções de maioria não-branca - impactava na mobilidade social da população negra, historicamente privada do acesso a direitos básicos.

Após a abolição da escravatura, a situação das ex-escravizadas domésticas era próxima à da escravização. [...] Durante um bom tempo no Brasil foi comum que as trabalhadoras domésticas residissem na casa dos patrões, repetindo o padrão das meninas que, desde cedo, iam morar nas casas em que trabalhavam, embora não fossem reconhecidas como trabalhadoras. [...] Submetidas aos interesses e às vontades dos patrões, sobrava pouco tempo para que elas pudessem se dedicar às suas vidas pessoais. (TEIXEIRA, 2021, p. 32, 40 e 41).

Com isso, a autora destaca que o não acesso aos processos formais de educação forçava muitas trabalhadoras domésticas, mulheres como a mãe de Vera Daisy, a tornarem-se dependentes, inclusive do ponto de vista psicológico, das famílias para as quais trabalhavam. De acordo com Teixeira (2021, p. 43), não havia mobilidade social porque “havia uma troca de trabalho por moradia e alimentação precárias” e “essa dependência reforçava a própria continuidade da condição de trabalhadoras domésticas.”

Logo, conseguir conciliar demandas do ensino básico e, posteriormente, da Faculdade de Comunicação da UFRGS com os afazeres da mansão já foram, em si, rupturas importantes para Vera Daisy ter, enfim, condições de, tão logo com o diploma de ensino superior em mãos, em 1971, entrar no mercado jornalístico e deixar a casa do ditador amigo dos ditadores. Um movimento possível graças à independência financeira conquistada por ela

<sup>126</sup> Aparecida Sueli Carneiro Jacoel. Filósofa e doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Fundadora e coordenadora executiva do Geledés Instituto da Mulher Negra, é ativista do Movimento Feminista e do Movimento Negro do Brasil.

<sup>127</sup> Ocorrida apenas em 2013, com a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional 72, popularmente conhecida como PEC das Domésticas, cujo vigor iniciou apenas em junho de 2015.

numa profissão à época dita “masculina<sup>128</sup> e que não era para mulheres direitas”, como lhe resumia o militar, na tentativa de desestimulá-la aos conhecimentos.

A defesa dele era a de que Vera Daisy pertencia ao “trabalho de preta” (PORFÍRIO<sup>129</sup>, 2021). Ou, como estabelece Carneiro (2011), de submeter a garota à “asfixia social” fruto da incidência da conjugação do racismo com o sexismo à brasileira sobre mulheres como ela e diferentes das filhas dele, brancas, que, ao contrário da futura empregada doméstica, estariam sugestionadas a uma vida adulta com um bom posto de trabalho e outros indicadores sociais favoráveis. Carneiro (*ibidem*, p. 129) diz:

[...] as mulheres negras brasileiras compõem, em grande parte, o contingente de trabalhadores em postos de trabalho considerados pelos especialistas os mais vulneráveis do mercado, ou seja, sem carteira assinada, autônomos, trabalhadores familiares e empregados domésticos.

Para o general, o lugar da menina que ele testemunhava o amadurecimento não era o da intelectualidade. Ela pertencia ao trabalho braçal. À exploração de sequer ter salário. A ser subordinada e dominada. Porfírio (2021, p. 28) explica: “a raça foi o principal marcador que determinou quem realizaria o serviço doméstico em épocas de Brasil colonial e que até os dias de hoje faz com que a mulher negra seja tachada de empregada, servil e subalterna”. Em razão disso, a autora defende que se evidencie a raça como fator prevalente para a produção de desigualdades tanto quanto o são classe e gênero em perspectivas analíticas.

Não há como falar do emprego doméstico no Brasil sem falar de escravidão e não há como falar de escravidão sem falar de raça. Discutir o emprego doméstico é falar sobre mulheres negras e o enorme espaço que esse trabalho ocupou e ocupa (pelo menos em uma parcela considerável delas) em suas vidas, obscurecendo todos os outros aspectos de suas existências (DAVIS, 2016 [1981]) (...) Cada doméstica vivencia seu cotidiano de trabalho de uma forma única, mas que, mesmo assim, não deixa de se encaixar em uma história de subalternidade, dominação e exploração que é comum à categoria, em uma divisão racial do trabalho produzida justamente por um sistema de continuidade moderna da colonização de países terceiro-mundistas que permanecem envolvidos em hierarquias raciais que instituem quem, tanto em âmbito interestatal quanto em âmbito nacional, são os indivíduos/povos superiores, modernos e racionais e quem não são. (PORFÍRIO, 2021, p. 34 e 37).

A relação do emprego doméstico com o regime escravista e as consequências disso para as mulheres até os dias de hoje precisa ser observada pela ótica de ser a raça o principal diferenciador das pessoas inseridas neste contexto, já que trabalhadoras brancas não são

<sup>128</sup> Diferente de hoje, quando o Jornalismo tem mais mulheres (58%) do que homens, segundo o estudo “Perfil do Jornalista Brasileiro 2021”, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Acesso em 11 de julho de 2022. Disponível em: <http://perfildojornalista.paginas.ufsc.br/files/2022/06/RelatorioPesquisaPerfilJornalistas2022x2.pdf>

<sup>129</sup> Tamis Porfírio Costa Crisóstomo Ramos Nogueira. Socióloga e mestra em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRJ), onde também cursa doutorado na mesma área e pesquisa temas relacionados a gênero, raça e trabalho.

submetidas às mesmas variáveis que as negras assim como na vida social pessoas brancas não carregam marcadores como são atravessadas por opressões todas as pessoas negras.

Já jornalista, com uma graduação inteira atravessada na solidão de ser a única mulher negra de todo o curso, Vera Daisy integrou movimentos sociais ligados à causa racial que foram determinantes para a ampliação do olhar dela sobre a situação do povo negro, seja na conjuntura nacional ou dentro das particularidades Rio Grande do Sul, e fizeram-na entender que, para enfrentar a Ditadura, “a autoidentificação como negra era o nosso fortalecimento.”

Um dos coletivos dos quais Vera Daisy fez parte foi o Grupo Palmares, definido por Campos<sup>130</sup> (2006) como “um movimento negro de subversão e resistência pela construção de um novo espaço social e simbólico”. Segundo o autor, a iniciativa era organizada como uma associação cultural sem fins lucrativos e com o objetivo de promover estudos em relação ao povo/indivíduo negro. Esse ajuntamento fazia alusão ao que Carneiro<sup>131</sup> (2011, p. 4) qualificou como “Estado negro, um pedaço da África transplantado para o Nordeste do Brasil”, quando deslindou o que também atestou ser o quilombo mais longevo da história da colonização do Brasil, localizado onde hoje fica o estado de Alagoas.

Graças a essa experiência, Vera Daisy teceu redes negras políticas, afetivas e teóricas oriundas de movimentos de base e nas quais ela edificou-se na qualidade de mulher de pele escura e comunicóloga. A jornalista lembra dos inúmeros debates sobre dinâmicas sociais tidos com intelectuais e formadores de opinião gaúchos como Oliveira Silveira<sup>132</sup>, cujo título posterior de “o poeta da Consciência Negra do Brasil” tem ligação direta com o fato de ter sido o Grupo Palmares o nascedouro do 20 de novembro como marco social contemporâneo de reconhecimento à luta e à resistência protagonizadas por Zumbi, a maior liderança do quilombo e proeminente abolicionista brasileiro.

Foi Oliveira Silveira, ainda nos idos dos anos de 1970, durante uma Ditadura Militar que diminuía a importância da negritude para a formação do Brasil tanto ideologicamente quanto pela força, o mentor do Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra. A data acabou instituída em lei somente em 2011<sup>133</sup>, dois anos após a morte do poeta, e atualmente é uma das mais relevantes do calendário negro nacional, suscitando em diversas esferas o debate sobre a

---

<sup>130</sup> Deivison Moacir Cezar de Campos, professor do Programa de Pós-Graduação em Educação e cursos de Comunicação da Universidade Luterana do Brasil.

<sup>131</sup> Edison de Souza Carneiro. Foi um dos maiores etnólogos da história do Brasil com diversos estudos produzidos sobre a cultura afro-brasileira. Atuou como escritor e foi membro do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Morreu em 1972, aos 60 anos.

<sup>132</sup> Oliveira Ferreira da Silveira. Escritor e poeta gaúcho. Participou do Grupo Palmares de 1971 a 1978. Morreu em 2009, aos 67 anos.

<sup>133</sup> Lei Federal nº 12.519/2011. O 20 de novembro remonta ao dia no qual Zumbi dos Palmares foi assassinado.

urgência do combate ao racismo, a promoção da equidade racial e a construção de um futuro possível para o povo negro.

A participação de Vera Daisy no Grupo Palmares e a influência exercida sobre ela por Oliveira Silveira são assim resumidas pela jornalista: “eu estava aprendendo com uma turma que já vinha pesquisando há mais tempo sobre Palmares, negritude, movimento negro, sobre a história do movimento negro...”. Corolário esse que - somado a outras vivências, pessoais e profissionais - exerceu forte influência no papel por ela cumprido na revista “*Tiçãõ*”, inclusive na compreensão de ser a plataforma um ajuntamento como, guardados os devidos contextos sociohistóricos, uma espécie de quilombo. Algo próximo do traçado por Carneiro (2011) para caracterizar esses territórios enquanto fenômenos de rebeldia e que faziam frente aos padrões de vida - eurocêntricos - impostos pela sociedade colonial.

O quilombo foi, portanto, um acontecimento singular na vida nacional, seja qual for o ângulo por que o encaremos. Como forma de luta contra a escravidão, como estabelecimento humano, como organização social, como reafirmação dos valores das culturas africanas, sob todos estes aspectos o quilombo revela-se como um fato novo, único, peculiar - uma síntese dialética. (CARNEIRO, 2021, p. XLV).

Ser filha de empregada doméstica, tornar-se uma, frequentar o ambiente universitário e aprender com o Grupo Palmares - e outros coletivos - sobre luta e resistência moldou o olhar de Vera Daisy. O vivido e o assimilado nas discussões com colegas viraram pautas de apelo pessoal e coletivo quando da função jornalística. O que ela foi um dia passou a figurar como objeto de produção na revista a partir de um tensionamento racial, já que no trabalho doméstico há um componente histórico de dominação e relação de poder intrínseco à sua própria existência.

Por isso, em 1976, a interlocutora discutiu com dois colegas de profissão<sup>134</sup>, ambos negros, a possibilidade de os três criarem “um veículo diferente dos demais de Porto Alegre”. Ela recorda: “a gente sabia que queria combater o racismo. Primeiro, se pensou em discutir a questão da negritude. A ideia original era essa”. Contudo, diversos aspectos conceituais hoje comuns ao debate sobre raça ainda não estavam sedimentados nem no seio social nem para nenhum dos componentes do trio. O Movimento Negro Unificado (MNU) como é estruturado hoje, de atuação nacional, sequer existia<sup>135</sup> e a capital gaúcha começava sua efervescência no sentido de ter uma representação própria para visibilizar a causa afro-brasileira.

<sup>134</sup> Jones Lopes da Silva, ainda vivo, e Jorge Roberto Freitas, falecido em 2019.

<sup>135</sup> A fundação data de 1978, em ato público, em São Paulo. Chamou-se primeiro Movimento Unificado Contra a Discriminação Étnico-Racial (MUCDR). Foi rebatizado em dezembro de 1979, quando passou a ser MNU.

A existência, então, de um meio de comunicação propondo-se, através das palavras, ao enfrentamento da desigualdade racial, inclusive midiática, à restauração africana e, com isso, a amplificação de questões políticas essenciais à construção de outro tipo de sociedade mostrava-se bem-vindo e promissor num município - Porto Alegre - que, segundo o IBGE, tem menos de 15% da população preta ou parda.

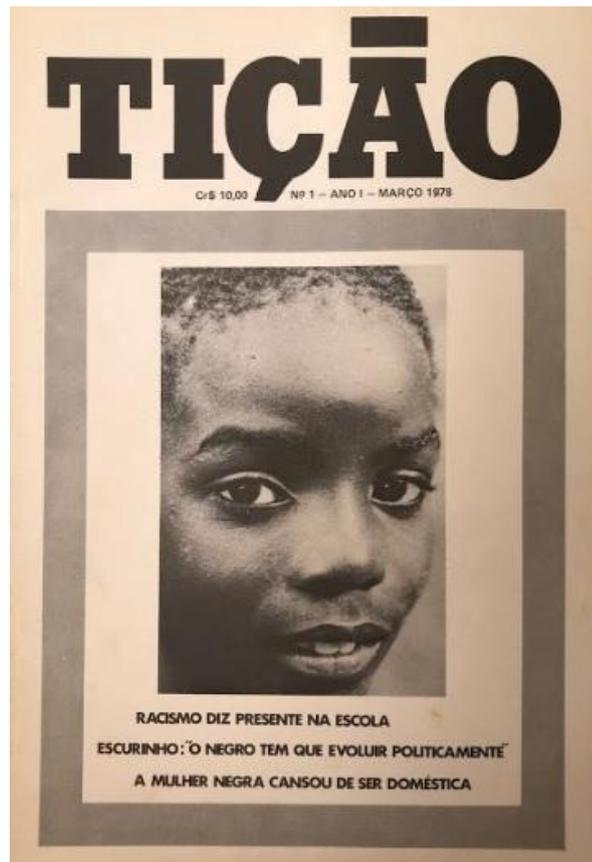
Eu lembro como se fosse hoje. Era dezembro. Final de semana. Numa tarde de verão. Perto da rua Santana, a gente estava sentado na calçada, na porta de uma padaria. Nós conhecíamos vários jornalistas, brancos e negros. A ideia não era fazer uma redação apenas com jornalistas negros, porque não tinha na época tantos assim. Então, agregamos várias pessoas. Alguns negros, outros brancos. Começamos a montar o projeto. Esbarramos numa coisa fundamental na época e que persiste ainda hoje: a falta de dinheiro. A falta de patrocínio. Quem é que apostaria numa revista assim? Abandonamos o projeto de jornal e achamos que seria mais viável fazermos uma revista. (Vera Daisy Barcellos Costa, 73 anos. Jornalista. Entrevista concedida em 8 de janeiro de 2022).

A lacuna teórica e a escassa representatividade negra citada por Vera Daisy levaram à formação de uma equipe de trabalho heterogênea. A redação da “*Tiçã*” era composta, então, além de jornalistas, também por poetas, escritores, artistas gráficos, sociólogos, estudantes de Jornalismo, publicitários, fotógrafos, ilustradores, artistas plásticos e até sambistas. Homens e mulheres diversos(as), negros(as) e não-negros(as), em busca de promover debates públicos que julgavam fundamentais à época e não figuravam nas empresas hegemônicas nas quais originalmente atuavam.

Vera Daisy, por exemplo, produzia para empresas de comunicação e para o serviço público (era concursada), e diz não ter qualquer memória de discussões sobre pautas raciais nesses espaços. Mesmo quando tentava, a proposta não tinha ressonância. Afinal, as redações eram brancas na sua quase totalidade. Ela dedicava, então, os esforços para a pensar a “*Tiçã*”, cujas reuniões de pauta aconteciam aos sábados. Nas folgas, portanto. E eram, conforme lembra a jornalista, intermináveis “porque nós não dominávamos tudo e não tínhamos conhecimento profundo, apesar da passagem por movimentos sociais.”

Entre a idealização da revista, em dezembro de 1976, e a primeira publicação, em março de 1978, quase um ano e meio transcorreu. O longo hiato, Vera Daisy explica, deu-se porque “cada pauta gerava discussões de dois, três sábados. Eram horas de discussões porque as pautas não eram objetivas como uma cobertura tradicional de jornal. Eram mais subjetivas. Eram um exercício de pesquisa. E de muita divergência de pensamentos também, entre nós.”

**Figura 8** – Capa da edição de estreia da Revista *TiçãO*.



Fonte: Acervo Pessoal/ Vera Daisy Barcellos.

O Jornalismo praticado pela “*TiçãO*”, Vera Daisy classifica como “mais contundente”, pois tinha como foco o aprofundamento de discussões com especialistas, a busca dos porquês das manifestações de fenômenos sociais, consultas a livros etc. Por isso, as reportagens já na primeira edição traziam temas como racismo na escola, curiosidades sobre África, a arte de Clementina de Jesus<sup>136</sup>, capoeira, a influência dos quilombos, a relação entre futebol e negritude, estética pelo cabelo afro, emprego doméstico enquanto único destino de mulheres negras e Palmares.

A revista tinha um fluxo produtivo similar ao estabelecido pela mídia hegemônica: repórteres, fotógrafos e ilustradores eram pautados por editores que, *a posteriori*, consolidavam todo o material. A inicial escassez de argumentos teórico-conceituais era compensada pela técnica jornalística e vivência dos movimentos. De acordo com Vera Daisy, a condução

<sup>136</sup> Cantora brasileira, também conhecida como Rainha do Partido Alto, que deu grande contribuição para o resgate dos cantos negros tradicionais. Foi lavadeira e empregada doméstica durante mais de 20 anos. Com a carreira artística, ajudou a popularizar o samba e era vista como elo cultural entre África e Brasil. Morreu em 1987, aos 86 anos.

acontecida como se a redação da “Tição” fosse a redação do Zero Hora<sup>137</sup>. A diferença estava no produto final entregue ao leitor (e no que motivava a existência da revista: o combate ao racismo).

Havia ainda uma preocupação com a linguagem, elemento que, como detalharemos na seção 3.3. deste trabalho, é central para a lógica de perpetuação do racismo e, por isso, precisa ser urgentemente repactuada (CÉSAIRE, 2020; FANON, 2020; KILOMBA, 2019; KIZERBO, 2010). Os textos, apesar de suscitarem discussões muitas vezes densas e dolorosas, apontando mazelas sociais, precisavam ser acessíveis. E mais: precisavam ser o oposto às terminologias da imprensa convencional, cujo emprego de expressões racistas é recorrente. Só desta maneira seria possível capturar uma população negra porto-alegrense distanciada das temáticas discutidas na/pela revista. Distanciada, inclusive, na perspectiva territorial, pois as famílias negras moravam, como ainda moram, nas periferias da capital gaúcha e não nos abastados bairros centrais.

A estratégia funcionou e a revista conquistou não apenas a comunidade negra local. Circulou por todo o Rio Grande do Sul, alcançou outros estados brasileiros e chegou até em países da América Latina. Tudo isso em um período - o da Ditadura - no qual a autoidentificação negra era o fortalecimento daquele povo. Funcionava como uma sagacidade. Um jeito de sobreviver em meio a tantas perseguições a corpos dissidentes.

Vera Daisy evoca a memória de amigos jornalistas e contemporâneos universitários da UFRGS, sobretudo aqueles de cursos das Ciências Sociais cujas aulas aconteciam no entorno do Parque Farroupilha<sup>138</sup>, um dos principais equipamentos públicos de Porto Alegre, que desapareceram no auge da perseguição a estudantes e do AI-5<sup>139</sup>, argumento através do qual agentes do Dops justificavam incursões surpresa a locais frequentados por acadêmicos ou grupos críticos ao Regime Militar.

Ela recorda de interventores acompanhando as (intermináveis) reuniões de pauta da “Tição”, ocorridas sempre em espaços não institucionais:

Na década de 1970, não existiu em Porto Alegre nenhum veículo de comunicação como a Tição. E pensar isso me lembra que eu sempre achava que não era suficientemente capaz de fazer as coisas. Mas fui a responsável pela revista. Eu era a editora. Isso pra mim na época era assustador porque todos os temas, todas as escritas passaram pela censura do Dops. E a pessoa que ia ao Dops era eu, como jornalista responsável pela publicação. Ia sem a certeza da volta. Pela postura deles, nós

<sup>137</sup> Publicação hegemônica controlada pelo grupo RBS. Existe desde 1964 e é, ainda hoje, um dos maiores jornais de circulação diária do Brasil.

<sup>138</sup> Popularmente conhecido como Parque da Redenção ou somente Redenção.

<sup>139</sup> Ato Institucional nº 5, decretado em 1968, durante a Ditadura Militar. Trata-se do mais duro de todos os atos daquele Regime e marcou um período de forte censura e repressão, tanto nas ruas quanto sobre a imprensa.

sabíamos que estávamos sendo espionados. Eles fizeram algumas intervenções em alguns textos, não em todos. Mas só o fato de ir ao Dops era algo assustador pra gente. Era assustador. (Vera Daisy Barcellos Costa, 73 anos. Jornalista. Entrevista realizada no dia 8 de janeiro de 2022).

O cuidado com a elaboração e execução das pautas faz, na avaliação de Vera Daisy, a “Tição” permanecer atual mesmo transcorridos 44 anos do lançamento da primeira edição, em 1978. Isso porque muitas das pautas tensionadas pelos coletivos antirracistas de hoje já figuravam nas páginas da revista no fim dos anos 1970. Direitos civis e simbólicos da população negra foram alcançados desde então, mas há questões com novos contornos que precisam ser mais uma vez discutidos. Ela diz: “o conteúdo é de uma lucidez tremenda. Quer dizer, as discussões intermináveis foram válidas. Ainda hoje eu gosto de ler a ‘Tição’.”

Importante observar o significado da recorrência das pautas. Mesmo com as devidas e naturais atualizações decorrentes dos contextos sociopolíticos de cada tempo, o ontem, na Ditadura, e o hoje, num sistema democrático utópico, a repetição de temáticas evidencia, pela ótica do fazer jornalístico, na denúncia das mídias negras, a permanência de obstáculos para a efetiva ascensão social das pessoas negras, pondo, assim, por terra o ainda tão propalado mito da democracia racial, utilizado para “justificar” o fracasso de indivíduos não brancos.

A vivência proporcionada pela revista, somada a tantas outras em 50 anos de carreira, levou Vera Daisy a construir um olhar racializado sobre o fazer jornalístico, no tocante a questões sociais e a respeito da própria categoria, a qual ela representa como primeira mulher negra a presidir o Sindicato dos Jornalistas no Rio Grande do Sul (Sindjors).

Pioneira em quase todos os espaços branco-hegemônicos nos quais circulou e trabalhou, da universidade às empresas de comunicação em Porto Alegre e no interior do Estado, ela atesta o embranquecimento das redações e assessorias como um problema a ser resolvido e se diz preocupada com o desinteresse das novas gerações de comunicólogos no tocante à ocupação desses lugares. A preferência, ela diz sentir, é pela atuação em plataformas com menos amarras editoriais ou cuja linha de atuação está situada mais à esquerda.

No meu tempo, eu via uma militância negra emergindo e não sei onde nós falhamos que hoje eu vejo uma militância muito solta, muito espalhada. Os jornalistas negros de agora acham que o caminho não está nas mídias hegemônicas. Como as portas não se abrem, a juventude está indo pros veículos independentes. Não tiro a razão, mas acho que não pode ser apenas isso. Não adianta eu ter só a minha empresa. Eu tenho que ocupar as empresas prevalentes. Eu posso ter a minha empresa, posso querer voar sozinho, mas eu tenho que estar dentro do mercado. Isso exige muitas reflexões e eu não sei se vou estar aqui pra ver mudanças. Espero que sim. Mas confesso que me preocupa, porque as redações estão cada vez mais embranquecidas. Porto Alegre carece da presença do negro nas redações. O Rio Grande do Sul confirma sua branquitude racista. (Vera Daisy Barcellos Costa, 73 anos. Jornalista. Entrevista realizada no dia 8 de janeiro de 2022).

Para ela, é crucial a racialização das redações no sentido de construirmos um futuro equânime às diversas etnias, da mesma forma que não podemos, ela acredita, enquanto povo negro, mas também como categoria jornalística, deixar de olhar para o local de onde viemos, individual e coletivamente. É essa uma prática ancestral cujo legado remonta à filosofia Sankofa, dos povos Akan<sup>140</sup>, africanos, e Brito<sup>141</sup> (2021, p. 26) define como sendo “o retorno ao passado, que possibilita a ressignificação do presente para, então, elaborar e viver o futuro”. Algo que Vera Daisy considera imprescindível no combate ao racismo e, como destacado no título deste tópico, foi o objetivo principal da “Tição.”

Em suma, essa conexão ancestral representa a necessidade de criarmos um elo com o nosso próprio destino para, de posse dele, vivermos uma vida em potencialidade e expansão de forma a impactar outros seres. “É preciso voltar, pegar, acessar componentes identitários para seguir. (...) Tal movimento de embrenhar-me em minha história propiciou mudanças na minha maneira de interpretar o mundo”, detalha Brito (2021, p. 30 e 35).

A sabedoria é evocada por Vera Daisy para analisar o panorama atual do Jornalismo brasileiro pelo prisma racial quando ela diz: “universidade é saber, mas nós temos que estar na comunidade. Porque ainda há a ser feito. Então, volta sempre pros seus! Bota o teu saber do lado dos teus. Olha pra trás. Não podemos perder isso de vista. Mas a bola não está mais comigo. É tua. E vai passando.”

---

<sup>140</sup> Grupo étnico original de Gana e Costa do Marfim, ambos países africanos.

<sup>141</sup> Clarissa Brito. Pedagoga. Especialista em Educação Infantil pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro e Psicopedagoga pelo Instituto Pró-Saber. Atua na formação continuada de professores no /desenvolvimento de uma educação antirracista.

### 3. SANKOFA

“Meu papel foi contar a história do escravo. Para a história do senhor, nunca faltaram narradores.”  
(Frederick Douglass)<sup>142</sup>

O Sankofa, movimento sugerido por Vera Daisy e definido por Lopes (2011, p. 620) como “nunca é tarde para voltar e recolher o que ficou para trás”, orienta a que se propõe este capítulo. Assim como muitos movimentos negros, acreditamos que esse ideograma africano representa um retorno ao passado para ressignificar o presente e, a partir disso, construir um futuro - um afrofuturo - no qual a condição de ser negro não defina a trajetória de nenhum indivíduo, tal qual acontece desde a invenção do racismo.

**Figura 9** – Ideograma africano que simboliza Sankofa.



Fonte: Ipeafro.

Assim, este momento da pesquisa pretende localizar no tempo e no espaço as mídias negras brasileiras, de modo a demonstrar que, embora os mais recentes acontecimentos sejam determinantes na revelação da urgência de um novo pacto social pelo fim do racismo, não foram eles os responsáveis pelo surgimento dessas plataformas. Elas são seculares (até onde a documentação atual nos permite projetar).

Reconhecer a existência de mídias negras no contexto brasileiro é primordial diante da invisibilidade imposta a essas iniciativas pelas grandes empresas de comunicação. Na historiografia jornalística, que se autoproclama oficial, elas sequer são citadas. É como se a imprensa brasileira tivesse nas articulações de 1950, para a chegada da televisão ao país<sup>143</sup>, as mais fundamentais etapas do Jornalismo, quando a verdade é que os periódicos feitos por/para

<sup>142</sup> Frederick Augustus Washington Bailey. Escravizado, tornou-se uma grande liderança negra e é reconhecido como o pai do movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos. Fugiu do regime de servidão e adotou um novo nome como homem livre, tornando-se um grande orador que exerceu influência inclusive em presidentes norte-americanos em prol da abolição da escravidão no país. Morreu em 1895, aos 77 anos.

<sup>143</sup> Fato ocorrido em 18 de setembro do referido ano. Inauguração aconteceu em São Paulo, com o funcionamento da extinta TV Tupi.

peças negras e sobre a realidade desse povo existem por aqui há, pelo menos, 189 anos e a própria imprensa produzida por pessoas brancas data de antes disso.

Logo, as mídias negras sofrem no Brasil de quase dois séculos de uma escassa ou total ausência de registro documental; um apagamento que confere à imprensa branca caráter de exclusividade na função social de produzir memória. E ela faz isso a partir de critérios de noticiabilidade diferentes - ou mesmo diametralmente opostos - àqueles que fundamentam a comunicação negra, como pontuam os/as interlocutores/as desta pesquisa.

### 3.1. Um Direito pretense a Universal

Cabe dizer, então, que, a despeito de quem se mostrou surpreso com tantos portais e perfis de comunicação negros denunciando o assassinato de George Floyd<sup>144</sup>, essas mídias não são fruto da Internet, embora dela possam tirar proveito para ampliar o alcance do que fazem. Também não nasceram da urgência de transmitirem ao vivo um crime cometido à luz do dia. No Brasil, por exemplo, a imprensa negra opera desde 1833 (PINTO, 2011), data da estreia do jornal “O Homem de Côr”.

A publicação aconteceu 25 anos depois do desembarque da família real portuguesa no país, em 1808, com o maquinário que possibilitou o surgimento de uma imprensa na então colônia europeia. O “Homem de Côr” tinha periodicidade quinzenal e contou com apenas cinco edições, como revelam arquivos do Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo (ProJor), mantenedor do Observatório da Imprensa<sup>145</sup>.

Chamado O Mulato a partir do terceiro número, o jornal era editado no anonimato. A título de localização temporal, é válido ressaltar que existiu 55 anos antes do fim da abolição da escravidão no Brasil, ocorrida em 1888 (ou 59 anos antes, se considerarmos a libertação dos escravizados em Redenção, município do Ceará<sup>146</sup>, em 1884). De acordo com Pinto (2010), as reportagens de “O Homem de Côr” denunciavam a discriminação racial e eram escritas por negros livres.

Conforme a autora, as publicações destinavam-se a cidadãos da Corte “que teriam a mesma aparência dos redatores e afirmavam talentos e virtudes, e pretendiam contribuir para

---

<sup>144</sup> George Perry Floyd Jr. Foi assassinado pelo policial branco norte-americano Derek Chauvin por estrangulamento. O crime ocorreu em 25 de maio de 2020, em Minneapolis, e ganhou repercussão mundial por ter sido filmado e publicado nas redes sociais, chocando pela truculência injustificada do agente estatal.

<sup>145</sup> Veículo jornalístico focado na crítica da mídia, com presença regular na Internet desde 1996.

<sup>146</sup> Cidade na qual estão inseridos dois *campi* da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (Unilab), instituição fruto de décadas de luta dos movimentos negros e que foi criada em julho de 2010. Tem atuação também na Bahia, no município de São Vicente do Conde.

a solução de problemas enfrentados por aquelas pessoas” (*ibidem*, p. 17). No Brasil que foi o último país das Américas (e dos últimos do mundo) a abolir o escravismo, era, portanto, simbólico uma imprensa negra fazer contraponto ao discurso de um jornalismo já consolidado e impregnado da perspectiva colonial, de categorização humana pela raça, pois dela derivava.

A narrativa eurocentrada vigente no Brasil Império do início das mídias negras levou essas plataformas a questionarem “as efetivas condições de realização daquelas promessas de liberdade que havia tempos circulavam e ganhavam forma nas mentes de livres e libertos - sem falar dos escravizados” (*ibidem*, p. 24). De 1833 em diante, portanto, periódicos negros multiplicam-se pelo país.

No resgate feito por Araújo (2021) e Pinto (2010), é possível mapear, dentre outras iniciativas: Brasileiro Pardo, O Cabrito, O Crioulinho, O Lafuente (todos de 1833, no Rio de Janeiro (RJ)); O Homem: Realidade Constitucional (1876, no Recife (PE)); A Pátria - Órgão dos Homens de Cor (1889, em São Paulo (SP)), O Exemplo (1892, em Porto Alegre (RS)), União (1918, em Curitiba (PR)), O Clarim da Alvorada (1924, SP), A Voz da Raça (1933, SP), Raça (1935, em Uberlândia (MG)), Senzala (1946, SP), Cruzada Cultural (1950, SP), A Voz da Negritude (1952, RJ), O Mutirão (1958, SP) e Níger (1960, SP).

Figura 10 – Capa de uma das edições do jornal O Progresso.



Fonte: Acervo de Ana Flávia Magalhães Pinto

Estima-se a circulação na década de 1930, só no estado de São Paulo, de cerca de 30 jornais negros. Toda essa produção, comprovada em registros físicos e digitais, mas apagada da “história oficial”, evidencia o quão urgente era o levante de vozes negras às realidades de cada época e como isso deu-se não de maneira episódica e sim no transcorrer da história, a partir de demandas sociais também de fora do eixo Rio-São Paulo. E isso acontece apesar de um debate que invisibiliza a existência e da imprensa negra brasileira, ignorada inclusive pelos currículos das faculdades de Jornalismo.

Figura 11 – Capa de uma das edições do jornal “O Clarim da Alvorada”.

ANNO II S. Paulo, 26 de Maio de 1925 NUM. 13

# O Clarim da Alvorada

Direção: Jim de Araguay & Leite — ORGAM LITERARIO, NOTICIOSO E HUMORISTICO

## A raça maldita

Os amigos preconceituosos contra a raça negra, vêm desde os tempos primitivos, segundo nos conta as sagradas escrituras. Nos descendentes de Cham, foram para a África, os de Jafet, povoaram a Europa e a posteridade de Set, estendeu-se pela Ásia.

Destas tres raças, dizem as escrituras, foi a de Cham, a raça maldita, a primeira que teve preponderancia, não estabelecendo-se no Egyppto. Ora, deste modo diz-se-lhe que somos amaldiçoados até hoje e que portanto não temos razão de lamentar a nossa sorte.

Qual foi o crime praticado pelo pai dos negros, nos tempos primitivos que fez com que esta raça até hoje seja escumada pelos ignorantes, desprezada pelas regras de castigo, perseguida e frustalada pelos brancos selvagens da Na Norte America?

É que padre Cham, filho de Noé por vel-o embriagado... Dahi toda a serie de injustiças que soffre esta raça hoje, digna felle e a felle em breve estará comilgo.

A raça maldita foi a primeira que teve preponderancia, isto é, foi a mais civilizada, a que dominou as outras raças. Querão dizer que os brancos e outros bellemos ensinamentos dos negros malditos, receberam as suas instruções, etc., etc.

Até hoje os negros dão o que beber às outras raças, para não é necessario, lambuzarem-se do dicento armado, do auto-plano, novidades electricas, etc. Quanta coisa não se fez outra,ra, quanto benefícios recebeu a humanidade, cujas bases estão assentadas no sacrificio da raça negra?

Hoje, 13 de Maio! Data que "em sendo triste, conta, em sendo alegre, cincea".

Data em que foram despeçados os príncipes de ferro que nos escravizaram, em que cessaram de esbrar os chibões infames, em que os olhos hercúleos de nossas mães, brilharam num lampejo de esperança, data em que afinal estavam terminadas as bases para o progresso do Brasil!

É, é esta a raça maldita segundo as escrituras...

Entretanto, quando Jesus andou no mundo, seduzido as multitudes pelo encanto incomparavel de sua palavra, não foi um negro um filho da raça maldita, que lhe cuspiu no rosto, não foi um negro que o malto, não foi um negro que o accusou, não foi um negro que o crucificou.

Este crime é maior do que o crime de Noé embriagado.

Como são felizes os amaldiçoados que não tomaram parte nesse crime!

13 de Maio de 1925.

Roubor.

## Bellezas de maio

Se se findou o meo das flores e das lindas percos d'ouro de orcamos — o perdido meo das bellezas incomparavel!

Furam-se as tradições loquacissimas recordoras de sumeros palmas; nesse triste e am dia de primavera encantadora aos templos do Mito de Deus seguiu-se uns fillos com ramalhetes de lindas rosas e outras flores lindas, estendendo discussões luminosas de amor enquanto, os jovens amourosos ansiosamente esperavam as suas bem amadas para por lhes depositar em mãos proprias as suas esperanças desejadas; todo o sentimento que, em seus corações estavam bem guardados, foram aquellas irresistíveis sensações d'ardor, os amores e verdades dos sonhos de amor puro que se desvendou na primavera de vida. Quanta poesia quanto dizes na primavera! Aquella ocasião do cambio maximo em sua vida predilecta, estas são jadas e nos templos suspensivos; em

### PERDIDA

Perdeu-se recentemente, numa rua de São Paulo, um livro de poesias, com o título de "O Livro do Amor". Quem o encontrou, por favor, trazer para a redacção do jornal, onde se dará a devida recompensa. Não se esquecer de trazer o livro inteiro, com o nome do autor e o nome do editor.

Perdeu-se também, em uma rua de São Paulo, um livro de poesias, com o título de "O Livro do Amor". Quem o encontrou, por favor, trazer para a redacção do jornal, onde se dará a devida recompensa. Não se esquecer de trazer o livro inteiro, com o nome do autor e o nome do editor.

Perdeu-se também, em uma rua de São Paulo, um livro de poesias, com o título de "O Livro do Amor". Quem o encontrou, por favor, trazer para a redacção do jornal, onde se dará a devida recompensa. Não se esquecer de trazer o livro inteiro, com o nome do autor e o nome do editor.

São Paulo, 26 de Abril de 1925.

Z. U. X.

Fonte: Acervo de Ana Flávia Magalhães Pinto

Figura 12 – Capa de uma das edições do jornal “O Menelick”.



Fonte: Acervo de Ana Flávia Magalhães Pinto

O conteúdo dessas mídias expunha uma perspectiva de país diferente da retratada pela imprensa tradicional, que reforçava a segregação e o racismo. Elas se opunham, primeiro, ao entendimento colonial de haver uma hierarquia entre raças, no qual brancos/as eram vistos como superiores a todas as demais raças, e, segundo, contra o mito da democracia racial de todos/as terem acesso às mesmas oportunidades e garantidos os mesmos direitos. Da fronteira para fora, o Brasil era o paraíso das raças. Da fronteira pra dentro, era luta e mobilização.

Um ano após a abolição da escravatura, foi proclamada a República no Brasil, em 1889. O novo sistema político, entretanto, não assegurou profícuos ganhos materiais ou simbólicos para a população negra. (...) Para reverter esse quadro de marginalização no alvorecer da República, os libertos, ex-escravos e seus descendentes instituíram os movimentos de mobilização racial negra no Brasil, criando inicialmente dezenas de grupos (grêmios, clubes ou associações) em alguns estados da nação. (...) Simultaneamente, apareceu o que se denomina imprensa negra: jornais publicados por negros e elaborados para tratar de suas questões. (...) Esses jornais enfocavam as mais diversas mazelas que afetavam a população negra no âmbito do trabalho, da habitação, da educação e da saúde, tornando-se uma tribuna privilegiada para se pensar em soluções concretas para o problema do racismo na sociedade brasileira. Além disso, as páginas desses periódicos constituíram veículos de denúncia do regime de “segregação racial” que incidia em várias cidades do país, impedindo o negro de ingressar ou frequentar determinados hotéis, clubes, cinemas,

teatros, restaurantes, orfanatos, estabelecimentos comerciais e religiosos, além de algumas escolas, ruas e praças públicas. (DOMINGUES, 2007, p. 102-105).

Evidencia-se, portanto, o quanto as mídias negras eram uma reação ao regime racial, vigente mesmo após o fim da escravatura. Embora não nos moldes de algo como o ocorrido em África do Sul, onde o *apartheid* ensinou a muitos africanos que “o recurso à violência pode ser perfeitamente legítimo em alguns casos” (MANDELA, 2018, p. 103), a segregação brasileira pelo racismo tem consequências até hoje sentidas na organização social do país (SANTOS, 2022). A principal característica dessas plataformas de conteúdo era o antirracismo porque na disputa de narrativas os jornais hegemônicos espelhavam a sociedade brasileira. Eram, portanto, racistas e fundados no mito do homem branco pelo silenciamento de todos os demais povos.

Com esse contexto adverso posto, é possível compreender a criação das mídias negras como fruto de uma necessidade histórica da população negra de falar sobre si. Quem mais era excluído do direito de ter direitos, a quem era determinado estar à margem das políticas públicas, aqueles subjugados a não terem vida social, todos tinham voz. Queriam reivindicar uma existência digna. Mas acabavam impedidos, pois liberdade de expressão era privilégio de pessoas brancas.

No campo africano, a Carta de Banjul<sup>147</sup>, elaborada em 1981 e adotada pela Assembleia dos Chefes de Estado e Governo da Organização da Unidade Africana (OUA), é referência que nos ajuda a pensar o quão basilar e próxima de nós no tempo e no espaço ainda está a luta de alguns povos pela liberdade de expressão. Porém, mesmo a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789 e cuja origem é a Revolução Francesa, de lema “liberdade, igualdade, fraternidade”, não conseguiu assegurar aos negros a vigência do seu Artigo 11º, que diz: “a livre comunicação dos pensamentos e das opiniões é um dos mais preciosos direitos do Homem; todo cidadão pode falar, escrever, imprimir livremente.”

Por “todo cidadão”, ela não se referia aos africanos-negros-escravizados. Cidadão era o homem-branco-europeu. Ao negro, impunha-se a pecha de subcategoria. Logo, as mídias negras brasileiras advêm de uma subversão, já que foram criadas, como aqui demonstrado, em pleno regime escravista. E continuam existindo porque o Estado por muito tempo após a abolição promoveu a vinda e a permanência de europeus - inclusive do ponto de vista pecuniário - em vez de assegurar alguma igualdade material aos escravizados recém-libertos ou a promoção da inclusão social dessas pessoas (SANTOS, 2022).

---

<sup>147</sup> Nome decorre do local onde o documento foi aprovado: em Banjul, na Gâmbia, durante Conferência Ministerial da OUA.

Essa preferência pelo indivíduo/cidadão europeu denuncia não só o desejo de clarear a pele de quem por aqui nascia, dentro de um projeto de embranquecimento do povo brasileiro reforçado, inclusive, por estudos antropológicos, como também explica o porquê de mesmo 60 anos após a escravidão ainda ser preciso, em 1948, fazer uso de um novo dispositivo legal - a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), adotada pela Organização das Nações Unidas - a fim de afirmar o quanto, na metade do Século XX, a comunicação é um direito fundamental ainda violado e em luta para ser respeitado.

A liberdade de opinião e expressão sobre a qual versa a DUDH no Artigo 19 “inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras”. Logo, estabelece o exercício da comunicação, o ato de comunicar, como inerente e fundamental aos povos. Mas o Brasil da escravidão de quase quatro séculos - e mesmo depois dela - promoveu o oposto disso. Esse Brasil tem mais tempo de cerceamento do que de regime democrático, porque a vigência da Declaração não alcança o recente passado colonial de privações de toda ordem - dentre elas, a da livre expressão - impostas à população negra por homens brancos, notadamente europeus imperialistas, em busca de expansão comercial e econômica entre os séculos XV e XVII.

Da chegada dos primeiros africanos escravizados ao país, em 1539/1542, à publicação de periódicos impressos voltados ao povo negro, em 1833, foram cerca de 290 anos na mais completa ausência de meios de comunicação de massa no Brasil. A sobrevivência do povo negro dava-se pela oralidade, traço forte da cultura africana, nas comunicações informais da clandestinidade, na resistência dos quilombos<sup>148</sup> ou mesmo no rufar dos tambores dos terreiros, comunicação elementar dos povos de matriz afro-brasileira (SODRÉ<sup>149</sup>, 2017).

No Brasil da escravidão, a intelectualidade era “proibida” a negras/os. A elas, apenas tarefas domésticas e sexuais; a eles, afazeres braçais e comerciais. A pessoa negra ocupava lugar de subordinação. De subalternidade. De assujeitamento. Indivíduos de cor eram tidos como desprovidos de inteligência. Desalmados. Recebiam, então, tratamento de mercadoria. Tornavam-se qualquer coisa destituída de humanidade.

No âmbito interpessoal, a comunicação era prejudicada com a separação intencional de negros/as escravizados/as das famílias biológicas e grupos étnicos aos quais pertenciam nos seus países de origem. Essa dispersão visava evitar revoltas e fugas para, assim, a dominação

---

<sup>148</sup> Espaços de moradia e subsistência de escravizados foragidos, quase sempre localizados em regiões de difícil acesso, notadamente matas fechadas e áreas íngremes, para os refugiados ficarem isolados.

<sup>149</sup> Muniz Sodré de Araújo Cabral. Jornalista, sociólogo e professor. Atua como professor na Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É imortal da Academia de Letras da Bahia, estado no qual nasceu. Tem 81 anos.

ser mais eficaz e eficiente. Muitos desses processos iniciavam já no continente africano, na iminência de o tráfico transatlântico acontecer. Com o avanço do imperialismo europeu e as consequentes missões de dominação dos povos sob pretexto desenvolvimentista, nos quais estavam incluídos territórios africanos, milhões de pessoas pretas e laços consanguíneos foram dizimados.

Falando línguas diferentes do idioma adotado para o Brasil, estranhos às geografias e sem perspectiva de mobilidade social, muitos negros/as ficaram isolados/as na fala. Por muito tempo, isso, além da falta de maquinário adequado, prejudicou a existência de um meio de comunicação formal e próprio de negros e negras, mesmo tendo os/as trabalhadores/as escravizados/as do Século XIX, por exemplo, consciência de serem maioria social (PINTO, 2010), bem como dos contextos dos quais foram arrancados e, forçosamente, inseridos/as em situações de subjugo.

Em suma: a imprensa negra existiu e ainda existe porque o racismo foi criado como forma de segregação e subalternização - e assim permanece. É o que também retrata Mullings (2005) ao questionar regimes raciais e manifestações, antigas e novas, de raça e racismos na perspectiva de que seja o racismo uma ideologia desenvolvida no contexto da dominação e os meios de comunicação hegemônicos, historicamente geridos por pessoas e famílias brancas, ocupem um papel estratégico na construção de um ideário coletivo desfavorável à negritude.

A autora, uma antropóloga negra e jamaicana silenciada e excluída do panteão branco e masculino da área do conhecimento a qual presidiu até associação de alcance nacional nos Estados Unidos, acredita que “o racismo facilitou a construção social da homogeneidade através da exclusão”. Mullings (*ibidem*) pondera que isso dá-se tanto em escalas locais quanto em proporção planetária.

Ela ressalta que significados e simbolismos de raça são massificados pelos meios de comunicação, o que favorece implicações sociais que mantêm e reproduzem a ideia de raça. Por isso, Mullings (*ibidem*) defende abertamente a reestruturação de manuais universitários e um olhar mais crítico sobre enfoques pedagógicos.

The enduring duality of race lies in the complicated fact that race is always simultaneously imposed from above and experienced from below; the imposition of race inevitably creates the structural context for producing oppositional sites of resistance as well as creative spaces for the articulation of subaltern consciousness, culture, and opposition. Race thus potentially becomes a space for resistance and counter-narrative.<sup>150</sup> (MULLINGS, 2005, p. 682).

---

<sup>150</sup> Tradução nossa: “A dualidade duradoura da raça reside no fato complicado de que a raça é sempre simultaneamente imposta de cima e experimentada de baixo; a imposição da raça inevitavelmente cria o contexto estrutural para a produção de locais de oposição de resistência, bem como espaços criativos para a articulação da

Essa contra-narrativa não teve como acontecer, porém, diante da proscricção imposta aos ativismos pelo Estado Novo (1937-1945). Já não mais havia escravismo, mas todos os periódicos negros deixaram de circular. Retornaram com a Associação dos Negros Brasileiros (ANB)<sup>151</sup> lançando o impresso Alvorada (1945) e sofreram nova supressão entre 1964 e 1985, durante a Ditadura Militar, produzindo conteúdo de forma clandestina.

Essa produção em diversos momentos foi respaldada por instituições como a Frente Nacional Negra (FNB, fundada em 1931)<sup>152</sup>, o Teatro Experimental do Negro (TEN, criado em 1944)<sup>153</sup> e o próprio Movimento Negro Unificado (MNU, fundado em 1978)<sup>154</sup>, seja com essas entidades endossando as lutas dos coletivos jornalísticos ou lançando elas mesmas periódicos racializados.

A atuação do TEN, por exemplo, dava-se não só no campo artístico, mas também pela publicação do jornal “Quilombo” (1948). E foi tida por Ramos (1995, p. 57) como responsável por instalar “uma nova visão das relações de raça em nosso meio”. A publicação circulou por dois anos, retratando, como indicava, já nos dizeres do cabeçalho, “vida, problemas e aspirações do negro”. Para o autor (*idem*, p. 205), “o TEN foi, no Brasil, o primeiro a denunciar a alienação da antropologia e da sociologia, focalizando a gente de cor, à luz do pitoresco ou do histórico puramente, como se se tratasse de elemento estático ou mumificado.”

---

consciência, cultura e oposição subalternas. A raça, portanto, torna-se potencialmente um espaço de resistência e contra-narrativa.”

<sup>151</sup> Fundada em 1943, encerrou as atividades em 1948 por dificuldades financeiras.

<sup>152</sup> Chegou a ser reconhecida como partido político, mas foi fechada pelo Estado Novo em 1937.

<sup>153</sup> Foi criada pelo jornalista e professor Abdias Nascimento e atuou até 1961. Por 17 anos, portanto.

<sup>154</sup> Tem atuação sociopolítica até os dias de hoje, sendo uma das instituições negras brasileiras mais longevas da história do país, com 43 anos de existência.

Figura 13 – Capa do jornal Quilombo.



Fonte: Acervo Ana Flávia Magalhães Pinto.

Todas essas frentes de resistência foram reações ao processo de embranquecimento ao qual a sociedade brasileira foi histórica e forçosamente submetida com o respaldo de uma elite intelectual branca em pasquins e com a propagação do discurso do racismo científico, de teor biologizante, ancorado por uma Antropologia diferente daquela praticada hoje e por um Jornalismo que não mudou tanto assim. Também foram uma maneira de vocalizar publicamente tanto denúncias de racismo quanto as pautas definidas pelos movimentos para mitigação de desigualdades impostas pelo fator racial e decorrentes de um passado colonial.

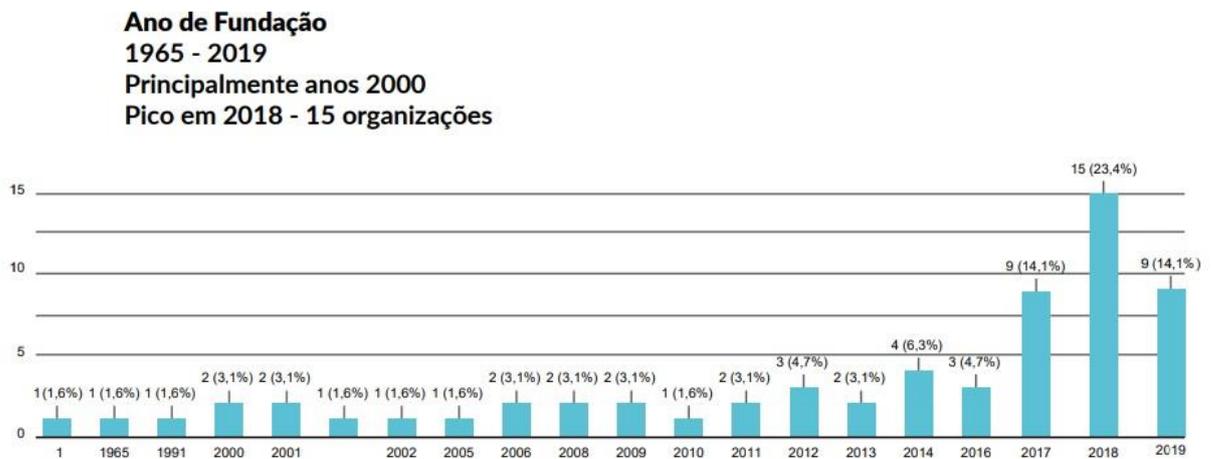
Diante da impossibilidade de fala nos impressos convencionais, a negritude precisou engendrar suas próprias publicações para combater o que Nascimento (2016, p. 165) chama de “ideologia da branquificação coerciva”. Através dela, era incutida no imaginário coletivo uma identidade negra composta por símbolos negativos - o que as mídias negras tentavam desconstruir colocando-se como contraponto ao discurso hegemônico. A imprensa

negra brasileira cumpre, desde sua criação, portanto, o princípio fundamental da comunicação de assegurar à opinião pública “o outro lado” da história. Ou tantos quantos existam.

Essa necessidade consolidou-se no transcorrer da história, com o surgimento de novas formas de manifestação do racismo e com os avanços das lutas e conquistas de direitos civis da população negra. A redemocratização brasileira e promulgação da Constituição Federal<sup>155</sup>, em 1988, alçam a fundação de novas mídias negras a um novo patamar, e essas plataformas crescem, ano a ano, nos mais diversos formatos.

O maior avanço foi registrado após a popularização do acesso à Internet, tendo em 2018 o recorde de criações: 15 novas plataformas, de acordo com o Mapeamento da Mídia Negra no Brasil<sup>156</sup>, de autoria do Fórum Permanente Pela Igualdade Racial (Fopir)<sup>157</sup>, como detalha o infográfico a seguir, extraído da publicação.

**Figura 14** – Evolução das mídias negras brasileiras.



Fonte: Fopir.

O estudo data de 2020, é o mais atual do gênero e aponta o Brasil com 65 iniciativas em atividade que se autodeclaram negras ou promovem o antirracismo e lutam pelo fim da desigualdade social (algo diretamente associado à raça). Dada a extensão continental do país e a concorrência com outros produtos jornalísticos de natureza não-antirracista, as mídias negras

<sup>155</sup> Popularmente chamada de Constituição Cidadã por visibilizar populações minoritárias. Em Cartas Magnas anteriores, pessoas negras chegaram a ser impedidas de frequentarem ambientes escolares, por exemplo. O documento de 1988 é um marco à garantia de direitos.

<sup>156</sup> Estudo disponível em: <http://fopir.org.br/fopir-lanca-mapeamento-da-midia-negra-no-brasil/3091>. Acesso em 28/3/2021.

<sup>157</sup> A entidade denomina-se “uma coalizão de organizações antirracistas que tem como propósito desenvolver estratégias e ações de diagnóstico, mobilização, comunicação e incidência política capazes de deflagrar um debate amplo e democrático em prol do enfrentamento ao racismo e na defesa das políticas de promoção da igualdade racial e de gênero”. Existe desde 2016. Mais em: <http://fopir.org.br/>

tornam-se ainda mais essenciais à defesa dos direitos de minorias raciais, pois a maioria da população nacional se identifica como preta ou parda e, ainda assim, não tem relevância nos espaços de poder. Falta representatividade.

Das 65 iniciativas citadas no Mapeamento, quase metade (44,6%) estão no Sudeste. O Nordeste concentra o segundo maior volume (35,4%), seguido do Sul (16,9%) e do Norte (3,1%). Não foram localizados projetos no Centro-Oeste, como também não localizamos na busca dos/as interlocutores/as desta pesquisa. Conforme o estudo, a prioridade editorial desses veículos é o combate ao racismo, com destaque a temáticas relacionadas às mulheres negras, como feminismos, lesbianismos e sexismos.

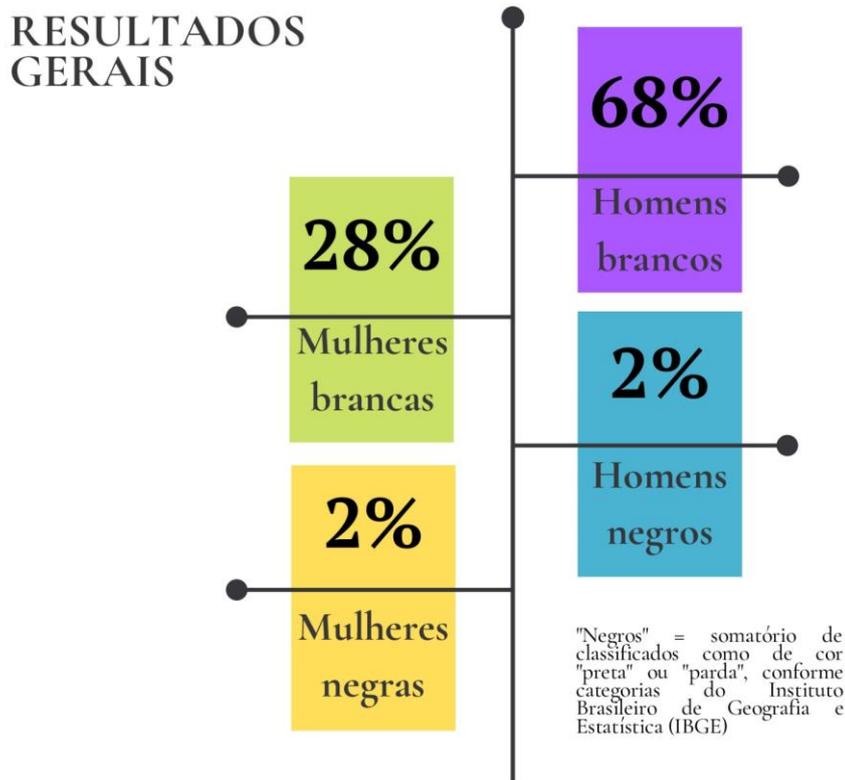
O estudo aponta ainda que as organizações são formadas em maioria por jornalistas e atuam em consonância com a agenda dos Movimentos Negros. São mantidas com recursos próprios, publicidades, voluntariado e editais, em maioria na informalidade (64,6% sem CNPJ), mas contam com site próprio (74%) e demarcam território em redes sociais tendo atuação no *Facebook* (81%), no *Instagram* (87%) e no *Twitter* (53%) - três das principais mídias digitais de produção e repercussão de conteúdo da atualidade.

Importante ressaltar que essas iniciativas coexistem com os intelectuais brancos que ocupam as páginas dos principais conglomerados de imprensa do país. Levantamento do Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (Gema<sup>158</sup>) denuncia a flagrante irrisória representatividade étnica dos três jornais de maior circulação do Brasil na atualidade.

---

<sup>158</sup> Núcleo de pesquisa com inscrição no CNPq e sede no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (IESP-UERJ). Existe desde 2008 e produz estudos sobre ações afirmativas na política e em diversas instituições e mídias (jornalismo, cinema, telenovelas, revistas, videogames etc). Para mais: <http://gema.iesp.uerj.br>

**Figura 15** – Quantidade de colunistas por gênero e raça/cor.



Fonte: Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa

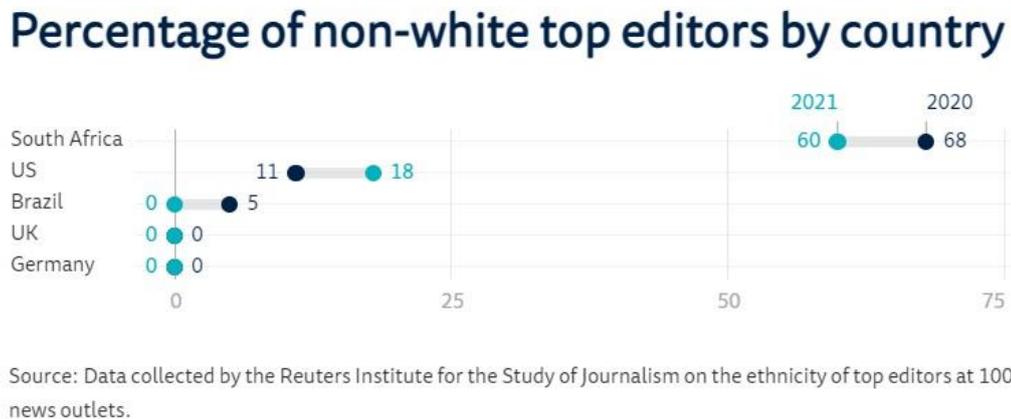
Folha de S. Paulo, Estadão e O Globo somam, conforme o estudo, 287 colunistas<sup>159</sup> que não representam a diversidade racial brasileira, pois 96% são brancos/as, apenas 4% são autodeclarados/as negros/as e sequer existem indígenas, amarelos ou representantes de quaisquer outros povos. O cenário é dualista, com evidente desvantagem da negritude, que quase não figura nas páginas de política e economia, por exemplo, duas editorias nobres, das mais valorizadas de qualquer periódico pela proposta de articulação de elementos analíticos de outros campos e oferta ao leitor a possibilidade de compreender como movimentações em esferas macro refletem no dia a dia do cidadão comum.

O Globo é o jornal com maior índice de colunistas negros/as, mas ainda distante de uma equidade que represente a sociedade: tem apenas 10% de colunistas não-brancos. De um total de 62 nomes, isso equivale a apenas seis pessoas. A Folha de S. Paulo conta com apenas 4% de colunistas negros/as. De 131 nomes, isso representa cinco pessoas. Já o Estadão tem 2% de colunistas negros/as. De 94 nomes, esse é o proporcional a somente duas pessoas.

<sup>159</sup> Indivíduos não necessariamente jornalistas, de renome nas suas áreas de atuação, e que publicam nesses jornais textos de caráter opinativo. São, via de regra, espaços nobres, de grande visibilidade e bastante disputados pela opinião pública.

Isso nos permite dimensionar o tamanho da sub-representação negra no cenário da comunicação nacional, como evidenciou a interlocutora Vera Daisy Barcellos na seção 2.4 desta pesquisa. Algo também verificado em levantamento do *Reuters Institute for the Study of Journalism*<sup>160</sup>. A pesquisa indicou que todas as redações das grandes empresas de comunicação do Brasil são comandadas por pessoas brancas. Nem os protestos antirracistas de 2020<sup>161</sup> foram suficientes para forçar mudanças nesses espaços. O levantamento também foi feito em outros quatro países e constatou que até aqueles locais com ampla maioria populacional negra, como a África do Sul, registraram diminuição na quantidade de editores não-brancos, como ilustra o infográfico a seguir, extraído do estudo.

**Figura 16** – Porcentagem de editores não-brancos por país.



Fonte: *Reuters Institute for the Study of Journalism*.

Foram analisados perfis dos editores dos 100 maiores veículos desses cinco países. E apenas 15% dos 80 nomes são negros. No Brasil, a pesquisa foi divulgada pela Associação de Jornalismo Investigativo, em alusão ao Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial, celebrado em 21 de março de 2021. A presença massiva de indivíduos brancos nas redações brasileiras, especialmente em cargos de tomada de decisão, como são os de editoria e editoria-chefe (ou editoria-geral), localiza os/as comunicólogos/as negros/as fora desses espaços que definem quais notícias serão publicadas e com qual enfoque (a chamada linha editorial) e importância.

<sup>160</sup> Consulte o estudo na íntegra em [https://abracji-bucket-001.s3.sa-east-1.amazonaws.com/uploads/publication\\_info/details\\_file/2bcc874f-56d4-4fc6-a8f4-5f94fd615f29/Robertson et al Race and Leadership FINAL.pdf](https://abracji-bucket-001.s3.sa-east-1.amazonaws.com/uploads/publication_info/details_file/2bcc874f-56d4-4fc6-a8f4-5f94fd615f29/Robertson%20et%20al%20Race%20and%20Leadership%20FINAL.pdf). Acesso feito em 28/3/2021.

<sup>161</sup> Em decorrência do assassinato de George Floyd, nos Estados Unidos. Os protestos ganharam o mundo e tiveram grande repercussão no Brasil.

Sem possibilidade de ascensão na imprensa hegemônica, esses/as jornalistas ocupam cargos de gestão em redações negras. Se desejam progredir profissionalmente, inclusive na perspectiva financeira, adotam uma segunda formação (e, conseqüentemente, a possibilidade de um outro mercado), atuam de maneira autônoma ou migram para plataformas engajadas, como é o caso dos sites Mundo Negro e Notícia Preta, portais Geledés e Correio Nagô, plataforma Lista Preta, *podcast* História Preta e Instituto Mídia Étnica, para elencar apenas algumas iniciativas negras hoje em operação.

Essa composição colabora para o que Ribeiro<sup>162</sup> (2020, p. 25) chama de “descolonização do conhecimento e refutação de uma neutralidade epistemológica” quando reflete a partir de Gonzalez (1984) sobre a existência negra em locais “reservados” à branquitude. Segundo ela, a linguagem, principal instrumento de trabalho do Jornalismo, é um dos meios utilizados na diferenciação racial para manter formas de poder e controle dos indivíduos brancos sobre pessoas negras.

### 3.2 Cenários de deserto

De modo a dimensionar o contexto brasileiro de produção noticiosa, no qual as mídias negras desta pesquisa estão inseridas, cabe nomear que mesmo com o aumento no número de plataformas produtoras de conteúdo, com o inequívoco processo de modernização mundial e com a ampliação do acesso popular às tecnologias de comunicação, notadamente televisão e *Internet*, o país está longe tanto de democratizar o acesso à informação quanto de praticar a diversidade jornalística.

Aqui, há, na verdade, a predominância de “desertos de notícias”. Cenário esse exposto por mapeamento feito pelo Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo<sup>163</sup> (ProJor) entre dezembro de 2019 e fevereiro de 2020. O Atlas da Notícia<sup>164</sup> é o mais atual do gênero no país e cita existirem mídias independentes (negras ou não) em só 19% das 5.570 cidades brasileiras.

Isso nos leva a outro dado: 81% dos municípios brasileiros estão, portanto, em “deserto de notícias” ou em “quase deserto de notícias”, localidades nas quais existem somente meios de comunicação hegemônicos. Ou seja: não há nessas regiões mídias oriundas de outra

---

<sup>162</sup> Djamila Taís Ribeiro dos Santos. Natural de São Paulo, é graduada e mestra em Filosofia. É também escritora e coordenadora da coleção *Feminismos Plurais*.

<sup>163</sup> Mantenedor do Observatório da Imprensa.

<sup>164</sup> Acesse o estudo completo em <https://www.atlas.jor.br/desertos-de-noticia/>

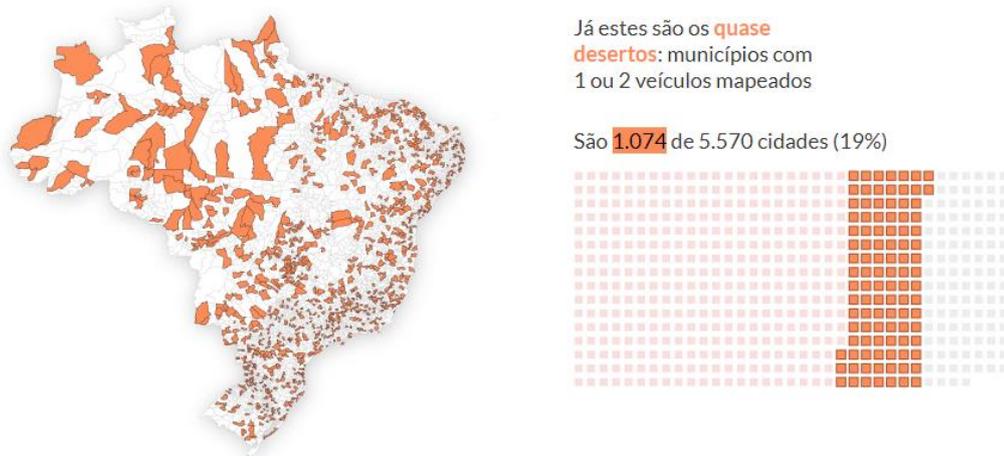
perspectiva que não a orientada por pessoas brancas. O “deserto” e o “quase deserto” implicam em 37,2 milhões de pessoas que se informam exclusivamente pelo discurso das empresas de comunicação, sem qualquer contraponto feito por mídias locais e independentes, como mostram os infográficos a seguir, extraídos do Atlas.

**Figura 17 – Deserto de Notícias.**



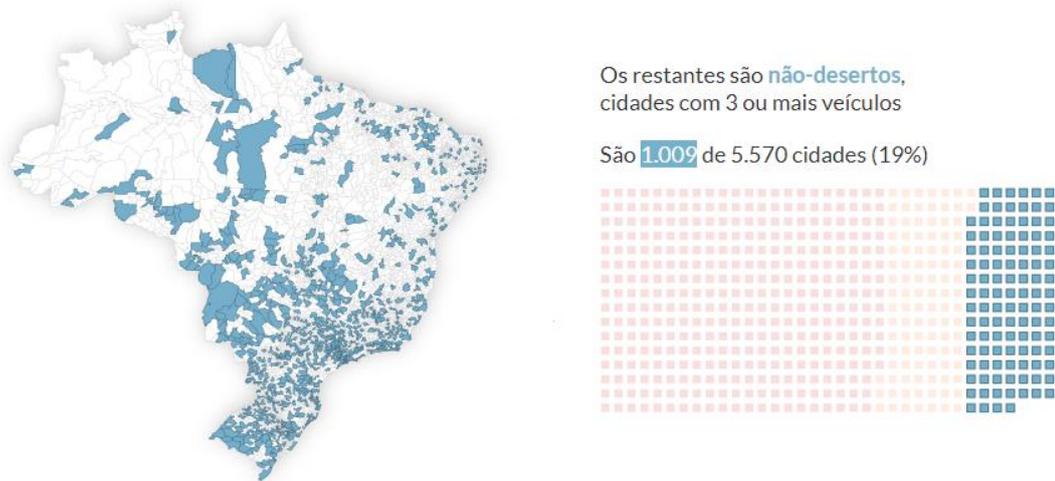
Fonte: Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo.

**Figura 18 – Quase deserto de notícias.**



Fonte: Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo.

**Figura 19** – Cenários de não-desertos.



Fonte: Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo.

Com o Brasil tendo 210 milhões de habitantes à época da elaboração do Atlas, essas 37,2 milhões de pessoas representam, então, 18% da população nacional de 2019/2020 exposta ao que Adichie<sup>165</sup> (2019) chama de “o perigo de uma história única”. Ou seja: um quinto do país corre o risco de acessar apenas uma versão dos fatos.

Todas essas histórias me fazem quem eu sou. Mas insistir só nas histórias negativas é simplificar minha experiência e não olhar para as muitas outras histórias que me formaram. A história única cria estereótipos, e o problema com os estereótipos não é que sejam mentira, mas que são incompletos. Eles fazem com que uma história se torne a única história. (...) A consequência da história única é esta: ela rouba a dignidade das pessoas. (ADICHIE, 2019, p. 26 e 27).

O que a autora coloca dialoga com a narrativa “oficial” da construção do Brasil dos livros didáticos e dos anais das grandes instituições. O que se fez aqui através dos tempos foi perpetuar a história do homem branco. Única. O enredo de como ele conquista, é destemido, dotado de capacidades e o ideal de pessoa a ser perseguido. Muito embora tenham sido força motriz da nação durante séculos, sem a qual não seria possível desenvolver-se ao que somos hoje, as negritudes ocuparam papéis secundários, subalternizados e desumanizados nesta narrativa. O sujeito universal era o homem branco. Ainda é.

Ademais, nenhum evento, seja ele histórico, interpessoal, sociopolítico, econômico, racial ou com qualquer outra característica, tem, do ponto de vista jornalístico, um lado só.

<sup>165</sup> Chimamanda Ngozi Adichie. Natural da Nigéria, em África, é mestra em Escrita Criativa e mestra em Artes em Estudos Africanos. É escritora e palestrante.

Como diz-se no jargão redacional, há um lado, há a versão do lado oposto e há ainda a verdade. Três perspectivas, portanto. No mínimo. Cada uma com infinitas possibilidades.

Adichie (2019) traz novas reflexões sobre o perigo de a imprensa reproduzir uma história única. A autora afirma:

As histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada. (...) Quando rejeitamos a história única, quando percebemos que nunca existe uma história única sobre lugar nenhum, reavemos uma espécie de paraíso. (ADICHIE, 2019, p. 32 e 33).

Viabilizar e dar visibilidade a apenas uma das versões da história - a de pessoas não negras, ressalte-se - é nada além de uma decisão política pelo silenciamento intencional da diversidade ou mesmo pela precarização da possibilidade, ainda que mínima, de o indivíduo negro deixar o espectro pejorativo, construído pela branquitude especialmente para ele, e ocupar um ideário propositivo no campo do humano. Do possível. Do futuro. De afrofuturo.

### **3.3 Poder da linguagem: perspectivas dialógicas**

Diante do exposto, é possível dizer que a existência de mídias negras brasileiras, seja em caráter secular ou em tempos de modernidade, é uma forma de pensar por intermédio de outros saberes assim como também é caminho para produção de um tipo de conhecimento tão orgânico quanto específico (GOMES, 2017) e também transgressor, pelo caráter educativo que adquire (hooks, 2017).

Entendendo a imprensa como uma instituição cuja função é essencial a um regime democrático como o (hoje) vivido pelo Brasil, cabe destacar o alerta de Ribeiro (2020, p. 31) sobre “o uso que as instituições fazem das identidades para oprimir ou privilegiar”. A autora diz que

[...] as desigualdades são criadas pelo modo como o poder articula essas identidades; são resultantes de uma estrutura de opressão que privilegia certos grupos em detrimento de outros. (...) Ao persistirem na ideia de que são universais e falam por todos, *[os brancos]* insistem em falar pelos outros, quando, na verdade, estão falando de si ao se julgarem universais. [...] Quando pessoas negras estão reivindicando o direito a ter voz, elas estão reivindicando o direito à própria vida. (RIBEIRO, 2020, p. 31 e 42) (grifos nossos).

A partir da perspectiva proposta por Ribeiro (2020), compreendemos que, ao criar veículos de comunicação próprios, o povo negro reivindica os protagonismos da própria voz (e da própria vida). Quer ele mesmo falar por si, de si, sobre si, para si e para os outros. É quando

nós, agora enquanto pesquisadores, nos inserimos como parte dessa mobilização pelo enegrecimento da Comunicação, grafada em maiúsculo por entendermos-na enquanto ciência e área do conhecimento que assim deve ser tratada. Somos parte por mantermos, com o apoio de outros comunicólogos, o portal antirracista de notícias Ceará Criolo<sup>166</sup>, iniciativa esta que suscitou o interesse pelo aprofundamento da temática no ambiente acadêmico e será objeto de análise no Capítulo 6 desta pesquisa.

Por considerarmos que uma agenda positiva na produção noticiosa sobre a população negra não deve ser episódica, e por sermos críticos - e totalmente contrários - ao modo como o Jornalismo historicamente associa indivíduos negros a símbolos pejorativos, e continua, mesmo hoje, a criar e reforçar estereótipos ruins, o Ceará Criolo surgiu como uma plataforma de publicação de textos, jornalísticos ou não, na qual a negritude assume papel de protagonista da própria trajetória e narrativa. Como tentativa de assegurar a negras e negros um lugar de reconhecimento, acolhimento e criticidade. Sempre na perspectiva de reverenciar o passado, colaborar com o debate público a respeito das relações raciais e, assim, reforçar a construção de uma existência negra possível.

Fazer isso demanda um novo jeito de enxergar o mundo e, sobretudo, de escrevê-lo. Porque também as mídias negras têm na linguagem elemento fundamental para a efetivação do que se propõem, já que, assim como a imprensa hegemônica, produzem Jornalismo e dele fazem meio de discussão de agendas de interesse público.

Como julgamos a linguagem uma forma de manutenção de poder, avaliamos necessário esta pesquisa deter-se, em alguma medida, em reflexões a respeito de como o povo negro é estereotipado, reiterado e historicamente retratado em contextos noticiosos, desencadeando, assim, desdobramentos socioantropológicos objetivos como a criação de arquétipos danosos (quando não impeditivos) à existência negra, concorrendo para a produção e reprodução de estigmas preexistentes e influenciando sobremaneira na formação de um imaginário coletivo desfavorável às pessoas de cor.

Para isso, partimos das considerações de Ki-Zerbo (2010), que afirma:

Toda língua é não só uma criação mental como também um fenômeno social. Seu vocabulário, por exemplo, é reflexo das realidades forjadas pela história de cada povo. É, por outro lado, a língua, a palavra, que instila um sistema de conceitos e normas de comportamento na mentalidade e nas motivações dos povos. (KI-ZERBO, 2010, p. 393).

---

<sup>166</sup> [www.cearacriolo.com.br](http://www.cearacriolo.com.br)

Seja em caráter textual, imagético ou simbólico, a linguagem ocupa dois extremos do processo comunicacional, quais sejam: produz os discursos que são a espinha dorsal deste processo de estereotipização negativa e, ao mesmo tempo, é fundamental para a comunicação alcançar todos os atores a que se propõe (e, assim, ser eficiente e eficaz). Em suma: sem uma linguagem bem construída, sem narrativa bem estruturada e sem um discurso bem projetado, a interação acontece com prejuízos. Ou sequer vinga.

Assim, julgamos necessário retratar como esse processo de estigmatização não surgiu com a modernização dos meios de comunicação, muito embora tenha se intensificado por causa dela e alcançado patamares inimagináveis. Tampouco se pretende restringir a discussão ao início da história da imprensa brasileira. Porque o racismo vem de antes disso. Decorre de um processo histórico de subalternização. Remete aos primeiros procedimentos coloniais aqui desembarcados. Aos primeiros navios negreiros vindos d'África. E, invariavelmente, é fruto de uma linguagem secular de perpetuação de símbolos e valores. Pois linguagem é isso: a perpetuação de símbolos e valores.

O discurso - a fala/linguagem/comunicação, portanto - foi elemento estratégico para a inferiorização psicológica dos povos não brancos pelos europeus. Isso propiciou o controle de esferas além da econômica, como o domínio religioso/espiritual, dada a imposição de um deus cristão; afetivo, diante da reiterada retórica sobre a negritude ser inferior e desalmada; identitário, com a supressão do culto às ancestralidades, etc.

Esse resgate é necessário porque a pejoração de negros e negras, marca maior dos imperialistas, foi replicada pela imprensa no Brasil desde a circulação do primeiro número de um jornal local. Fazia-se isso como método, reforçando um domínio há muito já imposto em campos simbólicos e ideológicos. Era uma fala de apagamento; da ordem da eliminação dos (não) sujeitos. Para fazer com que a negritude não existisse (também do ponto de vista físico, já que a perseguição, o açoite e o extermínio de escravizados eram constantes).

Pinto (2010, p. 28) cita a maneira como o jornal Aurora Fluminense “ridicularizava os negros impingindo-lhes a personificação da covardia e da ignorância. (...) O resultado era a negação da capacidade dos negros, em geral, e dos livres, em particular, de refletir com base em suas próprias experiências sobre os rumos da sociedade”. O ano era 1833, mesmo no qual “O Homem de Côr”, o primeiro periódico negro, ganhou as ruas, o que evidencia a forte disputa de narrativas em torno da humanidade negra.

Essa forma de expressão remonta a um tipo muito específico de manifestação: a face colonial do discurso. Ou seja: o mecanismo pelo qual o europeu valeu-se quando da invasão de territórios para dominar povos, dentre os quais africanos e negros. Um discurso que

torna a pessoa negra inferior a branca. E assim é sintetizado: “Eu falo de sociedades esvaziadas de si mesmas, culturas pisoteadas, instituições solapadas, terras confiscadas, religiões assassinadas, magnificências artísticas destruídas, possibilidades extraordinárias suprimidas” (CÉSAIRE, 2020, p. 25). Um discurso de desumanização. “Estou falando de milhões de homens em que foram inteligentemente inculcados o medo, o complexo de inferioridade, o tremor, o ajoelhar-se, o desespero, o servilismo” (*ibidem*). Para demonizar. “A ideia do negro bárbaro é uma invenção europeia” (*ibidem*, p. 39).

Diante da constatação do discurso colonial, Kilomba (2019) defende a criação de “um novo vocabulário, no qual eu pudesse finalmente encontrar-me”. A autora fala na fundação de uma nova linguagem, na “desmontagem da língua colonial”, algo que crie configurações outras de poder. Só assim, ela diz, identidades historicamente marginalizadas terão condições de produzir noções de conhecimento distintas das atuais, que são quase unicamente pautadas nas referências do homem branco.

Quanto à língua portuguesa, Kilomba afirma haverem relações de poder e violência. A intelectual provoca dizendo que

[...] a língua, por mais poética que possa ser, tem também uma dimensão política de criar, fixar e perpetuar relações de poder e de violência, pois cada palavra que usamos define o lugar de uma identidade. No fundo, através das suas terminologias, a língua informa-nos constantemente de quem é *normal* e de quem é que pode representar a verdadeira condição humana. (KILOMBA, 2019, p. 14) (grifos da autora).

Isso significa que não se trata “apenas” de ser negro, mas das implicações que disso decorrem, inclusive - ou principalmente - as políticas, já que a autora diz o negro ser “uma identidade política” sobre a qual é aplicado um tipo muito específico de referenciação “para definir o seu lugar de subordinação e inferioridade”. Por isso, Kilomba sentencia ser a escrita um ato político, de descolonização, quando acontecida a partir da reinvenção da linguagem. Porque “conhecimento e o poder racial se entrelaçam” (KILOMBA, p. 49) e “nossos discursos incorporam não apenas palavras de luta, mas também de dor - a dor da opressão” (*ibidem*, p. 59), cuja origem é a fala e Fanon (2020, p. 31) nos alerta que: “falar é existir absolutamente para o outro.”

A partir deste paradigma, o autor considera o quanto “o branco se empenha em atingir uma condição humana” (*ibidem*, p.23), e todos os demais indivíduos, condicionados, inclusive pela imprensa, a terem esta brancura como referencial, passam a buscá-la. Para ele, o negro, portanto, não é um homem. É um homem negro. Ser humano, porém, é exclusividade branca, o que coloca o indivíduo negro diante de um processo de libertação de si mesmo que está atrelado a “um reconhecimento imediato das realidades econômicas e sociais”. Do

contrário, esse indivíduo negro terá apenas um destino. “E ele é branco”, sentencia Fanon (2020), porque assim o foi dito durante séculos.

Ao afirmar que “a alienação do negro não é individual”, o autor reflete que até mesmo a ideia de “alma negra” é uma construção dos povos brancos como forma de diferenciação de povos. E que “todo problema humano exige ser considerado a partir do tempo”. Por tudo acima exposto, compreendemos, em consonância com Césaire (2020, p. 18), que é uma nova sociedade que precisamos, porque “a sociedade capitalista, no seu estágio atual, é incapaz de fundar um direito dos povos, assim como se mostra impotente para fundar uma moralidade individual”. E é nas palavras que novas sociedades começam. Por um novo pacto dos dizeres. Como iniciaram todas até aqui. Como deflagrarão as vindouras, todas elas.

Embora esta pesquisa se destine a abordar aspectos do silenciamento e da insurgência negra pela Comunicação, bem como aspectos socioantropológicos desses processos, é necessário ressaltar o quão dominados, emudecidos e exterminados também foram - e ainda são - os povos indígenas, originários do Brasil. São eles os verdadeiros donos das terras nas quais todos nós, de etnias outras, apenas fazemos uma travessia.

### **3.4 Etnomídias, discursos e etnocomunicação**

Partindo do princípio de ser a comunicação uma prática do comum que cria e mantém vínculos (SODRÉ, 2015), e considerando que indivíduos e povos negros são caracterizados por vicissitudes, pela diversidade e pela capacidade de reconfigurarem-se transversalmente, em especial em contexto de diáspora (GILROY, 2012; HALL<sup>167</sup>, 2003), importa refletir sobre a produção de mídias negras. A função social delas em um Brasil que sempre tratou a negritude como inimiga a ser combatida e cuja principal dialética - ainda por ser superada - é Casa Grande/Senzala (BARROS, 2019).

Dentre diversos aspectos disciplinares e aportes metodológicos, Borges (2019) fala em etnocomunicação como possibilidade para discorrer sobre “variações de enunciação” nos estudos culturais. O termo implica a existência de uma comunicação cuja perspectiva étnica de quem a elabora é o ponto de partida para pensar todas as demais etapas de produção da notícia. Logo, vincula-se aos conceitos de “imprensa negra” (ARAÚJO, 2021; PINTO, 2010), que vêm sendo reforçados desde o início desta pesquisa.

---

<sup>167</sup> Stuart Hall. Foi um sociólogo fundamental aos estudos críticos da cultura. Presidiu a Associação Britânica de Sociologia e, na década de 1950, foi um dos fundadores da influente revista *New Left Review*. Natural da Jamaica e naturalizado britânico, morreu em 2014, aos 82 anos.

Ter minorias sociológicas como produtoras de conteúdo e conhecimento e não apenas como objetos de estudo (KILOMBA, 2019) é algo que confronta “um problema de episteme, de precariedade de ferramentas teóricas e analíticas” (BORGES, 2019, p. 18) historicamente existente na Comunicação. Ao protagonizarem o fazer noticioso, essas mídias étnicas falam a partir das necessidades do povo do qual elas se originam (e, por consequência, representa), sem a interlocução de agentes exógenos.

O olhar endógeno pauta, portanto, a produção em um tempo próprio da comunidade. E isso nos leva a duas questões: o caráter essencialmente contestador dessas etnomídias, por se manterem fora da dinâmica produtiva marcada não pela demanda comunitária e sim por ser o anunciante o mandatário de o que, quando e como será publicado; e ao fato de tudo isso resultar de um processo de edificação crítica para efetivar práticas transformadoras.

Berth<sup>168</sup> (2019) traduz esse construto em uma palavra recorrente nos movimentos sociais negros, feministas e LGBTs: empoderamento - que, como destaca a autora, é um neologismo e significa “dar poder” a grupos minoritários. Sobre isso, e diante de tensões sobre por quem esse poder seria dado e de qual poder estamos falando, ela argumenta:

Para aqueles que têm se dedicado aos estudos e reflexões sobre os efeitos tanto individuais quanto coletivos, acumulados por séculos de exploração, alienação e aliciamento de pessoas, o entendimento do que seja poder é quase intuitivo. Mas também é intuitivo para aqueles que apenas sobrevivem às intempéries diárias do sistema de opressão e dominação presentes em suas vidas pensar no significado do poder sob um viés negativo ou, no mínimo, com alto potencial limitador da mobilidade social e jugo daqueles que não o têm. (BERTH, 2019, p. 18 e 19).

A partir das considerações da autora, que reflete da posição de mulher negra pondo em perspectiva princípios clássicos sobre poder para discutir a teoria do empoderamento, o “dar poder” tem ligação com a graduação da consciência do sujeito sobre o lugar social que ocupa, bem como a qual espectro político pertence e que percepção tem do próprio entorno. Logo, é possível afirmar que o silenciamento imposto enquanto tecnologia de opressão por séculos à população afro-indígena retardou essa autoafirmação como meio subversão em alguma medida no Brasil.

Convém pontuar também que isso tem reflexos até hoje, já que o racismo, como dito neste capítulo e por todos os interlocutores e interlocutoras desta pesquisa, é estrutural e atuação das mídias negras, embora importante, não significou o fim do sistema de segregação

---

<sup>168</sup> Joice Berth. Arquiteta e Urbanista, é especialista em Direito Urbanístico e pesquisa sobre: direito à cidade com recorte de gênero e raça.

pelo fato de, em sendo ele multifatorial, apenas no enfrentamento sistêmico, no mesmo nível estrutural, terá possibilidade de desmonte (ALMEIDA, 2019).

Em síntese: mídias negras, sozinhas, não dão cabo de um regime racial por não terem dispositivos suficientes para isso. Quando analisadas nos contextos históricos nos quais estão inseridas, porém, promovem fraturas no método de pessoas negras não conseguirem edificar as próprias consciências e identidades em decorrência de fatores tangíveis à subsistência delas mesmas. Rompem pactos de silenciamento e objetividade.

Nesse sentido, o empoderamento que essas mídias promovem entendemos similar ao que Berth (2019) indica ser não para destituir o poder de um (o branco) e transferir para outro (o negro), como numa simples inversão de polos de opressão, mas sim

[...] de uma postura de enfrentamento da opressão para eliminação da situação injusta e equalização de existências em sociedade. Empoderar, dentro das premissas sugeridas, é, antes de tudo, pensar em caminhos de reconstrução das bases sociopolíticas, rompendo concomitantemente com o que está posto, entendendo ser esta a formação de todas as vertentes opressoras que temos visto ao longo da História. Esse entendimento é um dos escudos mais eficientes no combate à banalização e ao esvaziamento de toda a teoria construída e de sua aplicação como instrumento de transformação social. (BERTH, 2019, p. 23).

É justo no sentido de não esvaziar a teoria e promover um debate mais crível sobre relações raciais no Brasil, distante da exclusividade construída em torno da narrativa da imprensa hegemônica, até hoje tida como única, que Oliveira<sup>169</sup> (2016) propõe um olhar crítico - e de perspectiva histórica - sobre o modo como o povo negro foi/é abordado pela imprensa (ou seja, como ele é produzido imaginariamente) e os elementos mobilizados pelas empresas de comunicação na enunciação de um discurso que tem como tom a pejoração pela raça, algo que define a nuance oposta como maior marca de mídias negras.

Sentenciando não haver discurso destituído de ideologia e afirmando que “a crença na objetividade total do texto jornalístico é uma meta impossível de ser atingida” (OLIVEIRA, 2016, p. 21), o autor atribui em parte à imprensa hegemônica os estigmas sociais criados ou popularizados em narrativas de jornal que prejudicam a população negra, como a associação fadada à obvedade que se faz de negros a pautas que envolvam pobreza, violência, miséria e outros conceitos negativos.

Tudo isso se dá em função de discursos estruturados numa linguagem que tem o traço ideológico do racismo, do colorismo, da supremacia branca etc., e, com isso, disseminam

---

<sup>169</sup> Luiz Carlos de Oliveira. Licenciado em História, técnico em Assuntos Educacionais, especialista em História Regional e em Ensino da Arte, Cultura e História Afro-indígena e mestre em Letras. Membro do Núcleo de Estudos Afro-brasileiro e Indígena do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC).

um “imaginário inscrito na língua”, como teoriza Oliveira (2016), na época da escravização, mas também depois dela e até os dias de hoje.

Após as três primeiras décadas do século XX, há um deslocamento no modo de interpretar as relações raciais existentes no Brasil. Essa interpretação deixa o campo puramente biológico e passa a analisar a sociedade por um viés sociocultural, ponto de vista segundo o qual a miscigenação não é mais compreendida como fator negativo para o desenvolvimento nacional. Com essa forma de refletir as relações étnicas surge também um modo de vislumbrar a história nacional em que o preconceito, o racismo e a discriminação, pautados puramente em questões raciais, não são considerados relevantes estruturalmente na formação social do país. Esse pensamento generalizou as relações entre negros e caucasianos. (...) O discurso que defendia os fatores positivos da miscigenação e da não existência do racismo contra negros - o discurso da democracia racial - esteve (ainda está?) ecoando e produzindo efeitos de sentidos. Porém, a partir das décadas de 1960 e 1970, esse posicionamento veio a ser contestado por grupos organizados, como o Movimento Negro, sendo que essa contestação se fortaleceu nas últimas décadas do século XX, primordialmente no período de redemocratização do país. Os movimentos sociais - Movimento Negro, grupos ligados às comunidades quilombolas etc. - passaram a pressionar os governos e representantes políticos para que políticas públicas voltadas à correção de desigualdades existentes entre negros e caucasianos fossem efetivadas. (OLIVEIRA, 2016, p. 36 e 37).

É do eco dessas articulações e de todas as anteriores, protagonizadas por ancestrais resilientes e visionárias, que reverbera a reivindicação atual sobre ter passado da hora de a imprensa hegemônica implicar a si própria na discussão da produção de desigualdades com a qual contribui ao criar em linguagens permeadas do ar colonial. Como diz Moraes<sup>170</sup> (2020, p. 66), ao pensar sobre como a promoção de subjetividades pode ser a saída para descolonizar um Jornalismo hegemônico feito de/por/para pessoas brancas, “continuamos a nos gabar de nosso fértil percurso tecnológico enquanto vamos somente tateando (e publicizando) uma sociedade permeada por silenciosas desautorizações justificadas por cor, classe e gênero.”

Porque o que tem acontecido até aqui é um ecossistema jornalístico-comercial inteiro passando ao largo da temática, apenas noticiando o quão danoso é para pessoas negras serem excluídas pelo capitalismo, sendo esse sistema de exclusão operante justamente graças ao apoio desse mesmo Jornalismo que, protegido pelo mito da objetividade e da imparcialidade, publica conteúdos que estigmatizam o povo negro. Moraes (2020), então, acredita que pela subjetividade é possível desconstruir essa objetividade de fachada - que, segundo ela, tem sim raça e gênero bem definidos.

A autora define esse jornalismo de subjetividades, conceito com o qual trabalha desde 2015 e cuja origem são episódios laborais vividos em redações hegemônicas do Recife (PE), “não apenas como um “veículo” narrativo de questões como desigualdade de cor e gênero,

---

<sup>170</sup> Fabiana Moraes da Silva. Graduada em Comunicação Social, mestra em Comunicação e doutora em Sociologia. É professora adjunta Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e vencedora do Prêmio Esso de Jornalismo, o mais importante do país.

de classe e território, mas como estruturador destes fenômenos” (MORAES, 2020, p. 70). Para ela, isso é necessário porque a subjetividade é uma construção social.

Acreditar que a subjetividade se conforma a um plano individual, a algo que no máximo tem relação com uma troca bastante localizada de afetos e experiências, é deixar de compreender o impacto da própria cobertura noticiosa, por exemplo. Há também outro erro comum na discussão: acreditar que podemos “entrar” ou “sair” da subjetividade, como se a mesma não estivesse sempre implicada na produção jornalística, como se não tivesse nascido com a própria prática. Pode-se negá-la, é fato. Mas ela sempre está lá. [...] Na perspectiva do jornalismo de subjetividade, a objetividade jornalística, necessária, é percebida para além da técnica e é entendida também como âmago de uma ideologia que produziu historicamente narrativas de rejeição a um mundo não ordenado de acordo com pressupostos hegemônicos. É uma objetividade que também se entende acima do bem e do mal, uma ideologia que, se por um lado encontra mais resistência no campo acadêmico, ainda guarda força nas redações do país. (MORAES, 2020, p. 71 e 720).

É por esse sentimento da imprensa hegemônica de achar-se “acima do bem e do mal” que manchetes como a que destacamos abaixo são construídas (de forma bastante objetiva, diga-se) e comunicam no que Nascimento (2019) chama de “subterrâneos da linguagem”. Publicada pelo G1 e repercutida no Twitter em 26/8/2020, a reportagem criminaliza toda uma comunidade pobre a partir de um critério territorial e centrado em um suposto interesse público na segurança da área, que tem mais de 130 mil habitantes e é de maioria negra. Pratica, portanto, um racismo silencioso, sem o uso explícito de termos raciais, mas com um discurso construído em entrelinhas e que só reforça chavões discriminatórios.

**Figura 20** – Reprodução de postagem na rede social *Twitter*.



Fonte: *Twitter*.

Figura 21 – Reprodução de reportagem de cunho racista.



Fonte: G1.

Diante da péssima repercussão junto ao público na *Internet* e da reação imediata de diversas mídias negras, o portal, acusado de racista e classista, deletou a postagem das redes sociais, reformulou os dizeres da manchete e os moradores, até então retratados todos como bandidos, passaram a ocupar o papel de vítimas de uma criminalidade que, conforme enaltece a reportagem, cresceu 14% em um ano. Em resumo: o recorte do título foi alterado, mas o reforço à simbologia negativa em torno de uma geografia ocupada por corpos negros manteve o tom racista do material, pensado para este fim. Afinal, o Rio de Janeiro não tem “foragidos da Justiça” somente em área pobre e negra. Se não figuram no texto nem territórios nem indivíduos brancos, a exclusividade da presença negra é uma escolha. O que o G1 diz, subliminarmente, é: “nas áreas ricas, onde moram pessoas brancas, não há ‘foragidos da justiça’. Logo, o ideal que você, leitor, deve buscar é ser branco, para ser bem sucedido e morar em áreas ricas.”

É na contramão desse paradigma que mídias negras operam. Em vez de apoiarem-se no viés rasteiro do racismo linguístico (NASCIMENTO, 2019), elas promovem o ser negro em discursos edificadas, por exemplo, na ótica do “pretuguês”, o oposto, portanto, do que faz a imprensa hegemônica, para, assim, alçarem homens negros e mulheres negras ao elevado patamar de uma “consciência efetiva de nós mesmos enquanto descendentes de africanos” (GONZALEZ, 1988, p. 76).

Para a autora, é impossível pavimentar caminhos até essa tomada de consciência se o método de comunicação continuar embasado no racismo. É preciso mudar a linguagem assim como, conforme Gonzalez (*idem*), é inescapável o fortalecimento da identidade negra para

combater o racismo enquanto “ciência da superioridade eurocristã (branca e patriarcal)”, algo que, frisa a intelectual, “é encoberto pelo véu ideológico do branqueamento.”

O racismo latinoamericano é suficientemente sofisticado para manter negros e índios na condição de segmentos subordinados do interior das classes mais exploradas, graças à sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento. Veiculada pelos meios de comunicação de massa e pelos aparelhos ideológicos tradicionais, ela reproduz e perpetua a crença de que as classificações e os valores do Ocidente branco são os únicos verdadeiros e universais. Uma vez estabelecido, o mito da superioridade branca demonstra sua eficácia pelos efeitos de estilhaçamento, de fragmentação da identidade racial que ele produz: o desejo de embranquecer (de “limpar o sangue”, como se diz no Brasil) é internalizado, com a simultânea negação da própria raça, da própria cultura. (GONZALEZ, 1988, p. 73).

Ao passo que mídias hegemônicas perpetuam o racismo e contribuem com a ideia de subordinação negra, a imprensa negra oferece abordagens que ajudam a mitigar os efeitos prejudiciais causados pela construção histórica de representações negativas sobre questões caras à negritude, como o universo das religiões afro-brasileiras. Nos jornais e sites de cunho comercial, elas são satanizadas e retratadas a partir de interpretações e simbologias carregadas de desinformação, o que fomenta a ocorrência de casos de racismo religioso, pois

O preconceito, a discriminação, a intolerância e, no caso das tradições culturais e religiosas de origem africana, o racismo se caracterizam pelas formas perversas de julgamentos que estigmatizam um grupo e exaltam outro, valorizam e conferem prestígio e hegemonia a um determinado “eu” em detrimento de “outrem”, sustentados pela ignorância, pelo moralismo, pelo conservadorismo e, atualmente, pelo poder político - os quais culminam em ações prejudiciais e até certo ponto criminosas contra um grupo de pessoas com uma crença considerada não hegemônica. (NOGUEIRA<sup>171</sup>, 2020, p. 35).

Enquanto isso, as plataformas étnicas oferecem o leitor esta proposta de conteúdo:

---

<sup>171</sup> Sidnei Barreto Nogueira. Graduado em Letras, especialista em Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas, e mestre e doutor em Linguística. No Candomblé de Ketu, é conhecido como Pai Sidnei de Sângó. Está à frente da Comunidade da Compreensão e da Restauração Ilé Àsé Sângó (CCRIAS), exercendo a função de babalorixá.

**Figura 22** – Reprodução da mídia negra virtual Correio Nagô.



Fonte: Internet

**Figura 23** – Reprodução da mídia negra virtual Notícia Preta.

## Ayó Festival chega à Zona Portuária do Rio celebrando as culturas afro e de terreiro

Publicado: 16 de outubro de 2022 | 07:00 - Atualizado: 14 de outubro de 2022 | 16:37 - Notícia Preta



Com o objetivo de celebrar a herança ancestral afro-brasileira, a Zona Portuária do Rio recebe o Ayó Festival, no próximo domingo (23), das 12h às 21h. O encontro terá comidas típicas das religiões de matrizes africanas como omolokum e acarajé, além de moda, artesanato e arte negra.



Fonte: Internet.

Com isso, as mídias negras criam discursos positivos sobre a população negra, que passa a ter suas manifestações localizadas no campo do ordinário, e arrancam da pretensa hegemonia branca a exclusividade narrativa do mundo.

#### 4. 1990-2000: NOVOS VELHOS ARES DEMOCRÁTICOS

“Escrever os livros que se deseja ler significa ser seu próprio modelo. É isso, no fim, o que nós, escritores, fazemos: salvar vidas. Sejam escritores das “minorias” ou das “maiorias”. Está em nosso poder fazer isso. E fazemos isso porque nos importamos. Nós nos importamos porque sabemos que a vida que salvamos é a nossa.”

(Alice Walker)<sup>172</sup>

Este capítulo dedica-se às narrativas de comunicólogos cuja atuação em mídias negras deu-se após a Ditadura Militar. Período no qual “o movimento negro pôde passar de uma atividade política indireta e amiúde clandestina para uma contestação e uma condenação francas dos legados de violência racial, discriminação e subjugação generalizada dos negros em todos os níveis da sociedade brasileira” (HANCHARD, 2001, p. 11).

O marco jurídico, legislativo e social do fim do regime autoritário representou novo fôlego para ser trabalhada a ideia, já consolidada entre pesquisadores, de que “a identificação de raças é, na realidade, uma construção social, política e cultural produzida no interior das relações sociais e de poder ao longo do processo histórico. Não significa, de forma alguma, um dado da natureza” (MUNANGA, 2016, p. 176).

Nos 20 anos aqui retratados, viveu-se o que Rodrigues (2020) diz ter sido um período de pluralização das entidades negras com um processo de politização da identidade coletiva negra. O universo jornalístico ganhou veículos de comunicação até hoje fundamentais à causa negra, como é o caso da revista *Raça Brasil*. Sobre a iniciativa, o jornalista Oswaldo Faustino detalha processos de criação e abordagem. Projeto do Ceará, o jornal *Malemba* é descrito pelo antropólogo Alex Ratts. Oriundo de São Paulo, o site *Mundo Negro*, pioneiro no segmento, é comentado pela jornalista Silvia Nascimento. Já na Bahia, a jornalista Cleidiana Ramos revela como a mídia negra que criou mudou por completo o modo de fazer Jornalismo no grupo A Tarde, uma das maiores empresas de comunicação do Brasil.

##### 4.1 “Nossa Luta é Coletiva e Mundial”

Frequentar os bailes populares de São Paulo (SP) no começo da década de 1970 foi o revelar da negritude para Oswaldo Faustino. Ele, um adolescente curioso, acompanhava-se

---

<sup>172</sup> Alice Malsenior Tallulah-Kate Walker. Nasceu nos Estados Unidos. É escritora, poeta, ativista feminista e professora de Literatura. Escreveu o premiado “A cor púrpura” e é autora de dezenas de romances, contos, poesias e obras de não ficção. Tem 78 anos.

da irmã para ver a mãe, uma mulher preta e viúva, dançar às sextas-feiras, sábados e domingos no Coimbra, espaço cuja alcunha de “clube das empregadas domésticas” fora dada pela aristocracia (branca) paulistana. Ou, como ele próprio define: “um clube que não tinha nome de preto<sup>173</sup>, mas era um clube de pretos.”

Além de demarcar o público prioritário do estabelecimento, que, como discutido na seção 2.4 deste trabalho, trata-se de uma categoria carregada de estigmas e uma herança do regime de escravidão, o nome dado pela branquitude incide sobre um componente geográfico relevante: o Coimbra funcionava na avenida São João, uma das principais vias de acesso à Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, edificação do começo do Século XX e erguida para preservar a história das irmandades<sup>174</sup>, e que leva também ao Theatro Municipal de São Paulo, onde o MNU foi lançado em 7 de julho de 1978.

Nesse processo de socialização, Oswaldo conheceu outras realidades negras. Outras possibilidades de existir. E acabou forjando a própria identidade. Porém, ele recorda de tudo tendo acontecido “sem a consciência de que a socialização e a busca da identidade estivessem no nível do racional”, mesmo que hoje, cerca de 50 anos depois, tenha a percepção de ter sido ali, na dinâmica das danças, descobrimentos, encontros e desencontros do salão, “que a gente começava a se entender como um grupo, como um coletivo.”

Foi numa juventude atravessada na Ditadura, cujos efeitos expusemos no Capítulo 2 desta pesquisa, que Oswaldo percebeu ser impossível dissociar a luta racial daquele momento histórico. Mais do que isso: foi quando, ao participar de debates sobre questões raciais em um grupo de teatro do qual era membro, ao ouvir manifestações de personalidades negras e ao trocar livros com os amigos dos bailes, compreendeu o racismo enquanto estrutura, como um projeto de Estado (SANTOS, 2022) que, ao mesmo tempo, não fica restrito a um só território, pois vincula-se “a estruturas de poder que emergem de processos de acumulação e privação em contextos locais e transnacionais” (MULLINGS, 2005, p. 668)<sup>175</sup>.

Eu não dancei só no Coimbra. De lá, fui pra outros bailes. A gente tinha o famoso Baile da Chico Show que, antes da Polícia Federal proibir determinados comportamentos, se levava lá Tim Maia, Simonal, Jorge Ben, e os caras faziam aqueles discursos inflamados, inspirados nas lutas pelos direitos civis dos Estados Unidos. Isso me levou a ler Clever, Baldwin... Ali, a gente começava a entender que **além de a nossa luta não ser individual, ser coletiva, ela não é regional. Ela é**

<sup>173</sup> O nome faz alusão à cidade de Coimbra, localizada no colonizador branco-europeu Portugal.

<sup>174</sup> Eram/são grupos negros católicos que cultuavam santos católicos junto com a matriz *bantu*, um dos vários povos africanos escravizados e trazidos à força para o Brasil pelo tráfico negreiro. As cerimônias aproximavam tambores e hinos. Há registro das irmandades em todo o território nacional.

<sup>175</sup> Tradução nossa da versão em inglês, que diz: “...links racism to structures of power that emerge through processes of accumulation and dispossession within local and transnational contexts.”

**mundial. Ela é do povo preto em qualquer lugar do mundo.** (Oswaldo Faustino. Jornalista. Entrevista concedida em 12 de fevereiro de 2022). (grifo nosso).

À época desse autodescobrimento conceitual, Oswaldo era um jovem jornalista que já atuava como repórter do jornal Folha de S. Paulo, de onde saiu em 1992 para trabalhar no Estadão, empresa na qual permaneceu por 26 anos e dividiu a atenção com projetos paralelos, dentre os quais uma das mais duradouras mídias negras do país: a revista “Raça Brasil”, cuja edição de estreia foi publicada em setembro de 1996<sup>176</sup>.

Com inquietações de âmbito privado e público sobre a assimetria racial característica das relações brasileiras e com o fato de que “em todos os veículos (hegemônicos) nos quais trabalhei, as pautas negras não tinham nenhuma relevância, ou era muito raro que tivessem, mesmo nas redações progressistas, como a Folha se dizia ser”, Oswaldo vislumbrou a chance de colaborar com a criação de uma revista de temática racial para unir a atuação profissional a uma causa que era sua própria vida e a qual poucas vezes viu expressa de forma propositiva nas páginas de periódicos. “Eu lembro que o jornal que abria espaço real pra pauta preta era o caderno “Afro-Latino-América”, da Neusa Maria Pereira<sup>177</sup>, que continua militante como se ainda estivesse nos anos 1970”, recorda.

Ele, um negro de pele escura, foi convidado por uma mulher parda - “que tinha muita experiência em Jornalismo e pouca vivência em negritude”, como define Oswaldo Faustino - para “conversar sobre pauta”. Era 1996, segundo ano de mandato de um partido de direita na Presidência da República. E, desse encontro, surgiram os temas do primeiro número da “Raça Brasil”, antecipando uma concepção que hoje, quase 30 anos depois, Moraes (2022, p. 10) diz ser uma “arma de combate” por “servir para ir de encontro a uma desumanização também alimentada pelo jornalismo.”

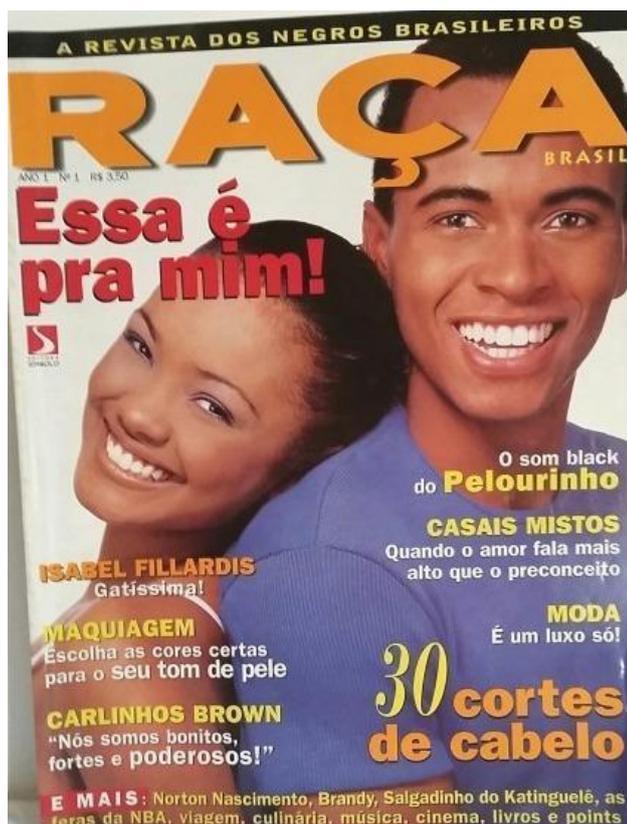
Foi posta em prática, então, “uma tecnologia à disposição de um agir” (*idem*) na tentativa de criar subjetividades em torno do ser negro/a para, assim, superar a prática histórica das empresas de comunicação que se utilizam da própria função social e insensibilizam o público/leitor para a existência de povos sociohistoricamente minorizados e marginalizados.

---

<sup>176</sup> A publicação ainda acontece. É feita semanalmente. São, portanto, 26 anos de existência sendo a única revista de circulação nacional no Brasil direcionada à população negra.

<sup>177</sup> Ver seção 2.1 deste trabalho.

Figura 24 – Capa da primeira edição da Revista Raça.



Fonte: Reprodução/Internet.

Ao contribuir com a idealização da revista, Oswaldo fomentou a criação de uma plataforma que, no primeiro momento, promoveu debates sobre autoestima (com reportagens de beleza, estética, cultura e comportamento) e, depois, abriu espaço às denúncias de casos de racismo. Para ele, esses são os dois momentos nos quais a história da “Raça Brasil” pode ser dividida, tendo o segundo ligação direta com o ingresso, em 2007, de Maurício Pestana<sup>178</sup>, quadro do Movimento Negro, na diretoria executiva do veículo.

Até então, conforme Oswaldo, a revista não havia sido gerida por jornalista, branco/a ou negro/a, ligado/a ao MNU, embora tivesse repórteres vinculados ao movimento e não houvessem impeditivos para tal. Ele avalia a primeira fase da “Raça Brasil” - com pautas de autoestima - como “uma revista feminina”, pelo fato de que “ela é pensada como uma revista feminina e isso é muito evidente nas primeiras edições.”

<sup>178</sup> Jornalista, publicitário e cartunista. Nasceu em Santo André (SP) e tem mais de 60 obras publicadas, quase todas sobre questões da população negra. Já atuou como gestor público em São Paulo, colaborando para a implementação da lei estadual de cotas raciais. Ainda integra o corpo funcional da Raça Brasil, dirige a empresa Pestana Arte e Publicações, e presta consultoria.

Diferente do debate atual, no qual signos historicamente atribuídos ao universo da mulher são criticados como impostos pelo Ocidente, incluindo a própria figura do feminino e os papéis sociais por ele desempenhados a partir de uma lógica do determinismo biológico (OYĚWÙMÍ<sup>179</sup>, 2021), o recorte editorial dos primeiros anos da revista refletia o imaginário de um período no qual pertenciam à mulher apenas demandas domésticas, nunca questões de política e economia<sup>180</sup>, sempre atreladas ao intelecto masculino.

O legal da Raça é que ela usou como base uma ideia de mercado de que **preto na capa não vende**. Esse era o discurso de todas as agências de publicidade. Qualquer editor de qualquer revista dizia isso. A Raça, então, contradiz isso. E prova que se você fizer uma bela capa de preto ela vende. (Oswaldo Faustino. Jornalista. Entrevista concedida em 12 de fevereiro de 2022). (grifo nosso).

Importante ressaltar que a máxima do “preto na capa não vende” é fruto da construção secular de a compleição negra não atender a ideais de beleza estabelecidos pela branquitude, nos quais o padrão é, dentre outros aspectos, a pele clara, o nariz afilado e o cabelo (alisado e) penteado. Estabelecimento esse que atua em duas frentes: da indústria da beleza, ao criar a narrativa e os produtos, alterando padrões de consumo; e da imprensa, que propaga o imaginário de “a beleza como um bem a ser conquistado e não um atributo natural”, do modo que denuncia Xavier<sup>181</sup> (2021, p. 77) ao afirmar que a junção dessas perspectivas proporciona a “popularização da eugenia e dos valores supremacistas brancos.”

Se bonito era ser branco e ter traços europeus, por consequência, então, ser negro era o diametral oposto disso. Era ser feio. Indesejável. Irrelevante. Ainda mais quando anúncios nos jornais associavam reiterada e deliberadamente “imagens de pessoas negras e indígenas a produtos do trabalho doméstico (farinhas, detergentes, óleos) e ao consumo de álcool” (*idem*).

A “Raça Brasil” tanto conseguiu contradizer o discurso do menosprezo à negritude que teve, já no primeiro número, em setembro de 1996, um recorde até hoje jamais superado nem por ela própria: vendeu mais de 270 mil exemplares. Um feito para o mercado editorial

<sup>179</sup> Oyèrónké Oyèwùmí. Natural da Nigéria, em África, é socióloga e de origem iorubá. É professora da Stony Brook University, nos Estados Unidos, e uma das principais vozes que hoje pesquisa gênero, sociologia do conhecimento e perspectivas africanas.

<sup>180</sup> Essa é uma perspectiva não totalmente superada, apesar dos inúmeros avanços conquistados pelos movimentos feministas nas últimas décadas. Nesse sentido, as ondas feministas e, em especial, o feminismo negro tem desempenhado papel fundamental na proposição de uma agenda pública de equidades e no enfrentamento aos discursos patriarcais.

<sup>181</sup> Giovana Xavier da Conceição Nascimento. Graduada em História, especialista em História da África e do negro no Brasil, mestra e doutora em História. Se define como “candomblecista, yogi, ativista científica e teórica feminista negra”. Na UFRJ, é professora adjunta de Prática de Ensino de História e da disciplina Intelectuais Negras na Faculdade de Educação, docente credenciada nos programas de Pós-Graduação em Educação e Pós-Graduação em Ensino de História, coordena o Grupo Intelectuais Negras e é tutora do Programa de Educação Tutorial Conexões de Saberes Diversidade.

inclusive nos dias atuais. O sucesso foi tão grande que até conteúdos *a priori* previstos para compor a edição deram espaço a anunciantes. Oswaldo recorda ter ele mesmo sido um dos jornalistas com produção adiada para a publicação do mês seguinte.

O apelo inicial da revista ter sido o da autoestima negra, ele atribui ao fato de Aroldo Macedo, jornalista e editor-chefe da revista à época, elaborar “a partir da própria negritude, porque ele era belíssimo, como ainda é, e pensava sob o olhar da autoestima. Essa foi uma coisa que ele sempre trabalhou. Para ele, uma mulher preta entrar no metrô segurando a “Raça Brasil” no peito era um manifesto.”

A Oswaldo, cabiam pautas sobre cultura, comportamento e resgate histórico, o que ele acredita ter se dado dessa maneira pela formação a partir da visão da luta pelos direitos civis dos Estados Unidos e dos movimentos de libertação dos países africanos, temáticas com as quais tinha familiaridade por estudá-las e acompanhá-las desde meados da década de 1980.

Por isso, o jornalista considera o objetivo confesso da “Raça Brasil” - de promover a autoestima do povo negro ao passo que denuncia o racismo - o elemento diferenciativo da revista em relação à mídia hegemônica. Imprensa essa que, segundo ele, edifica e massifica um olhar de suspeição a respeito do povo negro, “um olhar branco sobre o preto”. Faustino avalia que

As denúncias de racismo são importantes. O risco é você pensar só em denúncia e isso entrar em conflito com a questão da autoestima. Acho a denúncia necessária e algo que tem que estar no nosso ‘bom dia’. Porque a gente acorda entendendo que o racismo está aí. Mas penso que essa denúncia tem que vir com a ideia de valorização. A gente tem que dizer que o racismo não é culpa nossa. Senão, a gente corre o risco de entrar no jogo deles do ‘mi mi mi’, do chororô, do coitadismo. E nós não somos coitadismo. Nós somos guerreiros que estamos combatendo e revelando a força da nossa história. (Oswaldo Faustino. Jornalista. Entrevista concedida em 12 de fevereiro de 2022).

Essa relevância de denunciar casos de racismo justifica-se, de acordo com Oswaldo, e hoje ainda mais do que no início da revista, porque “naquele tempo, as pessoas não tinham orgulho de ser racistas e agora dizem que é questão de opinião, de direito de ser racista”. Esse contexto explicaria, na opinião dele, tanto uma maior demanda por reportagens apontando o racismo enquanto crime, como de fato é, quanto a grande repercussão que quase sempre os casos tomam, tamanha a virulência dos episódios.

Para ele, é fundamental não só a imprensa negra visibilizar a causa, como até hoje faz a “Raça Brasil”, mas também o Poder Judiciário ter postura diferente diante das

ocorrências<sup>182</sup>. “As pessoas são racistas porque sabem que não vai dar em nada. Sabem que a própria Justiça não cumpre a lei. Ou seja: já começa na base. Você pega o racista, abrande e naturaliza o ato. Afinal, foi só uma questão de opinião, só um xingamento, em vez de considerar racismo”. A isso, Oswaldo alerta, somam-se duas constatações: o Brasil ser, ao mesmo tempo, um país autodeclarado racista (atesto decorrente da Conferência de Durban<sup>183</sup>) e não ter racistas, dada a dificuldade de admissão do preconceito praticado, fato já constatado em pesquisas.

Ninguém é racista, mas todo mundo conhece um. Eu não, mas o meu sogro, a minha avó, o meu vizinho... O único remédio pra racista é porrada! Não tem outro. É o único. Qualquer outra coisa é alimentar o ego dele. É porrada. É punição. É multa. É mexer no bolso. É mexer na vida. É estragar o moral dessa pessoa na sociedade. (Oswaldo Faustino. Jornalista. Entrevista concedida em 12 de fevereiro de 2022).

Ambos os cenários - o Brasil ser um país racista e não ter racistas - flertam com o que diz a literatura sobre estar o racismo na base da formação da sociedade brasileira, tendo o mito da democracia racial como principal elemento fundante (SANTOS, 2022; ALMEIDA, 2019), e essa “cegueira de cor” (BONILLA-SILVA, 2020, p. 30) operar para manter a ordem social (ou seja: perenizar desigualdades), pois “o preconceito do branco é uma ideologia para defender o privilégio branco” e “os brancos não percebem a discriminação como fator central configurativo das oportunidades de vida dos negros” (*ibidem*, p. 31).

Assim, Oswaldo acredita que somente um novo projeto de Estado, distinto e oposto ao vigente, será capaz de aplacar o desequilíbrio social histórico acumulado no Brasil. Em se mantendo as estruturas e instituições todas operando na lógica e dialética atuais, o jornalista considera diminuta a possibilidade de haver mudança significativa na dinâmica social, pois “o modelo de sociedade de hoje é o mesmo desde a escravidão”. E essa é uma conjuntura perpassada pela atuação da imprensa branca, que Faustino avalia posicionar-se da mesma forma - em favor da manutenção de privilégios - desde o começo dos anos 1800, quando aqui passou a operar, como já destacamos na seção 3 desta pesquisa.

Após 20 anos de uma escrita mensal e ininterrupta para a “Raça Brasil”, Oswaldo há cinco anos observa as produções das mídias negras recluso e, em especial desde 2020, protegido dos efeitos de uma pandemia ainda em curso. Apresenta-se como escritor, e não

<sup>182</sup> Reportagem do jornal Correio Braziliense denuncia o quão difícil ainda é uma condenação por crime de racismo no Brasil mesmo 30 anos após a vigência da lei que tipifica a prática como tal. A íntegra da matéria está disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2021/11/4964320-apos-mais-de-30-anos-da-lei-do-racismo-ser-condenado-ainda-e-raridade.html>. Acesso em 18 de agosto de 2022.

<sup>183</sup> Evento promovido pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2001, na África do Sul, para pautar o racismo, a xenofobia, a intolerância e a discriminação racial. A conferência resultou na Declaração e no Programa de Ação de Durban. Esses documentos estabelecem ações da comunidade internacional de combate ao racismo. O Brasil é signatário de ambos.

jornalista, e enaltece a revista que ajudou a criar dizendo ter sido ela “a primeira a ser vista como um produto de mercado”. As demais, segundo Faustino, “sempre foram vistas como produtos de militância” (e, por isso, desimportantes, embora não o fossem, ou praticantes de um Jornalismo menor, apesar de não o serem).

Oswaldo afirma ainda que redações hegemônicas permanecem racistas, tendo apenas adaptado-se aos novos formatos linguísticos e de Comunicação, mantendo, assim, intacto o tratamento discriminatório imposto à população negra desde o Século XIX<sup>184</sup>. E fazem isso a despeito de denunciarem casos de racismo, sobretudo como tem ocorrido após o assassinato de George Floyd, em 2020.

Essa dualidade seria estratégica, até mesmo - ou principalmente - do ponto de vista comercial. “Denunciam o racismo e no editorial retroalimentam o racismo. É mais ou menos os jornais do tempo da escravidão. Nunca deixavam de publicar os classificados de compra, venda e aluguel de escravizados”, compara Oswaldo, ao considerar inerente ao ser humano a disposição de transformar pessoas em “outros”, diferentes de si próprio.

Tipificado por Morrison (2019) como “outremização”, esse fenômeno tem na linguagem e na imagem os principais meios de compreensão e construção desse “outro”, a depender da forma como essas ferramentas são empregadas, o que pavimenta caminhos para a prática do racismo, xenofobia, LGBTfobia etc. É também um processo que nos é ensinado já desde a infância, de acordo com a autora.

A natureza humana é racista. Ou, pelo menos, a natureza humana branca. O natural da sociedade é ser branco. O natural é estarmos nós, negros, na periferia, na favela, sem grana no bolso, nos suicidando, nos tornando marginais pra sobreviver. E pra sobreviver porque é da nossa natureza mesmo sermos vagabundos. É assim que a sociedade pensa. Como disse, é um projeto de Estado. O racismo estrutural só existe porque é um projeto de Estado. (Oswaldo Faustino. Jornalista. Entrevista concedida em 12 de fevereiro de 2022).

Dessa forma, Oswaldo julga vital o cunho educativo e de preservação de memória que as mídias negras têm e, segundo ele, precisa ser cada vez mais ampliado, chegando, inclusive, ao universo infantil, por onde ele transitou, no fim da década de 1990, ao escrever a história da primeira protagonista negra do gênero no país: Luana, criada por Aroldo Macedo (então editor-geral da “Raça Brasil”).

A narrativa da garotinha (de oito anos, moradora de uma comunidade remanescente de quilombo, jogadora de capoeira e dona de um berimbau mágico) reúne e enaltece traços da cultura afro-brasileira e contribui com a criação de um referencial positivo da negritude para as

---

<sup>184</sup> Alusão a 1808, ano no qual a imprensa chega ao Brasil junto com a Família Real Portuguesa.

crianças na literatura, pois, como indica Oswaldo, “oferece personagens contextualizados socialmente, com relação familiar, olhar crítico e disposição para transformar realidades.”

Esse tipo de proposta, em formato instrutivo-didático-pedagógico, o jornalista entende ser peça chave para os produtos das mídias negras, já que a imprensa hegemônica, de acordo com ele, não tem compromisso com a pauta antirracista e vive, na verdade, de reminiscências memorialísticas ou mesmo de um revisionismo histórico aterrador para o movimento negro, ao invisibilizar fatos relevantes, inclusive aqueles documentados, sobre a proeminência da população negra para a edificação do Brasil.

A gente tem que lembrar que os europeus ainda estavam brigando com a construção de suas histórias e muitos ainda eram nômades quando a gente, no Século XII, já tinha as universidades do império do Mali. O primeiro europeu pisou no continente africano no Século XV, mas no Mali você tinha três universidades 300 anos antes. É muito importante a gente saber disso, até porque tem registro de universidades do século nono, no Marrocos. Ou seja: 600 anos antes do primeiro europeu colocar o pé no continente africano. E pensar que no século nono nem existia o Marrocos. Ali era uma civilização que gerou o apelido de Luiz Gama<sup>185</sup>. Aquela região era a Getúlia. (Oswaldo Faustino. Jornalista. Entrevista concedida em 12 de fevereiro de 2022).

Oswaldo Faustino acredita que além do fortalecimento das mídias negras é imperativo mudar o posicionamento político de alguns atores, sejam eles dos movimentos negros ou não. Ele diz:

A gente perde tempo demais discutindo o que nos separa e não vamos atrás do que nos une. Falei isso numa reunião e, passado um tempo, leio quase isso no Milton Santos<sup>186</sup>. E falei porque eu vivencio o pensar afro-brasileiro 24 horas por dia. Eu descubro a africanidade diariamente. Eu redescubro a africanidade diariamente. E me orgulho disso. Porque a favela é sempre preta, mesmo que o morador seja branco. E a Polícia é sempre branca, mesmo que o policial seja preto. (Oswaldo Faustino. Jornalista. Entrevista concedida em 12 de fevereiro de 2022).

Por fim, Faustino ensina: “eu sempre acho que a gente é menos importante do que a nossa história. Como dizem os Dogon”, um dos povos do Mali, país da África Ocidental, “eu trago em mim toda a minha ancestralidade”. O jornalista arremata com um ensinamento: “eu diria mais: sou apenas um lado dessa história. Eu não sou a história. Gosto mesmo é de pensar que somos coletivo.”

<sup>185</sup> Ao longo de uma vida devotada ao abolicionismo, Luiz Gama colecionou pseudônimos. Respondia por Afro, Barrabaz, Spartacus, John Brown e Getúlio.

<sup>186</sup> Milton Almeida dos Santos. Foi um dos mais proeminentes geógrafos do Brasil. Nasceu na Bahia, em 1926, e morreu em São Paulo, aos 75 anos, em 2001. Intelectual renomado do Movimento Negro, estudava os processos de urbanização do Terceiro Mundo e a globalização, temas sobre os quais sempre fazia conexões sobre aspectos da existência negra.

## 4.2 “Fortaleza é uma Cidade Negra”

Quando Alecsandro José Prudêncio Ratts aquilombou-se com outros jovens negros da periferia de Fortaleza para colocar o jornal “Malemba” na rua, já atendia por Alex Ratts e o Ceará estava alicerçado em duas crenças: a de não ter indígenas (então chamados de índios<sup>187</sup>) e a de ter tido tão poucos negros que foi pioneiro na libertação dos escravizados.

Hoje, cerca de 30 anos depois, é possível dizer que a versão sobre a ausência de povos originários foi em parte superada diante de estudos acadêmicos, científicos e censitários em reconhecimento à presença de 15 etnias indígenas distintas em 18 cidades cearenses<sup>188</sup>. Isso, porém, não implica na inexistência de desafios para essas comunidades, inclusive quanto ao reconhecimento formal pelo Estado, e à persistência da narrativa de extinção do indigenato em território local.

A respeito do povo negro, entretanto, sequer é possível dizer de qualquer suplantação da ideia de o Ceará ser composto apenas por gente branca ou de origem nórdica. Apesar de estudos indicarem o Estado com uma população 72% negra<sup>189</sup> e tendo, nos dias de hoje, de 54 a 85 Comunidades Remanescentes de Quilombos<sup>190</sup>, esse mesmo povo permanece invisível. No imaginário popular, nos discursos e nas práticas e dinâmicas sociais.

Na opinião de Ferreira (2020), trata-se de uma negação e apagamento intencionais e fruto de um trabalho ideológico porque são “parte de um projeto racial e político de Estado que tem raízes históricas, é patrocinado pelas elites (autointituladas brancas) e de que a nação brasileira se pretende, num futuro não muito distante, ser branca”. O “Malemba” nasce, então, em 1992, no esteio de colaborar para a desconstrução desses mitos fazendo no nome alusão a uma divindade da procriação popular entre os povos *bantus*<sup>191</sup>.

---

<sup>187</sup> Os movimentos indígenas reivindicam o não uso do termo “índio” por compreenderem que esta denominação foi imposta pelo colonizador (branco) europeu e representa um processo histórico de dominação e extermínio, além do reforço ao estereótipo negativo de esses povos serem selvagens e/ou perigosos. “Índigena” seria uma forma de esses povos nomearem a si próprios. Aplicaremos nesta pesquisa, então, esse entendimento.

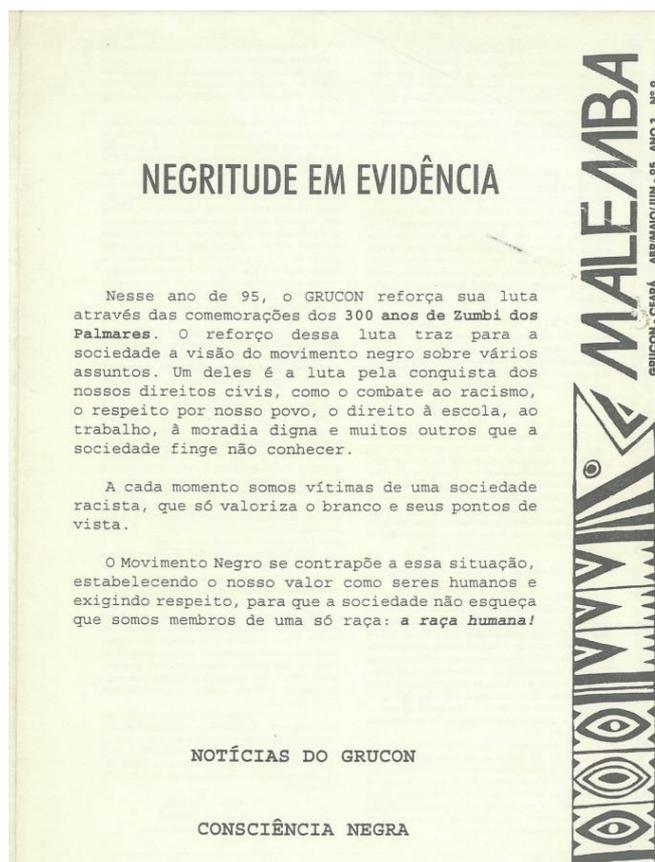
<sup>188</sup> Dado de agosto de 2022. Fonte: Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para Promoção da Igualdade Racial (Ceppir), do Governo do Estado do Ceará.

<sup>189</sup> Dado da Pesquisa Regional por Amostra de Domicílios do Ceará, divulgado pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Estado (Ipece). Disponível em: [https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2021/01/PRAD\\_informe\\_N01\\_28\\_jan2021.pdf](https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2021/01/PRAD_informe_N01_28_jan2021.pdf)

<sup>190</sup> O número de 84 CRQs é da Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Ceará (Cerquice), que difere de relatório da Fundação Cultural Palmares (FCP), no qual consta a existência formal de 54 CRQs no estado. Detalhes podem ser obtidos em <https://cearacriolo.com.br/reportagens-especiais/especial-85/>

<sup>191</sup> Também escrito “bantos”. São de origem africana, próximo ao deserto do Saara. Têm mais de 300 subgrupos étnicos e, em maioria, compõem-se de agricultores.

**Figura 25** – Capa de um dos números do jornal Malemba.



Fonte: Arquivo pessoal de Hilário Ferreira.

Nesse período, o Ceará era governado por um homem branco do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), o que expõe a falta de vínculo da gestão com a agenda racial, pois historicamente as pautas da negritude (CÉSAIRE, 2022) não se relacionam nem com o neoliberalismo<sup>192</sup> nem com a branquitude (CARDOSO, 2008). À frente da Presidência da República, o país também tinha um homem branco que, embora de outra sigla, compartilhava ideais do projeto político neoliberal. Logo, o enredo nacional era semelhante ao local.

**Fortaleza é uma cidade negra**, só que como não têm esse reconhecimento de fato até hoje as pessoas acham que a gente enegrece demais a cidade. O que faz ela ser negra é a demografia? Não sei. É a cultura? Não sei. Mas, se eu for pros saraus, boa parte deles são negros. Do outro lado, a gente também tem a predominância na morte. Quem é morto no genocídio. Então, essa presença negra está em toda parte. Mas a gente precisa de fato afirmá-la em alguns lugares. A gente afirmava no Jardim Iracema, no Antônio Bezerra, no Quintino Cunha... As famílias que fundaram o Movimento Negro lá, a gente fazia questão de afirmar aquela área como o epicentro negro da cidade. (Alex Ratts, 58 anos. Antropólogo. Entrevista concedida em 6 de janeiro de 2022). (grifo nosso).

<sup>192</sup> Doutrina socioeconômica que defende o Estado mínimo. Ou seja: o mercado deve autorregular-se (e, assim, regular a ordem econômica).

O jornal, portanto, contribuía com a causa antirracista ao promover o contradiscurso de “afirmar a presença negra” (sobretudo, mas também a indígena) no Ceará. “Isso era um bordão nosso”, rememora Ratts que, anos mais tarde, já antropólogo e pesquisador do tema, refletiu sobre a invisibilidade de espaços públicos, bairros, equipamentos, histórias, costumes e hábitos negros em Fortaleza, o maior município do Ceará, com cerca de 70% dos habitantes autodeclarados pretos ou pardos ao IBGE.

Ratts (2016, p. 9) ressalta que: “entre a demografia e a cultura, entre os discursos jurídico-políticos e histórico-geográfico-antropológicos, vai se constituindo no Ceará a versão regional da extinção dos índios e da ausência negra, incluindo ideias que se repetem no senso comum acadêmico”. Segundo ele, o intuito do “Malemba” era edificar uma narrativa oposta a esse discurso porque “aquele foi um tempo de a gente se colocar pra sociedade”. E todo nascer se dá primeiro na palavra.

A inspiração para criar uma plataforma de mobilização social distinta da própria área de atuação, já que Ratts é originalmente da Arquitetura, depois da Geografia e, *a posteriori*, da Antropologia, veio do conteúdo e da existência de outra mídia negra. De uma entrevista concedida por Beatriz Nascimento ao Jornal do MNU, na qual a historiadora afirma que “nós éramos mudos e eles eram surdos pra nós”, referindo-se ao desafio de ser negro(a) no recém-superado período da Ditadura Militar.

Ela [Beatriz Nascimento] fala isso e não me sai mais da cabeça. De como era isso de se sentir sem voz nos anos 1970, sendo que a voz existia. Mas o que ela queria dizer com isso, de não ter determinados espaços de fala? Não é lugar de fala; são espaços de fala. E, se for lugar de fala, não é o lugar de fala que a gente concebe hoje, do “eu falo daqui porque sou mulher, negra e quilombola”. Não é isso. São experiências de fala que mudam, como diz Muniz Sodré. O lugar de fala, ele é móvel. Então, cadê aquilo que a gente queria? Não tinha. A gente tinha que criar aquilo (o jornal) pela primeira vez, com uma certa linguagem, usando certas categorias. (Alex Ratts, 58 anos. Antropólogo. Entrevista concedida em 6 de janeiro de 2022).

A possibilidade de acessar esse tipo de conteúdo e de discussão fomentava não apenas o “Malemba”. Era necessária também para fundamentar as articulações dos membros do jornal em outros espaços, notadamente os atrelados a manifestações culturais negras e localizados nas grandes periferias (também negras) de Fortaleza. Ratts lembra que além do periódico do MNU outros noticiários “chegavam de alguma forma pra gente”. O mais recorrente era o jornal “Maioria Falante”, do Rio de Janeiro (RJ), cuja relevância foi destacada na seção 2.3 desta pesquisa.

O arquiteto-geógrafo-antropólogo enaltece a edição de número 19 do Jornal do MNU, de maio/junho/julho de 1991, um ano antes, portanto, do surgimento do “Malemba”,

como marco histórico importante para a negritude cearense. “Reaja à violência racial: beije sua preta em praça pública” talvez seja a manchete mais citada de toda a história da publicação. Une denúncia, afeto e conclame à resistência em dizeres sobre a realidade preta.

**Figura 26** – Capa da edição 19 do Jornal do MNU, veiculada em 1991.



Fonte: Alma Preta Jornalismo.

Ratts revive o clima da época dizendo que “a gente pregava [a capa] na porta de casa, no armário...”. Mas ele também recorda: a militância do grupo que compunha o “Malemba” não começou com o jornal. O periódico é que foi fruto das várias articulações advindas dos movimentos e lugares sociais dos quais o coletivo fazia parte, notadamente a ligação de Ratts com o pessoal do Trilho, uma comunidade negra da capital cearense, “quando a gente se sentiu tendo uma base comunitária.”

Essa vivência e o envolvimento com o universo político-partidário-institucional, além da atuação no terceiro setor, numa ONG de promoção da memória, levou Ratts a produzir noticiários antes do “Malemba”. Em apenas um deles a causa negra era a pauta principal. Nos demais, as discussões davam-se no âmbito da identidade cearense, o que, pontualmente, fazia a escrita caminhar sobre terrenos afro-indígenas.

O Movimento Negro data no Ceará de 1982, com o pessoal do Jardim Iracema. Eu conheci o movimento em 1985, 86. Então, eu já vou pro **Malemba** [em 1992] com uma bagagem. E era tudo nosso! Não sei de onde a gente tirava dinheiro pra fazer as

cópias. Acho que era da gente mesmo. A matriz, a gente fazia na casa de alguém ou lá em casa, porque eu tinha prancheta de arquiteto e tal. Então, dava pra fazer. E, depois, a gente copiava. Ou, às vezes, a gente conseguia apoio de alguém pras cópias e soltava. E é isso. Se alguém lança um jornal, é porque tem uma voz querendo ser dita. (Alex Ratts, 58 anos. Antropólogo. Entrevista concedida em 6 de janeiro de 2022). (grifo nosso).

Essa voz em busca de ser ouvida, ele lembra, não era “só” dos membros do jornal. Ecoava de professores, de integrantes do *rap* (expressão artística negra criminalizada ainda nos dias de hoje, inclusive pela imprensa hegemônica), de letristas, de membros de coletivos culturais *etc.* Todos colaboravam com o “Malemba” e o periódico era composto não apenas por notícias, mas também por elas. Polifonia essa que resultava na reprodução de seções do jornal em linguagens outras.

Grafismos elaborados por Ratts eram replicados em periferias de Fortaleza. “Era a gente reverberando”, avalia, ao recordar do tricentenário da morte de Zumbi, em 1995, três anos após a estreia do “Malemba”, como efeméride significativa porque “o Movimento Negro estava no Brasil inteiro se recolocando”. Esse reposicionamento incluía o modo como se produzia notícia sobre a negritude.

Agora, distante no tempo do jornal, Ratts avalia que “a gente produzia informação”. Operar uma plataforma como o “Malemba”, com aquelas características, numa terra na qual a presença negra é questionada e refutada, tudo isso implicava, segundo Ratts, em “uma voz negra que estava se colocando”. Para ele, a imprensa negra é isso: uma voz. “E ela sempre vai aparecer. Não adianta tolher. Não tem fascismo que dê conta”, acredita.

No caso do “Malemba”, para Ratts, a voz apareceu também porque ele, quando jovem, tinha o entendimento de não fazer sentido ser acadêmico, como o era à época do jornal, sem estabelecer uma troca com o movimento social do qual era oriundo. O estudante Alecsandro integrava o “Artistas da caminhada” e, como define, era um grupo que “queria colocar arte nos movimentos sociais”. O periódico, portanto, galvanizava múltiplas frentes de promoção da realidade negra.

Eu achava que não fazia sentido não trocar com o movimento. Porque o movimento é uma comunidade epistêmica. É uma comunidade de saber. E não adianta intelectual nenhum se achar maior ou melhor e questionar o movimento. Tem que estar junto. Tem que construir junto. E o movimento constrói a gente também. A minha pessoa não existe sem a minha consciência negra, sem o jornal Malemba. Eu não existo como professor e pesquisador sem ter essa escola. (Alex Ratts, 58 anos. Antropólogo. Entrevista concedida em 6 de janeiro de 2022).

O valor epistêmico ao qual Ratts refere-se é objeto de estudo de Gomes (2017, p. 16), que nomina esses movimentos como “pedagogos nas relações políticas e sociais” pela tensão por eles exercida para a quebra de dogmas e, em decorrência disso, serem produtores de

saberes. Conhecimento esse cujo valor é diminuído pela formalidade acadêmica, que o reduz a “experiências de vida” sem rigor científico (KILOMBA, 2019) e, via de regra, descarta-o do rol de possibilidades teórico-metodológicas.

Ainda hoje sob a égide da branquitude (por ter docentes em maioria brancos e por ministrar conteúdos eurocentrados), a universidade insiste em desconsiderar/refutar a gnose do que é experienciado por essas agências, da mesma forma que resiste à produção intelectual de pesquisadores(as) negros(as). É a esse tipo de manifestação do racismo que Ratts direciona sua crítica, como desaprovaram Figueiredo<sup>193</sup> & Grosfoguel (2007) a existência de um discurso universalista que beneficia tão somente epistemologias hegemônicas. Segundo afirmam, há a “exclusão sistemática de intelectuais negros dos espaços universitários”, o que faz os autores refletirem (*idem*, p. 40) que: “não se faz multiculturalismo numa universidade onde o corpo docente tem composição racial tão distante da população e, atualmente, do corpo discente.”

Elaborar um jornal enquanto parte da parcela mais pejorizada dessa composição racial era uma forma de conhecer a si próprios, segundo Ratts, pois no “Malemba” havia uma busca constante pela raiz histórica do negro cearense, cuja origem é o território hoje pertencente ao Congo e a Angola (FERREIRA, 2020). À época do periódico, pouco sabia-se disso, o que fez a equipe se debruçar sobre realidades vizinhas e compreender como escravizadas/os vinham de Pernambuco e Bahia, principalmente, como cita nosso interlocutor.

Para conhecer melhor o contexto negro “e saber em qual matriz beber”, o grupo foi ao Maranhão. “A gente nunca quis imitar ninguém, mas não queria também ninguém ensinando nada pra gente. O que a gente sabia, a gente sabia. Acabou sendo uma decisão acertadíssima olhar pra uma região negra mais ao Norte e ter avançada a questão quilombola”, diz Ratts, ao defender que há aspectos da cultura e história e manifestação negras únicas de cada lugar. “Só existe o Centro de Cultura Negra do Maranhão lá. Só existe uma Igreja do Rosário dos Pretos funcionando até hoje e é a da Bahia, no Pelourinho. Aquilo nunca vai ter em Fortaleza. O que é que tinha em Fortaleza? O maracatu, que se curou de preto.”

Por esse entendimento, Ratts recorda que no “Malemba” “a ideia de consciência negra era maior do que a ideia de identidade porque Steve Biko já falava em consciência negra ali por 1977, ou até um pouco antes, e os textos dele chegavam pra gente”. Não havia, porém, a conduta da produção de conteúdos sobre trajetórias de vida de personalidades negras ou um

---

<sup>193</sup> Angela Lucia Silva Figueiredo. Graduada e mestra em Ciências Sociais, doutora em Sociologia e tem pós-doutorado em *African America Studies*. É professora no Centro de Artes, Humanidades e Letras e do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB). Atua em dois programas na UFBA: a Pós-Graduação em Estudos étnicos e Africanos e no programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares de Gênero.

Jornalismo condicionado a/por efemérides - comum na imprensa atual, seja ela hegemônica ou antirracista.

Gerir um jornal naqueles termos, em termos negros, era também um exercício de honrar as ancestralidades, outros grupos e indivíduos que já tinham trabalhado a ideia de consciência negra no Ceará. Esse não foi um conceito inaugurado ou mesmo difundido de forma inédita pelo “Malemba”, mas do qual o periódico apropriou-se para ter como elemento fundante das pautas e discussões.

A gente foi se autoformando dessa maneira: de colocar as questões, de se colocar por voz. Até mesmo a questão do silêncio a gente trabalhou muito. Porque a gente não queria falar de qualquer jeito. A gente não queria fazer só denúncia. Não queria só expor cenas, falas da vida precária, como muita gente faz hoje. Eu não preciso mostrar isso. Posso ajudar uma comunidade que está sofrendo com enchente de outra forma, entende? A gente queria responder com os nossos trabalhos. A gente brigava pela história do negro no Ceará, que não era só escravidão. Porque não era só escravidão! A gente queria falar e falava. A gente rompeu, abriu um caminho. É muito mais interessante fazer isso do que ficar criticando e só dizendo que não tem negro no Ceará. Eu não perco mais o meu tempo com isso. Eu quero que a pluralidade de pesquisas aconteça. De vozes. De falas. Dizem assim: “ah, o Ceará tem 80 quilombos”. Tem. Mas e aí? Quem são esses quilombolas? Deixa eles falarem! Bota essas pessoas em rádio, faz live, entendeu? (Alex Ratts, 58 anos. Antropólogo. Entrevista concedida em 6 de janeiro de 2022).

Interseccionando passado e futuro, Ratts avalia que, quando considerado o produto entregue ao leitor, o recorte feito pelas mídias negras da década de 1990 (um dos focos deste capítulo), seja de caráter educativo ou de denúncia, torna quase indissociáveis a agenda do movimento negro das motivações pessoais dos membros dos coletivos antirracistas, enquanto “hoje é difícil saber o que é Movimento Negro e o que são questões individuais”, segundo ele, porque tornou-se comum, com o advento de novas plataformas de comunicação, a atuação de agentes sem vínculo com correntes organizadas de pensamento.

No caso do “Malemba”, ele evidencia, “a gente era um jornal de um grupo que era de um movimento e hoje em dia a pessoa tem as redes sociais dela e parece ser sozinha, mesmo vindo de coletivos como a família e tendo tido interações próprias”. E prossegue: “por mais que a gente tenha sido um jornal pequeno, a gente era parecido na militância.”

Essa semelhança expressava-se no fato de integrantes do jornal comporem o Grupo de União e Consciência Negra (Grucon), criado pela Igreja e apoiado por bispos negros, como forma de participarem de encontros nacionais de estudantes negros antes mesmo de criarem o periódico. A filiação era necessária e o Ceará dispunha só de duas possibilidades à época, conforme aponta Ratts: o próprio Grucon e o núcleo de Agentes Pastorais Negros.

Objetivamente, isso evidencia a formação de redes sociopolíticas que, muito embora sejam anteriores ao jornal, foram fundamentais para a formação identitária dos produtores do “Malemba” enquanto sujeitos racializados. Sobre a questão, Ratts reflete:

O grupo é anterior ao jornal. E as pessoas, com suas bagagens, são anteriores ao jornal. O que nós queríamos fazer, a gente fazia: a gente não queria se afastar das nossas bases. Alguns de nós brigamos a duras penas. Então, o Malemba chega nesse contexto do Movimento Negro de Fortaleza de onde você estivesse você levasse essa mensagem aos negros. E isso só era possível porque a gente já tinha trabalhado isso em nós: a questão de ser negro, de o Alex ser um negro de pele clara... A gente quebrava o pau por isso! Às vezes, a gente tinha que se tocar que chamavam eu e outra pessoa de pele mais clara pra ir pra televisão. E a gente quebrava o pau por causa disso, porque são mecanismos do racismo. (Alex Ratts, 58 anos. Antropólogo. Entrevista concedida em 6 de janeiro de 2022).

O que ele chama de “mecanismo do racismo” é o colorismo - discriminação pela cor - definido por Devulsky (2021) como ideologia. Trata-se de um mecanismo de manutenção de privilégios (e, conseqüentemente, de perpetuação de desigualdades). A autora descreve (*idem*, p. 17): “um quadro identitário racial e político que plasma os sujeitos em um arquétipo predefinido”. Em suma: o sujeito é lido pelas características fenotípicas, físicas, que reúne, sobretudo o tom da pele, e não como fruto de uma construção social, como cientificamente entende-se hoje.

Isso faz com que os/as negros/as de pele clara muitas vezes não sejam considerados/as negros/as “por não serem escuros/as o suficiente”, o que lhes garante maior passabilidade em disputas e espaços públicos. Em contrapartida, os/as negros/as de pele escura acabam mais invisibilizados por serem “negros/as demais”, ficando, então, mais susceptíveis a práticas de racismo, manifestem-se elas individual ou institucional.

Devulsky (2021) alerta que, na lógica do colorismo, para ambos os cenários, do negro de pele clara ou do negro de pele escura, é o indivíduo branco, o homem branco, o referencial. Como ela diz (*idem*, p. 30): “o colonizador é a régua e a regra”, pois “o branco se firma como parâmetro etnocêntrico”. E tudo o que foge a essa regra é questionado, sendo a branquitude o ideal a ser alcançado. Segundo a autora, o colorismo é empregado tanto por brancos sobre negros quanto por negros sobre negros.

Diante dos desafios históricos para pautar a raça, Ratts defende que “é preciso saber ser diferenciado”, referindo-se à necessidade de ir além do denunciamento e entender o contexto local no qual está inserida a mídia negra para dar o enfoque adequado à notícia, em diálogo com a herança de cada lugar sobre as relações e as identidades raciais. Ele alerta: “se todo mundo tá falando do George Floyd, você tem que falar. No entanto, o que significa pro seu contexto? Nós

temos o genocídio negro no Brasil<sup>194</sup>, mas e em Fortaleza, como é? A gente tem que encontrar essa forma de falar. É maravilhosa a construção da polifonia negra.”

Esse modo de comunicar pode contemplar outras identidades além das raciais e outras realidades que não ‘somente’ o racismo. Deve, na verdade, porque, como ensina Ratts, “gente hegemônica não faz nada sozinha”. Para o criador do “Malemba”, o protagonismo afroindígena precisa acontecer em todos os movimentos de descolonização (de saberes, poderes, instâncias ou quaisquer outras possibilidades). Para ele, “não existe qualquer chance de descolonização sem o negro e sem o indígena neste mundo.”

### 4.3 “O Mundo trabalha pra fazer a Gente se detestar”

Ainda menina, a jornalista Silvia Nascimento ouviu a mãe dizer que ela (Silvia) era “a única preta da família”. Em casa, no entanto, a garota estava inserida em um contexto de total ausência de letramento racial, no sentido do que Twine<sup>195</sup> (2004) diz ser uma forma de reagir às tensões e resistir às hierarquias em decorrência da construção de uma postura antirracista e individual diante de um mundo regido por desigualdades. Além disso, apesar de certa politização e até uma autodenominação de ser “de esquerda”, havia a crença no mito de o racismo não existir no Brasil porque, afinal, o país “sempre foi” de todos e a todos ofereceu oportunidades iguais após o fim da escravidão.

Mesmo sendo negro de pele escura, o pai transmitiu esse ideal a ela uma vida inteira. Hoje, aos 45 anos, Silvia recorda de relatos dele sobre nunca sofrer discriminação e sempre ser bem tratado, apesar de ter nascido e morado no interior de São Paulo (em Paulínia, a 119 quilômetros da capital), “num lugar com poucas pessoas negras”, conforme a filha. Para ela, a raça surge, então, como um questionamento. Mas não em casa, em Campinas (SP), onde a jornalista cresceu e agora consegue interpretar como “um local extremamente racista.”

Veio dos bailes pretos de São Paulo (SP) da década de 1990, quando Silvia já estava na universidade e frequentava a capital paulista aos fins de semana, o entendimento sobre o negro ser uma categoria política, com capital político, tal qual ensina Carneiro (2011). “Eram

---

<sup>194</sup> Estudo da ONU indica que um jovem negro é assassinado a cada 23 minutos no Brasil. A capital cearense liderou o ranking nacional de homicídios dolosos (quando há a intenção de matar) registrados em capitais durante anos, ocupando em 2022 a sexta posição, atrás de Macapá (AP), Salvador (BA), Manaus (AM), Teresina (PI) e Boa Vista (RR).

<sup>195</sup> France Winddance Twine. Natural dos Estados Unidos, é socióloga, etnóloga, artista visual e documentarista. É professora e já atuou como editora-adjunta da *American Sociological Review*, principal revista da Associação Sociológica Americana. Contribuiu com estudos sobre gênero e sexualidade, racismo/antirracismo, feminismo, ciência e tecnologia, cultura e métodos de pesquisa qualitativa.

lugares que me despertavam muita curiosidade por serem redutos de pessoas só pretas e não tinha isso em Campinas”, remonta.

Em meio a reflexões, no (auto)descobrimto de tornar-se negra (SOUZA, 2021), o surgimento da revista Raça Brasil, em 1996, proporcionou a Silvia “formatar tudo aquilo que estava na minha cabeça e conseguir ter um entendimento”. Ela não só enegreceu a si própria a partir do que uma mídia negra produzia como fomentou uma negritude muito particular (a dela) no mesmo ambiente - os bailes pretos, embora em lapso temporal de 20 anos - de um dos criadores dessa mídia, como visto na seção 4.1 desta pesquisa. Silvia e Oswaldo Faustino têm, então, início similar de trajetórias que resultam na criação de plataformas especializadas em notícias sobre populações minoritárias. No caso dela, o *site* Mundo Negro.

Quando eu conheci a Raça Brasil, decidi fazer meu trabalho de conclusão do curso de Jornalismo sobre ela. Aí, eu comecei a me aprofundar nos estudos sobre mídias negras e negritude e fui levando isso pra minha família, que tinha zero consciência racial. Quando me formei, trabalhei em veículos que não tratavam sobre negritude, mas tive a sorte de trabalhar numa revista chamada Etnic, que era meio concorrente da Raça Brasil, e foi um momento em que eu consegui trabalhar com gente preta, o que foi muito legal pra aprender, inclusive, como funciona o empreender quando você é negro. Eu voltei a trabalhar com comunicação institucional fora da questão racial. Só que aí o **Mundo Negro** já tinha nascido. Mas eu tô falando de uma época em que tava começando a Internet. De a Internet surgir e ser uma tela vazia, globalmente falando. (Silvia Nascimento, 45 anos. Jornalista. Entrevista concedida em 9 de junho de 2022). (grifo nosso).

O *site* está no ar desde 2001<sup>196</sup>. É a iniciativa de Jornalismo preto digital mais longeva do país em funcionamento. São 21 anos quase ininterruptos em operação. A exceção são os cinco meses nos quais Silvia, à época sozinha na produção de conteúdo, se viu obrigada a interromper a escrita para priorizar uma das três maternidades.

Além de ser o primeiro portal de notícias do Brasil com foco na comunidade negra, o Mundo Negro é também o precursor do gênero na América Latina. E foi exatamente o fato de não haver produto igual no mercado que levou Silvia a criar a plataforma, descrita por ela como “uma coisa pra nossa comunidade”. Por comunidade, a jornalista refere-se à população negra - que, naquela época, já era apontada pelo IBGE como maior parcela dos brasileiros, em contraponto às teorias do fim do Século XIX, inclusive antropológicas, as quais garantiam a extinção da raça negra até 2012, fruto do processo de mestiçagem<sup>197</sup> e projeto de embranquecimento do país financiado pelo Estado.

<sup>196</sup> Endereço é [www.mundonegro.inf.br](http://www.mundonegro.inf.br)

<sup>197</sup> À época, intelectuais, cientistas, governo e elite (branca), defendiam que o povo brasileiro precisava passar por um processo de clareamento. Isso aconteceria na interação - mesmo aquela forçada - de negros com europeus. A crença era de os efeitos dessa “política pública” terem resultado definitivo em 140 anos.

Figura 27 – Reprodução da página principal do site Mundo Negro.



Fonte: Internet.

Diante da constatação de serem os negros a maioria demográfica, Silvia “tinha a percepção de que a gente era uma grande potência e precisava de mais representatividade midiática”. Essa motivação fez surgir o site, que por 16 anos teve a própria criadora como única redatora e só recentemente, em 2017, por conta da consequente instantaneidade das redes sociais, passou a contar com repórteres e colaboradores fixos<sup>198</sup>. A mídia, no entanto, não foi idealizada para ser “extensão de algum ativismo ou de alguma ONG ou de algum movimento político diretamente.”

Apesar de o Brasil ter no decorrer da história, sobretudo no Século XX, veículos de imprensa negra vinculados a coletivos/partidos políticos com algum sucesso, como pontuado no Capítulo 3 desta pesquisa, Silvia projeta um descolamento para o Mundo Negro, ao mesmo tempo em que considera: “eu sempre fui politizada. Então, entendo que sempre que você fala com a comunidade negra isso é um ato político, mesmo que eu esteja falando de cinema. Porque a gente faz parte de um grupo oprimido e minorizado.”

<sup>198</sup> O site tem hoje, setembro de 2022, cinco repórteres, 15 colaboradores(as) e prestadores de serviço não elencados por Silvia mas que atuam em design e desenvolvimento do site.

Ao se lançar em um mercado digital sem referências negras, Silvia buscou preencher esta lacuna em conteúdos originários dos Estados Unidos que, mesmo também vivendo ares iniciais da popularização da *Internet*, já dispunha de debates (público e acadêmico) em grau avançado sobre a existência e atuação da imprensa negra, bem como a estratégica articulação por ela engendrada em favor do povo negro considerando também o elo com o movimento dos direitos civis.

A jornalista recorda da oportunidade de viver um intercâmbio em Washington, capital norte-americana, logo após concluir a graduação e morar na casa de uma família interracial cujo pai, negro, sugeria a ela diversas leituras de/sobre mídias negras daquele país. “Fui me abastecendo pra ter embasamento de como é uma pessoa negra escrevendo para pessoas negras”, afirma, aludindo ao conceito de imprensa negra definido por Pinto (2020) e Araújo (2021), já destacado nesta pesquisa.

Até ser hoje considerado um dos maiores portais negros de notícias do Brasil, o projeto de Silvia Nascimento teve muitas fases, incluindo cinco meses sem receber qualquer atualização. Como negra, mulher, mãe, esposa e empresária do ramo de comunicação, a jornalista criadora da mídia viu todas essas características encontrarem-se num só corpo, o dela, e imporem a obrigatoriedade de outro ritmo. “Mas as coisas, boas e ruins, estavam sempre acontecendo pras (*sic*) pessoas pretas neste país e a gente não tinha muito espaço pra falar, porque a Raça Brasil era uma revista só de banca e demorou a ir pro digital, o que fazia chegarem muitas coisas pra mim”, rememora.

As pautas eram sugeridas principalmente por leitores e a linha editorial do *site* acabou fruto de uma construção que só teve início porque, como destaca Silvia, “vai mudando, óbvio, porque a gente está falando de um veículo que tem duas décadas”. No início, ela diz, o Mundo Negro apostava em conteúdos classificados pela gestora como “mais politizados”, no sentido de ser um veículo que tratava quase que exclusivamente de denúncias de racismo e questões raciais “porque chegavam muitas coisas”. Essa fase durou os seis primeiros anos do site, contemplando também a divulgação de eventos.

Eu ia muito nesse *flow*, nessa maneira orgânica mesmo, de dar pra minha comunidade um espaço de representatividade na imprensa. Aí, a gente vai amadurecendo e eu vou entendendo outras formas de falar sobre negritude. Eu, hoje, quero quebrar isso de as pessoas acharem que por ser um veículo negro obviamente é um veículo sobre racismo. Minha meta é mostrar a nossa pluralidade. Eu não acho que, como veículo negro, eu tenha que falar só sobre questões relacionadas ao racismo. Acho, inclusive, que isso é um viés extremamente preconceituoso do que é comunicação negra. Pessoas negras precisam de conteúdos representativos mais positivos. Eu acredito que a representatividade positiva é um ato político também. Porque **num mundo que trabalha pra fazer a gente se detestar** você produzir conteúdo de qualidade falando que nós somos, que nós existimos, dizendo que para além da nossa resistência há a

existência, eu acho extremamente político. (Silvia Nascimento, 45 anos. Jornalista. Entrevista concedida em 9 de junho de 2022). (grifo nosso).

A pluralidade negra a qual Silvia refere-se também é objeto de pesquisas sobre raça. É, em suma, o que dá sustentação à discussão proposta por Adichie (2019) sobre “o perigo de uma história única”, introduzida no capítulo anterior desta pesquisa. Ou seja: o risco de pessoas negras terem reduzidas suas trajetórias a uma só e sempre a mesma, marcada pela exclusão, pelo não acesso e por todos os estereótipos negativos forjados ao longo das eras para nós, como se todos fôssemos a mesma pessoa, com as mesmas fisionomias, os mesmos antepassados, as mesmas potencialidades, os mesmos desejos, o mesmo presente e o mesmo futuro. Com narrativas mais diversas sobre negritude, Silvia acredita que a população negra ficará menos suscetível a imaginários que a desfavorecem e cujos desdobramentos práticos são tangíveis.

A autora avalia a criação de histórias únicas como forma deliberada de manifestação de poder, da mesma forma que Ribeiro (2019) classifica a linguagem como um mecanismo de manutenção desse poder. Assim, Silvia pontua que “as pessoas sempre vão achar que toda mulher negra é doméstica porque essa é a maneira como nos veem nas novelas”. O exemplo é uma projeção da máxima “mostre um povo como uma coisa, uma coisa só, sem parar, e é isso que esse povo se torna” (ADICHIE, 2019, p. 22).

Para Silvia, a atuação do Mundo Negro e das demais mídias negras, sejam elas *online* ou físicas (impressas), de agora, de tempos passados ou ainda a serem criadas, concorrem para a desconstrução dessa história única e desfavorável sobre a população negra, edificada pelas grandes empresas de comunicação. Algo que a jornalista julga relevante porque “nós somos outras coisas e muitas coisas (além de domésticas), mas quem fala sobre essas outras coisas? Quem tem interesse?”.

O *site* por ela criado em 2001 e todas as demais plataformas negras de produção de Jornalismo no Brasil disso decorrentes também podem compor o debate da pluralidade. Silvia não entende essa discussão como restrita a indivíduos. Afinal, ela destaca, “somos jornalistas negros, mas não falamos todos sobre os mesmos assuntos”. Nem precisamos que o assunto seja sempre o racismo. “Nós somos múltiplos”, emenda ela. E o racismo, como aqui já dito, é estrutural. Logo, o revide também precisa sê-lo.

O que diferencia o Mundo Negro da mídia convencional, da mídia hegemônica, é nossa linha editorial e nosso corpo de trabalho. Somos pessoas negras que escrevem para pessoas negras conteúdos sobre negritude. A gente tem mais diversidade de editorias do que outras mídias negras, que fazem com muita competência o trabalho delas de forma mais focada. Se eu pego o Alma Preta, é uma linha editorial; o Notícia Preta tem outra linha; a Trace Trends tem outra... Mas a gente, no Mundo Negro, não é ligado a nenhum movimento social e político. Nunca fui. Apoio coisas pretas que acho que fazem sentido, mas nunca tive nenhuma filiação direta. A gente defende

ideias. E, em alguns momentos, a gente tem que ser um pouco mais contundente sobre o que gente acha que é certo. (Silvia Nascimento, 45 anos. Jornalista. Entrevista concedida em 9 de junho de 2022).

Não ter filiação direta, no entanto, não significa ser um veículo despolitizado. Expõe apenas uma característica dos dias de hoje, como destacou Ratts na seção 4.1 desta pesquisa, de existirem plataformas que atuam a partir de uma rede própria, numa versão atualizada do que as mídias negras fizeram no decorrer da história. Pelo ineditismo da própria existência, o Mundo Negro inaugura, então, esse perfil de agenciamento no mundo virtual e arregimentação, de acordo com Silvia, apoio de cerca de 95% do público que alcança.

Sobre componentes político-partidários da equipe estarem presentes na dinâmica da produção dos textos publicados no e pelo portal, a jornalista afirma que: “nós somos pessoas pretas politizadas e, obviamente, tudo o que vá contra oprimidos e minorizados não interessa pra gente”, dado que foi oprimida e minorizada no contexto histórico brasileiro a população negra. Acenos a manifestações públicas de apoio a candidaturas, mesmo àquelas de esquerda e politicamente posicionadas enquanto antirracistas, entretanto, é algo até agora não adotado pelo *site*.

Segundo análise de Silvia, “ser o mais neutro possível” no universo político-partidário da atuação jornalística implica em ter credibilidade, ela frisa, “como boa parte dos veículos sérios”. Isso porque, ainda de acordo com a jornalista, “produzir mídia no Brasil é uma coisa complicada, com grandes veículos passando por crises, e quando a gente fala de mídia negra tem muito mais problemas, desde ser um negócio sustentável até receber ameaça de morte.”

Os desafios, percebe-se, mantêm-se, pois tanto barreiras financeiras quanto de risco à integridade física dos profissionais atuantes nessas mídias negras já foram aqui expostos por interlocutores da geração perseguida pelo Regime Militar, na seção 2 deste trabalho, e serão novamente trazidos por comunicólogos na seção 6. Exclusivamente quanto à (in)segurança da categoria, o componente racial ainda é tão invisibilizado que nem a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) dispõe de estudo sobre quantos/as negros/as sofreram ataques à liberdade de imprensa. O relatório de 2021 ignora a questão, contemplando apenas questões de gênero, geográficas e o formato da mídia em questão (se impressa ou virtual, por exemplo).

Por isso, Silvia considera essencial o ingresso e a permanência de mais pessoas negras politizadas nas redações hegemônicas, assim como a ampliação da cobertura de pautas negras por essas empresas, que têm ignorado essa possibilidade ou mesmo se utilizado delas apenas em datas comemorativas alusivas à luta antirracista - e, ainda assim, dentro de uma

lógica mercantil de venda de espaços publicitários atrelados à efeméride e busca de *likes* nas redes sociais, voltando a ignorar o viés propositivo da temática já no dia subsequente. Com mais comunicólogos(as) negros(as) nas empresas de comunicação, Silvia acredita no aumento de narrativas negras nas redações, assim como na elaboração de pautas mais humanizadas (ou menos desumanizantes) em relação ao povo negro.

Pelo fato de estar à frente de uma mídia especializada em um Jornalismo engajado, ela diz perceber a quebra de estereótipos decorrente do que é produzido pelo Mundo Negro e as demais plataformas de conteúdo antirracista. Como forma de ter referências, não desligar do que a mídia negra norte-americana faz (hábito iniciado quando foi morar nos Estados Unidos) e acompanhar a agenda pública do debate sobre raças e racismos, Silvia consome tanto *publishers*<sup>199</sup> nacionais quanto internacionais. “Gosto do Bantumen, que faz conteúdo de países africanos que falam português sobre negros da diáspora”, revela.

Quanto mais a gente consegue variar as fontes e consumir conteúdos feitos de maneira diferente, mais a gente enriquece o nosso repertório como jornalista e como cidadão. E a gente tem muitas maneiras de falar sobre negritude. Cada veículo negro tem uma forma que, às vezes, não é a minha forma de abordar a questão, mas tem horas que são formas com as quais eu adoraria trabalhar. Mas acho que, no geral, todas as mídias negras conseguem entregar conteúdos de muita qualidade, de muita preciosidade, mesmo tendo linhas editoriais totalmente diferentes. Acho que isso é que é a riqueza e mostra como a nossa pluralidade é possível. (Silvia Nascimento, 45 anos. Jornalista. Entrevista concedida em 9 de junho de 2022).

Diante disso, conclui-se que Silvia percebe a existência de várias negritudes (e não só um modo de ser negro) como potência para além da existência humana, alcançando também o fazer Comunicação, especialmente o fazer jornalístico de mídias negras, na missão de desconstruir um imaginário negativo que a imprensa branca edificou a nosso respeito.

#### 4.4 “Não teve Levante Negro sem o dedo dos Comunicadores”

Cleidiana Ramos conseguiu um feito inimaginável para a Comunicação na Bahia. Em 13 dos 17 anos nos quais atuou no jornal A Tarde, ela escreveu e/ou chefiou a produção de cadernos especiais alusivos ao Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, celebrado em 20 de novembro. Essas publicações, apesar de nascidas de uma efeméride, surtiram efeito pedagógico dentro e fora do periódico, alterando rotinas internas e condicionando leitores e sociedade civil a um novo modo de lidar com a data e com questões do/sobre o povo negro.

---

<sup>199</sup> Jargão jornalístico que em inglês, em tradução livre, significa “editor(a)” e utilizado como sinônimo de produtor de conteúdo, plataforma de notícias etc.

Em suma: a jornalista criou uma mídia negra dentro de uma mídia hegemônica que, por sua vez, estava (está) inserida em um território - Salvador (BA) - no qual o debate sobre relações raciais e racismos ganha contornos específicos pelo fato de a cidade ser a mais negra fora de África (logo, a mais negra do Brasil) e de o jornal em questão ser um dos mais antigos do país<sup>200</sup>, tendo sido, historicamente, conforme frisa nossa interlocutora, “porta-voz de parte da elite”. Ou, ainda de acordo com ela: A Tarde sempre foi tão complexa e idiossincrática como a cidade da Bahia.”

Por representar essa elite, o jornal tinha uma composição interna semelhante a ela. E Cleidiana somava, em 1998, quando ingressou na empresa, as características do oposto disso. Era jovem e negra em meio a uma redação de maioria branca, masculina e oriunda de outros estados. As poucas mulheres “ficavam relegadas às editorias de cultura” e não discutiam os filões políticos e econômicos, exclusivos à masculinidade e que ditavam os comportamentos e os hábitos sociais, como o fazem até hoje. “Ou não tinha mulheres negras ou as que tinham não se reconheciam assim”, recorda.

Atrelado a um histórico familiar de tensão, esse contexto levou Cleidiana a começar a processar cedo questões raciais no ambiente de trabalho. Filha de pai lido como negro e mãe não compreendida como tal, a jornalista sintetiza o “A Tarde” daquele período como um jornal que “não se preocupava em renovar.”

É aquela coisa que a Antropologia tem muito, dos estudos da alteridade: quando é que o outro começa a te incomodar? Quando ele está presente. As pessoas perguntam como pode Salvador, com uma população negra tão grande, ser racista. Porque a gente transita. A gente está em todos os espaços. O embate com esse “outro” aqui é cotidiano. Eu já vi a realidade de Fortaleza, Recife e Natal, e a gente percebe que o racismo ambiental funcionou de forma mais contundente do que em Salvador. Nessas cidades, a população negra não transita em determinadas áreas. Aqui, não. Aqui, você tem uma capital em que os bairros de elite estão cercados de comunidades negras. Então, não tem como você se esquecer disso. Está o tempo inteiro na cara dessa elite. Nós temos uma fricção mais constante. (Cleidiana Ramos. Jornalista. Entrevista concedida em 21 de janeiro de 2022).

Por “elite”, Cleidiana entrelinha “branca”. A fricção a qual ela refere-se, portanto, se dá entre comunidades negras pobres e a elite branca, para quem o jornal operava e a partir de quem reforçava o discurso de não haver racismo na Bahia, embora o dia a dia da cidade fosse na contramão disso. Logo, a retórica, como se deu, de forma recorrente, nas narrativas sobre a história do Brasil, não dialogava com a realidade. E instigava ainda, de acordo com a interlocutora, o estigma de “movimento negro ser coisa de militante”, ao ponto de, quando tomava-se conhecimento de denúncias de racismo, o caso logo era tachado de “coisa de quem

<sup>200</sup> O jornal foi fundado em 1912. É o mais antigo impresso da Bahia e integra o Grupo A Tarde.

não se impõe”, atribuindo-se à esfera exclusivamente privada um sistema - o racismo - que, em verdade, é reflexo de uma conjuntura estrutural (ALMEIDA, 2019).

Ao personificar o incômodo da presença negra na redação e consolidar-se na empresa, Cleidiana foi convidada, em 2002, quatro anos, portanto, depois de ingressar em “A Tarde”, a participar de um especial sobre racismo que, ao ser publicado em 20 de novembro de 2003 e alcançar ampla repercussão e alta vendagem, pavimentou caminho para o jornal todo ano investir em uma alta produção para a data.

Ela recorda que a Bahia daquela época não dispunha de mídias negras em projeção<sup>201</sup>. O máximo que a própria jornalista tinha de conhecimento desse tipo de plataforma resumia-se a um jornal chamado *Ìrohìn*<sup>202</sup>, ainda em circulação naquele tempo. Assim, a discussão pública sobre o racismo na capital mais preta do Brasil era irrisória, de modo que se perpetuava pela imprensa tradicional o ideário da democracia racial.

No especial, Cleidiana e outros dois jornalistas (um homem negro de pele bem mais escura que ela e uma mulher branca, “que se parecia a Ana Hickman”) visitariam o *Shopping Barra*, localizado em uma região de Salvador apelidada pela interlocutora de “brancolândia” - que, como o nome sugere, reunia gente rica e branca (a tal elite para quem o jornal escrevia). A proposta era circular por lojas, registrar como cada um era tratado e, dessa maneira, expor (ou não) a existência do racismo na cidade. Um experimento, portanto, cuja sustentação era o colorismo - ou, como coloca Carneiro (2011, p. 73), “classificações cromáticas que instituem diferenças no interior da negritude” - e que fez Cleidiana - negra de pele clara - quase não ser notada, fosse pelo machismo, que privilegia o homem (mesmo ele sendo negro), ou fosse pelo racismo, que privilegia a pessoa branca (mesmo ela sendo mulher), como já expresse nesta pesquisa.

#### A jornalista lembra que

Em algumas lojas, a gente entrava sozinho. Noutras, entrávamos eu e a repórter branca que parecia a Ana Hickman. Noutra, entrávamos eu e o colega de pele bem escura, como se fôssemos um casal. A minha experiência foi de invisibilidade em praticamente todas as situações. Porque isso está posto desde a escravidão: dependendo do tom da pele, você vai ter mais ou menos privilégios. A gente sabe disso. Teve uma loja de roupa masculina que entrei com a outra repórter e os quatro vendedores vieram atender ela. Nós passamos coisa de 20 minutos e eu me senti como devia ser uma mucama. Porque era ela no meio, sentada nos puffs, e os vendedores ao redor. E ninguém me perguntou se eu queria alguma coisa ou quem eu era. Lembro que de noite ela ligou pra mim. Estava muito angustiada porque naquele dia tinha entendido que sempre acontecia a mesma coisa quando ela saía com uma amiga negra.

<sup>201</sup> Ao contrário do que ocorre atualmente, quando o estado dispõe de diversas plataformas de conteúdo negro.

<sup>202</sup> Criado em 1996 pelo jornalista Edson Cardoso, o periódico existiu até 2010. É hoje uma organização não governamental sem fins lucrativos que atua como um Centro de Documentação, Comunicação e Memória Afro-brasileira.

Ela queria saber como eu estava. Mas não adianta você mergulhar em uma cultura se você não é parte dela. Você apenas está presenciando in loco a vida de outra pessoa. É isso o que a gente faz no trabalho de campo da Antropologia. A gente observa. Então, foi mais ou menos o que a gente fez ali e o que eu tentei dizer pra ela. Eu estava numa experiência e, de certa forma, eu estava esperando por isso. Eu estava preparada. (Cleidiana Ramos. Jornalista. Entrevista concedida em 21 de janeiro de 2022).

O resultado disso acabou ampliado para um projeto muito maior - e que demandou mais tempo e mais recursos humanos do jornal. Em vez de ser uma reportagem seriada com relatos em primeira pessoa, tornou-se um caderno de cunho temático publicado apenas no ano seguinte, em 2003, após novas idas a campo e adoção de nova metodologia, a qual mostraria “por que esta cor de pele é tão complicada nesta Bahia” e “como a cor mexe com a cabeça das pessoas”. Isso em um ano no qual o Brasil experimentava um governo de esquerda cujo líder era um metalúrgico semianalfabeto e criava, após reforma administrativa, a Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), órgão fruto de reivindicação dos movimentos negros e estratégico para o combate ao racismo no Brasil, que havia assumido há pouco (em 2001) seus componentes racistas de formação histórica durante a Conferência de Durban.

Foram, Cleidiana e demais profissionais das palavras e das imagens, para o Centro de Salvador. Praça da Piedade. “Onde todo mundo passa”, ela explica. E perguntaram às pessoas qual a cor delas. Sem nenhum estímulo a respostas. O intuito era dar vazão aos subterfúgios e descobrir como as pessoas enxergavam a si próprias e deslocavam-se para fora da paleta do IBGE quanto à possibilidade de serem negras.

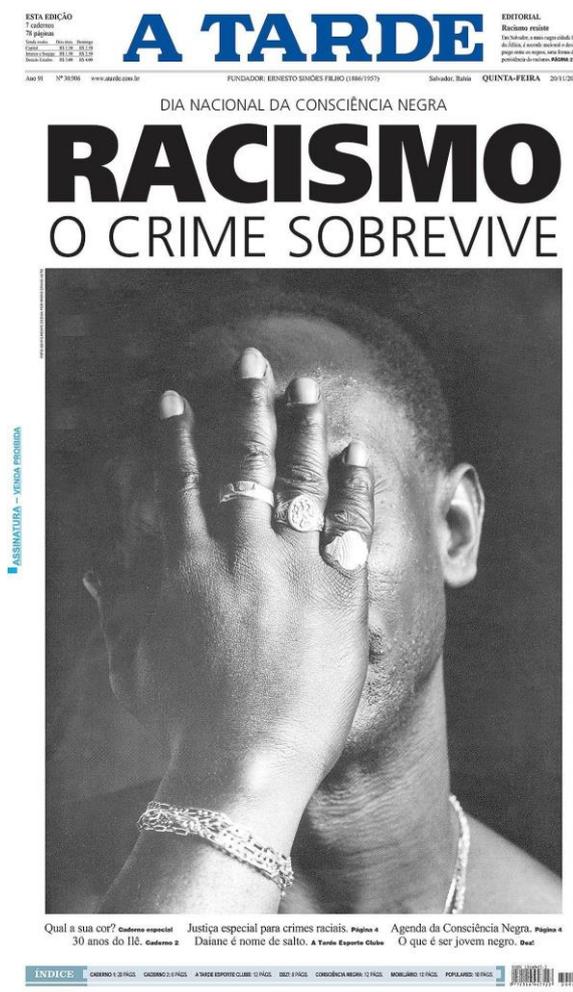
Sem nunca ter publicado conteúdos sobre pertencimento racial em 20 de novembro, “A Tarde” levou às bancas naquele ano um caderno de 16 páginas, totalmente colorido e no qual cada folha revelava a perspectiva de um(a) entrevistado(a), com foto e texto, numa tentativa, como detalha Cleidiana, de “construir a história do racismo científico, de mostrar como as teorias racistas todas nasceram.”

Tinha de tudo: negro claro, marrom bombom, cor de burro quando foge. Deixamos tudo. Porque a gente não estava ali teorizando e as pessoas falam o que querem. Mas não tinha nenhum anúncio no caderno. Ninguém queria. Só tinha o selo da Petrobras. O caderno ficou pronto, eu apresentei o que eram as pautas aos demais jornalistas e membros do jornal e, de repente, começou uma confusão generalizada. Um homem do industrial começou a gritar. Disse que aquilo não existia. Que a gente estava destruindo a imagem da Bahia O chefe da arte, um paulista e descendente de japonês, disse que queria pegar uma foto de um homem negro com a mão no rosto e aumentar a foto de cima até embaixo. Uma outra editora disse que era um absurdo! (Cleidiana Ramos. Jornalista. Entrevista concedida em 21 de janeiro de 2022).

O caderno chamou-se “Qual a sua cor? A vida em um mundo racista” foi a manchete do jornal daquele dia e teve procura tão intensa que se mostrou para Cleidiana como um nicho

a ser explorado. Do contrário, não teria colocado a alta cúpula da empresa em alerta, com ordens de direcionar para a venda comum exemplares, *a priori*, destinados a um projeto educacional. “Pensei: descobriram um nicho e tenho que aproveitar. Mas sabia que não estava numa mídia independente e não iam me dar tinta, papel e espaço para fazer ativismo. Era uma relação de negócio”, remonta.

**Figura 28** – Capa do jornal A Tarde com manchete sobre a reportagem produzida por Cleidiana.



Fonte: Acervo Pessoal/ Cleidiana Ramos

Após anos sem concorrer a prêmios jornalísticos, “A Tarde” viu o trabalho de Cleidiana e demais componentes da equipe envolvida na feitura do caderno ser finalista do Embratel, um dos principais do Brasil. O sucesso do primeiro levou à confecção da segunda edição, no ano seguinte, em 2004; de mais uma e mais uma e mais uma... foram, ao todo, 13 cadernos. Todos publicados em 20 de novembro, mas que alteraram o fazer do jornal no ano todo e até a dinâmica dos movimentos sociais.

Cleidiana lembra do quão próximos representantes de grupos culturais e políticos da Bahia ficaram do jornal enquanto os cadernos existiram. Uma relação foi estabelecida a partir da colaboração real de uma mídia negra à causa antirracista dentro da lógica de uma empresa de comunicação de grande porte. Quando precisavam de apoio para algum projeto vingar, os grupos negros procuravam “A Tarde”. E isso se desdobrava em mais matéria-prima para o próprio jornal, que incorporou à produção diária, e não somente em datas comemorativas, o exercício do olhar propositivo para uma população historicamente excluída.

Notícias sobre pessoas pretas/pardas deixaram de figurar apenas em páginas policiais. Abandonaram o cunho exclusivamente negativo e abriram-se para aspectos de vida, culturais e comportamentais. “Você abria o jornal e tinha lá um seminário sobre cultura negra. Tava a escola criativa do Olodum. Coisas que antes não eram publicadas”, diz Cleidiana, que destaca os efeitos de constrangimento e pedagogia gerados pelo caderno no relacionamento entre as equipes: “pro pessoal que cobria Polícia, a gente sempre reclamava: “cuidado com o que vocês dizem, porque nós estamos aqui.”

Apesar dessas mudanças, os embates internos aconteciam. Alguns colegas resistiam à nova forma de pensar e executar notícia inaugurada por Cleidiana, mesmo tendo “A Tarde” passado a ser referência em questões étnico-raciais. “Em setembro, já vinham me perguntar o que eu estava pensando em fazer. Eu tinha o compromisso de pensar as pautas”, afirma, ao frisar que toda redação é, ao fim e ao cabo, um espaço de disputa de narrativas, “com todas as dores e todos os problemas disso.”

Muita gente se incomodava lá dentro. Uma das coisas que mais me doeu foi uma repórter negra e reconhecida como negra que não queria fazer parte do projeto e se ressentia de tudo. Eu fui passando e ela gritou: “meu Deus, chegou novembro! É hora de Cleidiana colocar a negrada toda no jornal. Se eu fosse editora-chefe, você não fazia isso aqui”. Mas ela foi embora e eu continuei não só botando a negrada no jornal como fazendo muito mais coisa. Era aproveitar as oportunidades. Porque eu sabia dos desdobramentos daquilo. (Cleidiana Ramos. Jornalista. Entrevista concedida em 21 de janeiro de 2022).

Um desses desdobramentos foi político-educacional, com os cadernos sendo usados como fonte de pesquisa pelo poder público para fazer valer a Lei nº 10.639/2003 diante do argumento dos professores de não haver material didático em conformidade com o ensino da história e da cultura afro-brasileira. A projeção do produto e o elo estabelecido por Cleidiana e outros repórteres do projeto com os movimentos sociais fez surgir a necessidade de se criar uma espécie de conselho editorial para lidar com as demandas dos cadernos.

Como a cada ano o projeto lidava com uma temática diferente, “senão a gente ia ficar discutindo as mesmas coisas todo ano”, o corpo deste conselho precisava ser composto

pela mais variada representatividade interna, do próprio do jornal, e externa, da sociedade civil. E essa amplitude fez a equipe perceber, por exemplo, que o tratamento dado a algumas questões - como a arte - estava restrita a universos que poderiam não dialogar com o público que lia os cadernos. Leitor esse que não mais estava restrito à elite branca. “A Tarde” passou a chegar às camadas mais pobres (e negras) de Salvador.

Cleidiana classifica as reuniões do conselho editorial como momentos de muita troca e que se revertiam em inúmeras possibilidades de execução de pautas, como foi o caso de o caderno tratar do binômio racismo-futebol ou mesmo de infância-resistência. “Como ganhava prêmio, todo mundo queria participar e havia uma preocupação muito grande com o discurso imagético”, frisa a jornalista.

Toda essa repercussão já desde o primeiro número, em 2003, levava a equipe a, ano após ano, ter como maior preocupação “esgotar o que a gente pudesse naquele debate”. Era a espinha dorsal do caderno a presença do povo negro. Mas também eram negros todos quantos fossem possíveis os especialistas e pesquisadores negros convidados a comentar a temática trabalhada naquele ano. “A gente queria que as pessoas abrissem o jornal e se enxergassem. E isso acontecia muito”.

A expectativa por um material de qualidade era tamanha que, como articuladora dos cadernos, Cleidiana olhou para si e percebeu que a formação inicial, de comunicóloga, não mais dava conta da grandiosidade do projeto. Isso a fez voltar para a universidade. Mestre em estudos étnicos e africanos e doutora em Antropologia, ambas as titulações conquistadas na Universidade Federal da Bahia (UFBA), de onde saiu jornalista sem discutir a relação entre raça e Jornalismo, ela constata hoje, distante dos cadernos, que “não teve um levante negro sem o dedo dos comunicadores e das comunicadoras.”

Se você pegar a revolução escrava no Brasil, se você pegar a Revolta dos Búzios, por exemplo, vai entender a Comunicação centralizada. A forma de fazer Comunicação: boca a boca e solidária. A Revolta dos Búzios é, afinal de contas, jornalística porque no dia 12 de agosto de 1979 as igrejas de Salvador amanheceram todas com um manifesto que é a coisa mais linda: “acordai, povo baiano, que o dia da liberdade chegou”. É uma inconfidência mineira. A mesma coisa: liberdade, igualdade e fraternidade. Com uma diferença: com abolição. E transformar numa República. Olhe aí: Comunicação! Se você vai pra Revolta dos Malês, vê a importância dos libertos naquilo. Dos escravos de ganho. Porque são eles que estão correndo as cidades. E são eles que levam os recados. E são as mulheres. As mulheres levando recado. Movimentando. Olhe a nossa forma de se levantar! Todos os movimentos vão ter algum tipo de inserção nesse pé. É sempre dessa forma alternativa, fazendo aliança. (Cleidiana Ramos. Jornalista. Entrevista feita em 21 de janeiro de 2022).

É, portanto, um pensar histórico de libertação, de emancipação humana, a partir das palavras. Um pensar a exemplo do que nos comunica Sodré (2017) com uma filosofia e um

agir, desde o rufar dos tambores dos terreiros, como forma de resistir ao que nos extermina enquanto povo negro. Ou, como o próprio autor (*idem*, p. 23) nos traduz: “o pensamento nagô é uma provocação à reversibilidade dos tempos e à transmutação dos modos de existência, sustentada pela equivalência filosófica das enunciações.”

Por ter esse referencial, Cleidiana compreende a importância dos cadernos que teve a oportunidade de coordenar no “A Tarde”, ao mesmo tempo em que põe todo o trabalho em perspectiva e reconhece o papel exercido pela ancestralidade para isso ser possível. Para ela, essas mídias foram uma forma de aquilombamento tanto dentro da estrutura do jornal quanto fora dele, estando esses dois territórios simbólicos em um limiar, pois graças às relações que se construíram em decorrência das publicações muitas distorções históricas puderam, enfim, ser corrigidas.

Uma delas envolveu *Ilê Aiyê*, o primeiro bloco afro do Brasil. Fundado em 1974 por moradores do Curuzu, um bairro negro de Salvador, o grupo foi acusado pelo jornal em 1975 de ser racista por ter desfilado no carnaval daquele ano com um enredo no qual denunciava o racismo e enaltecia África. “A Tarde” chegou a classificar o coletivo como “nota destoante” da festa. Era uma ferida aberta e pública, da qual todos na redação, Cleidiana incluída, tinham conhecimento. E que se curou na celebração de dez anos de veiculação dos cadernos pelo grupo.

A jornalista recorda, emocionada, do episódio:

Quando o clarim dos Filhos de Gandhi soou e eles começaram, eu não aguentava. A gente fez uma lavagem, um cortejo. Aquele negócio entrando na redação... Eu vivi pra ver aquilo! Tínhamos convidado secretários e governo e um deles disse que quem era de fora não entendia que o que estava acontecendo ali era histórico. Porque praticamente toda a representação dos movimentos negros da Bahia estava lá. Tinha gente da capoeira, gente do carnaval, gente do candomblé, do governo, da universidade, do legislativo, da arte, da cultura... Um representante do governo disse: “todo mundo estava aqui porque a gente está tomando todos os chãos que a gente tem que tomar. [voz embargada] E hoje, neste dia, a gente está retomando a mídia. Hoje é o chão da mídia porque isso é um jornal que representa muito pra Bahia. E hoje esse chão do A Tarde é nosso, como nunca foi” (fala emocionada). Às vezes, sabe, Bruno, eu paro e penso: “que diabos a gente fez naquele jornal?”. (Cleidiana Ramos. Jornalista. Entrevista concedida em 21 de janeiro de 2022).

Essa retomada, Cleidiana diz ter começado como uma vereda que “eu tive cada vez mais certeza de que acertei” sempre que o projeto era renovado para o ano subsequente e a produção chegava mais e mais longe. Foi ao Congresso Nacional, às mãos da única mulher a presidir o Brasil, ganhou versão bilíngue para alcançar investidores internacionais, teve repercussão em outros produtos do grupo A Tarde, influenciou mídias hegemônicas locais, foi levado a escolas e, principalmente, chegou ao povo negro.

Diante disso, a jornalista diz assimilar o significado da máxima de Jurema Werneck. “Nossos passos vêm de longe”, disse a médica-ativista, e Cleidiana sente na pele. “Isso não começou comigo. Começou com Hamilton Vieira, um rapaz negro e gay, que foi do “A Tarde” em 1980. Começou ainda mais atrás. Eu achei uma vereda. Eu só andei. E deixei aberta pra outros que vieram depois de mim.”

Ao tempo em que admite a relevância do assassinato de George Floyd para o cenário atual da Comunicação negra e destaque as articulações históricas do MNU na década de 1970 ou mesmo da Frente Negra Brasileira anos antes disso, nossa interlocutora pondera que todo processo no qual haja negritude “é uma coisa coletiva e não tem como a gente achar o começo”. Cleidiana considera isso “uma tradição extremamente potente, porque onde a gente chega a gente se aquilomba. A gente só acha saídas.”

Os cadernos, portanto, foram saídas. Foram “experimentação o tempo todo”. E foram também uma forma de Cleidiana não deixar de olhar para a própria trajetória. De certa forma, foram estratégias de sobrevivência, tecnologias para ela resistir ao território específico que é a Bahia tanto quanto é imaginário. Algo que agora, sete anos após o fim dos cadernos, a jornalista tenta suprir em outro projeto antirracista.

A Flor do Dendê, um *site* chamado por ela de “uma aliança afro-sertaneja”, é mantido por quatro mulheres, duas das quais negras e três delas jornalistas, como forma de pautar as demandas de um povo fora do eixo dos grandes centros urbanos e distante das discussões de raça e racismos. Um tipo de público colocado como “sertanejo” e que Cleidiana avalia como uma parcela considerável da população da Bahia inadequada aos padrões classificatórios há mais de um século e meio em vigor no Brasil.

**Figura 29** – Reprodução da página principal do portal mantido por Cleidiana.



Fonte: Internet

A doutora em Antropologia diz:

Sertanejo é um nome genérico para todos aqueles que não são africanos e são, de alguma forma, aquele Brasil que emergiu com a República. É essa figura de quem você se aproxima e vê no rosto das pessoas que elas são o resultado de quem foi a maior vítima da escravidão: indígenas que sobreviveram e negros. Você tem uma vasta população que não está em lugar nenhum neste debate. Não é mulato nem nada da discussão da capital. Sertanejo é um termo étnico usado para dar conta dessa grande briga que a gente vê até agora de negação do racismo. (Cleidiana Ramos. Jornalista. Entrevista concedida em 21 de janeiro de 2022).

É da necessidade de combater a negação ao racismo que Cleidiana julga essencial a existência de espaços virtuais como a Flor do Dendê e outras mídias negras. “A gente queria criar uma plataforma pra falar de gênero e de questões étnico-raciais. Pra mostrar que há mais semelhança entre Búzios e Canudos do que a gente vê. E a gente tem que discutir isso na Bahia toda. Não vou ser modesta não. É uma delícia, viu?”.

## 5. COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES RACIAIS

“Toda linguagem é epistêmica. Nossa linguagem deve contribuir para o entendimento de nossa realidade. Uma linguagem revolucionária não deve embriagar, não pode levar à confusão.”

(Molefi Kete Asante)<sup>203</sup>

Para combater o racismo, é necessário primeiro reconhecer a existência dele. E talvez seja este o maior desafio quando falamos do binômio Comunicação x relações raciais. Pela complexidade da ilação em si, mas também por, como aqui já citado, haverem poucos grupos de pesquisa acadêmica sobre o assunto no Brasil (nenhum no Ceará) e, sobretudo, pela marca de subjetividade que carregam as duas questões - ao mesmo tempo em que são, do ponto de vista técnico e conceitual, bem demarcadas. Há, porém, possibilidades para pensar o quadro. É do que trata este capítulo.

### 5.1 Desdobramentos coletivos

Na perspectiva de reconhecer a existência do racismo, há que se dizer aqui do que o configura como fenômeno social estruturante (e não individual). Para isso, nos amparamos em Almeida (2019), cujo princípio é de o racismo ser parte indissociável da organização política e econômica da sociedade; algo intrínseco a ponto de ser normalizado enquanto manifestação - em vez de figurar na esfera do patologismo, como muitos tentam caricaturar.

O autor alerta que “o racismo fornece sentido, lógica e tecnologia para reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea” (ALMEIDA, 2019, p. 21). Sendo a imprensa uma das estruturas dessa organização política e econômica cuja operação dá-se a partir da linguagem, já caracterizada nesta pesquisa como colonial, faz sentido pontuar que essa linguagem jornalística é uma das tecnologias que concorrem para o sucesso da perpetuação do racismo, pois ajuda a compor a raça como elemento político usado para “justificar” desigualdades.

Diante do exposto, em não sendo possível vislumbrar o racismo como ato secundário na formação brasileira, e sendo a imprensa pilar fundamental da construção de imaginários, é razoável compreender que as atuações das redações hegemônicas e das mídias negras têm, as duas, consequências que também não são episódicas. São comuns a todos os

---

<sup>203</sup> Cientista e filósofo. É professor da Universidade Temple, na qual chefia o Departamento de Africologia. Autor de mais de 60 livros, é conhecido pelos estudos de afrocentrismo.

indivíduos aos quais destinam-se e podem suscitar dividendos políticos para a sociedade, a exemplo do ocorrido com o debate em torno da política de cotas.

Almeida (2019) diz ser essencial refletir sobre mudanças na maneira como o mundo de hoje funciona, pois a lógica da classificação (ou falta dela) de pessoas pela raça precisa ser superado para acabar a segregação vigente - muito embora extraoficial ou não oficial - entre negros e brancos.

Ele afirma que

Os diferentes processos de formação nacional dos Estados contemporâneos não foram produzidos apenas pelo acaso, mas por projetos políticos. Assim, as classificações raciais tiveram papel importante para definir as hierarquias sociais, a legitimidade na condução do poder estatal e as estratégias econômicas de desenvolvimento. [...] Em um mundo em que a raça define a vida e a morte, não a tomar como elemento de análise das grandes questões contemporâneas demonstra a falta de compromisso com a ciência e com a resolução das grandes mazelas do mundo. (ALMEIDA, 2019, p. 56 e 57).

Nesse projeto político intencionalmente forjado em torno da raça, é também a raça o componente primordial na produção do que Mbembe (2018) chama de “não semelhança”. Ou seja: da falta de similitudes entre o sujeito negro e a referência eurocêntrica (logo, branca, do homem branco) que rege o mundo - e, conseqüentemente, a imprensa a qual esse modelo está umbilicalmente associado, pois dele nasce, de promover o ser branco como universal.

Além de inalcançável, pois o negro nunca será branco mesmo que assim classifique a si próprio, esse ideal engendra “a alterofobia, que no Brasil se materializa principalmente no racismo antinegro” (BORGES, 2019, p. 27). Segundo a autora, essa aversão ao outro, ao negro, “é parte integrante das formas de comunicação prevalentes nas malhas digitais e extensivas aos espaços materiais.”

Essa reflexão nos leva a pensar no quanto a imprensa exerceu a função de pintar o negro como “o único de todos os humanos cuja carne foi transformada em coisa e o espírito em mercadoria” (MBEMBE, 2018). E no quanto as mídias negras operam no sentido oposto ao deste imaginário, atuando em favor de uma tomada de consciência que resulta em uma declaração de identidade do indivíduo negro que vai de encontro à ocidentalidade.

Nesse sentido, é premente considerar duas questões: a maneira como essa conjuntura cria e, ao mesmo tempo, se alimenta de uma desigualdade racial midiática (SANTOS, 2018) que decorre das desigualdades sociais por ter a imprensa papel determinante na continuidade do projeto de branqueamento brasileiro, e o quanto isso viabiliza o vigor de uma necropolítica (MBEMBE, 2018) expressa hoje na morte de um jovem negro a cada 23 minutos, conforme estudo da ONU.

De acordo com Santos (2018), essa desigualdade racial midiática não se dá ao acaso. Tem ligação direta com o fato de as redações das grandes empresas de comunicação do Brasil serem controladas por famílias de altíssimo poder aquisitivo. Famílias brancas, portanto, pois diz o IBGE que negros são mais de dois terços da população pobre do país (75%), enquanto brancos são 70% dos mais ricos.

Os níveis de concentração econômica da mídia do país, fenômeno expressamente condenado por nossa Constituição, bem como sua instrumentalização política e ideológica, contribuem não apenas para a limitação dos espaços de discussão pública de ideias, mas para o enfraquecimento de grupos minoritários ou mesmo de parcelas expressivas da população que não dispõem de acesso a esses canais de expressão e se veem excluídos do debate. (SANTOS, 2018, p. 143).

Esse alerta sobre a limitação do acesso à informação dialoga com o cenário de deserto de notícias destacado no Capítulo 3 desta pesquisa. E depõe sobre o quão urgente é termos as mídias negras ampliadas em número e alcance. Assim, o conteúdo por elas produzido chegará a mais gente e a relação Jornalismo x negritude poderá, enfim, deixar de ser um tabu, como ainda lhe é conferida certa reserva (CRUZ<sup>204</sup> & LOPES<sup>205</sup>, 2019).

Circunscritas ao cenário jornalístico atual de Minas Gerais, mas alinhadas ao caráter histórico e nacional da questão, as autoras discutem como a experiência da negritude pauta a atuação desses comunicólogos em redações hegemônicas, que elas chamam de “comerciais”. A percepção é de a hermenêutica negra (MOREIRA, 2019) ser determinante para o trabalho desses jornalistas porque o olhar deles sobre o mundo sofre influência da raça e isso é impossível de ser dissociado da feitura de uma reportagem.

Contudo, as pesquisadoras revelam ser o grau de engajamento com as questões raciais o fator preponderante tanto para jornalistas negros atuarem em mídias independentes quanto para proporem e executarem pautas sobre a realidade negra em redações hegemônicas. Esse grau de engajamento está, a partir do exposto até aqui, ligado ao nível de letramento racial do comunicólogo em questão (TWINE, 2004).

As autoras afirmam haver uma disputa de sentidos em um quadro no qual “cada mídia informativa é uma, mas integra um ecossistema midiático” (CRUZ & LOPES, 2019, p. 100). Para elas, determinadas questões só são discutidas na imprensa, comercial ou negra, porque há nesses espaços indivíduos negros que, em alguma medida, tensionam em favor de temas como denúncias de racismo, beleza, produção cultural, efemérides (principalmente 13 de

---

<sup>204</sup> Márcia Maria Cruz. Graduada em Jornalismo, mestra em Comunicação Social e doutora em Ciência Política. É professora e escritora.

<sup>205</sup> Edilene Lopes. Graduada em Jornalismo, atua como repórter de política na Rádio Itatiaia. Já coordenou a comunicação da ONG Favela é Isso Aí e foi vice-presidente da ONG Oficina de Imagens.

maio e 20 de novembro, por motivos aqui já listados), representatividade, cotas raciais, quilombos e o que as pesquisadoras chamam de “desconstrução de enquadramentos” quando referem-se ao resgate de nomes (negros) invisibilizados pela historiografia “oficial.”

A discussão sobre representatividade tem sido apresentada pelos diversos segmentos do movimento negro. O foco costuma ser representatividade na mídia, mas a questão não está circunscrita à imagem e sim à possibilidade de o negro poder falar publicamente a partir da experiência pessoal. Do olhar atento em relação à questão racial até a sugestão de pauta, passando pela abordagem sensível no cotidiano no jornalismo, a experiência dos jornalistas negros está impressa em sua produção jornalística. (CRUZ & LOPES, 2019, p. 106).

Percebe-se, portanto, que a presença negra na Comunicação gera dividendos não só para a imprensa negra, mas também impacta a cadeia da produção noticiosa como um todo, pois a negritude estar em jornais hegemônicos/comerciais, segundo as autoras, agrega valor à noticiabilidade de questões raciais. Ou seja: por, grosso modo, estar o indivíduo negro inserido em realidade distinta do contexto de pessoas brancas, as demandas por ele propostas serão outras. Logo, maiores são as chances de a plataforma em questão ser mais diversa e oferecer ao leitor um produto final com mais chances de mais gente se sentir representada.

Como o negro tem histórico de subjugação, extermínio e acesso precarizado a direitos (inclusive aos básicos) e isso ainda hoje se reproduz no legado da supremacia branca, a pauta pública em torno da raça - do povo negro - muitas vezes orbita em temas como drogadição, políticas de segurança e encarceramento, desemprego, mortalidade infantil, educação e saúde mental (WEST<sup>206</sup>, 2021). Esse cenário de miséria social, como tipifica o autor, é reflexo do que ele chama de “cultura do mercado.”

Trata-se de algo apontado por Oliveira (2021) e detalhado na seção 2.1 desta pesquisa, fruto do elo Jornalismo-capitalismo, que neste momento West (2021) retoma e complementa afirmando ser um fenômeno social “em perpétua expansão que coloca tudo e todos à venda”, ao passo que alerta para a relevância de observarmos as relações raciais menos pelos prismas da moral e da economia e mais pela faceta social.

Para ele, os debates entre os negros, entre os brancos e entre negros e brancos devem ser reposicionados, a fim de possibilitarem discussões mais profícuas no que diz respeito à afirmação do negro enquanto humano para, assim, os impeditivos ao progresso da população de cor serem superados. E isso necessariamente perpassa pela forma como as pessoas negras enxergam a si próprias e o recorrente sentimento de revolta que disso decorre.

---

<sup>206</sup> Cornel Ronald West. É um filósofo natural dos Estados Unidos. Atua em defesa dos direitos civis dos negros e é membro dos Socialistas Democráticos da América. É professor e discute questões sobre raça, gênero e classe no contexto dos EUA.

O autor denuncia:

A desigualdade de riqueza (o 1% mais rico possui riqueza equivalente aos 95% mais pobres, ou 48% da riqueza financeira líquida do país!) move o pêndulo da balança na direção contrária de oportunidades justas em educação, emprego e outras chances de vida cruciais. O poder das corporações - com suas realidades plutocráticas, patriarcais e baseadas na cor da pele - diminui a capacidade de cidadãos e trabalhadores terem uma voz significativa na formatação de seu destino. O poder policial - usado desproporcionalmente contra as comunidades negras pobres - requer uma regulamentação realmente justa para não ser visto como ilegítimo e arbitrário. (WEST, 2021, p. 11).

Apesar de referir-se à realidade dos Estados Unidos, cuja evolução histórica do povo negro é diferente da que se deu no Brasil, gerando, inclusive, percepções bem distintas em relação ao debate sobre pertencimento racial, as observações do intelectual ajudam a avaliar o panorama brasileiro diante da existência de similitudes com o quadro norte-americano no que concerne à concentração de riquezas (e, conseqüentemente, à produção de pobreza).

Em capítulos passados, esta pesquisa já referenciou indicadores socioeconômicos que comprovam a desigualdade entre negros e brancos no mercado de trabalho, no que é pago aos profissionais, na posição ocupada por cada um na cadeia de produção noticiosa etc. A seguir, falaremos de identidades e consciências negras construídas também a partir de uma ótica de assimetria racial e capitalista.

## 5.2 Identidades e consciências

Se Jornalismo constrói imaginários, como indicam os/as interlocutores/as e teóricos/as desta pesquisa, não há como ignorar que, no tocante à raça, duas questões são tão essenciais à existência das mídias negras quanto à percepção da população sobre a própria negritude. São elas: identidades e consciências, aqui utilizadas no plural de forma propositiva a sinalizar que povo nenhum é homogêneo ao mesmo tempo em que a pluralidade é fruto de processos individuais e coletivos de autocompreensão e pertencimento (HALL, 2013).

No emaranhado de um debate racial que há séculos oscila entre avanços e retrocessos, entre teorias biologizantes e animalizadoras e de cunho socioantropológico que reconhecem a humanidade negra, julgamos substancial essa discussão aqui dar-se a partir do seguinte pressuposto: “aquilo que é chamado de alma negra é uma construção do branco” (FANON, 2020, p. 28). E destacamos isso não no sentido de atesto ao estabelecimento de uma relação de senhorio entre raças, mas sim de relacioná-las como fruto de uma invencionice discursiva com fins de dominação para regular a existência do outro a partir de parâmetros

próprios e autoproclamados universais. “Aqui, a raça negra é entendida como uma relação em que o ser branco define quem é o eu negro” (CRUZ<sup>207</sup> & RODRIGUES, 2019, p. 37).

Outras duas perspectivas da questão são importantes termos em horizonte. A primeira delas é a leitura de Mbembe (2018), que afirma ser o negro uma ficção, no sentido de ter sido vinculado à raça para integrar uma dinâmica ditada pelo capitalismo - que, como elucidado por Oliveira (2021), opera por exploração tendo o racismo como base. Para o filósofo camaronês, negro é uma categoria criada para estabelecer diferenças, séculos atrás popularizadas como insuperáveis, consolidar hierarquias e pavimentar justificativas ao abuso e à bestialização daquilo que fosse diferente da humanidade branco-europeia. A outra interpretação relevante é de Almeida (2019, p. 31). O filósofo brasileiro diz que “a raça é um elemento essencialmente político, sem sentido fora do âmbito socioantropológico”. E, assim, reforça a exposição de Fanon e Mbembe.

Esses paradigmas sinalizam a complexidade nas disputas do que se refere à identidade racial e o quanto ela ganha contornos espinhosos quando a formação social do Brasil pauta a discussão. Afinal, falamos de um país no qual há uma crise entre o que se diz ser identidade nacional e o que se apregoa identidade negra (MUNANGA, 2020), sendo idiossincrático falar sobre quem é branco e quem é negro numa conjuntura, como dito tantas vezes nesta pesquisa, marcada pelo mito da mestiçagem e democracia racial - muitas vezes alçada à “ideologia oficial das relações raciais” (DOMINGUES, 2005, p. 116).

Por ter sido tradicionalmente tratada de forma conservadora pela academia, onde esta pesquisa é produzida, e pela imprensa, o foco deste estudo e de onde o autor dele se origina profissionalmente, além de ter sido criminalizada pelo próprio Estado, a agenda da identidade racial (e do que envolve raça) foi operada por movimentos sociais, num primeiro momento, e, depois, “acolhida” por partidos políticos de esquerda<sup>208</sup>. Os depoimentos das interlocutoras e dos interlocutores do Capítulo 2 comprovam isso. Logo, é factível lidar com a pauta nos dias de hoje nos termos nos quais é colocada: de contestações, divergências e mesmo inverdades.

#### O antropólogo brasileiro-congolês alerta que

A identidade objetiva apresentada através das características culturais, linguísticas e outras descritas pelos estudiosos muitas vezes é confundida com a identidade

---

<sup>207</sup> Denise Ferreira Costa da Cruz. Graduada em Ciências Sociais, mestra em Antropologia e doutora em Antropologia Social. É professora no Instituto de Humanidades da Unilab, atuando em cursos de graduação e também no Programa Associado de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) da Universidade Federal do Ceará (UFC) com a Unilab, no Ceará. É co-fundadora do grupo ECOA de etnologia africana na Universidade de Brasília (UnB).

<sup>208</sup> Em alguns momentos, essas legendas instrumentalizaram a pauta - como ainda instrumentalizam - para fins estritamente eleitorais.

subjetiva, que é a maneira como o próprio grupo se define ou é definido pelos grupos vizinhos. (...) Se o processo de construção da identidade nasce a partir da tomada de consciência das diferenças entre “nós” e “outros”, não creio que o grau dessa consciência seja idêntico entre todos os negros, considerando que todos vivem em contextos socioculturais diferenciados. (MUNANGA, 2020, p. 11).

A reflexão do autor reforça apontamentos feitos por interlocutoras/es desta pesquisa e por autores nela referenciados quando nos informa da impossibilidade de existir um só grupo de pessoas negras no mundo, estejam unidas territorialmente ou em diáspora, que obedeçam às mesmas características fenotípicas, hábitos, manifestações, afetos *etc.* E o quanto isso está umbilicalmente ligado à tomada de consciência do indivíduo negro. Ou por ela é originado. Algo relevante porque só com a garantia desta diversidade, distanciada do olhar fragmentário que retrata a negritude como exótica, é possível chegar a alguma representação “verdadeira”, nos termos de Hurston (2019), da vida negra.

Essa visão não retalhada do indivíduo necessariamente precisa partir da ideia de que o contexto de mestiçagem, no qual o Brasil está inserido, não diz menos do fato de a categoria negro (como branco) ser política e social mais do que biológica. Ao contrário. Diz mais. Isso porque há aspectos, segundo Munanga (2020), que não podem ser excluídos da formatura da identidade racial, tais como: fatores psicológicos, econômicos e político-ideológicos, além de fatos sociais relevantes à existência do sujeito em questão e que se dão no entorno dele.

Necessário pontuar a mestiçagem como um fenômeno biológico inerente à evolução da humanidade e não restrita à realidade brasileira. No entanto, foi no mundo colonial, com a inserção da raça enquanto marcador de diferença entre atores sociais, que ser fruto da relação de uma raça tida superior (branca) com as demais, inferiores, criou o olhar do preconceito, principalmente por fenótipo.

Contrapondo entre si cânones evolucionistas sobre ser ou não a mestiçagem natural e benéfica, Munanga alerta:

Como acontece geralmente na maioria dos países colonizados, a elite brasileira do fim do século XIX e início do século XX foi buscar seus quadros de pensamento na ciência europeia ocidental, tida como desenvolvida, para poder não apenas teorizar e explicar a situação racial do seu País, mas também, e sobretudo, propor caminhos para a construção de sua nacionalidade, tida como problemática por causa da diversidade racial. (MUNANGA, 2020, p. 53).

Por “nacionalidade” e “problemática”, entendia-se o país ganhar identidade própria num momento com milhões de ex-escravizados recém-libertos e em busca de uma inclusão social que não veio. Essa identidade tinha de retratar um povo que se julgava branco sem ser e

sobre o qual intelectuais projetavam o desaparecimento de negros, indígenas e amarelos nas gerações subsequentes.

Esse branqueamento resultaria da relação de negros/as com os europeus cuja vinda foi financiada pelo Estado brasileiro justo para este fim, o que se deu em meio às discussões de sermos um paraíso no qual todas as raças convivem harmonicamente. Nesta miscelânea, o país tem há 150 anos um sistema de classificação com quatro principais terminologias: negro (preto + pardo), branco, indígena e amarelo.

Essa divisão, segundo Lopes (2021), é uma conquista política diante da categorização permissiva a determinações diversas que apenas prejudicavam a implementação de políticas públicas destinadas à população afro, favoreciam o surgimento de identidades outras, fluídas, e, ao fim e ao cabo, não atendiam às necessidades de negros e negras, que continuavam sendo vistos como naturalmente subalternos.

Conforme o autor, o contexto de branquitude e branqueamento favoreceu a cristalização de estereótipos contra a população negra no Brasil porque essa elite branca vendia para o exterior a imagem de o país assegurar a cidadania negra e, com isso, não ter episódios de racismo; ao mesmo tempo, mantinha tratativas hierarquicamente racializadas, apesar de saber-se o quão afetados foram a religião, o falar, as tradições e tantas outras manifestações pela influência africana. O contingente populacional escravizado e a população negra em geral do Brasil são tratados por Lopes (2021) como “fundamentais na construção da nacionalidade brasileira.”

O autor diz

A afirmação da identidade negra confere ao ser humano afrodescendente o “lugar de fala”, ou seja, a prerrogativa de ser o sujeito de sua própria história, a partir de suas respectivas peculiaridades, culturais e psicológicas; bem como ser o narrador da história de seus antepassados africanos. E lhe confere também a oportunidade de recusar e denunciar a base supremacista “branca” que caracteriza o racismo estrutural na formação de sociedades como a brasileira. A afirmação da identidade comporta, também, a “desnaturalização” do racismo, ou seja, a não aceitação como natural de algo que não é da natureza, e sim o resultado da combinação de fatores econômicos e sociopolíticos. (LOPES, 2021, p. 212)

Munanga (2020) afirma que muitas elaborações sobre raça no Brasil foram feitas - por homens brancos de elite - de forma especulativa ou em cunho ideológico-cientificista, e até biologizante, o que prejudicou negros e negras de construírem uma identidade coletiva com capacidade de mobilização política. Isso tem consequências até hoje, 134 anos depois de os escravizados terem conquistado a própria liberdade, pois ainda há “essa crença pegajosa em relação à cor, em relação a todo um continente epistêmico criado para *nadificar* aqueles que

sempre estiveram no interior da produção, produzindo riquezas, mas foram dela alijados” (BARROS, 2019, p. 21). (grifo do autor).

Para ele, corpos negros foram pintados como inimigos antes mesmo de chegarem em terras brasileiras; quando ainda estavam em África e de onde eram arrancados e amontoados em navios de tráfico transatlântico. Apesar de esse deslocamento ter suscitado uma diáspora negro-africana rica em saberes, dizeres e ancestralidades (HALL, 2013), a sanguinolência do processo levou esses mesmos corpos - os sobreviventes, por óbvio - a lutarem por um mundo comum a todas as raças. E isso, na ótica de Barros (2019), “muda tudo” porque foi fruto de um processo de reflexividade e autoconsciência. Afinal, “não é o apego por um mundo putrefato em vias de ser ultrapassado que lhe dá ânimo, mas sim o vigor da experimentação, de um olhar em que do *não-ser* possa brotar o *novo*” (*idem*, p. 22).

A exemplo de Fanon e Mbembe, o filósofo cearense analisa identidade afirmando que a identidade europeia é uma autoficção, “um delírio narcísico”. Ou, nos dizeres do próprio autor, é “uma autocontemplação de si mesmo que enclausura a potencialidade da *diferença*” (grifo nosso), o que confere ao negro um patamar dito por Barros como hiperidentificatório, ainda hoje lido enquanto exótico. Ele provoca:

Sob o signo do exótico, a aparição do termo *Negro* no dicionário moderno foi paralela a um projeto de conhecimento e de governança que se instaura a partir do desenvolvimento da própria modernidade. *Raça e Negro*, produzidos pelo advento do moderno nas suas formas de controle e segregação fazem parte de um delírio manipulado. (BARROS, 2019, p. 32).

A imprensa faz parte desse contexto de modernidade para controle e segregação. A criminalização de identidades dissidentes figura em páginas de jornais hegemônicos desde a chegada do primeiro maquinário de imprensa ao Brasil, em 1808, enquanto mídias negras as promovem como as possíveis existências que são.

Domingues (2019, p. 125) retrata que “não era nada agradável ser negro” no Brasil de poucos anos após a abolição da escravatura. E o quanto jornais negros protestavam contra o preconceito de cor, a intolerância e o desrespeito à dignidade dos afro-brasileiros. O autor cita “O Clarim da Alvorada” e “A Voz da Raça” como exemplos de resistência.

Os registros jornalísticos da época davam conta, conforme Domingues (2019), de que ser negro implicava, por vezes, em não conseguir trabalho, não ter direito a reuniões em local público, ser perseguido por agentes de segurança, ser proibido de frequentar estabelecimentos de ensino, cinemas, restaurantes, ser impedido de circular por hotéis, clubes etc. Tudo isso fez (e ainda faz) o brasileiro não querer ser negro, por mais que seja, e o faz querer ser branco, por mais que nunca venha a ser.

A reversão disso é também fruto da tomada de consciência, uma Consciência Negra, que Biko (1990) define assim:

A Consciência Negra é uma atitude da mente e um modo de vida, o chamado mais positivo que num longo espaço de tempo vimos brotar no mundo negro. Sua essência e a conscientização por parte do negro da necessidade de se unir a seus irmãos em torno da causa de sua opressão - a negritude de sua pele - e de trabalharem como um grupo para se libertarem dos grilhões que os prendem a uma servidão perpétua. Baseia-se num auto-estame que os levou finalmente a acreditar que, ao tentarem fugir de si mesmos e imitar o branco, estão insultando a inteligência de quem quer que os criou negros. A filosofia da Consciência Negra, portanto, expressa um orgulho grupal e a determinação dos negros de se levantarem e conseguirem a auto-realização desejada. A liberdade é a capacidade de autodefinição de cada um, tendo como limitação de suas potencialidades apenas a própria relação com Deus e com o ambiente natural, e não o poder exercido por terceiros. (BIKO, 1990, p. 114).

A busca pelo escurecimento da percepção de si é o que deve ser almejado por negros e negras. E, também, é desafio, visto que negritude e branquitude são identidades postas a uma distância curta, milimétrica, de serem diametralmente opostas, embora falem de uma mesma espécie: a humana.

### **5.3 Negritude e branquitude: estigmas**

O antagonismo fabricado pela Europa entre brancos e negros para justificar missões imperialistas, invasões colonialistas e dominações escravistas já foi denominada por Césaire (2020) como “indefensável”. Porque disso derivou o que ele chama de “as piores violências da história”. Interações seculares pautadas pela marginalização e opressão de sujeitos negros, cuja humanidade foi refutada de todas as formas.

É também de Césaire (2022) o conceito primeiro de negritude. Foi ele quem, ao lado de Léopold Senghor, cunhou o termo para definir um conjunto de valores da África negra; um retorno à ancestralidade. Ou “uma revolta contra aquilo que eu chamaria de reducionismo europeu”, sintetiza, referindo-se aos estigmas depreciativos disseminados no período colonial sobre a população negra não ter alma, ser bárbara (ou mesmo animal), cultivar demônios etc. No período de invasões, dominações e escravizações pela raça, brancos valeram-se de todo tipo de argumento para dar algum sentido ao sistema racista.

Embora tenha ganho usos e sentidos diversos desde o começo dos anos 1930, quando foi criada, e contemple hoje referenciais políticos, ideológicos e culturais, a negritude é assim poeticamente definida por Césaire:

A negritude não é apenas passiva. Ela não é da ordem do sofrer e do sujeitar-se. Não é nem comiserção nem lamúria. A negritude resulta de uma postura ativa e ofensiva

do espírito. É um despertar, e um despertar da dignidade. É um rechaço, e um rechaço da opressão. É um combate, e um combate contra a desigualdade. É também uma revolta. (CÉSAIRE, 2022, p. 216).

E uma revolta que, segundo o autor, nos leva a nós mesmos por permitir que valores sejam restabelecidos num mundo que os destrói. Valores negros. Africanos. Ancestrais. “Uma reativação do passado visando a sua própria superação”, explica ele, como quem sugere o Sankofa, aqui já detalhado<sup>209</sup>, pois se “apodera do presente para melhor reavaliar o passado e, acima de tudo, preparar o futuro” (CÉSAIRE, 2022, p. 221).

Negritude é, portanto, identidade. É, segundo o autor, o “que confere a uma pessoa, a uma cultura, a uma civilização sua marca própria, seu estilo e sua irreduzível singularidade”. Em analogia ao que ensinou Jesus (2014, p. 43) e ao experienciado por milhões países afora: “negra é a nossa vida. Negro é tudo que nos rodeia”. É também uma proclamação do quão é original a organização sociocultural dos negros “para depois defender sua unidade através de uma política de contra-aculturação, desalienação autêntica”, como delineia Munanga (2020, p. 59) ao defender que, a partir dessa conceituação, quatro ideias gerais podem compor o debate sobre negritude: a unidade, a originalidade, a eficácia e o que ele chama de “missão civilizadora da África.”

Com isso, é possível compreender também, então, o quão impositivo é - e se faz - o direito à diferença. E é baseado nesse preceito que Césaire arremata:

Manter o foco na identidade - eu lhes asseguro - não significa dar as costas para o mundo, nem se apartar do mundo, nem se esquivar do futuro, nem se atolar numa espécie de solipsismo comunitário ou no ressentimento. Nosso empenho só faz sentido se consistir num enraizamento, sem dúvida, mas também num desabrochar, numa superação e na conquista de uma nova e mais ampla fraternidade. (CÉSAIRE, 2022, p. 222).

Impossível, porém, é alcançar a “mais ampla fraternidade” sem considerar o conceito que dá forma ao antagonismo sobre o qual falamos na abertura deste tópico: a branquitude, definida por Cardoso & Müller (2017) como “a pertença étnico-racial atribuída ao branco”; uma característica que posiciona brancos no lugar mais elevado da hierarquia racial, aquele no qual tem-se o poder de definir quem não é branco considerando a própria vida o principal (ou mesmo único) referencial para isso, numa percepção universalista.

De pronto, importa diferenciar que: para fins desta pesquisa, entendemos negritude não como um sinônimo de branquitude aplicado à realidade negra. Tomar isso como verdade seria similar a dizer que machismo e feminismo operam da mesma maneira, quando sabemos

---

<sup>209</sup> Ver Capítulo 3.

que não, pois o primeiro opera na opressão e o segundo, na equidade. Enquanto, de um lado, a branquitude “consiste em ser proprietário de privilégios raciais simbólicos e materiais” (CARDOSO & MÜLLER, 2017, p. 13), estando em conforto, do outro lado, a negritude prega a união de povos em prol da emancipação humana.

Ao denunciarem que o conflito racial brasileiro também envolve pessoas brancas, as mídias negras reforçam, de acordo com Ramos (1995), sobre os problemas sociais serem pautados não apenas em relação às populações marginalizadas (a negro-indígena, no contexto nacional, e apenas a negra, no recorte desta pesquisa). É uma forma de revide ao pensamento colonial de que só os não brancos têm raça, porque “somente é possível o branco se afirmar humano se enxergar a humanidade do negro” (CARDOSO & MÜLLER, 2017, p. 18).

Para Bento (2014, p. 27), “evitar focalizar o branco é evitar discutir as diferentes dimensões do privilégio”, porque “mesmo em situação de pobreza, o branco tem o privilégio simbólico da brancura, o que não é pouca coisa” quando indicadores socioeconômicos dizem, reiteradamente, como exposto em capítulos anteriores, ser o povo negro o mais miserável por acumular até hoje desigualdades não sanadas do período escravocrata. Ou, como exemplifica Lopes (2021, p. 207): “negros são a maioria apenas entre os desempregados e subocupados. E também entre as vítimas de homicídio”, frisa, “além de comporem mais de 60% da população carcerária do país.”

É essencial que negros sejam conscientes da própria negritude e brancos despertem à branquitude de si mesmos para que não mais caiamos em contos suprarraciais cuja narrativa, muitas vezes respaldada pela imprensa hegemônica, objetiva justamente incutir no imaginário coletivo a superioridade de uma raça em detrimento das demais. Prevalência essa que sempre se dá - e não por acaso - em prol de uma hegemonia. E uma hegemonia que tem cor. Branca. É o que veremos no próximo tópico.

#### **5.4 Ceará e o fetiche *viking***

Em julho de 2020, o Sistema Verdes Mares (SVM), maior grupo de comunicação do Ceará, formado por jornal impresso, jornal on-line, duas emissoras de televisão (sendo uma delas a filial da Globo, maior *hub* jornalístico do país), dois grandes portais de notícias e uma rede de rádios, veiculou reportagens sobre “uma pesquisa inédita no Brasil”. Nelas, a composição do DNA do povo cearense era mapeada, apontando “os genes dos nórdicos que habitaram o norte gelado da Europa” como origem do nono estado mais populoso do país. Contrariando todas as estatísticas academicamente apresentadas até ali, e indicativas de estar

em África a ancestralidade local (FERREIRA, 2020), a investigação apontou - e o SVM frisou: “mais do que índios e portugueses, a formação do cearense se deve a povos *vikings*.”

De imediato, o material ganhou ampla repercussão por contrariar o imaginário secular de o Ceará sequer ter como majoritário o gene indígena, tão disseminado pela literatura e pela imprensa quando da fundação do mito de origem do cearense, em 1885, com o lançamento do romance “Iracema” um ano após negros e negras escravizados(as) de Redenção conquistarem a liberdade. A informação foi replicada por outras plataformas de Jornalismo e criticada por estudiosos do tema (tanto do campo das relações raciais quanto da genética), pelo Movimento Negro Unificado e por mídias negras.

Para além da crítica metodológica, o estudo “GPS-DNA *Origins Ceará*” foi tido como tentativa de apagar a descendência negroafricana do estado numa junção da credibilidade da qual ainda goza a ciência junto à opinião pública com a massificação da informação feita por grandes empresas de comunicação, o que conferiria ainda mais insuspeição ao processo. Ter analisado 160 amostras de material genético humano, todas colhidas de pessoas indicadas por quem financiou a pesquisa em vez de terem sido coletadas organicamente, expôs o uso intencional do mapeamento para fins nada diplomáticos, tendo em vista que esse universo é irrelevante diante dos 9,2 milhões de habitantes do Ceará.

Há ainda um componente histórico a ser considerado. A mesma imprensa hegemônica que divulgou a pesquisa enalteceu o fato de ela ter sido feita com o objetivo de responder a questionamentos do livro “O Cearense”, de 1969, o qual sugere uma forte influência europeia na formação desse povo. O autor da obra, um homem branco, político influente, é avô de quem encomendou a pesquisa - que, por sua vez, é diretor do grupo gestor do SVM. Ademais, o estudo (genético) foi conduzido por um jornalista que lançou biografia sobre o escritor, projeto esse também financiado pelo neto do literato.

**Figura 30** – Reprodução de reportagem veiculada pelo Diário do Nordeste.



Fonte: Diário do Nordeste.

Apesar das falhas da pesquisa terem sido pontuadas por especialistas, pela imprensa independente e por mídias negras, além de o estudo ter gerado uma onda de memes nas redes sociais, tamanha a desconexão até com o mito mais fictício sobre populações originárias, o trabalho da imprensa hegemônica de tratar o mapeamento como “uma jornada via DNA” ou como “uma pesquisa de ancestralidade” não cessou. A negritude continuou sendo negada, inclusive do ponto de vista imagético, pondo o homem branco no eixo central da discussão e, em plano secundário, uma identidade sem elo com a África e sim em reforço à miscigenação, como é possível comprovar na imagem acima.

Ferreira (2020) avalia que a negação da existência de negros no Ceará é fruto de um trabalho que “possui muitas funções políticas”. Ele diz que isso “possui força ideológica e um efeito que extrapolam os limites do Estado”, pois “coloca no campo da invisibilidade um conjunto de histórias e vivências de mais de um século”. É como se, ao afirmar a inexistência das negritudes cearenses, qualquer tessitura jornalística enegrecida não tenha importância, ou seja descolada da realidade, desde o discurso do poder público ao imaginário coletivo. Afinal, por que falar de negros se eles não existem? Para que termos mídias negras se, não tendo negros, não tem também racismo? Qual o sentido de ter cotas raciais para pessoas negras se somos todos nórdicos? “Ser descendente de vikings seria a patologia social do branco cearense?”, indaga Ferreira (2020), que reflete:

Considero que esse silêncio e invisibilidade do negro na história do Ceará é proposital e fruto de posturas racistas de quem produziu tais estudos, causando o que o sociólogo português Boaventura Sousa Santos chama de “epistemicídio”. O que é o epistemicídio? Epistemicídio é a morte que começa antes do tiro. A invisibilidade da produção de conhecimentos, história, cultura e vivências dos negros e negras do Ceará é o primeiro passo para a morte do corpo, já que a alma está vazia. No jogo político das relações raciais no Ceará, tem-se aqui um ato de perversidade da branquitude. Mas sabe-se que isto é uma invenção. Uma outra abordagem da história pode romper esse silêncio proposital. (FERREIRA, 2020).

A partir dessa colocação, presume-se que o esforço para promover jornalisticamente aspectos da existência negra nesse contexto de fetiche branco do Ceará (ou da imprensa hegemônica) demande, talvez, maior energia do que fazer o mesmo em regiões nas quais há algum reconhecimento da importância do povo negro.

Existe nesse espaço uma disputa de narrativa, mas ainda aquém do ideal por conta das barreiras institucionais que impedem o acesso de vozes dissonantes. Como expressar-se não é um direito garantido a todos e todas - ainda há a necessidade de democratização das mídias e rompimento de um monopólio -, a discussão sobre liberdade de expressão também não pode ser pautada unicamente no direito - não absoluto - de expressar opiniões. Friso que mesmo diante dos limites impostos, vozes dissonantes têm conseguido produzir ruídos e rachaduras na narrativa hegemônica, o que muitas vezes, desonestamente, faz com que essas vozes sejam acusadas de agressivas por lutarem contra a violência do silêncio imposto. O grupo que sempre

teve o poder, numa inversão lógica e falsa simetria causada pelo medo de não ser único, incomoda-se com os levantes de vozes. Entretanto, mesmo com essas rachaduras, torna-se essencial o prosseguimento do debate estrutural, uma vez que uma coisa não anula a outra, definitivamente. (RIBEIRO, 2020, p. 86).

Diante do exposto, entendemos a imprensa negra como um vozerio dissonante do discurso tradicional da imprensa. Uma função executada por agentes que, em não existindo, deixariam o povo negro ainda mais genuflexório ante uma raça - a branca - que diz de si mesma a partir de um patamar superior. E o faz também na instrumentalização do Jornalismo, cujo objeto central de trabalho, a informação, é um fenômeno que tem sofrido modificações ao longo do tempo.

O recorte cronológico desta pesquisa atesta isso ao retratar na fala das interlocutoras e dos interlocutores o quão distinto era o fazer noticioso na década de 1970 de agora, 2022. E o que se impõe nesse transcurso não são apenas os avanços tecnológicos, que por si já indicam a alteração na forma de produzir e consumir Jornalismo, mas sim a conjuntura sociopolítica e econômica do país e do mundo. É o que atesta Ferreira (2004) ao analisar que o ano de 1988 foi um divisor de águas no trato da imprensa sobre a população afro, como retratamos nos capítulos 2 e 3 desta pesquisa.

O marco do centenário da abolição da escravidão aliado à mobilização mundial contra o *apartheid* em África e a promulgação da Constituição Federal representam, para ele, três acontecimentos na discussão das relações étnico-raciais do Brasil que se tornam peças chave para a compreensão de como “uma matéria jornalística pode ser um elemento de inquietação e reflexão social, extrapolando a visão do senso comum” (FERREIRA, 2004, p. 27). Por isso, Oliveira<sup>210</sup> (2004, p. 162) afirma serem as mídias negras a prova cabal de que “é possível falar de política, de cultura, de arte, do cotidiano sem necessariamente reproduzir os estereótipos que estão por aí”, apesar de, como o próprio autor denota, a imprensa brasileira não ser neutra e de o debate racial ainda ser aqui envolvido em tabus e mitos. “A imprensa reflete a maneira como a sociedade encara esse tema”, arremata o pesquisador.

Daí a relevância da atuação de mídias negras na desconstrução do fetiche branco que marca a discussão racial no Ceará, por exemplo. Machado<sup>211</sup> (2012, p. 210) afirma que “tal

---

<sup>210</sup> Eduardo Henrique Pereira Oliveira. Sociólogo, secretário-executivo de Afirmar Comunicação e Pesquisa. É coordenador do projeto Afro-ascendente no Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável (CIEDS), Rio de Janeiro. Foi pesquisador do Ibase e pesquisador-visitante no departamento de Governo e Política da Universidade de Maryland, nos Estados Unidos.

<sup>211</sup> Sátira Pereira Machado. Graduada em Jornalismo, mestra em Letras, doutora em Comunicação e tem pós-doutorado em Comunicação. É professora dos cursos de Licenciatura em Letras EaD e de Produção e Política Cultural da Universidade Federal do Pampa (Unipampa). Coordena o Grupo de Pesquisa CRIANEGRA/CNPq, vinculado ao Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (Neabi) do Campus Jaguarão da Unipampa,

positivação das identidades negras vem servindo para que os afrodescendentes se relacionem de forma cidadã com a sociedade brasileira”. E cita Hall (2013) para enaltecer a pluralidade identitária que marca a diversidade racial brasileira, cujos contornos estão mais latentes posto como tem se aprimorado o estado de coisas que se instituiu com a chegada e a ampliação do acesso à Internet, o marco discursivo do próximo capítulo a partir do relato de interlocutores e interlocutoras que atuam em mídias negras desde os anos 2000.

## 6. 2010-HOJE: ERA INTERNÉTICA

“Nossos passos vêm de longe”  
(Jurema Werneck<sup>212</sup>).

Este capítulo encerra o ciclo de entrevistas deste estudo. Nele, a atuação de quatro mídias negras brasileiras é analisada tal qual feito nas duas seções anteriores dedicadas aos interlocutores e às interlocutoras destas plataformas<sup>213</sup>: a partir das declarações e trajetórias destas pessoas, assim como pelo contexto sócio-histórico-político no qual cada veículo se insere, e com base em referenciais de teorias antropológicas e da dinâmica jornalística, no esteio de ter esta pesquisa um caráter interdisciplinar, como detalhado no início do trabalho<sup>214</sup>.

As mídias aqui narradas foram criadas entre 2010 e 2022, ano no qual esta pesquisa, iniciada em janeiro de 2021, ganha um de vários desfechos possíveis. Todas as plataformas citadas neste capítulo estão em funcionamento e operam exclusivamente por meios digitais. Os/as representantes entrevistados(as) falam de Cachoeira (BA), São Paulo (SP), Manaus (AM) e Fortaleza (CE).

O recorte temporal proposto, de contemplar neste momento da pesquisa somente iniciativas existentes a partir da segunda década do Século XXI, preserva o método utilizado até aqui, qual seja de localizar veículos e personagens a partir de marcos determinantes tanto para a Antropologia quanto para a Comunicação. Por isso, após destacar atuações de mídias negras durante a Ditadura Militar brasileira (Capítulo 2) e no período pós-redemocratização (Capítulo 4), agora será discutido o exercício desses veículos de comunicação em uma fração da contemporaneidade na qual nunca se elaborou tanto conteúdo (de imprensa negra ou não).

Esse cenário é reflexo da consolidação da Internet como universo produtivo, algo que favorece a existência de plataformas jornalísticas de diversas naturezas, inclusive mídias negras, assim como permite ao usuário comum ser criador de algo. E, aqui, diante disso, cabe uma reflexão: a inegável expansão do acesso à *Internet*, ocorrida nos últimos anos, não pode, e por isso não o faremos, ser tomada como totalizante, pois o acesso ao ciberespaço ainda está longe de ser universal.

No mundo, estima-se que 40% da população sequer tenha conexão à *web* ou não seja usuária ativa dela<sup>215</sup>. No Brasil, projeta-se pelo menos 35,5 milhões de pessoas (17% dos

---

<sup>212</sup> Jurema Pinto Werneck. É diretora-executiva da Anistia Internacional no Brasil. Médica e comunicóloga.

<sup>213</sup> Ver capítulos 2 e 4.

<sup>214</sup> Ver capítulo 1.

<sup>215</sup> Segundo o estudo *Digital 2022: Global Overview Report*. Acesso em 10 de julho de 2022. Disponível em: <https://datareportal.com/reports/digital-2022-global-overview-report>

domicílios) sem conexão<sup>216</sup>. Isso excede em dois milhões o somatório das populações dos dez estados das regiões Norte e Centro-Oeste, além de todos os habitantes do Distrito Federal. No Ceará, 25,4% das residências não dispõem de sinal com a rede<sup>217</sup>.

Logo, não há como falar em globalização de uma “era “internética””, especialmente com o Brasil de volta ao mapa da fome<sup>218</sup> enquanto esta pesquisa acontece. E muitos dos quais não têm certeza de quando farão a próxima refeição, quiçá o luxo do acesso a redes sociais digitais, são justo as mesmas pessoas (negras, diga-se) que deveriam ter assegurado o direito básico à comunicação, às mídias negras.

Há, porém, a possibilidade de enxergar o contexto pelo prisma de essas mídias negras, diante da potência e da irreversibilidade da *Internet*, atuarem como as “fagulhas criativas” teorizadas por Davis (2016), no sentido de, como pontua a autora, pensarmos as diferenças enquanto chances de encadear lutas - ao invés de essas distinções colocarem indivíduos, notadamente as mulheres negras, em posições sociais opostas, quase em guerra, como a lógica capitalista nos demanda todo o tempo e tão bem detalha Gonzalez (2022) ao denunciar a existência secular de uma divisão racial dos espaços na sociedade. Ela diz:

Desde a época colonial aos dias de hoje, a gente saca a existência de uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados. O lugar natural do grupo branco dominante são as moradias amplas, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes tipos de policiamento: desde os antigos feitores, capitães do mato, capangas etc até a polícia formalmente constituída. Desde a casa-grande e do sobrado, até os belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido sempre o mesmo. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente. Da senzala às favelas, cortiços, porões, invasões, alagados e conjuntos “habitacionais” (cujos modelos são os guetos dos países desenvolvidos) dos dias de hoje, o critério também tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço. (GONZALEZ, 2022, p. 21 e 22).

Com base nessas duas perspectivas - de Davis e Gonzalez - e a exemplo de como agiram os veículos negros históricos e convencionais (impressos), as mídias negras digitais atuam na diluição das fronteiras desses lugares preestabelecidos. Fazem isso, entretanto, com muito mais agilidade e capilaridade do que iniciativas de outrora.

---

<sup>216</sup> De acordo com a pesquisa sobre o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos Domicílios brasileiros (TIC) 2021. Acesso em 10 de julho de 2022. Disponível em: [https://cetic.br/media/analises/tic\\_domicilios\\_2021\\_coletiva\\_imprensa.pdf](https://cetic.br/media/analises/tic_domicilios_2021_coletiva_imprensa.pdf)

<sup>217</sup> Conforme a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios Contínua (PNADC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Acesso em 10 de julho de 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=resultados>

<sup>218</sup> Segundo a ONU, 61 milhões de brasileiros tiveram dificuldades para se alimentar entre 2019 e 2021, dos quais 15 milhões efetivamente passaram fome. Quando o país deixou o mapa da fome, em 2014, a insegurança alimentar grave afetava quatro milhões de pessoas.

### 6.1. “O Jornalismo é Branco”

Jonas Pinheiro era estudante de Jornalismo na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) quando jovens companheiros de curso lançaram uma revista na qual ele viu a si próprio quando leu. A publicação se chamava “Afirmativa” e, conforme nosso interlocutor define, “tratava da perspectiva da negritude, das pautas mais sociais, de direitos humanos e identidade, sobretudo de políticas afirmativas”. Tudo o que ele não encontrava na imprensa tradicional. E resultado de um debate que viveu somente a partir do ensino superior.

Até então, Jonas não tivera acesso a outras perspectivas raciais além de uma trajetória que ele mesmo trilhou repleta de questionamentos sobre si, não se entendendo, inclusive, como o homem negro que é. Quando adolescente, valia-se de pretextos para afirmar a própria identidade. “Eu me achava moreno; tentava embranquecer. Acho que toda pessoa preta passa por esse processo e não sabe se é preta.”

A lacuna de pertencimento racial era tamanha que o jovem não compreendia as cotas raciais como política de promoção da igualdade e liberdade, e de resgate de uma humanidade negada (VAZ<sup>219</sup>, 2022). Ele ainda não vislumbrava nessa política forma eficaz de desestabilizar “imagens historicamente construídas e socialmente legitimadas sobre o Brasil, sobre o povo brasileiro e sobre o modelo *sui generis* de relações raciais vigente” no país (JESUS<sup>220</sup>, 2021, p. 24). Só inferiu o objetivo da reserva de vagas no contato com colegas de ambiente acadêmico que lá estavam graças a essa modalidade de ingresso, com pessoas que se perceberam negras mais precocemente, na convivência com gentes dos movimentos negros.

Neste sentido, importa considerar o contexto histórico no qual tudo isso se deu. Jonas foi aprovado no vestibular em 2009. Ingressou na faculdade em 2010, cinco anos depois de a UFRB ser criada dentro de um plano nacional de expansão universitária, sendo uma das sete universidades federais criadas no Nordeste entre 2003 e 2010. À época, as cotas ainda não existiam na lei. Foram formalizadas apenas em 2012, embora alguns estabelecimentos públicos estaduais e federais dispusessem de dispositivos de reserva de vagas antes disso.

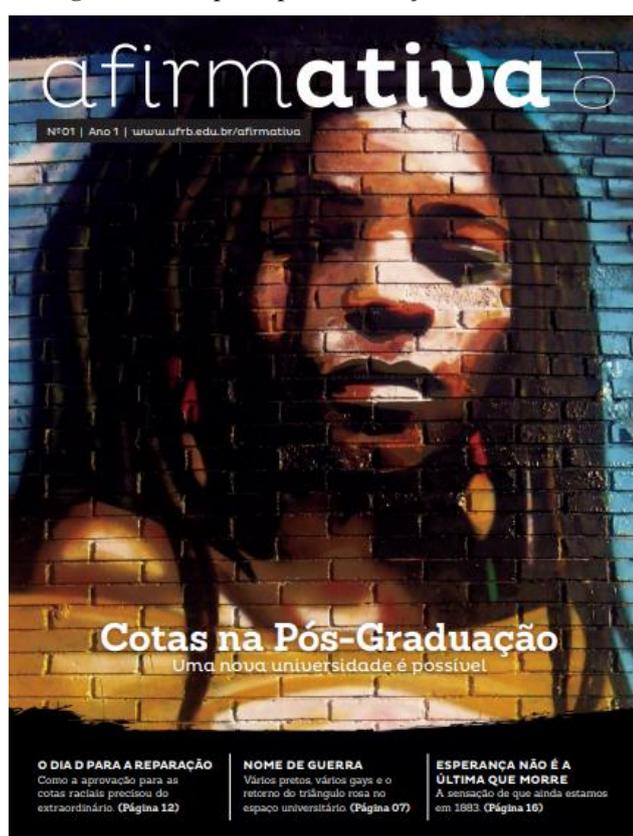
---

<sup>219</sup> Livia Maria Santana e Sant’Anna Vaz. Graduada em Direito e Comunicação Social (Relações Públicas), especialista em Estudos Afro-latino-americanos e Caribenhos, mestra em Direito Público e doutora em Direito. É promotora de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia (MPBA), atuante na Promotoria de Justiça de Combate ao Racismo e à Intolerância Religiosa de Salvador.

<sup>220</sup> Rodrigo Ednilson de Jesus. Graduação em Ciências Sociais, mestre em Sociologia, doutor em Educação e tem pós-doutorado em Estudos Sociais estudando ações afirmativas, heteroidentificação racial e identidade nacional no Brasil. Coordena a linha de pesquisa Educação, Cultura, Movimentos Sociais e Ações Coletivas no Programa de Pós-Graduação da UFMG, e é presidente da Comissão Permanente de Ações Afirmativas e Inclusão Social da mesma instituição.

A instituição das políticas afirmativas no ensino superior brasileiro deu-se, portanto, no decorrer da graduação do jornalista que, embora tenha ingressado por ampla concorrência, dividia o *campus* com alunos majoritariamente negros (83%) e oriundos de família com renda total de até um salário mínimo e meio (82%), conforme levantamento da própria instituição à época<sup>221</sup>. É a UFRB a primeira universidade federal do interior da Bahia e pioneira também em nível nacional na criação de uma Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas, bem como a primeira a aplicar a lei de cotas integralmente em 2012.

**Figura 31** – Capa da primeira edição da Afirmativa.



Fonte: Internet.

É inserido nesse entorno que Jonas passa a integrar a equipe da “Afirmativa” em 2014, pouco antes de colar grau. A revista caminhava para a segunda edição após o número inicial, de março daquele mesmo ano, alcançar ampla repercussão e boa aceitação da comunidade acadêmica da UFRB, público-alvo da publicação. Ele participa, então, da

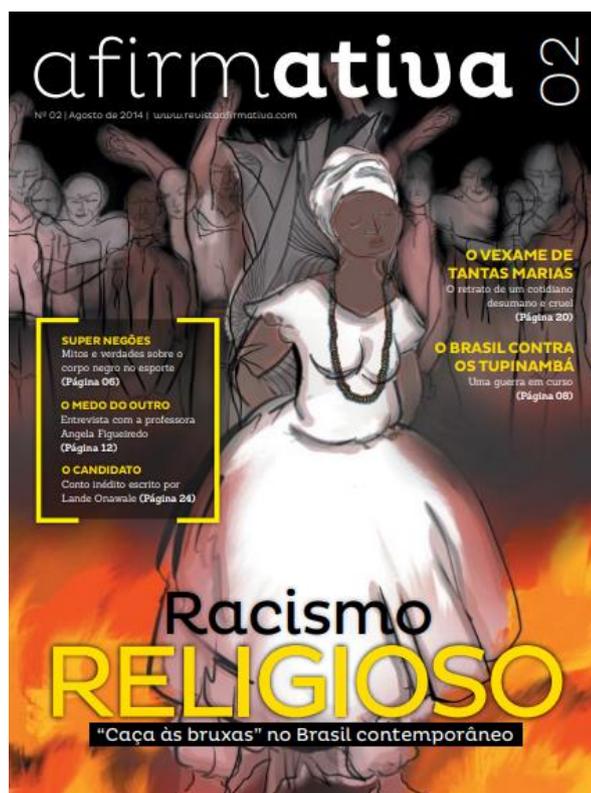
<sup>221</sup> Mais informações em: <https://pt.org.br/reconcavo-baiano-recebeu-duas-universidades-criadas-por-lula/>

elaboração de uma tiragem cuja capa debatia cotas na pós-graduação - algo já citado nesta pesquisa<sup>222</sup> como algo, ainda hoje, no patamar do irrisório.

A Afirmativa foi fruto de um trabalho de corredores. A gente era negro e discutia a questão da comunicação ser racista, de a grade curricular não nos atender... Os estudantes não se reconheciam na mídia convencional, não se reconheciam nesse Jornalismo duro que é ensinado nas universidades e com um formato totalmente europeu e estadunidense. Nós falamos: “vamos criar a nossa própria maneira de fazer Jornalismo”. Aceitei o convite porque era o Jornalismo que eu queria fazer. (Jonas Pinheiro. Jornalista. Entrevista concedida em 30 de julho de 2022).

Esse “Jornalismo dos encantamentos” de Jonas baseava-se em quatro premissas, quais sejam: 1) ter independência editorial; 2) produzir uma comunicação em favor das populações minoritárias; 3) defender a democracia da comunicação, o que implica em não cobrar por acesso a conteúdos, prática cada vez mais recorrente na imprensa em geral; 4) e ser feito por/para/sobre pessoas negras, princípio esse alinhado ao conceito de imprensa negra já aqui trazido (PINTO, 2010) e que o jovem praticava de maneira intuitiva, pois, como recorda, só “conheci mídias negras fazendo parte de uma.”

**Figura 32** – Capa da segunda edição da Afirmativa.



Fonte: Internet.

<sup>222</sup> Ler Capítulo 1.

De imediato, Jonas notou outro componente relevante na “Afirmativa”: a ligação de colegas com movimentos sociais. E o quão determinante isso era para a definição de quais temáticas seriam pautadas. Mesmo sendo a revista, a princípio, um veículo “basicamente de universidade”, nas palavras do jornalista, havia a busca pelo conteúdo plural. A exemplo do ocorrido com o jornal *Majoria Falante*<sup>223</sup>, “os movimentos sociais, de certa forma, em termos mais pragmáticos, dão origem à ‘Afirmativa’”. O comunicólogo, porém, diz não fazer parte de nenhuma organização do tipo, apesar de ponderar que “se você pegar uma concepção mais ampla de movimento negro, nós (a revista) estamos nele.”

Por isso, a diretriz principal do trabalho nesses oito anos de existência da mídia é a de “positivar imaginários”. Ou seja: fugir da naturalização comum do Jornalismo hegemônico da produção de notícias negativas sobre a população negra. Em vez de reforçar o estereótipo de violência do homem negro, a “Afirmativa” escreve sobre homens negros no esporte. No lugar da publicação sobre o genocídio da população negra, uma pauta sobre beleza negra. Segundo Jonas, essa perspectiva é intencional. A ordem é: ir além da tragédia.

Ele considera isso necessário por entender que seguir a lógica produtiva das empresas de comunicação (de o espetaculoso ser prioridade) não contribuiria com o debate propositivo a partir do qual a revista se projeta. Isso não implica, no entanto, em veto total a abordagens sobre racismo e crime de LGBTfobia, por exemplo, por essas ocorrências, de acordo com Jonas, compõem um universo impossível de ser ignorado, pois o Brasil tem a segunda maior população negra do mundo, atrás apenas da Nigéria, e é, de acordo com a Associação de Travestis e Transexuais (Antra), o país no qual mais são mortas pessoas LGBT+<sup>224</sup>.

Uma luta que até hoje a gente resiste, que é minha do campo da pesquisa e profissional é o de que a gente não tá fazendo menos Jornalismo por sermos um Jornalismo posicionado. A gente faz Jornalismo. Ponto. Até porque essa percepção de Jornalismo é algo que merece ser debatido porque é um campo de disputa. Inclusive, é um campo super novo que, se a gente for aprofundar, vai-se debater se Jornalismo é ciência ou se é um campo etc. Então, quando você adentra nisso, tem muita coisa que é ensinada como norma pra gente e não é tão norma assim. E, aí, é interessante observarmos os valores, os valores-notícia e os valores do Jornalismo, inclusive a nossa escolha de falar que não somos neutros. Somos nós ramos de nós pra todo mundo. É muito nessa perspectiva. (Jonas Pinheiro. Jornalista. Entrevista concedida dia 30 de julho de 2022).

Essa reflexão de Jonas expõe um contraste: o fato de o Jornalismo da “Afirmativa” ser exercido em favor da população negra, o que resulta na ruptura com o mito da imparcialidade jornalística como preceito para o bom Jornalismo, e a circunscrição dessa

---

<sup>223</sup> Ler seção 2.3.

<sup>224</sup> Estudos sobre a temática estão disponíveis no site da Antra, no endereço <https://antrabrasil.org/assassinatos/>

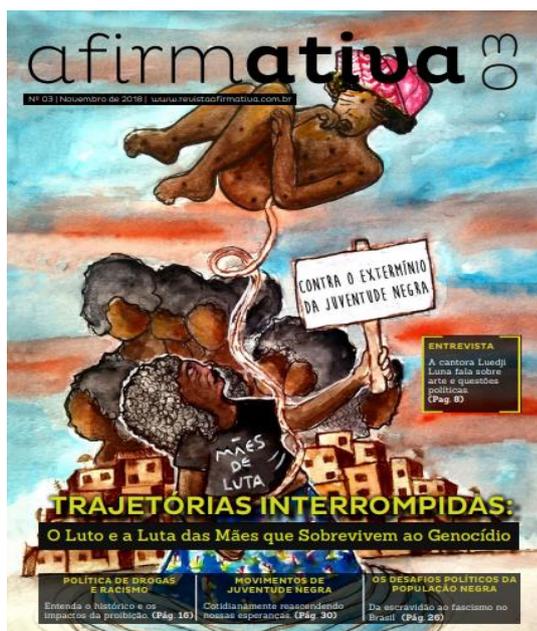
mesma disrupção nos rituais canônicos da produção noticiosa quando o comunicólogo informa que existem técnicas e nomenclaturas próprias da redação a serem seguidas.

É essa polarização, na opinião de Jonas, que confere às mídias negras possibilidade de despertar identificação imediata com o leitor, cuja experiência com o que é produzido pelas empresas de Comunicação tem como marca o distanciamento. Esse engajamento é percebido como maior entre mulheres de até 35 anos, que também são maioria na equipe da própria revista. Das oito pessoas do núcleo duro da revista atualmente, sete são do sexo feminino. Jonas é, portanto, o único homem.

Ele lembra que em 2014 o Recôncavo baiano não dispunha de mídias negras. Logo, o trabalho da Afirmativa não tinha referências locais. Havia alguma produção em Salvador, que naquela época já contava com portais como Correio Nagô e Mídia Étnica, até hoje no ar, e com os cadernos especiais de A Tarde, aqui já citados. No entanto, Jonas pondera, nem essas três plataformas nem o debate racial em si alcançavam municípios distantes da capital baiana, o que corrobora com a discussão suscitada no fim do capítulo anterior desta pesquisa, sobre o sertão abrigar uma categoria étnica ainda alheia ao debate das relações raciais (o sertanejo).

Por terem de ser parâmetros de si próprios, Jonas qualifica o trabalho inicial da Revista - e dos componentes dela - como enervado de militância. Os textos predominantes eram os opinativos e aspectos da sobrevivência do projeto, como cobrir os custos de produção, foram colocando-se como desafios, reforçando, assim, a narrativa de ser o componente financeiro o fiel da balança na manutenção da imprensa negra brasileira, como já alertou essa pesquisa. A trajetória da “Afirmativa”, então, seguiu esta toada. E cinco anos se passaram entre a segunda e a terceira edição impressa, publicada somente em 2019.

Figura 33 – Capa da edição 3 da Afirmativa.



Fonte: Internet.

Esse hiato forçou a busca de estratégias de sobrevivência. Com o mundo funcionando cada vez mais rápido, valendo-se de linguagens também mais ágeis e tendo novas dinâmicas de pertencimento racial, a revista precisou adaptar-se. Migrou para a Internet<sup>225</sup>, até como forma de não ser esquecida. No ambiente virtual, a equipe passou a produzir conhecimento sobre a população negra. Demarcou espaço em um universo característico do tempo atual sem deixar de lado preceitos cunhados por lideranças negras décadas atrás.

Figura 34 – Reprodução da página principal do site da Revista.



Fonte: Internet.

<sup>225</sup> Endereço eletrônico é <https://revistaafirmativa.com.br/>

Intelectuais como Lélia Gonzalez e Abdias Nascimento são evocados pelo jornalista como grandes baluartes da luta negra nacional e norteadores na linha editorial da “Afirmativa”, “porque também quando se fala em Comunicação, em Jornalismo, a gente praticamente não tem” teóricos negros. Então, reforça Jonas, “todos viram referência mesmo quando você não faz isso de forma pensada, porque eles te formam”. E formaram no sentido de fornecerem os elementos necessários ao entendimento de pertencerem a uma amefricanidade historicamente negada (GONZALEZ, 2020) e no sentido de darem uma resposta ao racismo que no Brasil, pelos diversos motivos aqui já elencados pelos(as) interlocutores(as) e autores(as) citados(as), tornou-se institucionalizado, necessitando de uma resposta equânime pelo aquilombamento (NASCIMENTO, 2019).

Reflexos dessa influência foram percebidos desde o primeiro momento de idealização da “Afirmativa”: a definição do que seria o veículo e a que ele se proporia.

No começo, a gente dizia que era uma mídia negra, nordestina e baiana, demarcando um lugar mesmo e sem querer saber o que existia antes ou mesmo se existia. Hoje, nós somos um coletivo de mídia negra, independente e baiano. A percepção ficou um pouco mais lapidada, um pouco mais pensando no mercado e na existência do veículo. A gente agora está no campo da institucionalização, que é algo que a gente pensa há muito tempo, mas que por várias questões e dificuldades financeiras nunca rolou de se tornar efetivamente pessoa jurídica. Tudo indica que vamos virar uma organização. Mas, de um modo geral, a Afirmativa se mantém por a gente acreditar, né? (Jonas Pinheiro. Jornalista. Entrevista concedida em 30 de julho de 2022).

Essa consciência de o trabalho fazer sentido só em coletivo, Jonas atribui à influência dos movimentos sociais (GOMES, 2017), notadamente do MNU. E isso, para ele, é imprescindível no combate à versão histórica oficial popularizada sobre o papel desempenhado pelo povo negro na formação do Brasil (MOURA<sup>226</sup>, 2019) e na relação com o leitor no ambiente virtual - que, por ser mediada por uma plataforma permissiva ao anonimato, pois tem o usuário a liberdade de criar quantos perfis quiser e nas identidades que lhes convém, favorece o surgimento e a proliferação de discursos de ódio, racistas e em especial nas redes sociais.

Quanto às narrativas históricas, Jonas, hoje com oito anos de atuação na “Afirmativa” e letrado racialmente, além de mestre em Comunicação e doutorando na área, defende como fundamental “a gente saber, sobretudo, o processo pós-abolição, que incentivou a brancura do país, com imigrantes que recebiam grana pra casar com pessoas negras e embranquecer o Brasil, bem diferente do que aconteceu nos Estados Unidos”. Trata-se de um

---

<sup>226</sup> Clóvis Steiger de Assis Moura. Sociólogo, historiador e jornalista. Era marxista e desenvolveu o que se chama de “sociologia da práxis negra”. Era militante do movimento negro. Natural do Piauí, morreu em 2003, aos 78 anos.

contraponto à realidade norte-americana que observa o quão heterogêneas são - e assim devem ser tratadas - as negritudes.

Já no tocante ao discurso de ódio, é compulsório dizer do que se trata quando fazemos alusão à pessoa negra, cerne deste estudo. Trindade<sup>227</sup> (2022, p. 17) afirma que essas expressões são “manifestações de pensamentos, valores e ideologias que visam inferiorizar, desacreditar e humilhar uma pessoa ou um grupo social”. E isso, conforme o autor (*idem*), se daria “em função de características como gênero, orientação sexual, filiação religiosa, raça, lugar de origem ou classe.”

A partir dessa definição, Trindade (2022) alça ao patamar de discurso de ódio falas de cunho racista, que são as mais recorrentes contra pessoas negras no Brasil, em especial nas mídias digitais sociais, como ele demonstra ao desvendar que no *Facebook* 81% das vítimas de ataques racistas são mulheres negras com idade entre 25 e 35 anos e em ascensão social (*idem*, 2018).

Apesar dos ataques, Jonas avalia como positivo o retorno dado pelo leitor à “Afirmativa”. “É mais fã do que *hater*<sup>228</sup>”, sintetiza, afirmando que, via de regra, o público da revista é aliado da agenda pública de promoção dos direitos humanos<sup>229</sup> e da causa antirracista. “O público fiel é esse, com muitas pessoas negras, indígenas, LGBTQIAPN+ e brancas, mas se chegar *hater*, já ajuda no engajamento também”, considera.

Ao colocar o próprio trabalho em perspectiva, o jornalista diz não vislumbrar grande diferença entre a “Afirmativa” e mídias negras de décadas atrás, no sentido do conteúdo. Para ele, os dias atuais oferecem mais possibilidades quanto à variedade de formatos de produção (*sites*, perfis de fotos, *podcasts*, boletins eletrônicos, malas diretas, redes de transmissão, *newsletters*, jornais *on-line*, revistas virtuais, financiamentos coletivos, *etc*). O teor das pautas, entretanto, o comunicólogo analisa como bastante similares.

As mídias negras atuais lidam com pautas elaboradas (se não nos mesmos termos, em recortes semelhantes), por exemplo, durante a Ditadura Militar. No Capítulo 2 desta pesquisa, expomos que os jornais denunciavam casos de racismo, enalteciam nossa beleza, defendiam a cultura, falavam de capoeira, apontavam o trabalho doméstico como herança

---

<sup>227</sup> Luiz Valério de Paula Trindade. Graduado em Engenharia Industrial Mecânica, especialista em Administração de Marketing, mestre em Administração e doutor em Sociologia. Recebeu da *Social Science Space & Sage Publishing* (EUA) o prêmio de 'Honra ao Mérito' em reconhecimento ao impacto de suas pesquisas abordando o fenômeno de discursos de ódio de cunho racistas nas redes sociais brasileiras.

<sup>228</sup> Estrangeirismo usual nas redes sociais. Significa “quem odeia” em inglês e aplica-se neste mesmo sentido em português quando se faz referência ao opositor a algo no qual você acredita ou defende.

<sup>229</sup> Tomando como marco legal a Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 10 de dezembro de 1948 e que estabelece bases para ações de promoção da igualdade entre os seres humanos.

escravocrata etc. Cerca de 40 anos depois, tudo se repete em outra(s) linguagem(ns) e com a anexação de mais chances de alcançar públicos maiores.

Se você pegar o histórico da imprensa negra, tem projetos editoriais, revistas e jornais maravilhosos, mas que não conseguiram durar muito tempo. Tem um jornal da década de 1980 chamado *Jornegro* que sai num ano, um ano e pouco depois volta e fala das dificuldades. É a mesma coisa ao longo da história: a dificuldade. E naquele período era muito mais difícil. A *Afirmativa* perdeu o impresso por longos cinco anos e conseguiu manter a marca pelas redes sociais e pelo site. A gente tem possibilidades de, sem grana, ter mantido o veículo, coisa que muitos do passado não conseguiram porque não tinham assinatura, porque imprimir era caro, porque teve crise nos Estados Unidos, como foi o caso do jornal *O Exemplo*... Obviamente que, no comparativo com mídias atuais, tem diferença de perspectiva política. O *Alma Preta*<sup>230</sup> mesmo é agência há muito tempo e tem parcerias com sites da mídia tradicional, algo que a gente é bem crítico porque não é perspectiva política nossa. (Jonas Pinheiro. Jornalista. Entrevista concedida em 30 de julho de 2022).

A decisão de manter-se sem vínculos com a mídia hegemônica (a imprensa branca) não se reveste de purismo injustificado. Jonas diz que se trata de preservar o olhar negro como protagonista dos processos, o que seria inviável com a interferência de uma plataforma cujo posicionamento não seja engajado. Em suma: a “*Afirmativa*” tem atuado no sentido de não regredir do ideal político que a originou.

Isso faz Jonas tipificar o Jornalismo praticado pela Revista como “diverso, popular e contestador”, pois tem, segundo ele, em essência, uma função sociopolítica pulsante de “bater de frente com os problemas sociais”, tal qual fazem movimentos e indivíduos isolados, numa luta pela afirmação da identidade negra e contra o racismo, sem a necessidade de esconder-se sob o manto da neutralidade e da objetividade, dois preceitos jornalísticos impostos já desde a formação basilar dos profissionais de redação.

Em um exercício de olhar para o passado, Jonas constata que dialogar com quadros históricos do MNU dimensiona a luta antirracista na Comunicação em outra contingência para perceber o quanto se conseguiu avançar, porque o cenário de hoje resulta de um acúmulo secular de lutas, e como ainda é necessário tensionar mais debates sobre relações raciais no Brasil, dada a ainda alarmante alienação de grande parcela da população, imersa em um mito quase secular de sermos todos iguais, termos as mesmas oportunidades e serem os negros uma raça degenerada.

Quando você olha pras mídias hegemônicas, você tem uma perspectiva voltada única e exclusivamente para o mercado, apesar de muitas vezes falar de compromisso social. É possível que a Folha de São Paulo faça uma puta matéria sobre racismo? Sim. A gente tem muito jornalista bom lá. Mas aí você pega a linha editorial e a estrutura da Folha e entende como ela pensa politicamente. A principal diferença entre mídias

---

<sup>230</sup> Referência à agência *Alma Preta Jornalismo*, a maior do gênero no Brasil, cujo interlocutor da próxima seção detalhará o modo de atuação.

negras e mídias hegemônicas é a perspectiva empresarial. Quando você pega a Raça Brasil, nota que é um projeto com uma perspectiva mercadológica. Deixa de ser uma mídia negra? Não. A temática é das populações negras. Mas aí a gente discute: há movimentos negros liberais? Outros são mais de esquerda? Tem esses meandros. Mas eu traria um pouco de Fanon: as mídias empresariais reivindicam a ideia de universalização, de o que elas fazem é Jornalismo, enquanto as mídias negras reivindicam o lugar da identidade e da racialização dos processos. Muitas vezes, elas vão racializar a mídia hegemônica. Porque o Jornalismo é branco. Não é antirracista. Ou passou a ser antirracista agora. Mas ele é branco. Toda a base dele é branca. De forma geral, a mídia hegemônica tem essa ideia de um Jornalismo universal, neutro e tal e com a perspectiva geralmente mercadológica, e as mídias negras têm mais com a perspectiva militante, mais racializada e mais definida do lugar de onde falam. (Jonas Pinheiro. Jornalista. Entrevista concedida em 30 de julho de 2022).

Cabe destacar que o diagnóstico feito por Jonas tem amparo discursivo. O Jornalismo é branco porque quem o faz também o é. E isso pode ser constatado em três frentes teóricas: no já citado estudo “Perfil Racial da Imprensa Brasileira”, que aponta 80% dos jornalistas brasileiros como brancos; em levantamento do Instituto Reuters (2020), que denuncia não haverem pessoas negras em cargos de chefia nas redações jornalísticas do Brasil; e pelas reflexões de Collins (2016, p. 105): “homens brancos poderosos definem-se como sujeitos, verdadeiros atores, e classificam as pessoas de cor e as mulheres em termos de sua posição em relação a esse eixo masculino branco.”

Se pessoas brancas beneficiam-se da estrutura social racista na qual estão inseridas, o Jornalismo branco, então, igualmente é favorecido pela lógica na qual opera: de estar atrelado ao capital e, em nome dele, reforçar um imaginário antinegro cuja missão de desconstruí-lo acaba por ser de mídias racialmente posicionadas.

## 6.2. “Nosso Povo não tem outra saída. Tem que Lutar!”

Os corredores do *campus* da Universidade Estadual Paulista (Unesp) em Bauru, no interior de São Paulo, fervilhavam, entre o fim de 2013 e o começo de 2014, com os debates sobre a recém-implementada Lei de Cotas quando o *blog* “Que nega é essa?”, mantido pela então acadêmica e feminista negra Aline Ramos, descortinou a três estudantes de Jornalismo e a um aluno do curso de *Design*, todos negros, o horizonte de ser possível a existência de um ambiente virtual no qual se discutisse raça.

O anseio era insuflado também por uma experiência distinta da maioria dos alunos de Comunicação do Brasil<sup>231</sup>. Eles tinham aulas com o professor Juarez Xavier<sup>232</sup>, um estudioso de questões do universo afro-brasileiro e um dos fundadores da União de Negras e Negros pela Igualdade (Unegro)<sup>233</sup>. Por isso, a criação da agência Alma Preta Jornalismo, em 2015, hoje principal mídia negra do país, se confunde com a trajetória pessoal e profissional de Pedro Borges, um dos três jornalistas integrantes daquele grupo de universitários interessados em colocar em pauta a complexidade das relações raciais no Brasil. E isso não se dava à toa.

Pedro é fruto de um relacionamento interracial. Mãe negra e pai branco. Define-se ao dizer que “mesmo eu sendo negro de pele clara, essa coisa do ‘neguim’ sempre foi presente” por causa do cabelo, crespo, e, desde cedo, no estilo *black power*, um símbolo da resistência preta cunhado pelo movimento dos direitos civis dos Estados Unidos e que se popularizou por tornar-se representativo do partido Panteras Negras. O uso desta alcunha pode ser avaliado a partir de considerações feitas por Gomes (2020).

A autora diz que “para alguns homens e mulheres negras, a manipulação do corpo e do cabelo pode ter o sentido de aproximação do polo branco e de afastamento do negro”. Isso porque, ainda conforme ela, “o corpo e o cabelo podem ser tomados como expressões visíveis da alocação dos sujeitos nos diferentes polos sociais e raciais”. Útil tanto para negros que se valem deste componente para afirmarem a própria identidade quanto para outros sujeitos nos acusarem de pertencermos a uma raça que não a com a qual nos identificamos.

Aliado ao fato de morar e transitar em periferias, um lugar social construído para o negro a partir de dimensões socioeconômicas (GONZALEZ, 2022) e de racismo ambiental, como conceituado nesta pesquisa por uma das interlocutoras<sup>234</sup>, o comunicólogo sentiu cedo o peso de vários preconceitos, ao ponto de a memória de cor mais forte estar relacionada ao registro de um boletim de ocorrência após sofrer uma ofensa racista relacionada à estética.

“A questão racial me atravessa desde moleque e eu sei que o marcador racial tem um caráter político”, sintetiza, dialogando com a compreensão de raça ser uma construção social (e não biológica), como dizem Almeida (2019) e Bonilla-Silva (2020), enquanto atribui

---

<sup>231</sup> Levantamento feito pela plataforma Quero Bolsas com base no Censo da Educação Superior 2018, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), indica que apenas 16% dos professores de universidades brasileiras são negros. No ensino público, a média é menor (14%), enquanto na rede privada é maior (18%). Negros, no entanto, são 56% da população nacional.

<sup>232</sup> Juarez Tadeu de Paula Xavier. Graduado em Comunicação Social/Jornalismo pela PUC de São Paulo e mestre e doutor em Ciências da Comunicação pela USP. Professor da Unesp.

<sup>233</sup> Instituição fundada em 1988, em Salvador, que atua em defesa dos direitos da população negra e tem exercido papel fundamental na formação de uma consciência negra crítica no Brasil.

<sup>234</sup> Consultar seção 4.4, dedicada à narrativa de Cleidiana Ramos.

a própria lucidez precoce sobre o papel de movimentos sociais ao engajamento partidário dos pais. Embora essas discussões não se dessem no campo político, Pedro considera fulcral o papel por elas exercido para o cultivo de uma curiosidade que, mais tarde, resultaria em um caminho profissional trilhado.

Foi graças ao envolvimento com o Partido dos Trabalhadores (PT) que a mãe e o pai do jornalista, ele diz, tiveram “uma formação próxima de uma esquerda clássica” por serem “militantes orgânicos” e terem participado da construção dos núcleos de base da legenda, legalmente instituída em 1980. Pedro via, sem precisar sair de casa, mas também por ser levado a acampamentos do Movimento Sem Terra (MST) e a reuniões de sindicato, que “a coisa do coletivo era muito cultivada”. “Isso eu acho que me influenciou” a ponto de, duas décadas depois, levá-lo a ser um militante-jornalista, num primeiro momento da agência, e, hoje, compreender-se mais no lugar de jornalista-militante, por encarar a prática da Comunicação de forma mais madura e tê-la como um trabalho, mas também por avaliar que “tem muito ativista e pouco repórter, e a gente é mais útil como repórter.”

À época da criação da Alma Preta Jornalismo, sete anos atrás, o *site* Mundo Negro (parte desta pesquisa<sup>235</sup>) e o projeto Blogueiras Negras<sup>236</sup> já eram referências na produção de um Jornalismo engajado. Mas foi a proximidade com a experiência do blog da colega de turma que “a gente ficou naquela de ‘é possível fazer’”, mas fazer de outra forma, com foco não em artigos de opinião, como surgem muitas mídias negras, e sim investindo em grandes reportagens, o que demanda tempo, esforço e recursos, sejam eles humanos, tecnológicos e/ou financeiros.

Na impossibilidade de implementar o que desejavam, Pedro e os colegas fizeram o que era possível. Colocaram no ar um portal, a princípio, mais opinativo do que informativo, a exemplo do que ocorre com o portal Geledés<sup>237</sup>, e bem distinto do que a própria Alma Preta tem hoje, com a produção marcada por materiais de fôlego, de cunho investigativo. Durante esse processo evolutivo, porém, a linha editorial se manteve.

Pedro detalha afirmando que

A gente sempre teve uma posição de entendimento de ruptura do racismo e de necessidade de ruptura do modelo econômico capitalista. No nosso primeiro texto editorial, eu lembro que a gente tinha conceitos de estrutura e superestrutura, os mais clássicos do marxismo. Aí, eu acho que pra além da minha bagagem tem uma marca que é do Movimento Negro de São Paulo, que é isso de ser mais marxista, diferente

<sup>235</sup> Ver Capítulo 4.

<sup>236</sup> Endereço é <https://blogueirasnegras.org/>

<sup>237</sup> Endereço é <https://www.geledes.org.br/>. Geledés é uma instituição da sociedade civil de enfrentamento ao racismo e ao sexismo. Existe desde 1988 e tem como fundadora a filósofa Sueli Carneiro.

do Rio de Janeiro, de Salvador e de outras regiões. Por exemplo: organizações panafricanistas<sup>238</sup> em São Paulo são mais raras de existir. Mas fora de São Paulo as organizações se colocam mais num campo de esquerda, sabe? (Pedro Borges. Jornalista. Entrevista concedida em 3 de junho de 2022).

A formação dos pais em um debate de classe fez Pedro conceber a ideia de que a luta antirracista a ser desenvolvida por ele precisava contemplar o protagonismo do operariado na tomada dos meios produtivos, bem como do governo, para pôr fim a privilégios burgueses e, assim, acabar com mecanismos de manutenção do poder. Na dinâmica do Jornalismo, isso é o mesmo que subverter por completo a elaboração noticiosa, pois o perfil mais usual percebido nas mídias hegemônicas tanto como sujeitos de grandes histórias quanto como pesquisadores especializados em temas essenciais à vida social, ou seja, o homem, branco, cisheterossexual, é colocado em segundo plano para emergir a figura de pessoas negras tão capazes quanto, mas não percebidas pelas empresas de Comunicação.

Em contrapartida, Pedro não tem como estratégia de enfrentamento ao racismo o ideal de unificar os povos de África, inclusive aqueles em diáspora, no sentido de contribuir com o florescer de um sentimento solidário e uma consciência racial que resultem na construção de um estado negro único e soberano. Ou, como especifica Dubois (2021, p. 30), uma forma de garantir trabalho, cultura e liberdade porque “de tudo isso precisamos, não individualmente, mas juntos, não sucessivamente, mas ao mesmo tempo, cada coisa alimentando e ajudando a outra, e todas lutando por um ideal mais vasto que se apresenta diante das pessoas negras, o ideal da irmandade humana.”

A saída para o fim do racismo, Pedro diz, “se a gente quer mudar o mundo, se a gente reclama de como as coisas são”, tem que ser pelo coletivo. Um coletivo, contudo, no qual não existam distinções de classe. E essa hierarquização baseada no poder econômico, no binômio rico *versus* pobre, é, segundo o jornalista, fruto de uma construção de imaginário sobre a qual a Comunicação também tem parcela de responsabilidade.

Jornalismo constrói imaginário. Se tem rico é porque tem pobre. É simples a conta. Então, não tem que ter milionário. Independente de quem seja, não tem que ter milionário. Por isso, eu não vou ficar escrevendo sobre a vida dos negros ricos. Sobre como vivem os negros ricos, exaltando e falando como é lindo. Ou mostrar uma negrada que anda de BMW, mora numa mansão, come caviar... Falar disso sem problematizar é uma coisa que a gente, no **Alma Preta**, não vai publicar nunca. Porque eu tô falando de política e de luta. De mostrar pra molecada que nosso povo não tem outra saída. Tem que lutar! (Pedro Borges. Jornalista. Entrevista concedida em 3 de junho de 2022). (grifo nosso).

---

<sup>238</sup> Embora o conceito de “pan-africanismo” tenha se popularizado nas figuras de W.E.B. Dubois (norte-americano) e Marcus Garvey (jamaicano), o termo foi cunhado pelo advogado trinitário-tobagense Sylvester Williams em uma conferência de intelectuais negros em 1900.

Neste sentido, a luta de Pedro tem sido pautar a sociedade a partir das necessidades da população negra. Um desafio, portanto, já que em toda a história do Brasil a agenda pública foi definida a partir das particularidades da população branca, pela força política de homens brancos, em regimes jurídicos pensados por parlamentares brancos e na execução de políticas públicas destinadas às pessoas brancas. Universalidade a qual também obedece o fazer jornalístico e que nosso interlocutor recusa assumir o papel de coadjuvante. “A gente, como mídia negra, não pode ficar como espectador”, afirma.

A leitura de Pedro é a de que somente quando reivindicar o papel estratégico que tem no cenário da Comunicação e passar a atuar com caráter mais técnico, como tem feito a Alma Preta, o Jornalismo das mídias negras vai ter condições de ser alçado a uma posição de maior destaque. Como exemplo, ele cita a função de uma mídia não hegemônica no desdobramento de um dos fatos mais importantes da atualidade. “É a Vaza Jato<sup>239</sup> que possibilita os processos do Lula serem anulados”, cita. “Isso mudou a conjuntura política do país e mostrou a força de um veículo independente”, acrescenta, referindo-se à cobertura do *The Intercept* Brasil.

Embora o portal não seja imprensa negra, comunga da característica de não integrar o espectro de plataformas vinculadas a grandes conglomerados de Comunicação. Isso aproxima em alguma dimensão a experiência do TIB dos ideais de iniciativas como a Alma Preta, que Pedro sintetiza no questionamento: “por que eu vou fazer uma parada que a grande imprensa já tá fazendo?”. O caminho a ser percorrido, então, é o oposto. E só é possível, conforme crê o jornalista, com envolvimento.

---

<sup>239</sup> Expressão adotada pelo *The Intercept* para referir-se ao vazamento do teor de conversas entre membros do Ministério Público e outros integrantes da força-tarefa que investigava crimes contra a administração pública, escândalo esse divulgado pelo portal em julho de 2019. Vaza Jato é um trocadilho intencional com Lava Jato, nome original da operação.

Figura 35 – Reprodução da página principal do portal Alma Preta.

The screenshot shows the homepage of the Alma Preta website. At the top, there is a navigation bar with the logo 'ALMA PRETA JORNALISMO PRETO E LIVRE', a search icon, social media icons (Facebook, Twitter, YouTube, Instagram, Messenger), and the text 'BLACK STORIES' with flags for Brazil, the UK, and the USA. Below the navigation bar is a menu with categories: INÍCIO, COTIDIANO, POLÍTICA, CULTURA, QUILOMBO, ÁFRICA & DIÁSPORA, LITERATURA, AGENDA, VÍDEOS, APOIE, QUEM SOMOS, SERVIÇOS, and CONTATO.

The main content area features a grid of six news articles, each with a thumbnail image, a headline, a date, and a short text snippet:

- COTIDIANO VIOLÊNCIA POLICIAL** 22 Julho 2022: RJ: Mais de 70 pessoas morreram em operações policiais nos últimos 14 meses. O Rio de Janeiro foi palco de mais uma chacina em uma ação policial no estado. Na última quinta-feira (21), ao menos 19 pessoas morreram em uma operação conjunta das polí...
- COTIDIANO BAHIA** 22 Julho 2022: Bahia: 8 em cada 10 mortos por acidente de trabalho são negros, revela estudo. Um estudo elaborado por pesquisadores da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) apontou que a soma de ano...
- COTIDIANO INTOLERÂNCIA RELIGIOSA** 22 Julho 2022: "Excesso de contas": Pernambucanas é acusada de racismo religioso. A ex-funcionária da loja Pernambucanas, Maria\*, acusa a empresa de racismo religioso depois de ser instruída a "remover esse excesso de fios e coisas", porque a gerência...
- COTIDIANO ENCARCERAMENTO** 20 Julho 2022: Pena de fome: alimentação em presídios está longe de ser digna.
- COTIDIANO POVOS TRADICIONAIS** 19 Julho 2022: Única comunidade quilombola com titulação no Paraná sofre ameaça de despejo.
- COTIDIANO BAHIA** 18 Julho 2022: BA: Vídeo flagra momento em que PM atira e mata jovem rendido.

Fonte: Internet.

“Discussão exige leitura e participar de movimento social”, ele diz, sendo o integrante do coletivo mais envolvido em militância formalmente instituída - outro sugestionamento no qual mãe e pai tiveram forte incidência, e que faz Pedro analisar o momento atual - 2022 - do portal como “mais técnico porque já tivemos muitos momentos políticos”. Isso significa um maior investimento - de recurso pessoal, sobretudo, mas também de ordem financeira - no filão do “Jornalismo de profundidade” (ou Jornalismo investigativo) que tem alçado muitos comunicólogos e mídias não hegemônicas ao debate público.

A própria Alma Preta, a julgar pelo pouco tempo de existência, consolidou-se líder do segmento do qual faz parte com a produção de especiais com esse viés e distanciando-se do que muitas mídias negras entregam, o que faz Pedro reforçar: “se for pra gente fazer o que os outros todos fazem, a gente vai fechar em algum momento”. Por isso, a premissa é imprimir nos textos um olhar diferente. Um olhar negro numa especificidade da Comunicação que, via de regra, é liderada por pessoas brancas. “E com o nosso olhar ninguém faz”, acrescenta.

Ele compara com a propriedade de quem, enquanto liderava a atuação da Alma Preta, ocupava espaço na TV Globo, a maior rede de televisão comercial do país e a segunda maior do planeta. Pedro foi selecionado para integrar a equipe do Profissão Repórter, programa

jornalístico que revela ao público os bastidores de episódios históricos a partir do olhar de jovens comunicólogos, todos orientados por um homem branco experiente da área. Fazer parte da equipe permitiu a ele perceber os contrastes ideológico e prático entre as duas formas de fazer notícia.

A gente hoje tem parcerias no Alma Preta pra construir a viabilidade da coisa que rola lá. A questão é: o lucro não é o nosso fim. A gente busca grana pra continuar fazendo o que a gente faz. A atividade fim da Globo é o lucro. O meio que ela ganha lucro é o Jornalismo. É a Comunicação, o entretenimento e tal. E existe uma cultura muito diferente entre as duas. A mais gritante talvez seja a Globo ser muito hierárquica. Existe pouca abertura pra uma conversa. A palavra do editor é a palavra do editor e ponto. Não tem tanto estímulo pra troca. É uma empresa super engessada. Enorme. Parece uma estatal. A linha editorial também difere. O que derruba uma pauta no Alma Preta é diferente do que derruba uma pauta na Globo. Uma pauta que cai na Globo é basicamente por conta de publicidade. O Alma Preta não é uma coisa idealizada de todo mundo sentado em roda pra gente fazer a coisa junto. Tem hierarquia no bagulho! Mas eu tento sempre fazer o exercício de escuta ativa. É menos engessado do que na Globo. Porque, como tenho dito, o Jornalismo é um trabalho coletivo. E as pessoas, em coletivo, tendem a pensar melhor nas pautas. (Pedro Borges. Jornalista. Entrevista concedida em 3 de junho de 2022).

A hierarquia a qual ele refere-se na Alma Preta é perceptível desde o “Quem somos” do portal, no qual acontece uma apresentação da equipe, composta por 35 pessoas distribuídas em São Paulo, Pernambuco e Salvador. Enquanto editor-geral, Pedro informa que as publicações do projeto, seja na Internet ou nas redes digitais expõem uma relação orgânica da agência com os movimentos sociais por reconhecerem-nos como agentes de transformação social e produtores de conhecimento (GOMES, 2017). “Mas é uma relação mútua, porque o pessoal passa notícias pra gente e também pede pra dar mais visibilidade a algumas coisas e a gente cede porque acho que é nosso papel também enquanto mídia”, Pedro pondera.

Assim, ao escrutinar o ecossistema das mídias negras brasileiras, no qual está inserido e ao qual considera pequeno para a expressão continental e histórica do país, o jornalista avalia o público da Alma Preta como tradicional no que deve ser o combate ao racismo feito pelo portal. Isso porque as vezes nas quais a agência deu visibilidade a episódios de programas como o Big Brother Brasil, por exemplo, foi amplamente criticada nas redes sociais, mesmo tendo o trabalho sido feito com recorte racial, o que, para Pedro, indica a preferência desse leitor por notícias de denúncia de casos de racismo e política.

A propósito de redes sociais, o jornalista é crítico à importância dada a esse tipo de plataforma atualmente na construção da notícia, “porque a gente tem uma geração de pessoas, inclusive jornalistas, muito preguiçosa e que acha que rede social vai pautar nosso trabalho”. A isso, ele alerta para o risco da circulação de informações falsas, a exemplo do ocorrido nas eleições presidenciais de 2018 e no pleito de 2022.

Com elevado potencial de disseminação de conteúdo de qualquer natureza, esses sites e/ou aplicativos podem ser - como têm sido - utilizados para criação de verdades alternativas e propagação de ódio. É o que atesta a plataforma jornalística Aos Fatos<sup>240</sup> quando aponta, por exemplo, que nos primeiros 1.373 dias<sup>241</sup> de mandato o atual presidente da República deu 6.396 declarações falsas ou distorcidas em respostas diretas a questionamentos da imprensa ou em transmissões ao vivo e publicações próprias.

Pedro acredita que esse tipo de fragilidade deve ser enfrentado com o aprofundamento do Jornalismo. Ou seja: com a veiculação de mais reportagens que unam boas histórias e boa técnica de Comunicação em mídias negras que, segundo ele, hoje, mesmo em número menor do que o ideal e com todas as dificuldades para sobrevivência e expansão, dão provas diárias e cabais do quão são relevantes para discussões sobre questões que rotineiramente pautam a agenda pública e são caras aos movimentos negros. Temas como intolerância religiosa e apropriação cultural, familiares a quem integra mídias negras, mas ainda tratados de forma exótica pela imprensa hegemônica.

Tomando como ponto de partida o conceito de William<sup>242</sup> (2019, p. 31) de que cultura “é o modo de vida de um povo e se manifesta em suas formas de agir e em tudo que produz”, não raro, empresas de Comunicação publicam notícias sobre indivíduos brancos criticados por se expressarem individual ou artisticamente com elementos com os quais não têm qualquer vínculo, simbólico, afetivo ou material.

Diante da postura quase sempre conivente da mídia branca com os/as protagonistas desses casos, o autor afirma que se torna tarefa árdua debater a questão porque “falar de apropriação cultural e desconsiderar sua relação com o racismo seria o mesmo que discorrer sobre escravidão negra sem citar as crueldades dos senhores de engenho” (WILLIAM, 2019, p. 68). Isso porque é “justamente a estrutura racista que mantém a ideia de culturas superiores e inferiores” (*ibidem*, p. 68 e 69).

Leitura similar é possível de ser feita quanto ao que Nogueira (2020) tipifica como uma prática “etnocêntrica e marcada por autoritarismo e racismo”. Ao atribuir caráter político a essa conduta, decorrente de aproximações que ferem inclusive a laicidade do Estado, ele afirma que (*idem*, p. 25): “a intolerância religiosa tornou-se esse lugar de pseudo-heróis

---

<sup>240</sup> Definido pela própria equipe que o compõe como “uma plataforma jornalística de investigação de campanhas de desinformação e de checagem de fatos”. Endereço: <https://www.aosfatos.org/>

<sup>241</sup> De 1º de janeiro de 2019 a 5 de outubro de 2022.

<sup>242</sup> Rodney William Eugênio. Graduado em Ciências Sociais, mestre em Gerontologia e doutor em Ciências Sociais com ênfase em Antropologia. Pesquisa racismo, relações raciais e religiões de matriz africana há mais de 20 anos. É babalorixá do Ilê Obá Ketu Axé Omi Nilá.

salvadores do Brasil contra violões responsáveis por todos os males da sociedade e da alma humana. O proselitismo religioso e eleitoral misturou-se de modo que não se sabe mais o que é religião e o que é política”. Evidenciando: pastores são heróis e pais de santo pretos, satanizados. Esta é a narrativa reverberada pela mídia hegemônica.

Nosso interlocutor, no entanto, avalia que

As mídias negras constroem uma esfera pública e, se somadas as suas audiências, os números são expressivos. Elas trabalham no sentido de construir um imaginário do nosso povo. Um imaginário progressista, no campo do direito social, de interesses coletivos, para que as pessoas não caiam em contos. A gente tem um papel de informar e mostrar as coisas. Então, pensando no que fazem outras mídias negras, a gente, no Alma Preta, tenta fugir um pouco de cobrir vida de famoso, coisa de entretenimento... Tem o seu valor, mas eu acho que uma cobertura dessa passa valores também pras pessoas. Eu não acho que a gente tem o direito de ficar estimulando na cabeça do nosso povo, que é um povo muito pobre, uma ideia super liberal da vida, uma ideia de mercado empreendedor. A gente tem que fazer um Jornalismo de transformação social, um Jornalismo de luta, pra que as pessoas tenham uma vida mais digna. (Pedro Borges. Jornalista. Entrevista concedida em 3 de junho de 2022).

Na fase atual do portal, de dedicar mais espaço às grandes reportagens e a qual Pedro sintetiza como “a ideia era fazer desde o começo o que a gente tá fazendo hoje”, o jornalista prefere manter-se distante da construção com partidos políticos. Mesmo que os pais ainda sejam militantes do PT e o comunicólogo considere fundamental enegrecer órgãos de representação popular (integrando, inclusive, aliança nacional pela eleição de políticos/as negros/as), a preferência é pela parceria com movimentos sociais.

Predomina o entendimento de ser mais estratégico para a Alma Preta - assim como para a sociedade civil - ter num homem negro o meio para garantir a causas coletivas alguma visibilidade por intermédio de um Jornalismo engajado, que alcança a relevância histórica da pauta posta. “Meu Jornalismo e meu ativismo se entrecruzam. Meu trabalho de jornalista é de ativista. Mas você não vai mais me ver pegando microfone em manifestação pra falar. Eu já fiz isso. Hoje, prefiro ficar tirando foto. Sinto que contribuo mais”, encerra.

### **6.3. “A gente leva a raça pro texto”**

Ariel Bentes era criança quando percebeu algo errado. Ao assistir televisão naquele começo de anos 2000, todas as pessoas que lá apareciam eram diferentes dela. Nos espaços frequentados com a mãe, o pai e a irmã na vida real, a sensação era semelhante. A garota, no entanto, não sabia dar nome ao que a incomodava. Percebeu ser o embranquecimento - de lugares e indivíduos - uma das inúmeras manifestações do racismo uma década depois, perto

de completar 16 anos, quando também compreendeu o que representava ser negra num estado como o Amazonas, cujo imaginário coletivo remete apenas à causa indígena.

Filha de mãe negra e pai branco, e com uma irmã negra de pele clara, Ariel, oriunda de família interracial, portanto, tropeçou na própria negritude quando viu a si mesma em uma encruzilhada sobre o que fazer com o cabelo, cacheado e volumoso, que lhe expunha a um pertencimento até então não vislumbrado. O “eu tinha que dar um jeito”, dito diante do espelho, ecoou dentro dela como ressoaram para o mundo as palavras de Victoria Santa Cruz em “Gritaram-me negra”. Diz o poema: “Chamam aos negros de gente de cor./ E de que cor!/ NEGRA/ E como soa lindo!/ NEGRO/ E que ritmo tem!/ Negro Negro Negro Negro/ Negro Negro Negro Negro/ Negro Negro Negro Negro/ Negro Negro Negro Negro/ Negro Negro Negro.”

O pontapé levou a garota a fazer buscas na *Internet*. Descobriu com *YouTubers* de fenótipo similar ao dela que, naquela época, em 2007, pautavam a ausência de produtos para pessoas negras no mercado da beleza. Algumas empresas hoje referência no segmento ainda engatinhavam. E é Ariel quem leva o debate racial para dentro de casa, aproximando irmã e mãe da temática.

Desde então, acompanhar denúncias de racismo nos noticiários tornou-se constante na rotina da família. “Porque essas coisas sempre existiram, né? Só nunca foram debate lá em casa. Então, quando eu passo a enxergar isso, começo a fazer o famoso teste do pescoço pra enxergar quem estava à minha volta”, remonta. Ela cursava o último ano do Ensino Médio e a descoberta racial inicialmente dada pelo cabelo ganhou o contorno da pele. Mas, ainda assim, a partir de uma percepção limitada do que era ser negro no Brasil, compreendendo serem esses indivíduos exclusivamente aqueles de tom de pele bem escuro.

Como nos ensina Munanga (2020), a ideia historicamente estruturada de o país ter uma identidade nacional, única, em vez de uma identidade negra, diversa, impôs à população um conteúdo a respeito da mestiçagem que é, ao mesmo tempo, simbólico e político. Confunde mais do que agrega, ainda que, conforme o autor pondere, essa identidade não esteja pronta. Ao contrário. Está sempre em processo construtivo por envolver elementos como língua, história, território, cultura, religião, situação social etc. “Esses elementos não precisam estar concomitantemente reunidos para deflagrar o processo, pois as culturas em diáspora têm de contar apenas com aqueles que resistiram, ou que elas conquistaram em seus novos territórios” (*idem*, p. 20).

Por falta de letramento racial, Ariel, mesmo já pacificada quanto aos usos e sentidos do cabelo, não incluía negros de pele clara no espectro da negritude. Tampouco sabia que “cada negro claro ou escuro que celebre sua mestiçagem - ou suposta morenidade - contra sua

identidade negra tem aceitação garantida” (CARNEIRO, 2011, p. 73). A percepção de que a negritude é, na verdade, não uma, mas várias, é múltipla, aconteceu somente em 2016, quando a jovem ingressou na Universidade Federal do Amazonas (UFAM) por cota racial.

Embora tenha constatado ser o Jornalismo um curso elitizado (e branco) e com corpo docente também branco, Ariel percebeu o quão mais negra era a turma da qual fazia parte em comparação com as classes anteriores. “Eu nunca me vi tão rodeada de pessoas como eu, mas a questão racial nunca foi trazida pra sala por professores; só por alunos”, sendo ela uma das estudantes que pautava raça enquanto prioridade dialógica e formativa. Essa consciência decorria das leituras de pelo menos três grandes plataformas negras de produção de conteúdo.

Em sala, a jovem era apresentada a teorias euroamericanas da Comunicação enquanto ciência; em paralelo, supria carências de representatividade acompanhando a produção do site Mundo Negro, da agência Alma Preta Jornalismo e do portal Geledés. Era onde se enxergava, porque mesmo na redação na qual atuou na segunda metade do curso era a única negra como repórter. Todas as demais pessoas de cor da empresa “eram a moça da limpeza, do RH, nunca uma pessoa em postos de liderança”, o que comprova a pesquisa “A inserção da população negra e o mercado de trabalho”<sup>243</sup>, do Dieese, sobre só 4,1% de cargos de direção serem ocupados por mulheres negras e homens negros.

Foi essa a trajetória percorrida por Ariel até surgir a chance de ela integrar um veículo de Comunicação que tivesse a raça como norteadora da produção textual. Em 2020, já tendo concluído a graduação, a jornalista passa a fazer parte do coletivo Favela em Pauta<sup>244</sup>. Para isso, deixou a empresa hegemônica na qual trabalhava.

Fui porque estava vivendo momentos de perseguição racial. Chegou um momento em que eu era editora e não era respeitada como tal. O convite pro Favela em Pauta eu vi que era uma oportunidade de sair de onde eu estava, mas também porque eu percebi, com o passar do tempo, que nessa redação hegemônica tudo era muito raso. Todas as questões raciais ficavam concentradas em mim. As outras pessoas tinham receio de pegar essas pautas. Evitavam mesmo, sabe? Acho que por medo de cancelamento. Era como se fosse uma responsabilidade só minha. Era aquilo de o racismo ser problema só nosso, quando é problema de todo mundo. (Ariel Bentes, 24 anos. Jornalista. Entrevista concedida em 30 de maio de 2022).

O fenômeno ao qual Ariel refere-se - de ser a única negra do espaço - tem conceito. É conhecido como tokenismo. E, no universo da luta por direitos da população negra e africana

<sup>243</sup> Os gráficos podem ser acessados no seguinte endereço: <https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2021/graficosPopulacaoNegra2021.html>

<sup>244</sup> Endereço é: <https://favelaempauta.com/>

em diáspora, encontra em King<sup>245</sup> (2020) grande expoente, pois o autor discute o quanto essa presença é capaz de vender uma falsa ideia de inclusão social, e pondera “a noção de que a integração por meio de *tokens* vai satisfazer as pessoas é uma ilusão”. Para ele, “o negro de hoje tem uma nova noção de quem é.”

Cabe também problematizar de quem é o “problema” do racismo a partir da reflexão de Ribeiro (2019) sobre uma essencialização da definição de “lugar de fala”. A autora critica aqueles que se utilizam do argumento “só negros podem falar sobre racismo” na tentativa de isentarem-se do debate e, em última instância, não precisarem tomar posição na disputa de poder que é a relação racial. Para ela, o preconceito racial precisa ser combatido por todos/as, inclusive por pessoas brancas, sendo todos/as conscientes das posições sociais que ocupam. Ser branco, portanto, de acordo com a intelectual, não seria motivo para alguém não se colocar a favor do antirracismo. Implica, porém, nesta pessoa não ter o protagonismo desta luta, que é sim do povo negro, independente de matriz política ou posição geográfica.

O território de onde fala, inclusive, foi determinante para Ariel ser parte do Favela em Pauta. Originado no Rio de Janeiro, o projeto tem correspondentes em outros estados e, assim, entrega ao leitor um produto final heterogêneo, pois debate a partir de questões tanto locais quanto regionais. E isso é atravessado pelo componente racial, pois é negra quase toda a equipe do portal e das redes sociais do coletivo. “Eu nunca tinha trabalhado com tantas pessoas negras na minha vida e nunca fui tão tratada de igual pra igual”, testemunha.

A definição do que vai ser publicado no Favela em Pauta é fruto de um processo que contrasta com o fluxo das empresas de Comunicação. Ariel detalha:

A gente sempre tem a liberdade de sugerir pautas. E em todas as situações a questão racial está posta, mesmo quando a gente não precisa falar abertamente sobre ela. Só duas pessoas do projeto são brancas. Então, a raça é um discurso muito presente até se a pauta não for sobre racismo. A gente leva a raça pro texto. No processo de apuração, escrita e edição, a gente sempre vê que, pelo fato de as periferias terem mais pessoas negras, isso precisa sempre ser trazido pro texto. A gente vai tentando costurar essa narrativa como forma até de compensar o fato de muitas pesquisas ainda hoje, infelizmente, não terem recorte racial. (Ariel Bentes, 24 anos. Jornalista. Entrevista concedida em 30 de maio de 2022).

Racializar a pauta a partir da perspectiva do povo negro, então, é uma forma de fazer os leitores do Favela em Pauta verem a si próprios. E não só nas narrativas do comum de um povo, mas também como produtor de conhecimento. Para a proposta editorial do veículo, de falar das periferias e do povo preto a partir das periferias nas quais esse povo preto está, mas

---

<sup>245</sup> Martin Luther King Jr. Foi uma das maiores lideranças negras da história da humanidade. Pastor protestante e ativista, tornou-se líder do movimento dos direitos civis nos Estados Unidos. Ganhou o Prêmio Nobel da Paz por combater o racismo pela resistência não-violenta. Morreu em 1968, aos 39 anos.

sem se limitar a essas comunidades, ouvir quem mora nesses territórios é essencial. Mais até do que dedicar tempo para ouvir um homem branco especialista na vida de não brancos com base em revisões bibliográficas.

“A gente ouve pessoas negras em todas as pautas”, detalha Ariel, que classifica como “totalmente diferente” o processo de execução de reportagens no Favela em Pauta para tudo o que ela já produziu em mídias hegemônicas. “É diferente desde o momento em que a pauta é pensada porque tem isso de ser importante conversar com o morador preto. O especialista é para somar, não pra ser o protagonista”, ela diz. E aprofunda: “nas mídias hegemônicas, só há preocupação de ouvir pessoas negras quando a pauta é sobre raça.”

Em decorrência disso, existem no coletivo discussões internas até quanto ao nome do projeto. Por hoje não estar mais apenas no Rio de Janeiro, o Favela em Pauta não estabelece - nesta perspectiva de nomeação - diálogo com realidades para além da fronteira fluminense, pois “a favela que está no Rio não é a mesma que está em Manaus”, Ariel explica. A começar pelo modo de representação desses espaços. No estado do Sudeste, sobretudo na capital, “favela” passou a “comunidade” como forma de politizar o debate sobre as mazelas históricas as quais estão as pessoas desses locais submetidas e como forma de enaltecer potências.

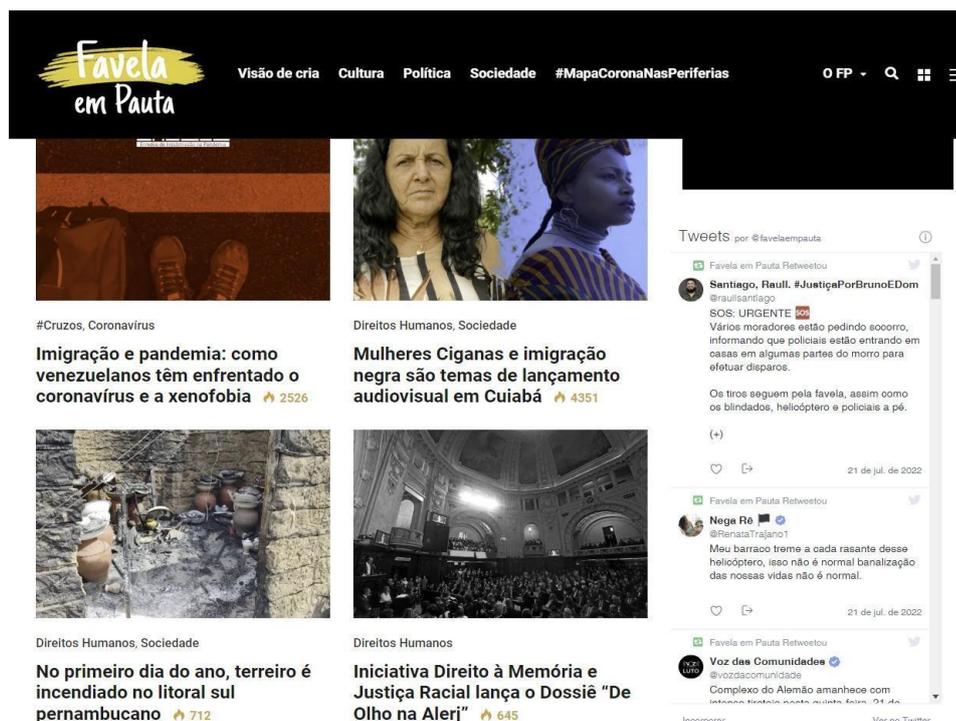
Além disso, Ariel explica, “nós não falamos só de favela, mas também sobre aldeias, comunidades, territórios, periferias *etc*”. Essa ampliação de perspectiva está em debate desde 2020 entre os membros do coletivo para que não se perca o horizonte de o projeto ter similar efeito ao que acontece quando pessoas negras leem reportagens elaboradas por outras mídias negras. “Ainda que tenham diferenças editoriais, eu sei que abrindo o Alma Preta, o Voz da Comunidade e tantos outros projetos, sempre vou me ver, seja por ter pessoas negras como entrevistadas, fontes e produtores da notícia ou pela temática”, diz a manauara.

Essa diversidade, ela ressalta, se manifesta em todas as editorias da plataforma FeP. Da cobertura política à economia, da cultura à segurança, da beleza ao esporte, o portal colabora com a desconstrução da ideia de pessoas negras não terem a capacidade de discutir questões macropolíticas, como frisou a primeira interlocutora desta pesquisa<sup>246</sup> sobre um estigma que se perpetua há séculos.

---

<sup>246</sup> Ver seção 2.1.

Figura 36 – Reprodução da página principal do Favela em Pauta.



Fonte: Internet

Por ser uma negra territorialmente fora do eixo onde estão sediadas tanto as principais mídias hegemônicas do país quanto as mídias negras de maior expressão da atualidade, Ariel viu-se desafiada a pensar a pauta racial por outros prismas para alimentar o Favela em Pauta de notícias que dialogassem com o cenário nacional, “pois a violência policial que o Rio tem a gente também tem”, e, ao mesmo tempo, furasse a bolha de ser a Amazônia uma região resumida à causa indígena, pois “a pauta negra aqui é ignorada.”

Criar elos entre a teoria e o vivido, transpor o mito da existência exclusiva indígena e mostrar o quão negro também é o maior território de estado do Brasil coloca-se como necessário de ser trabalhado junto aos movimentos sociais. Uma relação que Ariel precisou resgatar, pois não mais integra esse tipo de articulação e a maior parte dos colegas de projeto apresenta demandas oriundas da sociedade civil, que são transformadas em pautas.

Estamos além de direita e esquerda. Porque, para além de esquerda e direita, a gente se define como jornalistas profissionais que falam de periferia, que vêm de periferia, de favela, e são pobres. Então, a gente está falando pra essas populações e a gente quer ter parceiros e manter diálogo com essas pessoas ou com as pessoas que se propõem a estar do nosso lado nessa luta antirracista. O posicionamento do Favela em Pauta é esse: totalmente antirracista e a gente quer conversar com pessoas pretas e pobres, de favela ou não, alinhadas com a pauta antirracista. Mas a gente sabe que dependendo do assunto a gente vai receber ene comentários baixos. (Ariel Bentes, 24 anos. Jornalista. Entrevista concedida em 30 de maio de 2022).

Inevitável não associar a fala da interlocutora com reflexão feita pela filósofa paulista Sueli Carneiro. Para estabelecer a real relevância e urgência da pauta racial na formação do Brasil, a intelectual afirmou, em entrevista concedida em 2000: “eu, entre esquerda e direita, continuo sendo preta”. Um inequívoco posicionamento de não se tratar de questão identitária e sim de uma determinante à vida de qualquer pessoa negra, seja ela partidariamente alinhada ao campo político que for.

No Favela em Pauta, Ariel diz não existir bandeira em defesa dos valores de alguma matiz ideológica. No entanto, é pacificada a percepção de o trabalho desenvolvido pelo portal ter consequências políticas a curto, médio e longo prazo. E que o fato de o coletivo priorizar a escuta de pessoas pretas já é um posicionamento político explícito e vai - intencionalmente - de encontro ao mito jornalístico da isenção.

Por exemplo: eu estou com uma pauta sobre inflação e fome. Talvez, se fosse uma outra pessoa que tivesse uma outra consciência, seja ela branca ou não, dificilmente conseguisse pensar o quão é importante pensar que quem sofre mais com a alta da inflação e com a fome é a população mais pobre, é a população da periferia, é uma população preta, é uma população indígena, é uma população ribeirinha... Essa é uma pauta que não tem como fazer sem recorte racial. Ou socioeconômico. Ou de gênero, já que muitas vezes mulheres são chefes de família (Ariel Bentes, 24 anos. Jornalista. Entrevista concedida em 30 de maio de 2022).

É necessário esse posicionamento racial do qual fala Ariel até mesmo para combater o discurso extremado que eventualmente surge em publicações contrárias à supremacia branca - que, de acordo com Saad<sup>247</sup> (2020, p. 26) pode ser definida como “o paradigma dominante sob o qual as sociedades brancas operam”. Trata-se, portanto, de um sistema de opressão no qual “o que você recebe por ser branco tem um custo algo para quem não é branco” (*ibidem*, p. 27). Isso aplicado à realidade de um país como o Brasil, cuja maioria populacional, negra, é uma minoria sociológica, tem consequências seculares, como nos prova a história do país, já que, ainda conforme a autora, a supremacia branca não se resume a uma atitude ou modo de pensar. “Também se estende à forma como as instituições e os sistemas são estruturados para sustentar esse domínio branco” (SAAD, 2020, p. 25).

É por esse modo de pensar o mundo ainda compor o imaginário coletivo que quando mídias independentes, especialmente as negras, criticam as recorrentes chacinas disfarçadas de operações policiais em comunidades pobres, leitores reagem com comentários virulentos em apoio ao extermínio desses corpos, quase sempre negros. Não raro são vítimas de uma ilação

---

<sup>247</sup> Layla F. Saad. Natural do País de Gales, no Reino Unido, é formada em Direito, escritora, palestrante e podcaster. Discute questões sobre raça e identidade. Hoje mora no Catar.

criminosa e de uma política de morte (MBEMBE<sup>248</sup>, 2018) respaldada por uma opinião pública sem letramento suficiente para discutir algo além da política de segurança.

Quando, em maio de 2022, o Favela em Pauta tipificou de chacina a invasão policial à Vila Cruzeiro, no Complexo da Penha, na Zona Norte do Rio de Janeiro, na qual ao menos 22 pessoas foram mortas e outras sete ficaram feridas, tornando-se a terceira ação mais letal da história fluminense, centenas de usuários invadiram os perfis do projeto nas mídias digitais para afirmar, dentre outras barbaridades, que “foram mortos porque eram vagabundos”. Há aqui uma equação tão evidente quanto cruel: associa-se um território à alta periculosidade, a região em questão é habitada por maioria negra, infere-se que quem mora no local é bandido, reforça-se o estereótipo do negro violento e, assim, está justificada sua eliminação. O mesmo não é feito em zonas de alto poder aquisitivo.

Em outras palavras: o Estado, que deveria resguardar os direitos de todos os cidadãos, institucionaliza o racismo praticando-o. Pelas mãos de agentes de segurança, em quem, por lei, o homem ordinário é forçado a crer na boa-fé, o poder público dita, explicitamente, quem pode viver e quem deve morrer. Assim, “ser soberano é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder” (MBEMBE, 2018, p. 5).

É contra isso, dentre ideais outros e vários, de acordo com Ariel, que as mídias negras atuam. Em favor, por exemplo, do estabelecimento de um novo modo de representar povos. Para esses povos terem espaços reivindicatórios de uma existência com menos violações. E, sobretudo, para as pessoas negras resistirem, ancoradas na força das palavras, às investidas de um extermínio a elas direcionado.

A jornalista manauara reflete:

Eu não vou dizer que as mídias negras existem para preencher uma lacuna da mídia hegemônica porque desde que esse mundo é mundo a população negra esteve aí. Elas existem porque nós nunca fomos representados da maneira que deveríamos. Nossas histórias nunca foram contadas da maneira que deveriam. Nem sempre nós temos a oportunidade de sermos os autores das nossas próprias histórias. As mídias negras entram nesse movimento de a gente contar as nossas histórias. Mas não só isso. A gente também quer falar de economia e de inflação, só que a gente quer contar da nossa perspectiva, da nossa vivência. É uma oportunidade de a gente contar as histórias das nossas famílias, das nossas comunidades, dos nossos territórios... (Ariel Bentes, 24 anos. Jornalista. Entrevista concedida em 30 de maio de 2022),

---

<sup>248</sup> Joseph-Achille Mbembe nasceu em Camarões. Tem 65 anos, é professor de História e Ciências Políticas na Universidade de Witwatersrand, em Joanesburgo, na África do Sul, bem como na Duke University, nos Estados Unidos. É um dos principais nomes negros a discutir aspectos da dominação negra.

É como se a população negra tivesse, enfim, condições materiais de tomar a dianteira da própria narrativa e quisesse oferecê-la ao mundo, de uma forma diferente da até aqui contada. E isso não implica dizer que mídias como o “Favela em Pauta” não sofram com a falta de apoio ou com a dificuldade de financiamento. O desafio é grande e requer de quem está envolvido na manutenção da plataforma disposição a se reinventar diariamente, da mesma forma que fizeram todas as iniciativas negras de comunicação até aqui. Como diz a filósofa Katiúscia Ribeiro<sup>249</sup>: “o futuro é ancestral.”

#### 6.4. “A Construção da Pauta Racial não acontece só no Sudeste”

O primeiro estado do Brasil a abolir o regime escravista; lugar cuja alcunha “Terra da Luz” refere-se ao pioneirismo da conquista da liberdade pelos escravizados quatro anos antes do resto do país, em 1884; território que é o torrão natal de Francisco José do Nascimento<sup>250</sup>, o Ceará não teve o mesmo protagonismo quando da criação de mídias negras na era da Internet, computadores e *smartphones*.

Foi somente em 2018 que o primeiro portal de Jornalismo profissional negro cearense surgiu. Tendo 2001 como estreia do Mundo Negro<sup>251</sup>, *site* aqui retratado como precursor das mídias negras digitais brasileiras, há, portanto, um lapso temporal de 17 anos entre os marcos nacional e local. Nem mesmo o fato de 72% da população do Ceará ser preta ou parda (negra, portanto) mobilizou a criação precoce dessas plataformas no estado, que até então contava “apenas” com periódicos impressos como o jornal Malemba<sup>252</sup>, já detalhado neste trabalho.

A iniciativa de romper com esse pacto de silêncio e silenciamento no mundo virtual partiu de cinco jovens comunicólogos/as. O grupo lançou o Ceará Criolo<sup>253</sup>, um portal de notícias que se apresenta como “um espaço qualificado de afirmação da população negra” para promover “comunicação antirracista, socialmente inclusiva, afetivamente sustentável e moralmente viável.”

---

<sup>249</sup> Katiúscia Ribeiro Pontes. Filósofa e professora. Tem 43 anos e é coordenadora geral do Laboratório de Africologia e Estudos Ameríndios Geru Mãe, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É graduada, mestra e doutora em Filosofia pela UFRJ.

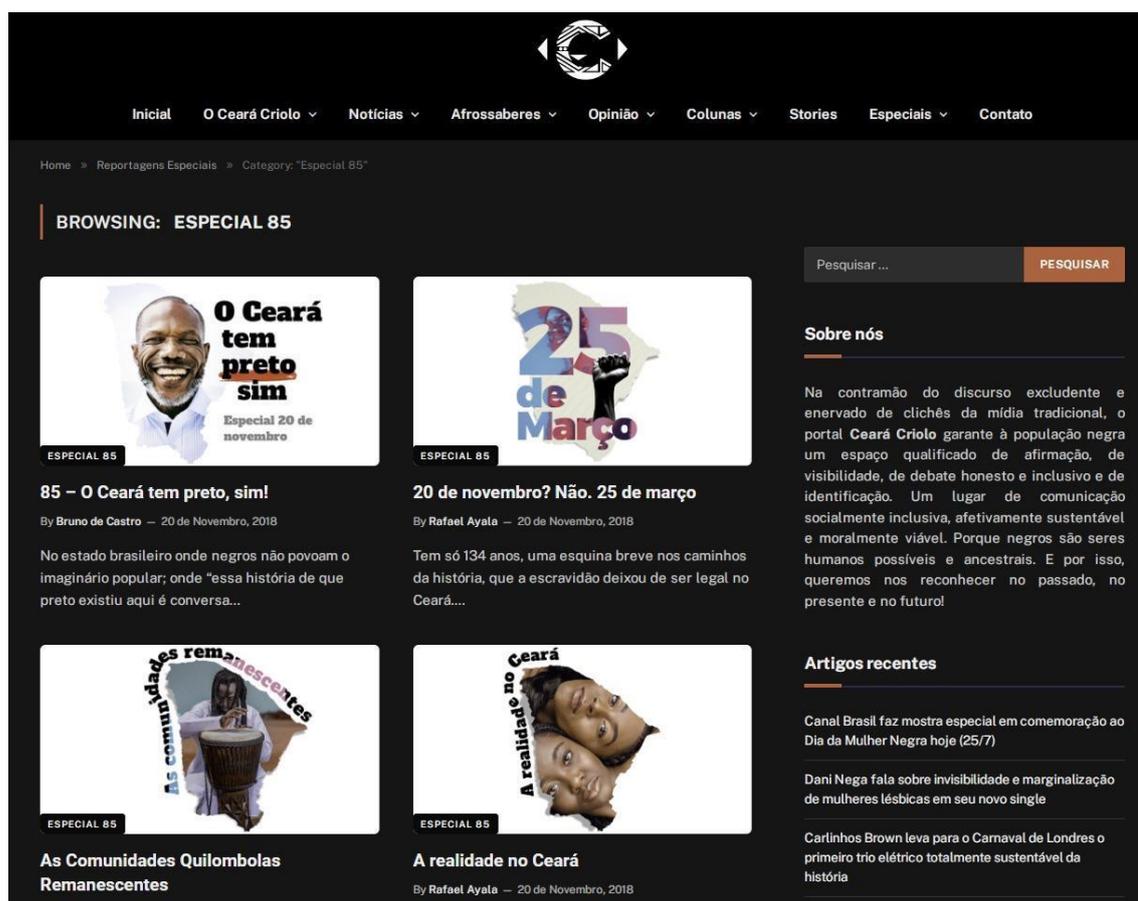
<sup>250</sup> Conhecido como Chico da Matilde ou Dragão do Mar. É um dos mais importantes líderes abolicionistas do Ceará. Liderou movimentos de resistência que culminaram no fim da escravidão. Nasceu em 1839, em Canoa Quebrada, e morreu em 1914, em Fortaleza.

<sup>251</sup> [www.mundonegro.inf.br](http://www.mundonegro.inf.br); ver seção 4.2.

<sup>252</sup> Ver seção 4.1.

<sup>253</sup> [www.cearacriolo.com.br](http://www.cearacriolo.com.br)

Figura 37 – Reprodução de uma das páginas do Ceará Criolo.



Fonte: Internet.

Uma das idealizadoras do projeto do qual faço parte, a comunicóloga Jéssica de Souza explica a criação do Ceará Criolo a partir do entendimento de que “nós [negros] somos produtores de conhecimento disruptivo, não eurocentrado, múltiplo e também a serviço da justiça social”. Disrupção essa revelada desde a concepção da mídia, cujo nome carrega um termo - Criolo - que, no Ceará, assim como em diversos estados brasileiros, foi pejorativamente transformado. Deixou de significar “o negro nascido no Brasil”, no modo de definição de Carneiro (2019, p. 3), para ser vocábulo utilizado quando pretende-se depreciar pessoas de pele escura<sup>254</sup>.

Agregar Criolo ao nome foi, então, uma estratégia intencional para colaborar com a ressignificação do termo, já que o portal publica tão somente textos nos quais negras e negros são protagonistas das próprias histórias. E histórias propositivas, independente do gênero de

<sup>254</sup> O termo crioulo (com “u”, na escrita original do português colonial) diz respeito também a línguas até hoje existentes em países africanos como Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe. Pode ser utilizado para referir-se a essas línguas ou às pessoas que as falam.

escrita (opinativo, narrativo, literário *etc*). Trata-se de uma forma de empoderar o público em vez de visibilizar notícias que reforçam estigmas negativos sobre as negritudes. Porque são justamente essas máculas, Jéssica detalha, que o portal combate.

Quando a gente produziu a nossa primeira série especial de reportagens, chamada 85, em alusão ao 20 de novembro e sobre a quantidade de comunidades remanescentes de quilombos existentes no Ceará, a gente estava muito inebriado por refutar uma onda de que não havia negros no estado. Porque essa era uma narrativa muito vigente na imprensa convencional. Ainda é, mas naquele ano emergiam muitas discussões sobre. As empresas de Comunicação abriam muito espaço pra isso. E o Ceará, na história oficial, sempre careceu de protagonistas negros e de uma história documentada com protagonistas negros. Até os que eram negros não eram retratados com esse caráter racial. Então, o especial 85 foi pra dar conta dessa demanda que, primeiro, partia da gente, porque éramos pessoas negras falando da nossa própria história, mas tinha um pé na realidade. E a realidade é que a construção da pauta racial não acontece só no Sudeste. (Jéssica de Souza, 30 anos. Comunicóloga/Publicitária. Entrevista concedida em 2 de março de 2022).

Essa proposta (produção de conhecimento para erigir novas narrativas) dialoga com dois aspectos importantes da própria fundação do Ceará Criolo. O primeiro deles é o caráter contra-hegemônico do contexto no qual o portal nasceu: como resultado de uma formação sobre comunicação e igualdade racial promovida pelo Sindjorce<sup>255</sup> em um estado que apaga a herança e a existência africanas.

O segundo aspecto é o autodescobrimento dos cinco membros que criaram a mídia. Muito embora houvesse letramento racial de alguma natureza e nível em todos, mesmo que de forma reativa aos episódios cotidianos de racismo, o despertar para muitas questões deu-se no transcorrer da capacitação, no diálogo com facilitadores e colegas de turma, em maioria negros(as). A dinâmica dos encontros suscitou questionamentos e debates que, mais tarde, influenciaram sobremaneira a definição da linha editorial do Ceará Criolo e dos elementos visuais e estéticos<sup>256</sup> para apresentá-lo ao público.

O intuito citado por Jéssica de o portal contribuir com a desconstrução de mitos edificados historicamente pelas empresas de Comunicação - como o caso de o Ceará não ter pessoas negras e, por isso, foi precoce na abolição - denota conexão com uma importante teoria sobre relações raciais no Brasil: o componente educador das mídias negras, já frisado nesta

<sup>255</sup> De agosto a novembro de 2018.

<sup>256</sup> A criação da logomarca do Ceará Criolo, feita pela publicitária e mulher negra Rayana Vasconcelos, uma das fundadoras do portal, tem como principal influência o afrofuturismo. De acordo com a Academia Brasileira de Letras (ABL), o afrofuturismo é um “movimento cultural, estético e político que se manifesta no campo da literatura, do cinema, da fotografia, da moda, da arte, da música, a partir da perspectiva negra, e utiliza elementos da ficção científica e da fantasia para criar narrativas de protagonismo negro, por meio da celebração de sua identidade, ancestralidade e história (...) dentro do contexto da vivência africana e diaspórica.”

pesquisa quando das citações de Gomes (2017). Elemento esse também edificante para os membros do coletivo.

No caso da nossa interlocutora, a atuação no portal aliou-se à conquista de um título acadêmico e descortinou um processo intenso de pertencimento étnico. “Um processo de se redescobrir”, diz. Porque muitas vezes ela precisou visitar memórias de episódios de dor para produzir conteúdo. Experienciou, portanto, a cicatrização de feridas a partir de uma rotina de Comunicação por ser apresentada a outras possibilidades de enfrentamento de tudo o que diz respeito à psicologia social do racismo. Bento (2014, p. 26) fala sobre isso quando, ao estudar branquitude e branqueamento no Brasil, afirma haver aqui a “construção de um imaginário negativo sobre o negro, que solapa sua identidade racial, danifica sua autoestima, culpa-o pela discriminação que sofre e, por fim, justifica as desigualdades.”

Trazer essas experiências para o campo da produção de conteúdo e da celeridade das mídias digitais, tendo de lidar todo dia com casos ou situações similares às que lhe formaram enquanto pessoa, pode representar um sofrimento, pois, de acordo com Jéssica, “quando você abre os olhos pras (*sic*) questões raciais”, “é impossível conseguir ver as coisas da mesma maneira” (SOUZA, 2021).

Impossível porque uma nova leitura de mundo apresenta-se, tendo a raça como a peça central do quebra-cabeça da vida social. Do entendimento de a sociedade na qual vivemos ter sido formada, desde seu mais tenro início, por uma crença de um tipo de indivíduo ser melhor que outros (TURE & HAMILTON, 2021). Porém, a comunicóloga crê que “questões raciais ajudam a gente a perceber que a posição de determinados sujeitos na produção do conhecimento influencia em toda a trajetória da pesquisa.”

No caso de pessoas como Jéssica, é o que Moreira (2019) nomeia de hermenêutica negra, um conceito que exprime bem o porquê de mídias negras serem necessárias. Ao dizer da relevância social da raça, o autor pondera sobre “a importância da posição social do sujeito no processo de interpretação”. Ele parte, portanto, do pressuposto de que interpretações não podem ser fruto de métodos neutros e objetivos, pois “todos estamos envolvidos em campos de significação que existem antes da nossa existência” (*ibidem*, p. 18).

Assim como Moreira, Jéssica enxerga na raça fator categórico para o impedimento de pessoas negras acessarem oportunidades de uma vida digna. E isso é frontalmente persuadido pelo papel que as empresas de Comunicação exercem no cotidiano, na história e na formação de um (in)consciente social da inferioridade negra. Para ele, “pensar como um negro é uma perspectiva mais apta a realizar os ideais emancipatórios” (MOREIRA, p. 32). Ideais esses que são esteio da atuação do Ceará Criolo.

É, então, a partir de uma produção noticiosa cujo sujeito negro é o centro do debate que o portal engendra um Jornalismo de emancipação, nos moldes do que Oliveira (2017) diz ser prática para uma verdadeira emancipação cultural porque “para transformar a sociedade por meio de um Jornalismo engajado é preciso também transformar os homens e as mulheres que são seus agentes transformadores” (*ibidem*, p. 10). Mas também, soma a interlocutora, porque “se não fôssemos nós as histórias não seriam contadas dessa forma.”

Segundo Jéssica, ao passo que se organizam e entram em operação, as mídias negras forçam um deslocamento no protagonismo da criação de narrativas e impedem a existência de uma só versão dos fatos, por mais que fatores socioeconômicos barrem maior alcance do que elas produzem e favoreçam as interpretações hegemônicas. No caso do Ceará, como vimos, elas têm a atribuição estratégica de não permitirem vingar por completo, sem contraponto, o fetiche de o nascido no estado ter descendência nórdica.

A gente não pode incorrer no erro da história única. Nós precisamos assumir a centralidade do debate. E eu entendi isso na minha tese de doutorado em Psicologia e no Ceará Criolo. É nesse cruzamento que Jéssica e Ceará Criolo se encontram: na assunção de um protagonismo. De eu me ver na história que eu conto e, ao mesmo tempo, me perceber como participante dela e não apenas como uma narradora, em terceira voz, ou uma mera espectadora. Passei a me ver com uma voz ativa em todos os campos. (Jéssica de Souza, 30 anos. Comunicóloga/Publicitária. Entrevista concedida em 2 de março de 2022).

Essa voz ativa é o que o portal pretende despertar nos leitores, a fim de existir uma rede de negras e negros conscientes da potência da própria negritude, mas também de pessoas brancas racialmente posicionadas a contribuir de forma genuína com a construção de uma sociedade mais equânime. Para alcançar esse objetivo, Jéssica pontua que a linha editorial propositiva do Ceará Criolo é pacificamente estabelecida e executada por todos os membros, mas sobretudo “a gente sabe principalmente o que a gente não quer compartilhar.”

Já concebido na ótica de não ser uma plataforma de *hard news* (ou seja, de publicar em tempo real as notícias conforme acontecem os fatos), o Ceará Criolo tenta pautar-se a partir das principais discussões do debate público sobre raça, afastando-se do tom denunciante que mídias negras adotam (algumas até como estratégia de sobrevivência, visto que esse tipo de conteúdo resulta em muito engajamento e pode render algum dividendo financeiro), mas, de acordo com nossa interlocutora, “sendo voz plural da população negra e tendo um olhar crítico sobre a realidade que está sendo apresentada, dando conta de demandas da sociedade em geral e nossas também.”

Essa multiplicação de vozes é premissa do portal porque, de acordo com Jéssica, faz a discussão dos temas ter maiores possibilidades de expor ao público o quanto questões

raciais estão imbricadas dos mais profundos até os mais rasos problemas da sociedade (ALMEIDA, 2019), além de mitigar ataques. Ainda assim, “a gente era acusado de pôr pauta racial em tudo, mas acho pedagógico nosso discurso incomodar”, reflete a comunicóloga.

Sem nenhum integrante ligado a movimento social ou a partido político, o portal tem membros que se declaram letrados racialmente e mantidos distantes das institucionalidades, o que faz nossa interlocutora ponderar que “isso não fala menos do nosso comprometimento com a agenda antirracista nem do nosso comprometimento com a construção da pauta de ser a população negra o foco do debate que nos propusemos a fazer.”

Jéssica compara que

Existiu um momento na história, ali nas décadas de 1960 e 1970, em que os movimentos negros eram muito organizados. Eram muito da ordem militante. De funcionarem como uma diretriz política. E isso eu julgo ser uma questão geracional mesmo. Diz respeito muito ao momento, porque naquele determinado período eles precisavam se colocar nessa posição para reivindicar uma plataforma política e mostrar que tinham voz, que tinham opinião e se posicionavam em relação a determinados assuntos. Eu vejo que hoje a gente vivencia outra coisa. Hoje, os núcleos e ações em torno de uma pauta são muito do âmbito individual ou alternativo. Porque hoje as pessoas não se identificam mais tanto por grupos, até porque com a ascensão dos influenciadores digitais, às vezes, uma só pessoa alcança muito mais gente do que grupos inteiros. Nós estamos num cenário que nos permite criar nossa própria plataforma política de nos colocarmos no lugar de uma voz alternativa na Comunicação sem nos sentirmos obrigados ou constrangidos a fazer parte de grupos históricos. (Jéssica de Souza, 30 anos. Comunicóloga/ Publicitária. Entrevista concedida em 2 de março de 2022).

Essa tendência de mídias negras não mais se vincularem a grupos (políticos ou não, históricos ou não) foi antecipada por Alex Ratts, interlocutor desta pesquisa<sup>257</sup>, e é estudada por Gomes (2017). Além disso, se coloca como indicativo para explicar a razão pela qual esses coletivos não sentem qualquer embaraço - nem deveriam sentir - na tessitura de críticas ao campo partidário, mesmo reconhecendo no espectro mais posicionado à esquerda, aquele autoproclamado progressista, o lugar no qual a luta contra o racismo tem recebido algum amparo. Vozes aliadas ecoam mais deste lado do que da direita.

Jéssica critica a existência, segundo ela, de uma recorrência desta esquerda de tachar de identitária as lutas das minorias. Assim, questões como o racismo e violência doméstica e contra a mulher, cujos casos crescem a saltos galopantes, perdem força em alguns momentos porque o setor político que primeiro “deveria” combatê-las defende que a luta prioritária seja contra o capitalismo. Que quando superado o sistema econômico atual todos os demais serão. E essa associação não dialoga com o que pensam os movimentos sociais, sobretudo os movimentos negros, sobretudo os movimentos feministas negros - que, como já

---

<sup>257</sup> Ver seção 4.1

ressaltado nesta pesquisa, indicam a raça como marcador que primeiro se manifesta tanto na produção de desigualdades quanto no ato preconceituoso.

A comunicóloga avalia a esquerda como “embranquecida e heterocispatriarcal”, o que denota indicadores importantes sobre identidade de gênero, organização social e raça, no que Bento (2022) chama de “pacto narcísico da branquitude” para expor o quanto pessoas brancas articulam-se entre si para manterem os próprios privilégios e, como consequência, as pessoas negras são excluídas. Segundo a autora, trata-se de um pacto silencioso, por muito tempo até não nomeado, e que tem determinado sobremaneira trajetórias de vida de toda ordem, pois hierarquiza narrativas e determina sucessos e fracassos.

Enaltecendo o peso da herança escravocrata no funcionamento das instituições, na história do país e na formação de imaginários desfavoráveis à população de cor, a intelectual acredita que “não temos um problema negro no Brasil, temos um problema nas relações entre negros e brancos” (BENTO, 2022, p. 14). E, por isso, urge avançarmos para um outro tipo de sociedade a partir de um debate franco sobre relações de dominação.

Ela diz: “relações de dominação de gênero, raça, classe, origem, entre outras guardam muita similaridade na forma como são construídas e perpetuadas através de pactos, quase sempre não explicados” (*ibidem*, p. 15), porque, também como ressalta a autora, agora em obra anterior, o não deslindar do fenômeno integra a estratégia para ele ser mantido ou mesmo negado e, desta forma, as exclusões (de negras/os) e os privilégios (de brancas/os) serem mantidos (*idem*, 2014).

Considero muito elucidante pra gente perceber como até mesmo dentro de setores que protegeriam a gente eles priorizam tudo e, por último, nós. Velho, se a gente não disputar a nossa própria agenda até mesmo dentro dos setores progressistas, bicho, isso fica muito no superficial. Então, pra mim, sinceramente, não é suficiente estar do lado de pessoas progressistas se elas não tiverem comprometimento com o fim do racismo. Essa galera mantém essa ignorância porque quer. Capitaliza em cima da gente, ganha voto em cima da gente, faz e acontece em cima da gente, bota a gente de vice e nunca de cabeça de chapa e, no fim das contas, é o governo que mais mata preto, que mais persegue preto, que mais encarcera preto, entendeu? Não dá mais pra gente ser conivente com isso! A branquitude não quer abrir mão dos próprios privilégios pra tocar a nossa agenda. Quanto a isso, eu fico com a Sueli Carneiro. (Jéssica de Souza, 30 anos. Comunicóloga/Publicitária. Entrevista concedida em 2 de março de 2022).

Continuar preta entre a direita e a esquerda tem desafios na produção de conteúdo para além do campo político, partidário ou institucional. Há também o elemento regional, por estar o Ceará Criolo posicionado longe dos maiores centros urbanos do país, muito embora esteja em um dos maiores do Nordeste. Jéssica pontua que ainda vige a ideia de que as mídias

negras do Sudeste, do eixo São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, têm caráter “nacional”, enquanto plataformas de fora deste perímetro produzem conteúdo “local.”

Datada de quando o fazer Comunicação tinha apenas mídias impressas como baluarte, essa percepção territorial - que, em verdade, tem enervado teor classista e racista, visto que o Nordeste tem maioria negra e carece de investimentos históricos em infraestruturas básicas - não foi superada nem com o advento da Internet. Ainda está cristalizada, e não somente entre comunicólogos sudestinos como também em anunciantes conservadores, o que tem levado os coletivos a unirem-se, numa espécie de aquilombamento virtual, no sentido de formarem um grande bloco de *publishers*<sup>258</sup> e, assim, terem mais força na busca de anúncios publicitários (que geram renda) e parcerias de outras naturezas.

Foi essa a estratégia utilizada por Jéssica para dar alguma sobrevida ao Ceará Criolo que, a exemplo do que ocorre com mídias negras brasileiras em geral, como explicitado por outros interlocutores desta pesquisa, sofre com limitadores financeiros e já se viu inúmeras vezes na iminência de deixar de operar. O portal passou a integrar a *Black Adnet*<sup>259</sup>, uma rede só de portais de notícias sediadas em diversos estados e que, como o nome sugere, é composta exclusivamente de iniciativas negras.

Esse ajuntamento propicia, além de uma troca de experiências que fortalece as mídias, a possibilidade de esses coletivos não serem seduzidos por ofertas tentadoras de propagandas contratadas de modo independente, acabarem caindo em armadilhas editoriais que podem pôr em xeque toda a credibilidade conquistada com um trabalho cuja natureza, por si, é dolorosa e árdua, como já exposto aqui.

Nós não queremos nos vincular a empresas que só querem lucrar em cima do nosso capital social. Porque tem empresa que mata preto e, diante da repercussão ruim, procura portal negro pra emplacar postagem patrocinada. A gente não aceita. Isso é abertamente discutido e nós já recusamos anunciantes grandes por considerarmos que não era uma empresa comprometida com a causa racial ou por ela estar envolvida em questões maiores e muito caras pra nós. Nossa autoavaliação é de que a gente amadureceu muito como portal, isso se expressa em todos os resultados alcançados e nós estamos em vários circuitos que validam essa nossa lucidez. Então, o zelo com a questão editorial ganha um peso muito maior. Pode soar até engraçado eu dizer isso porque eu sou publicitária. Vivo imersa nesta lógica do anúncio, da meta, da conversão etc, mas vejo no Ceará Criolo um cuidado com a qualidade do que é escrito, com a linha editorial, que, muitas vezes, em outros portais, inclusive com mais visibilidade, eu não sinto esse cuidado. Às vezes, a gente paga um preço por manter essa coerência de não se vender por qualquer coisa. (Jéssica de Souza, 30 anos. Comunicóloga/ Publicitária. Entrevista concedida em 2 de março de 2022).

<sup>258</sup> Em inglês, significa editor(a). No mercado de comunicação, é utilizado como sinônimo de plataformas que produzem e publicam conteúdo (não necessariamente antirracista).

<sup>259</sup> Em inglês, nome faz alusão a algo como “anúncios on-line pretos”, em tradução literal e livre.

Com a promessa de entrar numa nova fase, marcada por ainda mais profissionalização dos processos, ciclos de consultoria e captação de recursos, o Ceará Criolo fortalece o que desde o início se propôs fazer: uma comunicação ancestral com vistas para o futuro. Assim, contribui com a reificação da identidade racial de um estado que se enxerga branco ao mesmo tempo em que se declara preto e pardo aos estudos institucionais. E tem feito isso em função de um protagonismo negro.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“O que estamos fazendo agora é cobrar pelo nosso investimento.*

*Nossas mães e pais investiram suor e sangue.”*

*(Malcolm X)<sup>260</sup>*

Atravessar as mais de cinco décadas desta pesquisa na ótica de um Jornalismo feito por/para pessoas negras foi um exercício, sobretudo, de escuta. Não apenas pela densidade do material coletado. Alegar isso seria o óbvio ululante diante das 17 horas de entrevistas que viabilizaram este trabalho. Tive de professar um jeito muito específico de ouvir porque é da predisposição de treinar os ouvidos que se originam a Antropologia e a Comunicação, essas duas ciências entre as quais promovi encontros nas páginas até aqui escritas. Porque é dessa escuta qualificada, dessa observação analítica que, em seguida, pode nascer uma escrita capaz de transformar realidades. De produzir memória.

Antes de a sala de aula apresentar-me a Antropologia formalmente como “o estudo da alteridade”, uma companheira de caminhada acadêmica havia me resumido essa área do saber como “a arte de narrar histórias”. Obrigado, Taiane, por isso. Foi o que me propus a fazer aqui. E, ao fim da costura de tantas histórias impressionantes, vi nas minhas mãos muito além do esperado, tamanha a generosidade das pessoas com quem conversei.

Foram os relatos dessas 12 interlocutoras e interlocutores que me mostraram o quanto o Jornalismo hegemônico põe uma lupa sobre o racismo ao mesmo tempo em que age como se dele não fosse parte. E que mídias negras existem em prol da subversão do olhar histórica e erroneamente construído sobre povos subalternizados não falarem ou não terem capacidade para tal, sendo, por isso, o discurso branco o único possível, o universal. Que a criação delas aconteceu para dar conta de um tipo muito específico de racismo, o racismo antinegro, ainda hoje um dos maiores desafios às relações raciais do Brasil.

O encontro da teoria com o vivido expôs o quanto as mídias negras não vivem do que chamo de “Jornalismo de efeméride”, aquele no qual conteúdos são produzidos somente em função da passagem de alguma data relevante e, no que diz respeito à população negra, só reforça o racismo e todos os estereótipos dele decorrentes. É disso que se alimenta a dinâmica da redação hegemônica em relação à população negra. Ir em sentido oposto é descolonizar a

---

<sup>260</sup> Malcolm Little. É um dos nomes mais importantes da história. Ativista dos Estados Unidos, ele defendia o nacionalismo negro (a definição de uma identidade nacional em vez do multiculturalismo). Foi assassinado em 1965, aos 39 anos, em evento em Nova Iorque da Organização para a Unidade Afro-Americana, entidade em defesa da identidade negra que havia fundado um ano antes.

prática, que, nas mídias negras, acaba influenciada pelas experiências sociopolíticas dos repórteres. Essas vivências incidem sobre o que é escrito, e não apenas a linha editorial do veículo ou escolhas pessoais como o tipo vocabulário, fonte consultada etc., tal qual tenta dizer o mito do Jornalismo objetivo sobre as subjetividades.

Esta pesquisa concluiu também que tão diversas quanto a própria negritude são as razões pelas quais uma pessoa negra passa a atuar numa mídia negra. Nem todas propõem-se a fazer Jornalismo para pura e simplesmente denunciar e combater o racismo, se é que neste universo das relações raciais exista algo simples e a despeito do que o senso comum possa elaborar sobre. Há as que chegam neste nicho em busca de representatividade, na sina de contribuir com a escrita de uma narrativa que se oponha ao discurso enervado de estigmas das empresas de Comunicação. Almejam uma contranarrativa, na acepção literal do termo. E há quem lá esteja por questões partidárias, ideologias políticas, influência familiar, senso de coletividade, exaustão do *modus operandi* hegemônico, desejo de colaborar com a promoção da justiça social e reparatória ao próprio povo, estímulo dos movimentos sociais, chance de lidar com pautas diversas, busca por identificação profissional...

Dentro dessa diversidade, todas as 12 pessoas negras entrevistadas para esta pesquisa encontram-se em dois pontos: na negritude e no ideal de um mundo possível. Um afrofuturo, por assim dizer, no qual negros e negras não sejam as vítimas preferenciais da violência letal de um Estado. Por isso, mídias negras são uma tecnologia de ruptura com a necropolítica em curso no país e no mundo. O Jornalismo engajado que elas produzem não dialoga com o extermínio cujo alvo são pessoas pretas e pardas.

Por experienciarem no próprio corpo as teorias aqui evocadas e dispostas em diálogo, mesmo que não as nomeiem ou não saibam conceituá-las, os produtores de mídias negras presentes neste estudo estão impossibilitados de exercerem a isenção jornalística. Para além de mito já desconstruído pela linguagem enquanto mecanismo de controle, manifestação de poder e perpetuação de símbolos e valores, ela - a isenção - fica inviabilizada quando o sujeito que escreve a notícia em questão tem nela a narrativa da própria vida. Essa pessoa negra exerce o Jornalismo não só no dizer. Exerce na pele. A partir e através dela.

Compreendemos que os/as agentes dessas mídias negras atuam social e politicamente a fim de construir identidades e popularizam conceitos - históricos ou contemporâneos - sobre o povo do qual são parte. Ressignificam, assim, tanto a Comunicação como a realidade social coletiva, ao passo que politizam a raça e racializam o *ethos* jornalístico. Concorrem, por também serem negritude, para a criação de uma autoimagem positiva da população negra sobre si própria, em um movimento contrário ao das produções hegemônicas,

que despertam o auto-ódio nessas pessoas, colaborando com a disseminação ideológica do racismo.

As narrativas produzidas pelas interlocutoras e pelos interlocutores desta pesquisa nos dizem ainda do quanto as mídias negras brasileiras colaboram, dentro e fora da Comunicação, para a construção do que Carneiro (2019) chama de “pátria para o negro”. Se somos maioria populacional, temos de ser também nos espaços representativos. E a imprensa faz parte deles. Porém, se a hegemonia nos rejeita, que sejam essas plataformas produtoras de conteúdo e conhecimento a inequívoca manifestação da potência do atlântico negro.

Esta pesquisa, então, coloca-se como contributo à preservação da memória das mídias negras e para demonstrar às colegas negras e aos colegas negros da Comunicação, ainda que poucos, como é possível ocuparmos o ambiente acadêmico a partir de nossos lugares sociais. Nós, secularmente silenciados e subalternizados, podemos falar. Devemos falar. Entendendo também que, ao fazermos isso, colaboramos com o enegrecimento racial de tantos e de tantas. Se Antropologia é o estudo da alteridade, letramento racial é um ato de alteridade. E mídias negras estão nesses dois lugares, pois produzem conhecimento ao mesmo tempo em que se projetam como espaço de promoção de equidade.

Diferente do Direito, que deve promover igualdade material diante da falha do Estado, entendemos o Jornalismo enquanto agente catalizador de uma igualdade simbólica quando colabora, como fazem as mídias negras, com a reconstrução de memórias - individuais e coletivas - de povos africanos e seus descendentes, pois esses descendentes, de acordo com Deus<sup>261</sup> (2020, p. 44), diligenciaram “um processo de criação, invenção e recriação da memória cultural para preservação dos laços mínimos de identidade, cooperação e solidariedade”. Um conceito, portanto, capaz de sintetizar o que essas plataformas de conteúdo proporcionam desde a rodagem do primeiro jornal negro da nossa história, em 1833. E que atesta a impossibilidade de retrocedermos, pois, além dos acessos viabilizados pelo mundo digital, temos em mente que “não é possível apagar memórias e eliminar culturas senão ao preço da destruição física dos seus portadores” (DEUS, 2020, p. 45).

Nas redações hegemônicas, porém, raça ainda é questão vista como “de militância”, o que faz do Jornalismo antirracista, das mídias negras e das trajetórias dos comunicólogos negros e das comunicólogas negras exceções, quando deveriam ser regra, se considerada a

---

<sup>261</sup> Zélia Amador de Deus. Graduada em Língua Portuguesa, especialista em Teoria Literária, mestra em Estudos Literários e doutora em Ciências Sociais. É atriz, diretora de teatro e professora da Universidade Federal do Pará (UFPA), na qual ministra, além de outras disciplinas, História da Arte, História e Teoria do Teatro, e Estética. Já presidiu a Associação Brasileira de Pesquisadores negros (ABPN).

função social da Comunicação e a humanidade de todos os povos. Isso nos faz entender que as empresas jornalísticas precisam passar por reformulações para além da cor do corpo de repórteres. É urgente enegrecer as ideias. Ou, pelo menos, desembranquecê-las. Tal qual devemos fazê-lo nos cursos superiores, que insistem em formar técnicos e redatores, sacrificando a oferta de currículos interdisciplinares que promovam o intercâmbio de saberes com as Ciências Sociais, por exemplo, destinados à construção de uma visão mais crítica de mundo, incluindo aí diretrizes que os possibilitem enxergar a raça em toda a cadeia noticiosa.

Em contrapartida, é preciso que se diga, as mídias negras reproduzem regionalismos e bairrismos que apenas reforçam a concentração do debate racial no eixo Sul-Sudeste, quando em todo o território nacional há etnomídias em franco funcionamento e dispostas a integrar os grandes círculos de discussão e debate. Deve-se, portanto, ter espaço para a autocrítica. Do contrário, essa rede de negritudes, numa analogia ao que Cogo & Machado (2010) chamam de exercício de cidadania comunicativa afro-brasileira pela pluralização das representações e conteúdos, pode enfraquecer ao patamar de antes do advento da *Internet* e das mídias digitais sociais.

Enquanto comunicólogo negro, nordestino e periférico, eu integro uma mídia negra - o portal Ceará Criolo - para me libertar das amarras históricas postas em mim pelo racismo antes mesmo de eu existir. Entendo, a exemplo do que diz Silvio Almeida na apresentação da edição brasileira da autobiografia de Frederick Douglas, que “a luta pela liberdade individual é inseparável da luta pela emancipação de toda a humanidade.”

Por isso, considero imprescindível a racialização do Jornalismo acontecer já desde a formação básica do(a) comunicólogo(a)/jornalista. Não é aceitável faculdades colocarem no mercado milhares de profissionais sem terem oferecido-lhes formalmente, dentro da matriz curricular (e, muitas vezes, nem fora dela), instrumentos à formulação da vida a partir da raça quando é a raça o fator de maior valor na definição do destino dos sujeitos cujas trajetórias serão narradas por esses profissionais. Assim, o produto final entregue ao leitor deixa de fora do debate o elemento mais essencial ao que o suscitou.

Concluo com uma analogia de perspectiva histórica. Se as mídias hegemônicas foram (ou ainda são) a Casa-Grande do mundo da Comunicação, as mídias negras foram (ou ainda são) os quilombos deste mesmo universo, pela resistência utilizada como meio de sobreviver. E por toda a subversão que impingiram à imposta superioridade branca. Que cada um, então, assuma sua parte no latifúndio de horror que temos vivido em decorrência do racismo. Porque a superação dele, inclusive no campo jornalístico, está na negritude. Como nos ensina Gonzalez (2020, p. 78): “o lixo vai falar, e numa boa.”

Tudo isso me leva a associar a atuação das mídias negras brasileiras aos ensinamentos de um poeta cujas canções são a trilha sonora dos meus dias. Em “Principia”<sup>262</sup>, Emicida<sup>263</sup> primeiro (me) diz: “enquanto a Terra não for livre, eu também não sou”. A síntese do que é a luta coletiva. Quilombo. Em seguida, ele sentencia, dando às palavras o formato que pede a oralidade, um dos traços mais fortes da cultura africana, e sintetiza o porquê, diante do que se edificou de contexto e sistema, as mídias negras existem: “tudo o que nóiz tem é nóiz.”

*Saravá!*

---

<sup>262</sup> Faixa do álbum “AmarElo”, lançado em 2019. O trabalho gerou documentário do mesmo nome, no qual a história e importância do Movimento Negro Unificado é resgatada e enaltecida como forma de afirmar o papel estratégico que cumpre o povo negro na formação brasileira.

<sup>263</sup> Leandro Roque de Oliveira. Rapper, cantor, compositor e apresentador brasileiro. Tem 37 anos, é natural de São Paulo e notabiliza-se por ser uma das maiores revelações do hip hop nacional da década de 2000.

## REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. Tradução Julia Romeu. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. - São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2020.
- ALEXANDER, Michelle. **A nova segregação: racismo e encarceramento em massa**. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2017.
- ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- ARAÚJO, Valmir Teixeira de. **O que é a imprensa negra? Diálogos sobre comunicação e negritude no Brasil**. - 1. ed. - Florianópolis, SC: Editora Insular, 2021.
- BARBOSA, Muryatan Santana. Pan-africanismo e teoria social: uma herança crítica. In: **África: revista do Centro de Estudos Africanos da USP**, São Paulo. v. 31-32, p. 135-155, 2011/2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/africa/article/view/115352/113006>. Acesso em 14 ago 2022.
- BARCELLOS, Vera Dayse. **[Entrevista concedida a Bruno de Castro Brito]**. 2022. Duração: 1 hora, 50 minutos e 32 segundos. Plataforma: Google Meet, com gravação apenas de áudio.
- BARROS, Douglas Rodrigues. **Lugar de negro, lugar de branco? Esboço para uma crítica à metafísica racial**. -- 1. ed. -- São Paulo: Hedra, 2019.
- BENTES, Ariel. **[Entrevista concedida a Bruno de Castro Brito]**. 2022. Duração: 90 minutos e 42 segundos. Plataforma: Google Meet, com gravação apenas de áudio.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: **Psicologia social do racismo: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. 6 ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- \_\_\_\_\_. **O pacto da branquitude** / Cida Bento. - 1ª ed. - São Paulo : Companhia das Letras, 2022.
- BERTH, Joice. Empoderamento / Joice Berth. -- São Paulo : Sueli Carneiro ; Pólen, 2019.
- BIKO, Steve. **Escrevo o que eu quero**. São Paulo: Editora Ática, 1990.
- BONILLA-SILVA, Eduardo. **Racismo sem racistas: o racismo da cegueira de cor e a persistência da desigualdade na América**. 1 ed. - São Paulo: Perspectiva, 2020.
- BORGES, Juliana. **Encarceramento em massa**. - São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2020.
- BORGES, Pedro. **[Entrevista concedida a Bruno de Castro Brito]**. 2022. Duração: 44 minutos e 33 segundos. Plataforma: Google Meet, com gravação apenas de áudio.

BORGES, Rosane. Mídias, racismos e outras formas de destituição: elementos para o reposicionamento do campo da comunicação. In: **Vozes negras em Comunicação: mídias, racismos e resistências**. 1 ed. - Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

BRITO, Clarissa. **O enegrecer psicopedagógico** : um mergulho ancestral / Clarissa Brito. - São Paulo : Jandaíra, 2021.

BUTLER, Kim D. **Diásporas imaginadas** : Atlântico Negro e histórias afro-brasileiras / Kim D. Butler, Petrônio Domingues. - 1. ed. - São Paulo : Perspectiva, 2020.

CALIXTO, Douglas de Oliveira. **Memes na internet**: entrelaçamentos entre educomunicação, cibercultura e a 'zoeira' de estudantes nas redes sociais. -- São Paulo: D.O. Calixto, 2017.

CAMPOS, Deivison Moacir Cezar de. **O grupo Palmares (1971-1978)**: um movimento negro de subversão e resistência pela construção de um novo espaço social e simbólico. -- Rio Grande do Sul: 2006.

CARDOSO, Lourenço. **O branco "invisível"**: um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil (Período: 1957-2007). 232f. 2008. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Economia e Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2008.

\_\_\_\_\_ ; MÜLLER, Tânia Maria Pedrosa. **Branquitude**: estudos sobre a identidade branca no Brasil / Tânia Maria Pedrosa Müller, Lourenço Cardoso. - 1 ed. - Curitiba: Appris, 2017.

CARNEIRO, Edison. **O Quilombo dos Palmares**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011. - (Raízes)

\_\_\_\_\_ . **Ladinos e crioulos**: estudos sobre o negro no Brasil. 2ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2019. - (Raízes)

CARNEIRO, Jéssica. **[Entrevista concedida a Bruno de Castro Brito]**. 2022. Duração: 47 minutos e 14 segundos. Plataforma: Google Meet, com gravação apenas de áudio.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. São Paulo: Veneta, 2020.

\_\_\_\_\_ . 1913-2008. Aimé Césaire / textos escolhidos: **A tragédia do rei Christophe** ; discurso sobre o colonialismo ; discurso sobre a negritude. / Aimé Césaire ; organização José Fernando Peixoto de Azevedo ; tradução Sebastião Nascimento. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Cobogó, 2022.

COGO, Denise; MACHADO, Sátira. **Redes de negritudes**: usos das tecnologias e cidadania comunicativa de afro-brasileiros. In: Intercom: Caxias do Sul, RS, 2010.

COLLINS, Patricia Hill. **Aprendendo com a outsider within**: a significação sociológica do pensamento feminista negro. Sociedade e estado, v. 31, n. 1, p. 99-127, 2016.

\_\_\_\_\_. **Interseccionalidade**. Patricia Hill Collins, Sirma Bilge. 1 ed. - São Paulo: Boitempo, 2021.

CRENSHAW, Kimberlé. Mapeando as margens: Interseccionalidade, políticas identitárias e violência contra mulheres de cor. Tradução: Paula Granato e Gregório Benevides. In: **Corpos em Aliança: Diálogos interdisciplinares sobre gênero, raça e sexualidade** / Ana Claudia Aymoré Martins, Elias Ferreira Veras (organizadores). - 1 ed. - Curitiba: Appris, 2020.

\_\_\_\_\_. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 177, 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2002000100011/0>. Acesso em: 30 de jul. 2022.

CRUZ, Denise Ferreira da Costa; RODRIGUES, Vera. Zora Hurston entre nós. In: **Ayé: Revista de Antropologia**. / Colegiado de Antropologia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. n. 1, v. 1 (2019). Acarape, 2019.

CRUZ, Márcia Maria; LOPES, Edilene. Jornalistas negros: como a experiência da negritude pauta a atuação nas redações de Minas Gerais. In: **Vozes Negras em Comunicação: mídia, racismo, resistências** / Laura Guimarães Corrêa, organizadora. -- 1. ed. -- Belo Horizonte: Autêntica, 2019, p. 93-112. -- (Coleção Cultura Negra e Identidades)

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

\_\_\_\_\_. **Estarão as prisões obsoletas?** - 8ª ed. - Rio de Janeiro: Difel, 2021.

DEUS, Zélia Amador de. **Caminhos trilhados na luta antirracista** / Zélia Amador de Deus. - 1. ed. -- Belo Horizonte : Autêntica, 2020. -- (Coleção Cultura Negra e Identidades)

DEVULSKY, Alessandra. **Colorismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

DOMINGUES, Petrônio. O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil (1889-1930). In: **Diálogos Latinoamericanos. Universidad de Aarhus**. n. 10. Aarhus, Latinoamericanistas: 2005.

\_\_\_\_\_. **Protagonismo negro em São Paulo: história e historiografia** / Petrônio Domingues. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2019.

\_\_\_\_\_. **Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos**. Niterói: Revista Tempo. vol.12. nº.23, 2007.

DU BOIS, W.E.B. **As almas do povo negro**. São Paulo: Veneta, 2021.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

\_\_\_\_\_. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

FAUSTINO, Oswaldo. **[Entrevista concedida a Bruno de Castro Brito]**. 2022. Duração: 63 minutos e 52 segundos. Plataforma: Google Meet, com gravação apenas de áudio.

FERREIRA, H. **Negros e negras cearenses, afirmo sua existência.** Ceará Criolo, Fortaleza, Ceará, 2020. Disponível em: <<https://cearacriolo.com.br/negros-e-negras-cearenses-afirmo-sua-existencia/>>. Acesso em 17 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. **O processo de branqueamento e a perseguição da cultura africana.** Ceará Criolo, Fortaleza, Ceará, 2020. Disponível em: <https://cearacriolo.com.br/o-processo-de-branqueamento/>. Acesso em 13 de ago de 2022.

\_\_\_\_\_. **Ser descendente de vikings seria a “patologia social do branco cearense”?** Ceará Criolo, Fortaleza, Ceará, 2020. Disponível em: <https://cearacriolo.com.br/ser-descendente-de-vikings-seria-a-patologia-social-do-branco-cearense/>. Acesso em 15 de ago de 2022.

FERREIRA, Ricardo Alexino. Quando a imprensa branca fala da gente negra: a visão eurocêntrica da imprensa na cobertura de afrodescendentes. In: **Espelho infiel: o negro no jornalismo brasileiro** / organização Flávio Carrança, Rosane da Silva Borges. -- São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Sindicato dos Jornalistas no Estado de São Paulo, 2004.

FIGUEIREDO, Ângela; Grosfoguel, Ramón. **Por que não Guerreiro Ramos? Novos desafios a serem enfrentados pelas universidades públicas brasileiras.** Cienc. Cult. vol.59 no.2 São Paulo Apr./June 2007

FONSECA, Dagoberto José. **Políticas Públicas e Ações Afirmativas.** São Paulo: Selo Negro, 2009.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. Apresentação. In: **A nova segregação: racismo e encarceramento em massa.** - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2017.

GILROY, Paul. **O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência** / Paul Gilroy; tradução de Cid Knipel Moreira. — São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2012 (2ª edição).

GOMES, Nilma Lino. **Sem perder a raiz: Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra.** -- 3. ed. rev. amp.; 1. reimp. -- Belo Horizonte: Autêntica, 2020. -- (Coleção Cultura Negra e Identidades)

\_\_\_\_\_. **O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GONÇALVES, Ana Maria. **Um defeito de cor** / Ana Maria Gonçalves. - 24ª ed. - Rio de Janeiro: Record, 2020.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural da amefricanidade. In: **Tempo Brasileiro.** Rio de Janeiro, nº 92/93 (jan./jun.). 1988b, p. 69-82

\_\_\_\_\_. **Lugar de negro.** - 1ª ed. - Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

\_\_\_\_\_. **Por um feminismo Afro-Latino-Americano: ensaios, intervenções e diálogos.** - 1ª ed. - Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

\_\_\_\_\_. **Racismo e sexismo na cultura brasileira.** In: Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais** / Stuart Hall; Organização Liv Sovik; Tradução Adelaine La Guardia Resende ... [et al.]. - 2. ed. - Belo Horizonte; Editora UFMG, 2013.

HANCHARD, Michael George. **Orfeu e o poder** : o movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1988) / Michael George Hanchard; tradução, Vera Ribeiro. - Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática libertadora.** 2 ed. - São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

\_\_\_\_\_. **Tudo sobre o amor: novas perspectivas.** São Paulo: Elefante, 2020.

HURSTON, Zora Neale. O que os editores brancos não publicarão / Zora Neale Hurston ; traduzido por Messias Basques. In: **Ayé: Revista de Antropologia.**/ Colegiado de Antropologia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. n. 1, v. 1 (2019). Acarape, 2019.

JESUS, Carolina Maria de, 1914-1977. **Quarto de despejo: diário de uma favelada** / Carolina Maria de Jesus ; ilustração Vinicius Rossingnol Felipe. - 10. ed. - São Paulo : Ática, 2014.

JESUS, Rodrigo Ednilson de. **Quem quer (pode) ser negro no Brasil?** / Rodrigo Ednilson de Jesus. -- 1. ed. -- Belo Horizonte : Autêntica, 2021.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano.** Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

\_\_\_\_\_. Prefácio. In: **Pele negra, máscaras brancas.** São Paulo: Ubu Editora, 2020, p. 11-16.

KING, Martin Luther. **Por que não podemos esperar** / Martin Luther King ; tradução de Sarah Pereira. -- São Paulo : Faro Editorial, 2020.

KI-ZERBO, Joseph. Os métodos interdisciplinares para estudos da África. In: **História geral da África** Volume 1: Metodologia e pré-história da África. Brasília: UNESCO, 2010.

LIMA, Taiane Alves de. **“Mãe solo é mãe sozinha”**: tecendo vivências de mães negras em Fortaleza-CE e região metropolitana. Orientadora: Vera Regina Rodrigues da Silva. 2021. 94 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Programa Associado de Pós-Graduação em Antropologia das Universidade Federal do Ceará e Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Fortaleza, 2021.

LOPES, Nei. **Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana.** 4. ed. rev., atual. e ampl. - São Paulo: Selo Negro, 2011.

\_\_\_\_\_. **Bantos, malês e identidade negra.** / Nei Lopes. -- 4. ed. rev. e atual. -- Belo Horizonte : Autêntica, 2021. -- (Cultura Negra e Identidades)

LORDE, Audre. **Irmã Outsider**; tradução Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

MACHADO, Sátira Pereira. Mídia, infância e negritude: cidadania de afrodescendentes no Brasil. In: **Mídia e Racismo** / Roberto Carlos da Silva Borges e Rosane Borges (orgs.). - Petrópolis, RJ: DP et Alii ; Brasília, DF: ABPN, 2012.

MANDELA, Nelson (1918-2013). **Cartas da prisão de Nelson Mandela**: Nelson Mandela. São Paulo.: Todavia, 1ª ed., 2018.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte. São Paulo: n-1 edições, 2018.

\_\_\_\_\_. **Crítica da razão negra** / Achille Mbembe ; traduzido por Sebastião Nascimento. - São Paulo : n-1 edições, 2018.

MINKA, Jamu. **[Entrevista concedida a Bruno de Castro Brito]**. 2022. Duração: 70 minutos e 21 segundos. Plataforma: Google Meet, com gravação apenas de áudio.

MORAES, Fabiana. A subjetividade como uma proposta de decolonização do jornalismo brasileiro. In: **Narrativas midiáticas contemporâneas: epistemologias dissidentes** [recurso eletrônico] / Organização Marta R. Maia, Mateus Yuri Passos - Santa Cruz do Sul: Catarse, 2020.

MORAES, Fabiana. **A pauta é uma arma de combate**: subjetividade, prática reflexiva e posicionamento para superar um jornalismo que desumaniza. 1 ed. - Porto Alegre [RS]: Arquipélago, 2022.

MOREIRA, Adilson. **Racismo Recreativo**. São Paulo: Jandaíra, 2019.

MORRISON, Toni. **A origem dos outros**: seis ensaios sobre racismo e literatura. 1ª ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. -- 2. ed. -- São Paulo: Perspectiva, 2019. -- (Palavras Negras)

MULLINGS, Leith. **Interrogating Racism** : Toward an Antiracist Anthropology. In: Annual Review of Anthropology. New York, New York: City University of New York, 2005, p. 667-693.

MUNANGA, Kabengele. **O negro no Brasil de hoje** / Kabengele Munanga, Nilma Lino Gomes. - 2. ed. - São Paulo: Global, 2016.

\_\_\_\_\_. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. 5 ed. rev. amp.; 2. reim. -- Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Perspectivas, 2016.

NASCIMENTO, Gabriel. **Racismo linguístico: os subterrâneos da linguagem e do racismo.** Belo Horizonte: Letramento, 2019.

NASCIMENTO, Silvia. [Entrevista concedida a Bruno de Castro Brito]. 2022. Duração: 21 minutos e 5 segundos (somados todos os áudios). Plataforma: WhatsApp, respondendo por áudios a perguntas previamente enviadas.

NOGUEIRA, Sidnei. **Intolerância religiosa** / Sidnei Nogueira. -- São Paulo : Sueli Carneiro ; Editora Jandaíra, 2020.

OLIVEIRA, Dennis de. **Jornalismo e emancipação: uma prática jornalística baseada em Paulo Freire.** 1 ed. - Curitiba: Appris, 2017.

\_\_\_\_\_. **Racismo estrutural: uma perspectiva histórico-crítica.** - I. ed. - São Paulo: Editora Dandara, 2021.

OLIVEIRA, Eduardo Henrique Pereira. O potencial da internet na luta contra o racismo. In: **Espelho infiel: o negro no jornalismo brasileiro** / organização Flávio Carranço, Rosane da Silva Borges. -- São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Sindicato dos Jornalistas no Estado de São Paulo, 2004.

OLIVEIRA, Luiz Carlos de. **Discurso e imaginário: o negro na imprensa** / Luiz Carlos de Oliveira. - 1. - Curitiba: Appris, 2016.

OYÈWUMÍ, Oyèrónkẹ. **A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero** / Oyèrónkẹ Oyèwumí; tradução wanderson flor do nascimento. - 1 . ed. - Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

PEREIRA, Neusa Maria. [Entrevista concedida a Bruno de Castro Brito]. 2022. Duração: 2 horas e 54 minutos. Plataforma: Google Meet, com gravação apenas de áudio.

PIEIDADE, Vilma. **Dororidade.** São Paulo: Editora Nós, 2017.

PINHEIRO, Jonas. [Entrevista concedida a Bruno de Castro Brito]. 2022. Duração: 79 minutos e 44 segundos. Plataforma: Google Meet.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Imprensa negra no Brasil do século XIX.** São Paulo: Selo Negro, 2010.

PORFÍRIO, Tamis. **A cor das empregadas: A invisibilidade racial no debate do trabalho doméstico remunerado.** Belo Horizonte: Letramento; Temporada, 2021.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Introdução crítica à sociologia brasileira.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

RAMOS, Cleidiana. [Entrevista concedida a Bruno de Castro Brito]. 2022. Duração: 2 horas, 22 minutos e 56 segundos. Plataforma: Google Meet, com gravação apenas de áudio.

RAMOSE, Mogobe B. **African Philosophy thought Ubuntu.** Harare: Mond Books, 1999, p. 49-66.

RATTS, Alex. **[Entrevista concedida a Bruno de Castro Brito]**. 2022. Duração: 1 hora, 11 minutos e 49 segundos. Plataforma: Google Meet, com gravação apenas de áudio.

RATTS, Alex. **A diferença negra e indígena no território**: Observações acerca de Fortaleza e do Ceará. In: Geosaberes, Fortaleza, v. 7, n. 12, p. 03 - 16, Jan. / Jun. 2016.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de Fala**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2020.

RODRIGUES, Cristiano. **Afro-latinos em movimento**: protesto negro e ativismo institucional no Brasil e na Colômbia / Cristiano Rodrigues. - 1. ed. - Curitiba: Appris, 2020.

RODRIGUES, Vera. Colorismo: o esqueleto no armário do racismo. IN: CASTRO, Amanda e MOREIRA, Raylene. **Epistemologias Afrolatinoamericanas**. LiberArs, São Paulo, 2021.

SAAD, Layla F. **Eu e a supremacia branca**: como reconhecer seu privilégio, combater o racismo e mudar o mundo / tradução Petê Rissatti. - 1. ed. - Rio de Janeiro, Rocco, 2020.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. **Racismo brasileiro** : Uma história da formação do país / Ynaê Lopes dos Santos. — I. ed. — São Paulo : Todavia, 2022.

SANTOS, Tiago Vinícius André dos. **Desigualdade racial midiática**: o direito à comunicação exercido e o direito à imagem violado. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

SEMOG, Éle. **[Entrevista concedida a Bruno de Castro Brito]**. 2022. Duração: 89 minutos e 27 segundos. Plataforma: Google Meet, com gravação apenas de áudio.

SODRÉ, Muniz. **A ciência do comum**: notas para o método comunicacional. Petrópolis: Vozes, 2015.

\_\_\_\_\_. **Pensar nagô**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

SOUSA, Neuza Santos. **Tornar-se negro ou As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. 1ª ed. - Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** - Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

\_\_\_\_\_. *Foreword: Upon reading the Companion to Postcolonial Studies*. In: SCHWARZ, Henry; RAY, Sangeeta (Ed.). *A Companion to Postcolonial Studies*. Maiden, MA, 2000.

TEIXEIRA, Elisa Ferreira. Abdias Nascimento e Pan-africanismo: dizeres, saberes e experiências no autoexílio (1968-1981). In: **Anais do 2º Congresso de Pesquisadores/as Negros/as do Nordeste**. João Pessoa, 2019. Disponível em: [https://www.copenenordeste2019.abpn.org.br/resources/anais/13/copenenordeste2019/1561926996\\_ARQUIVO\\_171b41c18899a4c78d0805ad38d9d3c0.pdf](https://www.copenenordeste2019.abpn.org.br/resources/anais/13/copenenordeste2019/1561926996_ARQUIVO_171b41c18899a4c78d0805ad38d9d3c0.pdf). Acesso em 14 ago 2022.

TEIXEIRA, Juliana Cristina. **Trabalho doméstico**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

TRINDADE, Luiz Valério. **Discurso de ódio nas redes sociais**. São Paulo: Jandaíra, 2022.

\_\_\_\_\_. *It is not tha funny: critical analysis of racial ideologies embedded in racialized humour discourses on social media in Brazil*, 2018.

TURE, Kwame (anteriormente conhecido como Stokely Carmichael); HAMILTON, Charles V. **Black Power: a Política de Libertação nos Estados Unidos** / com subseqüentes dos autores Kwame Ture e Charles V. Hamilton. ; tradução Arivaldo Santos de Souza. - São Paulo: Jandaíra, 2021.

TWINE, France Winddance (2004) *A white side of black Britain: The concept of racial literacy, Ethnic and Racial Studies*, 27:6, 878-907, DOI: 10.1080/0141987042000268512. Acesso em 22 set 2022.

VAZ, Livia Sant'Anna. **Cotas raciais** / Livia Sant'Anna Vaz. - São Paulo : Jandaíra, 2022.

WEST, Cornel. **Questão de raça**/ Cornel West; tradução Laura Teixeira Motta. - 2ª ed. - São Paulo: Companhia de Bolso, 2021.

WILLIAM, Rodney. **Apropriação cultural** / Rodney William. -- São Paulo : Pólen, 2019.

XAVIER, Giovana. **História social da beleza negra**. 2ª ed. - Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2021.

- *Sites* consultados:

- <https://cearacriolo.com.br/ser-descendente-de-vikings-seria-a-patologia-social-do-branco-cearense/>
- <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/origem-do-cearense-nordicos-superam-indios-e-negros-na-genetica-1.2970540>
- <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/08/26/bunker-de-bandidos-complexo-da-mare-tem-244-foragidos-da-justica.ghtml>
- <https://pt.org.br/reconcavo-baiano-recebeu-duas-universidades-criadas-por-lula/>
- <https://mundonegro.inf.br/apenas-164-dos-professores-de-ensino-superior-no-brasil-sao-negros/>
- <https://feminismo.org.br/me-gritaram-negra-poema-de-victoria-santa-cruz/18468/>
- <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/equidade-racial/memoria-da-imprensa-negra-no-brasil/> - acesso em 13/3/2021
- <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/sem-categoria/a-emergencia-da-imprensa-negra/> - acesso em 13/3/2021

- <https://brasil.un.org/pt-br/91601-declaracao-universal-dos-direitos-humanos> - acesso em 21/3/2021
- [http://www.arquivoestado.sp.gov.br/memoria\\_imprensa/edicao\\_07/secao\\_imprensa\\_negra.php](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/memoria_imprensa/edicao_07/secao_imprensa_negra.php) - acesso em 28/3/2021

## ANEXO A

### ROTEIRO DE ENTREVISTA

Interlocutor/Interlocutora: \_\_\_\_\_

Entrevistador: \_\_\_\_\_

Data da entrevista: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_

Modo/Plataforma de captação da entrevista: \_\_\_\_\_

Duração da entrevista: \_\_\_\_\_

#### **CARACTERÍSTICAS DOS/DAS ENTREVISTADOS/AS**

Idade: \_\_\_\_\_

Identidade de gênero: \_\_\_\_\_

Raça: \_\_\_\_\_

Nível de escolaridade: \_\_\_\_\_

Ocupação atual: \_\_\_\_\_

Veículo no qual atuou: \_\_\_\_\_

Período de circulação do veículo (considerar ano inicial): \_\_\_\_\_

Cidade/Estado/Região de produção do veículo: \_\_\_\_\_

#### **CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

Agradecimento pela disponibilidade do(a) entrevistado/a.

Apresentação breve da pesquisa.

Reforçar que a entrevista será gravada e informar o método de gravação.

#### **PROCEDIMENTOS INICIAIS**

Preparar o gravador.

Deixar papel e caneta a postos para possíveis anotações de declarações mais relevantes.

Iniciar gravação.

#### **PERGUNTAS PARA A ENTREVISTA (ajustar ao perfil do/a interlocutor(a))**

Como/quando sua trajetória pessoal e profissional cruza com um veículo de mídia negra?

Por que a mídia negra existe?

Por que você quis fazer parte de uma mídia negra?

- Qual a composição da redação? Toda a equipe era negra?
- Existia uma linha editorial explícita e definida?
- Quais temáticas pautavam o jornal?
- Como surgiam as pautas? Elas eram definidas livremente ou existia uma hierarquia?
- Conceitos como “identidade”, “negritude” e “consciência negra” eram explorados?
- Se sim, isso se dava de forma intencional?
- O que diferenciava o veículo no qual você atuava da mídia convencional?
- O jornal era ligado a algum movimento social?
- Qual o contexto sociopolítico da época?
- Houve alguma intervenção por censores da Ditadura?
- Os leitores recebiam bem o material? A repercussão era boa?
- Quais lideranças negras você tinha como referências?
- Nas redações da imprensa hegemônica, o contexto era favorável à pauta negra?

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Consultar o/a entrevistado(a) se há algo que ele/a deseje acrescentar.

Verificar se o/a entrevistado(a) tem alguma dúvida.

### **FINALIZAÇÃO**

Agradecimento pelas informações fornecidas.

Salientar que a pesquisa, quando concluída, será disponibilizada ao/à entrevistado(a).